



# Há 500 anos

Balço de três anos de  
Comemorações dos Descobrimtos  
Portugueses 1996-1998

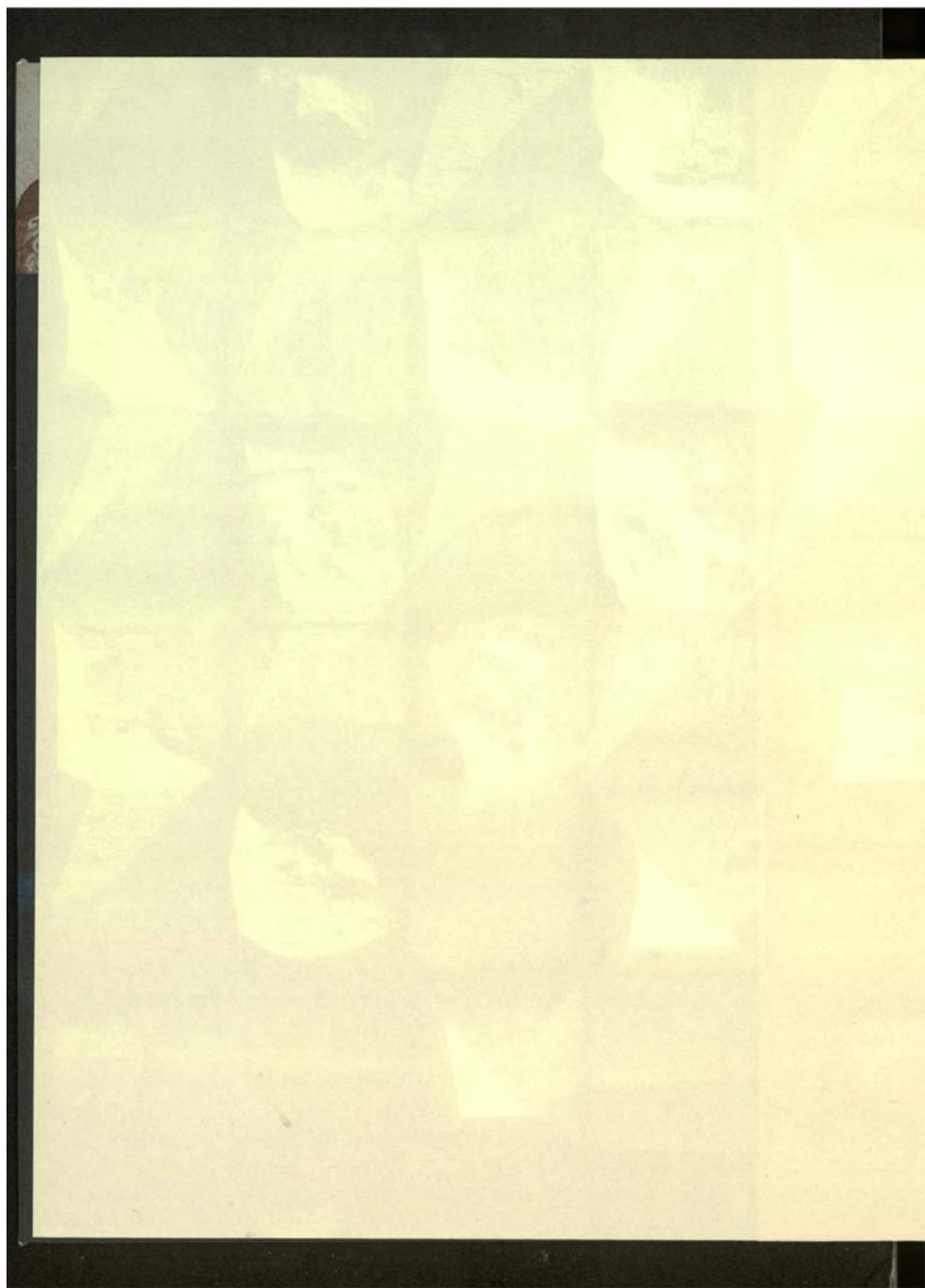
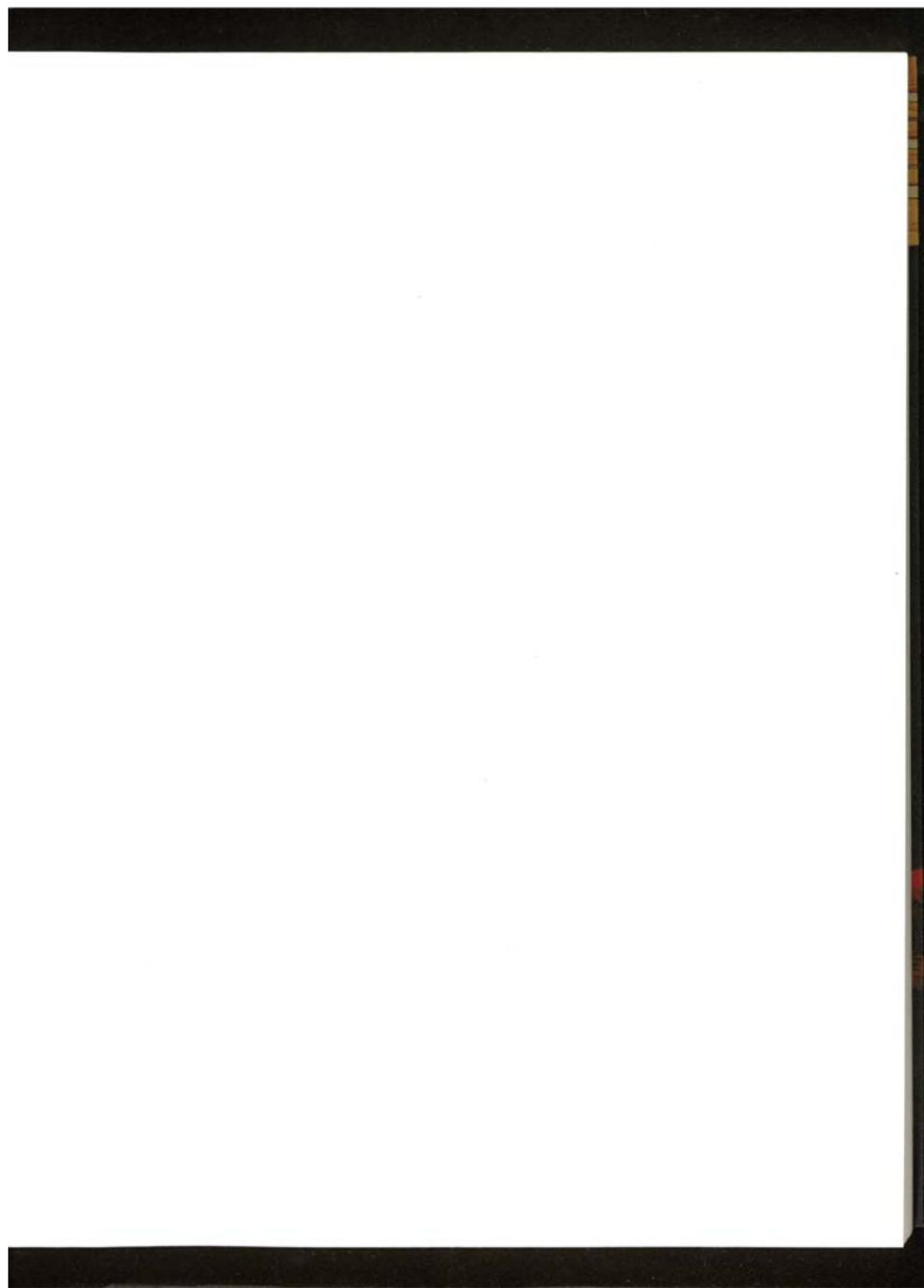
coordenação de

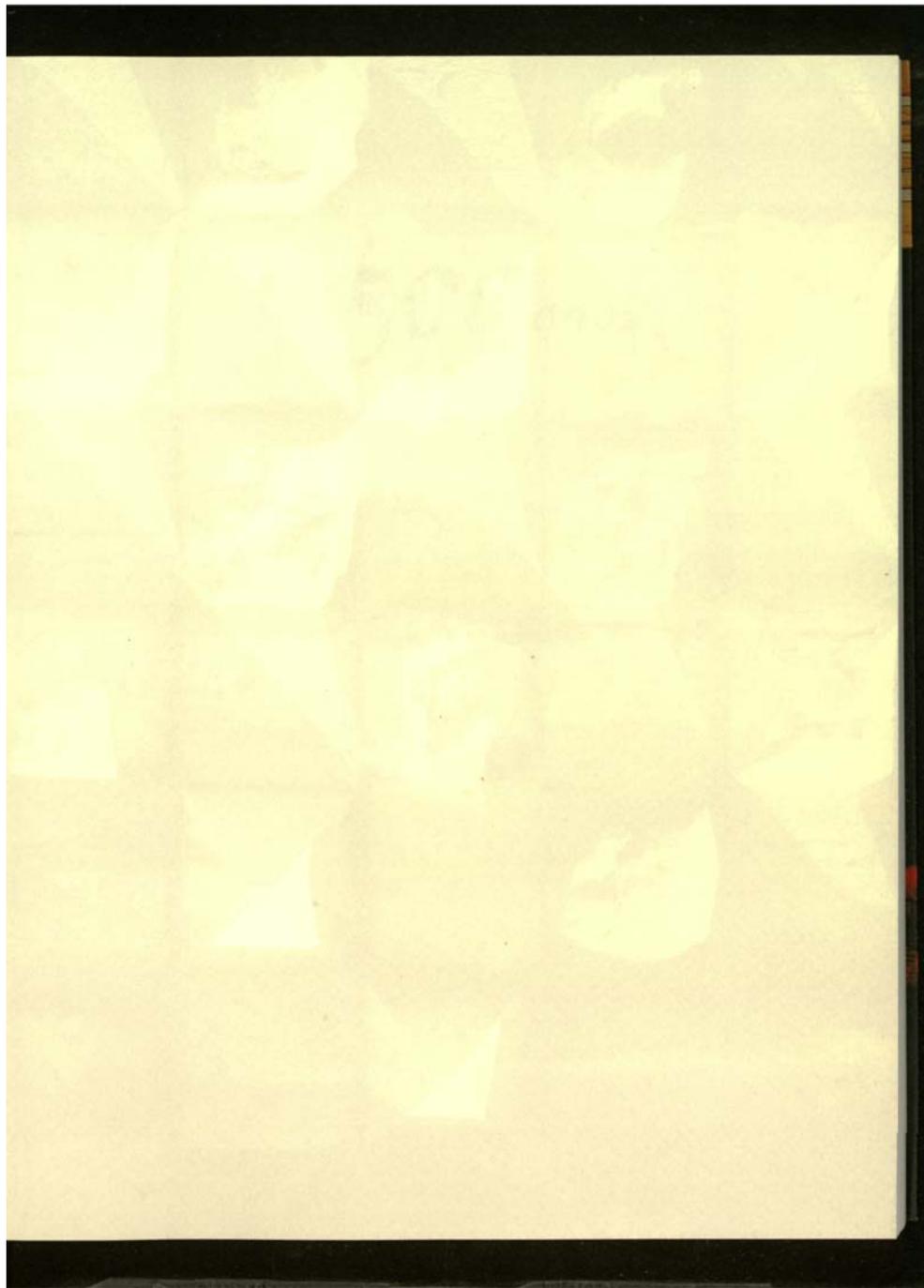
**António Manuel Hespanha**



Comissão Nacional para as Comemorações  
dos Descobrimtos Portugueses







*Há 500 anos*

Comissão Nacional para as Comemorações  
dos Descobrimentos Portugueses

**Comissariado**

**Comissário-Geral**

António Manuel Hespanha

**Coordenadores Adjuntos**

Joaquim Soeiro de Brito

Rosa Maria Perez

**Vogals**

Fernando Dores Costa

Fernando de Jesus Fernandes

Jorge Manuel Flores

Mafalda Soares da Cunha

# Há 500 anos

**Balanço de três anos de  
Comemorações dos Descobrimentos  
Portugueses 1996-1998**

coordenação de  
**António Manuel Hespanha**



Comissão Nacional para as Comemorações  
dos Descobrimentos Portugueses

**Coordenação**

António Manuel Hespanha

**Coordenação Editorial**

Clara Boléo

**Design Gráfico**

Patrícia Proença

**Recolha de Textos**

Clara Boléo

João Paulo Salvado

**Recolha de Imagens**

Maria João Camacho

Isabel Gentil

**Fotografia**

Laura Castro Caldas, Paulo Cintra

**Pré-impressão**

CSS

**Impressão e acabamento**

Gráfica Maiadouro, SA

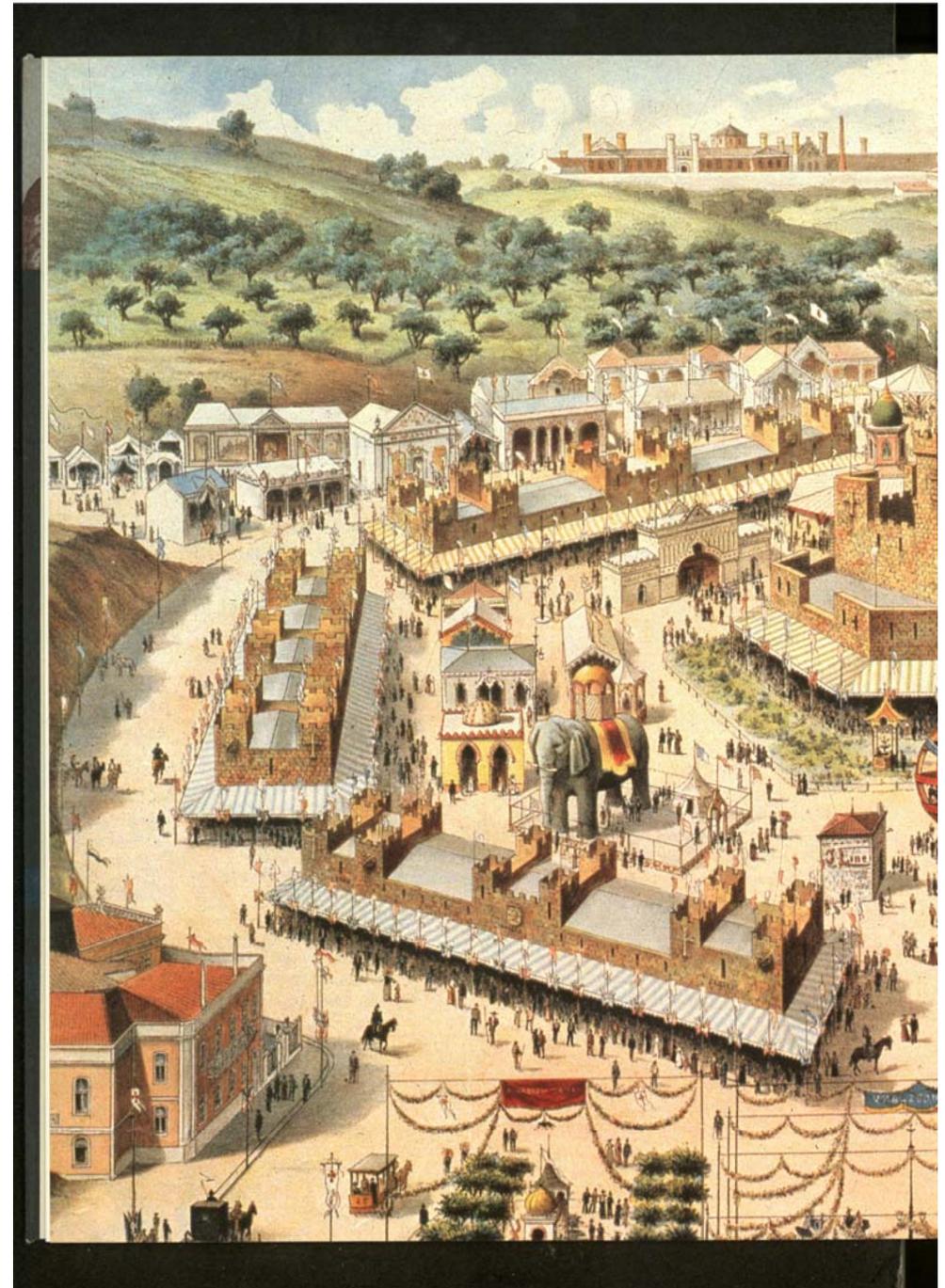
ISBN 972-8325-83-5

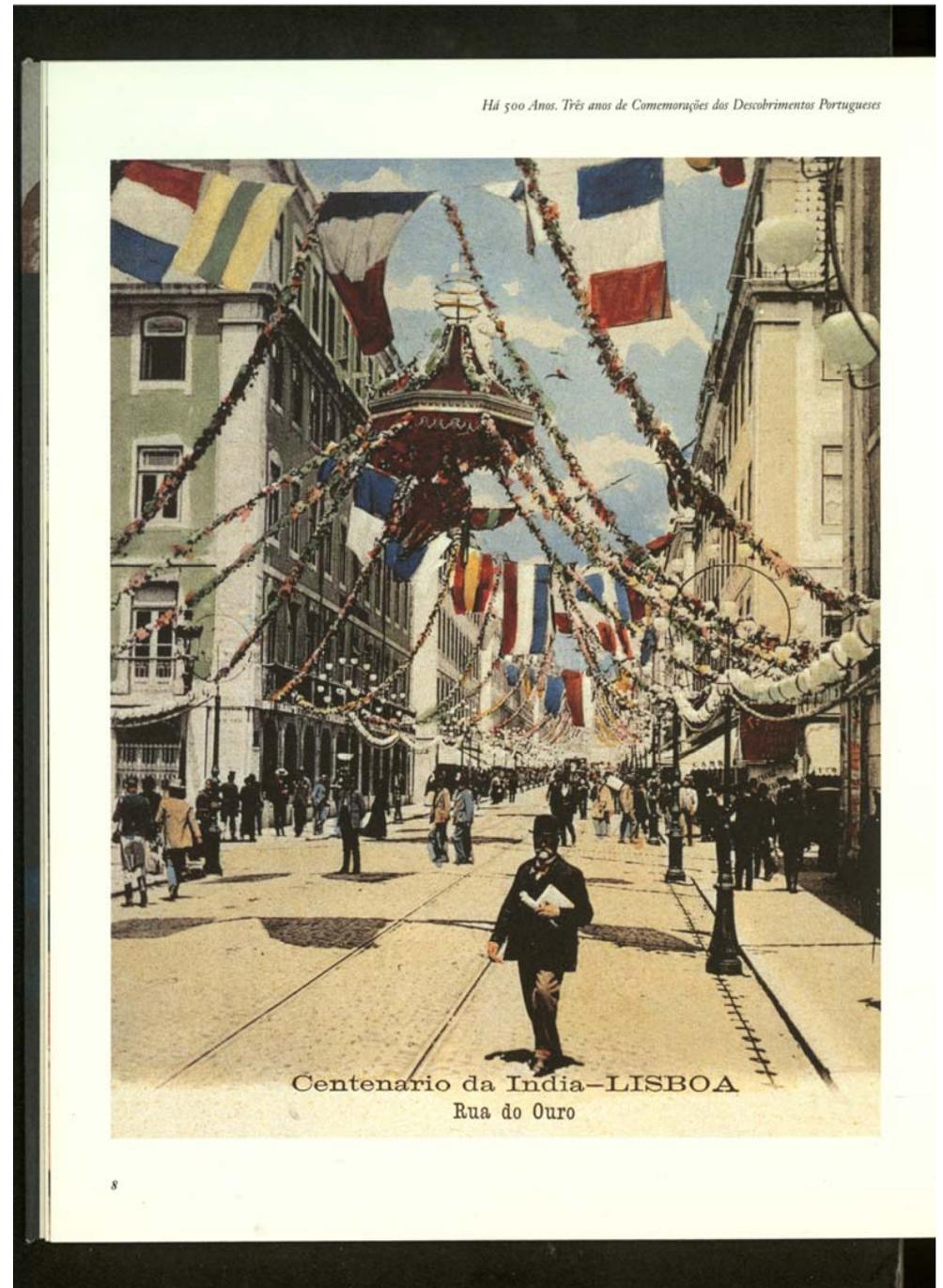
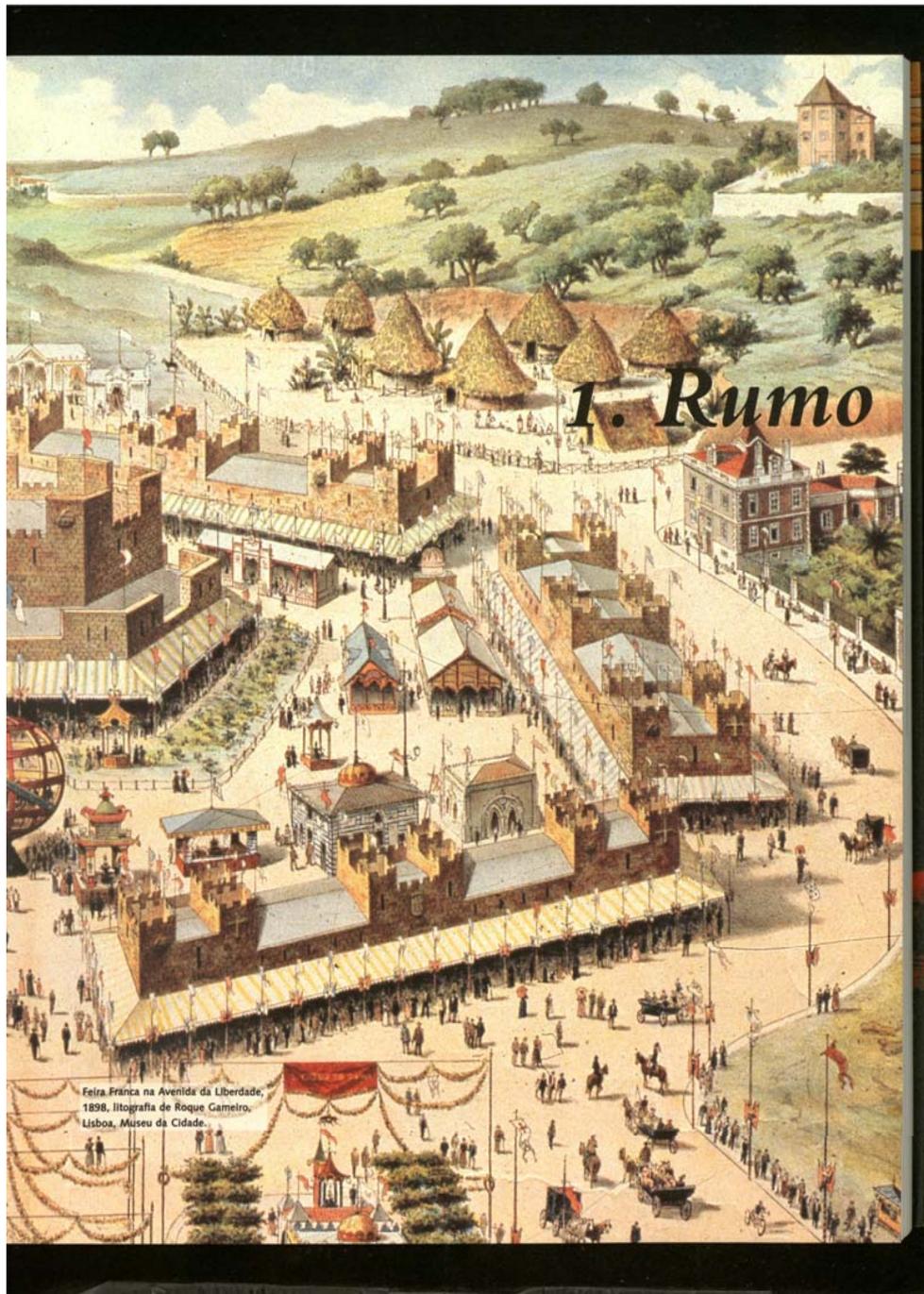
DEPÓSITO LEGAL n.º 135210/99

*Janeiro de 1999*

## Índice

<b>1. Rumo</b>	7		
1.1 Comemorações e história	9	4.3 António Manuel Hespanha, «Índia: um mar de equívocos»	106
1.2 Comemorações e promoção cultural	14	4.4 Fernando Dacosta, «Vasco da Gama, o herói-vilão dos descobrimentos»	109
1.3 Comemorações e formação cívica	17	4.5 António Manuel Hespanha, «Resposta»	111
1.4 Comemorações e patriotismo	20	4.6 Frederick Noronha, «Remembering to forget. Vasco da Gama's 500 <sup>th</sup> anniversary touches a raw nerve in Goa»	113
1.5 Propor ideias e ser coerente com isso	23	4.7 João Carreira Bom, «Os assassinos»	117
<b>2. Ciclos</b>	25	4.8 António Manuel Hespanha, «Resposta»	117
2.1 1996	27	4.9 João Carreira Bom, «A comemoração»	121
2.2 1997	29	4.10 António Manuel Hespanha, «Um jornalista pergunta...»	121
2.3 1998	35	4.11 António Manuel Hespanha, «Que fazer com a história incómoda?»	127
<b>3. Obra</b>	41	4.12 António Manuel Hespanha, «O que Vasco da Gama tem feito por nós. O que temos nós feito com ele»	129
3.1 Programas académicos e de investigação	43	4.13 António Manuel Hespanha, «Vasco da Gama through Portuguese eyes»	132
3.2 Congressos e reuniões científicas	49	4.14 António Manuel Hespanha, «Grandezas e misérias do orientalismo português»	136
3.3 Livros	52	4.15 Miguel Sousa Tavares, «O duplo crime de Vasco da Gama»	138
3.4 Revistas	60	4.16 António Manuel Hespanha, Discurso de apresentação pública do programa da Índia	140
3.5 CD-ROMs	64	4.17 António Manuel Hespanha, «Os paradoxos do orientalismo português»	143
3.6 CDs áudio	66	4.18 António Manuel Hespanha, «Uma questão moral nas comemorações»	146
3.7 Filmes	67	4.19 António Manuel Hespanha, «Que futuro para a Comissão dos Descobrimentos?»	147
3.8 Séries e documentários televisivos	67	<b>5. Meios</b>	153
3.9 Espectáculos musicais, de dança e de teatro	71	<b>6. Pessoas</b>	161
3.10 Exposições de originais	73		
3.11 Exposições itinerantes	77		
3.12 Exposições de cartazes	79		
3.13 Actividades de difusão cultural	83		
3.14 Programa «África»	84		
3.15 Programa «Brasil»	87		
<b>4. Ecos e reacções</b>	91		
4.1 Programa estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Dezembro, 1996)	93		
4.2 Discurso do Comissário-Geral na sessão solene comemorativa da partida de Vasco da Gama	102		





## 1.1 Comemorações e história

Do ponto de vista dos historiadores, o conceito de «comemorações» é um conceito pouco menos que maldito.

De facto, o imaginário modernista da escrita da história tende a concebê-la como um discurso de natureza «científica», ou seja, puramente descritivo e afectivamente neutro. A ideia de comemoração, com o seu indispensável empenhamento emocional e valorativo, aparece, neste contexto, como inteiramente deslocada.

O que é certo é que nem já a história é o que era. Os ventos pós-modernos problematizaram as ingénuas imagens cientistas da história. Conclui-se, por exemplo, que é impossível depurar a história dos seus ingredientes emotivos, bem como das «pré-compreensões» do historiador. E que, por isso, a história é inevitavelmente uma «construção do passado», servindo também inevitavelmente objectivos políticos, pelo menos subliminares. Para o relativismo mais radical, a questão da legitimidade da história moralista tende a transformar-se na questão da avaliação do grau de moralismo admissível, bem como na questão, abertamente política, dos sentidos da lição moral.

Nesta perspectiva, «heróis», «demónios», «comemorações», entram de novo na galeria dos personagens, se não legítimos, pelo menos inevitáveis do discurso histórico.

Esta lição relativista quanto à neutralidade do conhecimento histórico não desemboca necessariamente num nihilismo absoluto e cínico, que legitima qualquer utilização da história, por muito grosseira e descarada que

seja, com o argumento de que «afinal, toda a história é política». Pelo contrário, assumindo que «afinal, toda a história é política», a lição é antes a de que se deve evitar a parcialidade das interpretações, enriquecendo a narrativa histórica com todas as narrações possíveis, de modo que umas se contrabalancem às outras e que, no meio do labirinto, o leitor recupere a sua liberdade de opção. Deste modo, a história poderá deixar de ser um discurso alienante e manipulador para se transformar num estímulo à decisão pessoal (e aos riscos correspondentes...).

Voltando às comemorações e aos heróis, o mal não é tê-los, quanto mais não seja porque isso talvez seja inevitável. O mal é o carácter unilateral e enviesado da sua escolha e da sua construção. É o facto de eles construírem imagens obsessivas, que ocultam perspectivas diferentes e nos encerram em lições morais parciais, simplificadas e pobres. Por isso é que, das comemorações e dos heróis, o melhor é ter muitos, desemparelhados, contraditórios, polémicos, com encarnações benéficas e malévolas, como os deuses do panteão hindu. Perante isto, os destinatários das suas lições morais têm que ousar pensar, ousar escolher; enfim, ousar usar os dons inestimáveis da inteligência e da liberdade.

Tudo isto se combina no ideal daquilo a que tenho chamado uma história «plural», com o seu corolário de um programa comemorativo «pluralista».

Para além destes acenos «morais», um programa deste género é metodologicamente bem fundado. Os historiadores, no seu afã

de encontrar visões mais ricas e complexas do passado, têm procurado multiplicar os instrumentos e as fontes de auscultação de vozes silenciadas. A história das mulheres, dos camponeses, dos iletrados, dos marginais e heterodoxos, dos povos colonizados (mesmo dentro da Europa, como é o caso de irlandeses, bascos, judeus, ciganos) tem sido o objecto de uma pujante nova história. A propósito dela se tem falado no estudo dos «subalternizados» (*subaltern studies*)<sup>1</sup>. E, com ela, se têm ganho novas perspectivas de leitura de uma história cuja polifonia se vem revelando. Enfim, a opção pluralista, antes de ser filosófica, é mesmo simplesmente técnica.

Este programa de uma história atenta a todas as vozes, multiplicando pré-compreensões, sensibilidades, narrativas e fontes, foi proposta logo desde os primeiros textos programáticos da actual gestão da Comissão dos Descobrimientos.

Logo no *Programa estratégico* da Comissão, editado poucas semanas depois de a nova equipa ter tomado posse, se podia ler:

«A própria expressão “descobrimientos” comporta um evidente enviesamento eurocêntrico. Porque, sendo *descobridores*, os portugueses (os europeus) foram também *descobertos*. O seu olhar sobre os outros não deve obliterar a forma como os outros nos olham ou como eles se olhavam a si mesmos. A compreensão histórica do momento que comemoramos não deve ser amputada de qualquer das perspectivas deste confronto intercultural, até porque a acção dos portugueses – os seus projectos, as suas estratégias, as suas avaliações, os seus resultados – teve também em conta tanto as imagens por eles suscitadas nos outros como as imagens que os outros tinham de si mesmos. As comemorações devem ser, portanto, a ocasião de restaurar esse complexo jogo de imagens e de reverberações provocado pela interacção de várias culturas, por vezes radicalmente diferentes».

Num último editorial da revista *Oceanos*, dedicado ao tema *Culturas do Índico* (n.º 34), fui ainda mais longe, talvez exasperado pelo tom róseo dos discursos bem-pensantes sobre

o nosso «ecumenismo cultural». Ousei realçar aí a responsabilidade moral que incumbe aos intelectuais e historiadores portugueses de contribuir – compensando distorções passadas – para restaurar uma imagem não apropriativa, autónoma, justa e equilibrada dos outros:

«Fomos nós, há cerca de 500 anos, que mais contribuímos para modelar aqui a imagem do Oriente. Comerciantes, missionários, viajantes, capitães, homens de letras e homens de ciência, oriundos de Portugal ou levados pelos portugueses, descreveram o Oriente. Como sempre acontece, essa descrição foi unilateral. Foi-o pelo enviesamento próprio de quem vem e vê de fora. Mas foi-o também pelo carácter auto-apologetico, “imperial” e “de cruzada” que caracterizou, fundamentalmente, a expansão portuguesa. Não falamos muitas vezes disso. Ou falamos menos disso do que de um alegado natural ecumenismo lusitano. O silêncio até se compreende, em termos dos chamados “respeitos humanos”. Também não temos, nós os portugueses de hoje, que pedir desculpas a ninguém pelo que se foi passando, desde há quinhentos anos, nas relações entre nós e os outros.

«Mas temos hoje o dever – que se cumpre com actos e não com piedosas, anacrónicas e inúteis desculpas – de tentar revelar o Oriente inabsorvível, incompreensível, indomável, radical e escandalosamente outro que os nossos cronistas não descreveram, que os nossos santos não catequizaram, que os nossos heróis não conquistaram, que os nossos reis não governaram, que os nossos mercados nunca compraram, que os nossos sábios não entenderam, que os nossos salões não albergaram e que, finalmente, os nossos antropólogos exotizaram. Mas no qual alguns portugueses por amores vários se perderam, pelo qual alguns outros traíram ou apostasiaram e que talvez apenas alguns poucos dos nossos poetas tenham cantado ou, indizíveis as palavras, tenham calado.»

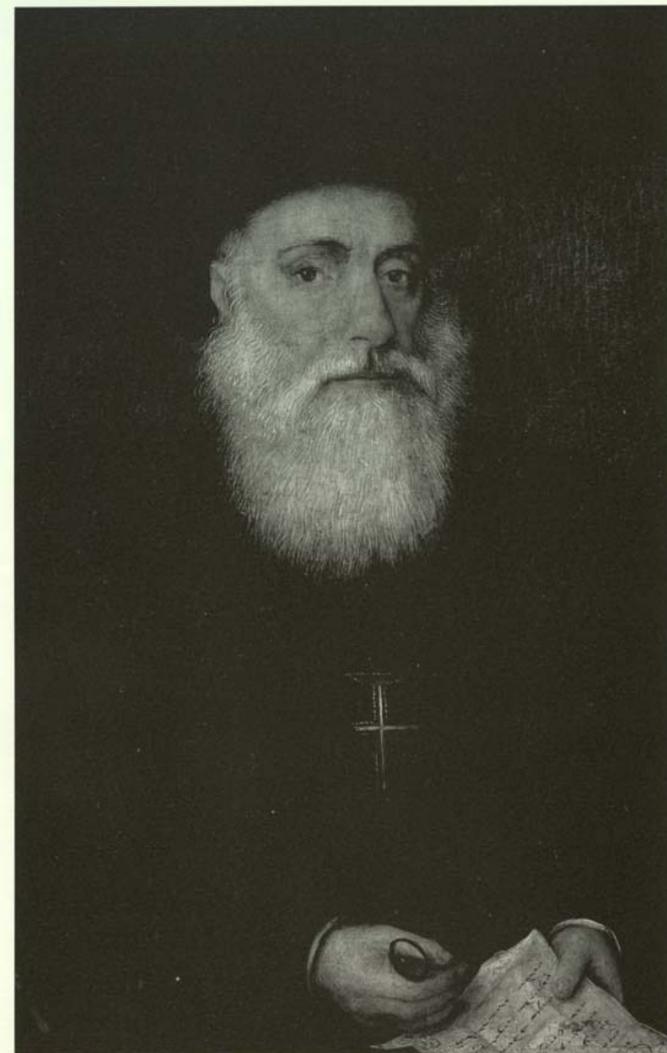
Vários números do programa comemorativo da Comissão dos Descobrimientos têm-se inserido nesta linha de rumo.

<sup>1</sup> A que a Oxford University Press dedicou uma colecção (dirigida pelos historiadores indianos Partha Chatterjee e Gyanendra Pandey, Oxford India Paperbacks).

A esquerda  
Rua do Ouro por ocasião  
do cortejo comemorativo do  
centenário da Índia, 1898.  
Postal ilustrado, Lisboa,  
Biblioteca Nacional.



Sociedade de Geografia de Lisboa.  
Sessão Solene comemorativa da  
partida de Vasco da Gama para  
a Índia, 8 de Julho de 1997.



Vasco da Gama num retrato  
de cerca de 1520.  
Lisboa, Museu Nacional  
de Arte Antiga.

Do «programa Índia», desde o início fez parte uma exposição central dedicada às «culturas do Índico», curada por Rosa Maria Perez que, como antropóloga especialista da Índia, é uma pessoa bem treinada numa leitura não-apropriativa das culturas da bacia do Índico. Aí não se trataria nem de Vasco da Gama nem «dos portugueses na Índia», mas, como digo na abertura do catálogo, do Índico independentemente disso, como cadinho de elaboração cultural.

O mesmo espírito animou a estrutura da cerimónia comemorativa da partida de Vasco da Gama, inicialmente prevista para a Assembleia da República, com o realce de uma cerimónia de Estado. Segundo a minha proposta, as evocações históricas deviam estar a cargo de um historiador português e de outro indiano, tendo nessa altura sugerido os nomes de dois grandes especialistas – Joaquim Romero Magalhães e Sanjay Subrahmanyam, dois conhecidíssimos historiadores, o primeiro Presidente do Conselho Científico da Comissão, o último galardoado, ainda no tempo de Vasco Graça Moura (1995), com o Prémio anual D. João de Castro. Por razões pouco claras, a cerimónia acabou por não se realizar aí, tendo tido lugar na Sociedade de Geografia, mas com idêntica agenda. Verifiquei então, tanto por ditos como por silêncios, como esta filosofia era polémica. A partir de relatos de imprensa totalmente fabricados, instalou-se então a ideia de que a Comissão dos Descobrimentos não gostava (pelo menos...) dos heróis nacionais e que (pelo mais...) estava mesmo apostada em denegri-los. Foi uma hipoteca que passou a pesar sobre todo o trabalho futuro e que resistiu a contraprova, mesmo baseada em iniciativas concretas. Creio hoje que o problema não estava só na falta de profissionalismo e seriedade dos cronistas, mas numa diferente valoração do equilíbrio entre história e comemorações. Na verdade, como depois escrevi, o que se passava é que «há quem pense que pode haver boas comemorações apenas baseadas numa história assim-assim ou mesmo sem qualquer base histórica. Como admito até que alguns pensem que a história boa é a

história à portuguesa» (*Oceanos*, n.º 34, «Editorial»).

Mas, como nem tudo neste mundo pode ser referendável, continuámos a seguir uma linha que nos pareceu correcta e que, além disso, nos parecia coerente com o enquadramento político geral. O legado árabe em Portugal – que uma historiografia herdeira anacrónica da «reconquista» persistiu, durante muito tempo, em desconhecer – foi valorizado numa exposição pensada para circular em Portugal e por países de cultura árabe-islâmica (*Memórias árabo-islâmicas*). Novamente, o objectivo de complexificar e de recuperar discursos perdidos ou reprimidos foi afirmado. O mesmo se fez com o legado judaico, objecto de um número especial da *Oceanos* (n.º 29). Como uma litania, repito aí o discurso dos créditos que uma história plural abre à inteligência profunda das coisas.

Contudo, este programa teórico tem exigências no plano puramente técnico, como seja, uma disponibilização de fontes tão alargada quanto possível, que permita uma sondagem sem fronteiras dos testemunhos sobre o passado.

Neste plano, a historiografia portuguesa sofre de várias limitações. Nos finais do século XIX, verificou-se uma notável abertura às fontes «exóticas», suscitada pelo entusiasmo positivista pelas raízes orientais da civilização europeia. Essa paixão intelectual produziu orientistas de grande valor – David Lopes, Guilherme de Vasconcelos de Abreu, Sebastião Rodolfo Dalgado, Filipe Nery Xavier, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, José Inácio Abranches Garcia, Luís Gonzaga Gomes, Bragança Pereira, A. Lopes Mendes –, tendo ainda trazido à Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1892, o *Congrès International des Orientalistes*. Em Goa e Macau, elites locais colaboravam neste desencapsulamento da cultura portuguesa, publicando revistas dedicadas à história e cultura locais<sup>2</sup>. Este aparecimento de novos olhares no cenário do saber colonial português é travado, a partir dos anos 30, pelo impacto da ideologia imperial do Estado Novo. Reto-

<sup>2</sup> V.g., em Goa, o *Gabinete Literário das Fontainhas, O Cronista de Timor, o Arquivo português oriental* (em publicação, em co-rosa, pela *CECOP*); em Macau, o *Ta-Sai-Sing. Kin. Archivus e annales do Extremo-Oriente português*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1899-1904. Algumas destas fontes estão a ser reeditadas na série *Cadernos da Ásia*, Lisboa, *CNCDP*.

mando o tom épico e maniqueísta de alguma da cronística de Quinhentos, a historiografia da expansão quase se reduz a uma hagiografia da gesta portuguesa, de que os pontos de vista dominados ou subalternizados estão ausentes. Como o estão mesmo os outros pontos de vista europeus, concorrenciais dos portugueses. A mais da ideologia – mas também isto, sem dúvida, em virtude da ideologia –, os défices puramente gnoseológicos pesam muito sobre os resultados. Como as línguas orientais ou africanas não são cultivadas, as fontes locais, escritas, monumentais, ou sobrevivências orais, não são tidas em conta. Problemas políticos prejudicam ainda, a partir das décadas finais do Estado Novo, os contactos dos académicos portugueses, nomeadamente com o mundo afro-asiático. O ar unilateral, linear e paroquial dos saberes sobre o mundo não europeu acentua-se, apesar de algumas notáveis excepções de intelectuais cosmopolitas e cultores da complexidade.

Daf a ênfase que a Comissão dos Descobrimentos pôs na disponibilização de fontes novas para a história da expansão portuguesa. Se a disponibilização de novas fontes exóticas esbarrou no zero quase absoluto dos recursos humanos existentes em Portugal nesse domínio, já a inventariação de fontes complementares, portuguesas ou estrangeiras, pôde avançar um pouco, nomeadamente com as missões de reconhecimento e sumariação de documentação existente nos arquivos do Vaticano e da Companhia das Índias Orientais (Leiden). Tendem também para o enriquecimento da base documental da história da expansão portuguesa as actividades do Centro Damião de Góis e a principal série de publicações da Comissão dos Descobrimentos, emblematicamente intitulada *Outras Margens*.

Um dos tópicos recorrentes no discurso das actividades da *CNCDP* é, portanto, o da atenção a outros olhares sobre a expansão portuguesa. Os contactos que abrimos com outros povos foram, de facto, aventuras a dois, passíveis de leituras cruzadas ou mesmo conflituvas. A riqueza da nossa história

reside precisamente nisso, nas contínuas interações que fizemos ao mundo e nas reacções que elas suscitaram. Podemos serenamente comemorar tudo isso, se nos lembrarmos, antes de mais, da etimologia das palavras. Comemorar quer dizer memorar... em conjunto.

## 1.2 Comemorações e promoção cultural

Mas, num país concreto – um país com recursos limitados na área da cultura e vítima de um sensível e atávico desacerto na direcção dos investimentos neste domínio – existe mais uma boa razão para se darem boas-vindas às comemorações.

A experiência recente ensina que as grandes oportunidades para a criação e divulgação cultural na Europa estiveram ligadas a ciclos comemorativos. Foi assim com as comemorações francesas da Revolução de 1789. Foi assim, em Espanha, com as comemorações colombinas.

Em Portugal, desde, pelo menos, 1940 que as comemorações canalizaram dinheiro para a cultura. Independentemente das suas concretas utilizações, isso teve aspectos positivos. De cada ciclo comemorativo, algo de válido ficou. Para não ir mais longe, quem se esquece que as comemorações henriquinas deixaram obras que continuam a ser de utilização obrigatória, como os *Portugaliae Monumenta Cartographica* e os *Monumenta Henricina*?

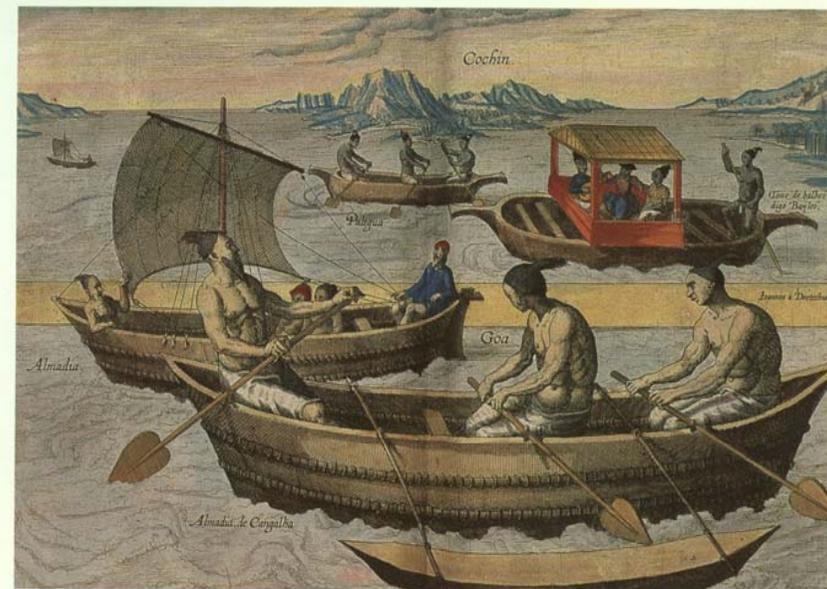
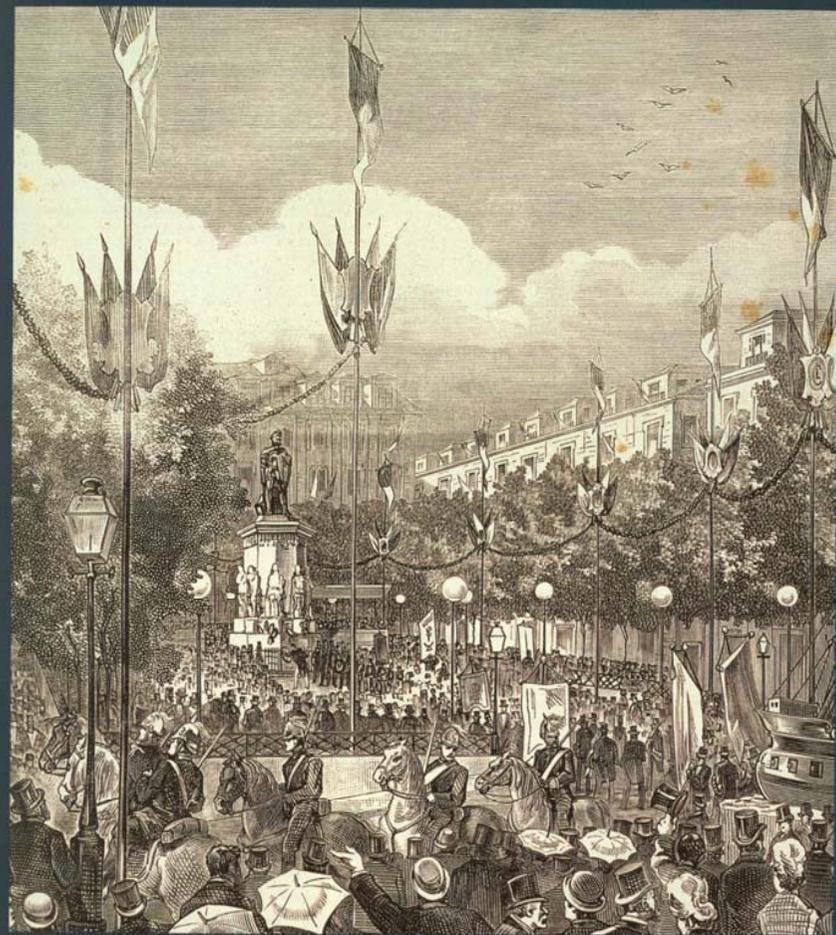
A Comissão dos Descobrimentos teve, nestes últimos três anos, um orçamento global de cerca de 7 milhões de contos, a saber:

1996	1 450 milhares de contos
1997	2 130 milhares de contos
1998	2 920 milhares de contos

Não sendo uma fortuna nem tendo comparação com as de algumas das entidades

<sup>3</sup> Num caso e noutro, em processo de reedição em suporte digital, pela *CECOP*.

À direita: Tricentenário da morte de Camões (1880): chegada do cortejo cívico à praça de Camões. Desenho de Casanova em *O Ocidente*, vol III, n.º 61, 1 de Julho de 1880, Lisboa, Biblioteca Nacional.



«Embarcações usadas para a pesca em Goa e Cochim». Reprodução de gravura da 1.ª edição de *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, 1596. Biblioteca Real de Haia. Esta obra foi publicada pela primeira vez em Portugal, em 1997, pela *OCOR*.

congéneres, as verbas disponibilizadas são significativas.

Sobretudo se se considerar a sua matriz de utilização, em que as despesas de funcionamento apenas têm consumido cerca de 30% da verba global. O que quer dizer que 70% das receitas são directamente gastas em actividades.

Um olhar atento sobre o elenco das realizações e actividades da Comissão dos Descobrimentos mostra ainda que a linha geral de actuação foi a de promover acções que deixassem resultados permanentes, ou seja, actividades de investimento cultural. Tal é, claramente, o caso do apoio à investigação; o financiamento de programas académicos no país e no estrangeiro; a publicação de livros, de CD-ROMs e de discos; o apoio ao teatro escolar. Mesmo as grandes exposições temporárias, que consumiram uma parcela razoa-

velmente vultuosa das verbas da Comissão, incluíram sempre a publicação de catálogos que faziam o ponto do saber naquele domínio e que, como tal, constituirão obras permanentes de referência. Com espalhafato, fogo-fátuo ou pompa é que, felizmente, se gastou muito pouco dinheiro. Muito menos com a propaganda de si próprio ou com promoções de intenção puramente pessoal.

A Comissão dos Descobrimentos distribuiu, assim, em três anos, cerca de 5 milhões de contos em produção directa ou em financiamento de actividades culturais, de impacto duradouro, ligadas à divulgação da história e da cultura portuguesa. Embora se tenha optado por uma estratégia de produção directa – que aproveitou e reforçou recursos próprios e que produziu economia –, muito se distribuiu também a produtores culturais – *designers* e gráficos, autores, editores, arqui-

tectos, construtores de interiores, técnicos de restauro, produtores e realizadores, intérpretes e actores –, animando um sector produtivo indispensável ao progresso cultural do país.

Algumas destas ligações das actividades culturais com o temário da Comissão nem sequer foram muito directas. Mas haverá formas mais úteis de comemorar do que promover Portugal e a sua cultura, de ontem ou de hoje? E haverá melhor forma de o fazer do que produzir bons livros, bons discos, bons centros de estudos portugueses, bons documentários ou boas exposições de história ou de arte? Ou do que oferecer bolsas a intelectuais e técnicos lusófonos para estudarem em Portugal? Ou do que restaurar um belo edifício colonial que, além de belo e historicamente significativo, é um hospital de uma zona carenciada de África?

### 1.3 Comemorações e formação cívica

A reflexão sobre as funções comemorativas já não tem nada de novo, sobretudo depois dos grandes ciclos comemorativos da Revolução Francesa e da viagem de Cristóvão Colombo. Todos hoje sabem que, ao comemorar, os povos (ou os governos) estão a produzir (ou a tentar produzir) efeitos – estimulantes ou sedativos – sobre a consciência colectiva.

Estes efeitos são, basicamente, de dois tipos. Um deles é o da criação (recriação ou reforço) de uma consciência identitária, na base de certas memórias ou de certos valores apresentados como comuns. Outro é o da criação de sentimentos de auto-estima, nomeadamente como terapia para traumatismos – ou alegados traumatismos – colectivos. As elites portuguesas a partir da «geração de 70», preocupadas com a alegada «decadência» nacional, aplicaram ao país uma terapêutica comemorativa de vários gostos e feitios, que compreendeu os centenários de Camões, do Marquês de Pombal, de Santo António e da Descoberta do Caminho Mari-

timo para a Índia. Hoje, não falta quem integre as comemorações dos descobrimentos numa estratégia de recuperação da auto-estima, ferida pelo fracasso colonial e por um alegado internacionalismo e deterioração dos «valores nacionais» consequentes ao 25 de Abril. Aparentemente, não são apenas aqueles que definiam Portugal como uma nação essencialmente pluricontinental e pluri-racial, do Minho a Timor, que acham que a consciência nacional ficou afectada pela perda das colónias e que, por isso, precisa de ser retemperada. Quer com a memória das grandezas passadas quer com a celebração do ecumenismo português, por vezes definido numa versão muito próxima do luso-tropicalismo dos anos 50. Como se, perdidas as colónias reais, permanecessem colónias virtuais, alojadas numa irredente lusofonia, de que seriam traços característicos a comunidade da língua, a partilha harmónica da cultura, a tolerância racial e o enraizamento numa história comum.

A referência aos valores subjacentes às comemorações não é inútil. Porque as comemorações também têm uma função muito importante de formação cívica, na medida em que propõem leituras da «identidade», dos «valores nacionais», da «essência nacional», do «destino colectivo». A França, por exemplo, organizou as comemorações de 1989 em torno da ideia de «mãe da democracia ocidental», propondo-se – nessa conjuntura de despique com a cultura política americana e de confronto com o modelo político soviético – como precursora e modelo da cultura política do Ocidente. A Espanha, por sua vez – numa conjuntura interna de redesenho democrático da identidade espanhola e de recomposição da sua política externa, na Europa e na América –, propôs-se como «grande e tradicional potência europeia» (o que continua a fazer com as comemorações de Filipe II\*) e, para o mundo americano, como berço da «hispanidade» comum, embora introduzindo a nota do «encontro de culturas», com que se distanciava do conceito franquista e castiço de «hispanidade» e pretendia acolher (com pouco êxito, diga-se de passagem) as

\* Enquanto que, com as de Carlos III, propunha exemplos de «modernização» social e política.

correntes indigenistas dos vários países latino-americanos.

Em Portugal, os valores ligados à comemoração dos descobrimentos evoluíram nestes últimos cinquenta anos. Em 1940, tratava-se ainda da celebração do Império Colonial como produto das «virtudes da raça» e como «missão civilizadora». Em 1960, quando das comemorações henriquinas, sendo já problemáticas no ambiente internacional tanto a ideologia imperial como a missão civilizadora, a tónica foi posta em três temas – o da missão (suscitada também pela figura ascética do Infante), o da prioridade dos descobrimentos portugueses e, já, o das descobertas científicas.

Em 1986 abre-se um novo ciclo comemorativo, na esteira do ciclo colombino espanhol, já em marcha e já com lições a serem tomadas.

Falar em «descobrimiento» começava a ser pouco menos do que inaceitável, pois remetia para uma concepção eurocêntrica da história do Mundo. Não é que não fosse verdade que os europeus tinham então descoberto outras terras e outras gentes. Mas como a cultura europeia se assumia como A Cultura e A Civilização, a expressão «descobrimientos» sugeria que A Civilização tinha então descoberto uma metade da humanidade que vivia na incivilização e na incultura. O que, aliás, o imperialismo europeu não tinha deixado de repetir com todas as letras, sobretudo a partir do século XIX. Ou seja, o que se tornava inaceitável, não era que uma cultura local – a europeia – descobrira outras culturas também locais, que uns nativos (naturais de um lugar) tivessem descoberto outros nativos. O que levantava reacções era que só então os povos não europeus tivessem sido descobertos (tocados) pela Cultura, que os nativos tivessem sido visitados pelos não nativos, pelos «não locais», pelos «universais». Para além de que esta ideia de «descobrimiento» colocava os europeus no lado activo, viril, seminador, da história do mundo, remetendo os não europeus para a situação de passivos, pacientes, objectos, para o lado «feminino» da história, prolongando

essa metáfora habitual e não inocente da natureza das culturas não europeias como culturas femininas (passivas, não racionais) (Índia), pacientes / enfermas (Turquia), dormentes (China).

A metáfora com que se substituiu a do «descobrimiento» foi a do «encontro».

Este tema do «encontro de culturas», juntamente com o da inovação científica e tecnológica, vem a tornar-se central no novo ciclo comemorativo aberto em 1986.

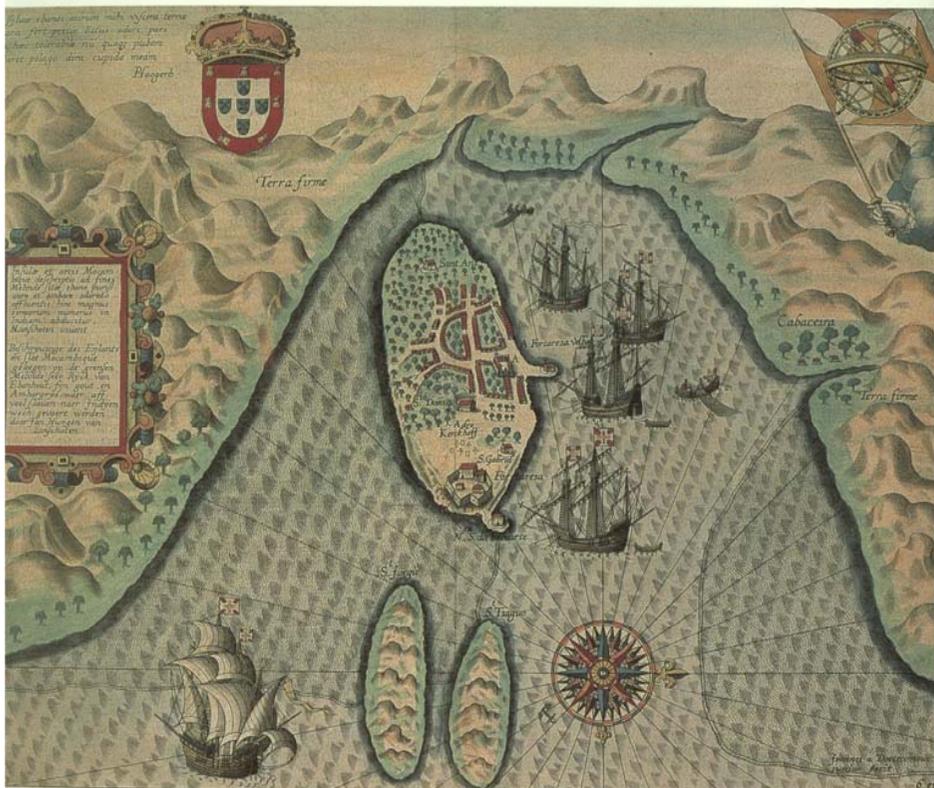
Portugal, saído havia dez anos de uma situação colonial, recompunha a sua memória colectiva de forma a poder torná-la partilhável com o conjunto do mundo lusófono. A imagem identitária de um Portugal ecuménico e moderno era adequada tanto à tarefa de educação cívica pós-colonial como a este projecto de partilha da memória.

Em si mesma, a ideia de «encontro» é uma ideia neutra. Nada se diz acerca de como foi o encontro, se pacífico, se guerreiro, se igual, se desigual, se benéfico, se prejudicial. Nem muito menos se diz quem ganhou ou perdeu, e o quê, com o evento. Mas a palavra sugere igualdade e bilateralidade e aponta para uma leitura amável da história em que europeus e não europeus se encontram amigavelmente, pondo em comum culturas e aproveitando mutuamente disso. O carácter desigual, conflitual, frequentemente brutal, dos contactos é discretamente silenciado. Do mesmo modo, o balanço histórico positivo foi insinuado por expressões de sentido favorável como «diálogo de culturas» e «abertura do mundo». Pelo que sugere, mas, sobretudo, pelo que tenta esconder, esta nova formulação do «encontro» é um expediente retórico bastante mais demagógico do que o anterior.

É por isso que a reflexão histórica e antropológica tem recusado esta retórica amável e tem insistido num estudo rigoroso e justo das modalidades dos «encontros» e das suas consequências.

Ou seja, uma partilha mais autêntica e mais corajosa das memórias tem que recusar estas fórmulas roseamente equívocas.

Apesar disso, o espírito colectivo que se



promoveu com a ideia de «encontro de culturas» foi positivo. Um pouco independentemente da «verdade histórica», criou-se uma imagem do «espírito português» como ecuménico, não discriminador, fraternal. Descontado o que pode ter de perversamente autojustificadora, esta imagem tem funcionado como um factor de promoção dos valores humanistas e anti-racistas.

Seja como for, a clarificação da memória da expansão só pode resultar do cultivo de uma abordagem mais complexa e plural da história, a tal estratégia que foi expressamente adoptada em 1996. Por razões de rigor técnico, pela adequação a uma pedagogia ecuménica e, finalmente, pelo sentido ético ligado ao dever de reparar enviesamentos culturais na abordagem do outro.

ilha de Moçambique.  
Gravura de Itinerário, Viagem  
ou Navegação de Jan Huygen  
van Linschoten para as Índias  
Orientais ou Portuguesas.  
Biblioteca Real de Haia.

## 1.4 Comemorações e patriotismo



A adopção desta estratégia comemorativa suscitou reparos, sobretudo daqueles que propunham uma filosofia mais exaltadora da «história pátria» e dos «valores nacionais». Basicamente, fui acusado de «ter vergonha da história de Portugal», de «ter uma atitude capitulacionista e de pedido de desculpas perante os que atacavam a expansão portuguesa» e de me guiar por critérios oportunistas de «correção política». Alguns não deixavam de, mais ou menos explicitamente, relacionar isto com a minha formação ideológica «de esquerda» e a minha militância política.

Um tanto surpreendentemente, este criticismo, apesar de basicamente inspirado na imagem de «patriotismo» e de «história» do Estado Novo, foi expresso por pessoas de áreas políticas muito mais variadas do que seria de supor.

Claro que, por detrás de algumas destas opiniões, há histórias pessoais ou idiossincrasias intelectuais e morais que as explicam. Por razões de princípio, nunca abordei esses aspectos nas respostas que dirigi a alguns dos críticos, nem o vou fazer aqui. Até porque, o que mais interessa como motivo de reflexão, é tomar os argumentos em si mesmos e verificar a sua consistência, num plano puramente teórico.

Começemos pela «vergonha da história portuguesa». Discutir o argumento não consiste em abrir a alma sobre os nossos íntimos sentimentos de amor à pátria. Isso seria tão inútil e ridículo como o que fazem os que pretendem ter aberto a nossa alma e ter lá visto o estigma do internacionalismo e da traição aos valores portugueses. Mas já é interessante ver se a ideia de «ter vergonha da história» se compagina com a visão da história que tenho proposto incessantemente.

«Ter vergonha» pressupõe participação e identidade. Só se tem vergonha de si mesmo ou de algo que, pelo menos em parte, é sentido como seu. Vergonha temos que ter de nós próprios ou, na medida em que nos identifiquemos plenamente com elas ou as

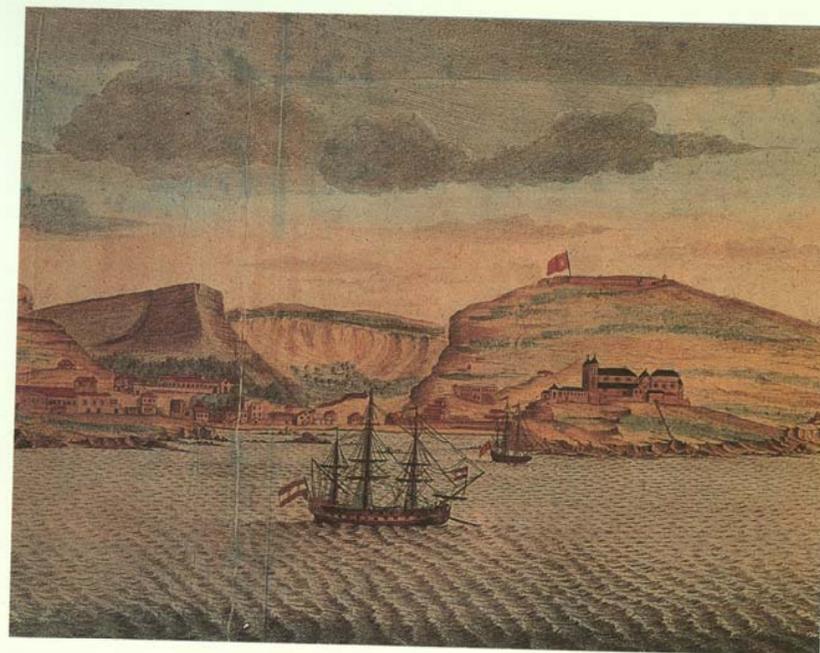
aceitemos sem benefício de inventário, de entidades transpessoais como a nossa família, a nossa pátria. Sempre tenho insistido em que estes sentimentos de identificação não fazem parte do *ethos* do historiador, pois uma característica irreduzível da história é a ruptura entre passado e presente e a impossibilidade de se encontrarem continuidades entre eles. O passado – na alteridade da sua cultura, dos seus padrões morais, da geometria das suas emoções, dos seus constrangimentos materiais – é-nos irremediavelmente estranho. Nestes termos, a ideia de «vergonha da história», para um historiador, está totalmente deslocada.

Já para um comum cidadão, o sentimento de vergonha do passado depende do sentimento de identificação com ele. Todos conhecemos a força dos mecanismos tendentes a forjar ou reforçar identidades. Um deles é a invocação de uma história comum e da comunhão de cada um nessa história. É daí que decorrem os sentimentos de orgulho e de vergonha pela história. No entanto, vistas bem as coisas, o sentimento de vergonha da história – mais do que o de orgulho – tem uma raiz paradoxal. Se nos identificamos com algo do passado é porque aderimos a ele, porque o fazemos quase como coisa própria; mas, nessa medida, não podemos ter dele vergonha, pois esta supõe, justamente, distanciamento e recusa. Inversamente, caso se sinta vergonha, é porque tal identificação, que faz do passado uma coisa nossa, não se deu. É por isso que um anticolonialista não se envergonha com o passado colonial, que lhe aparece como coisa alheia. Pode-se lamentar, desejar que as coisas se tivessem passado de outra maneira. Mas isso é diferente de sentir vergonha.

Embora as coisas da alma não primem por este rigor da lógica, o certo é que uma história que analise, que distinga, que matize, permite seleccionar os traços com que nos identificamos, contradistinguindo-os daqueles a que não aderimos. Orgulhando-nos dos primeiros e permanecendo estranhos em relação aos segundos. De alguma maneira, além de ser a boa maneira de fazer



Vista sobre a ilha de Santiago.  
Gravura de Joannes van  
Keulen, 1635.  
Arquivo Histórico Ultramarino,  
Lisboa. In *Espaços Urbanos  
de Cabo Verde - O tempo  
das cidades-porto*. Lisboa,  
CNCR, 1998.



história, esta distinção do que é vivo ou morto no nosso passado é também uma espécie de «justa vacina contra a vergonha». Em contrapartida, aquela adesão incondicional, global, indiferenciada por «tudo quanto é nosso» – além de constituir uma versão irracional e amoral de patriotismo – cria-nos «vergonhas» a cada canto da história.

Muito próxima desta questão da «vergonha» anda a questão das «desculpas».

Tem estado ultimamente em uso o pedido de desculpas colectivas. Se não me engano, foi Paulo VI quem, pela primeira vez, pediu desculpas aos «irmãos separados» pelas injustiças do proselitismo católico. Seguiu-se Willy Brandt, pedindo desculpas aos judeus pelo Holocausto. Ulteriormente, outros actos de desculpas têm tido lugar. Dos últimos, o

pedido de desculpas dos chefes de Estado espanhol e português pela expulsão dos judeus no início da época moderna e o do Papa João Paulo II pelos crimes da Inquisição. Pessoalmente, adiro em geral aos sentimentos de «injustiça histórica» que estiveram na origem desses actos de contrição. Mas, por razões próximas das anteriormente expostas, não concordo com a fórmula.

Sempre reagi contra a ideia de «culpa colectiva». Lembro-me, desde logo, que foi esta ideia que promoveu o anti-semitismo europeu, ao considerar o povo judaico, no seu conjunto de gerações passadas e presentes, como responsável pela morte de Cristo.

Depois, esta ideia de uma culpa impessoal e infinitamente transmissível é uma aberração. A culpa funda-se na responsabilidade

por um mal causado, por acção ou por omissão. Assim, não pode atingir senão aqueles que estiveram na sua causa. Muito menos se transmite de geração em geração. Isto mesmo, escrevi-o num editorial da *Oceanos*, dedicado à diáspora judaico-portuguesa, justamente para explicar o que me parecia ser moralmente correcto em relação a essa «história incómoda»<sup>5</sup>.

A ideia que me parece moralmente correcta, neste contexto, é justamente essa outra de, metodicamente, fazer o balanço preciso do que se passou na história, percebendo a complexidade dos factores que coincidiram numa mesma conjuntura para a produção de resultados que nós, hoje, consideramos negativos. E – feito isto e independentemente de uma maniqueísta imputação de responsabilidades às gerações actuais – trabalhar, pela positiva, para reparar as consequências actuais de erros alheios passados. Se se enviesaram negativamente imagens dos outros, contribua-se hoje para as rectificar; se no passado se explorou injustamente, ajude-se hoje fraternalmente; se se causou bloqueamentos e atrasos, incentive-se hoje o desenvolvimento.

Sempre com a consciência de que a história tem sido – e provavelmente continuará a ser – um encadeamento denso de misérias e violências e que não é uma doentia espiral de sentimentos de vingança ou de expiação que a tornará mais amena no futuro.

Neste contexto, já se vê quão longe estamos da hipocrisia que (na maior parte dos casos) encerra o «politicamente correcto». A «correção política» nasceu de uma preocupação correcta de policiar as formas implícitas e subitís – anichadas, nomeadamente, na aparente neutralidade da linguagem corrente – de construção ou de prolongamento de relações de domínio. Neste sentido, ao propor uma comunicação não enviesada ao serviço de um mundo igualitário, trata-se de uma preocupação louvável. Exageros e formalismo transformaram-na num ritual frequentemente fariáico que hoje é motivo de anedotas. Para além de que tende a transformar-se numa litania desresponsabilizadora que dispensa acções práticas, estas menos fáceis de levar a cabo.

## 1.5 Propor ideias e ser coerente com isso

Foi esta, enfim, a linha geral que presidiu às actividades da Comissão dos Descobrimentos no triénio 1996-1998, cujos detalhes são dados neste volume.

E, justamente, um dos méritos que reclamamos é este de poder subsumir os detalhes do programa a uma ideia geral. Ou seja, o facto de, logo no primeiro mês de trabalho, termos proposto uma linha estratégica e de, ao longo de três anos, a termos fundamentalmente cumprido.

Essa linha estratégica nem era, sequer, consensual entre os fazedores de opinião. Sendo até certo que – num contexto cultural ainda muito marcado por um imaginário unilateral e antiquadamente nacionalista da nossa história – as vozes que explicitamente criticaram a orientação da Comissão dos Descobrimentos tiveram um eco importante nos meios de comunicação.

Apesar disso, não por arrogância mas por respeito – que também é devido – às nossas próprias convicções, a linha de orientação foi mantida. O silenciamento progressivo do tom de crítica parece indiciar que as obras acabaram por impor a ideia.

Esta decisão de lutar, respeitosa mas firmemente, por ideias próprias acerca do nosso trabalho, em vez de andarmos a procurar satisfazer clientelas ou opinativos conjunturais, faz crescer as responsabilidades no momento da avaliação final. Em contrapartida, deixa-nos muito bem connosco.

<sup>5</sup> Cf., neste sentido, *Oceanos*, n.º 29, «Editorial».



## 2. Ciclos

Pormenor de tapeçaria da série  
As Esferas, Património Nacional,  
Palácio Real, Madrid.



## 2.1 1996

1996 foi, basicamente, um ano de **regularização administrativa e financeira, de reorganização interna e de planificação do triénio.**

Foram definidas as atribuições dos membros da Comissão Executiva, descentralizadas decisões, estabelecidas normas de funcionamento. O pessoal foi classificado de acordo com categorias da função pública. Foram definidas regras de promoção e de valorização do tempo de serviço. Reformou-se e ampliou-se largamente o parque informático (cerca de 30 novos postos de trabalho), a caminho de uma geral e sistemática utilização do computador no trabalho do dia-a-dia, que se tornou depois a rotina do serviço. Foi obtido um novo espaço de trabalho (c. 1000 m<sup>2</sup>). Iniciou-se a renovação da frota automóvel, com a compra de veículos utilitários. Foram criados mecanismos de programação e controlo da contabilidade e processos de gestão financeira coerentes com as normas da contabilidade pública e de eficácia administrativa. A contabilidade foi informatizada. Pela primeira vez, elaborou-se um orçamento de investimentos com recurso a verbas do FIDDAC (c. de 200 000 contos). Foram regularizados débitos referentes a anos transactos (desde 1992), no montante de mais de 200 000 contos. Foi dada satisfação pontual a protocolos de apoio financeiro que registavam sérios atrasos no cumprimento por parte da Comissão (suporte da *Vasco da Gama Chair* no Instituto Universitário Europeu, pagamento da ópera *O corvo branco*, restauro da fragata *D. Fernando II e Glória*).

Contribuiu-se com 100 000 contos para a participação portuguesa na Feira do Livro de Frankfurt. Apesar de tudo, o ano financeiro encerrou-se com um saldo positivo, embora pequeno.

No plano das actividades, a principal preocupação foi a de tomar medidas de fundo, estruturantes da actividade futura:

- criou-se um novo serviço de edições, encarregado da publicação de novas séries de livros de texto (*Outras Margens, Cadernos da Ásia, Cadernos da África, Cadernos da América, Cursos da Arrábida*);
- alargou-se o Conselho Científico, de modo a cobrir novas áreas científicas;
- relançou-se o *Centro Damião de Góis*, nomeando um director, reanimando projectos existentes e criando novos projectos;
- assumiu-se a gestão directa dos *Cursos da Arrábida*, que tiveram neste ano um número recorde de participantes;
- promoveu-se um encontro internacional de especialistas de história da expansão, para definir linhas de orientação da política científica da Comissão;
- estabeleceram-se novos programas de cooperação com instituições académicas e científicas (universidades de Yale, Johns Hopkins, Brown, Oxford, Jawarahal Nehru, École des Hautes Études en Sciences Sociales);
- liderou-se o processo de constituição de uma cátedra perpétua de estudos portugueses (*Vasco da Gama Chair*), na Universidade de Brown, que veio



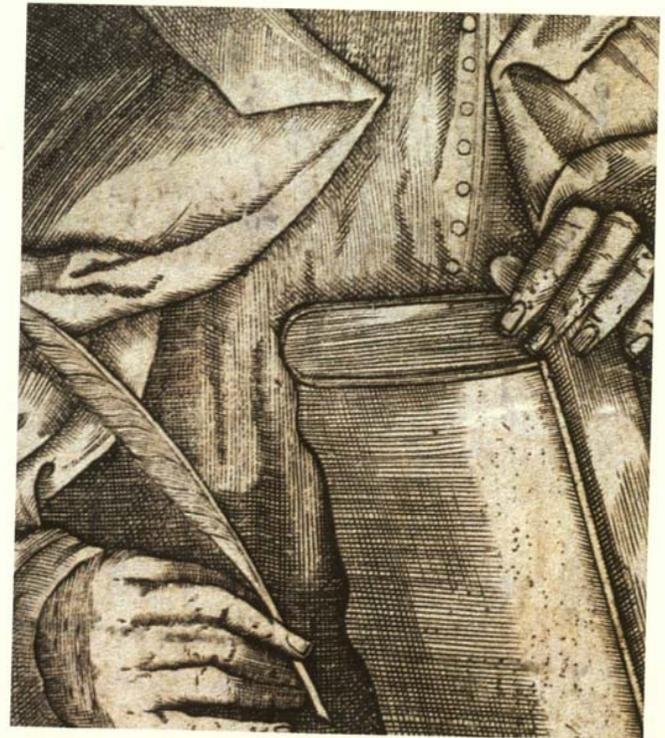
A esquerda  
Tomada de posse do  
Comissário-Geral, Nov. de 1995,  
em cima  
Assinatura do protocolo  
de relançamento do Centro de  
Estudos Damião de Góis.

- a efectivar-se já em 1997;
- criou-se uma equipa de produção de CD-ROMs de texto (coleção *Ophir*);
- criou-se um serviço «África», dedicado à cooperação cultural com os PALOP, no âmbito de competências da CNCDP;
- criou-se um núcleo de audiovisual, tendo-se lançado um programa de promoção de documentarismo histórico;
- desenhou-se o programa das comemorações do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia;
- fixou-se o modelo de participação na EXPO '98, tendo sido estabelecido, com

o respectivo Comissariado, um protocolo de colaboração na produção do Pavilhão de Portugal.

No domínio das exposições e das «actividades de rua», deu-se, basicamente, sequência a actividades já programadas, eventualmente redimensionadas em função do novo programa ou das limitações orçamentais.

Realizaram-se três exposições de arte e história (*D. Manuel I, a Ordem de Cristo e a comenda de Soure; A herança de Rauluchantim; Reflexos. Símbolos e imagens do cristianismo na porcelana chinesa*). Apoiou-se a deslocação a Roma da exposição *Encontros de cultura*.



500 anos de missão. Editaram-se livros de grande formato sobre a colecção de pintura do Museu Militar de Lisboa (*Museu Militar. Pintura e Escultura*) e sobre as viagens aeronáuticas dos portugueses (*Viagens Aeronáuticas dos Portugueses*).

Prosseguiu a circulação nacional e internacional das exposições «leves» (*A cartografia portuguesa e a construção da imagem do mundo; Camões*) e intermédias (*Portugal na abertura do mundo; A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*) da Comissão.

Produziram-se duas novas exposições de cartazes (*João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento e A descoberta dos bicbas*), destinadas a grande circulação, nomeadamente nas escolas, para o que foram elaboradas fichas de exploração pedagógica, em colaboração com o Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Para complementar a primeira, criou-se uma pequena companhia teatral, que realizou mais de 150 espectáculos nas escolas de todo o país.

Estabeleceu-se um programa de documentarismo, tendo-se definido formas de apoio à produção, de que, nos anos seguintes, resultaram vários documentários, quase todos eles premiados em festivais da especialidade. Além disso, foram aprovados dois projectos de co-produção, com a RTP, de séries sobre a viagem de Vasco da Gama (*Mar das Índias, Na rota do Oriente*).

À juventude foram dirigidas, desde logo, as actividades desportivas e de familiarização com o mar apoiadas pela Comissão e, em geral, produzidas pela APORVELA. Delas se destacam as visitas guiadas à caravela *Boa Esperança*, que envolveram, anualmente, várias dezenas de milhares de jovens. Mas também provas de atletismo (*Maratona dos Descobrimientos e Meia-maratona de Lisboa*), um concurso de jornalismo, lançado com a colaboração da Comissão Territorial de Macau para a Comemoração dos Descobrimientos e com patrocinadores privados, nas escolas portuguesas e de Macau, tendo como prémio viagens Portugal-Macau (40) e Macau-Portugal (20).

Mas o objectivo de promover, mais gene-

ralizadamente, a cultura histórica dos portugueses, nomeadamente no relativo ao período da expansão, não foi abandonado. Com base na experiência de anos anteriores, foram realizadas reconstituições de «entradas régias» e de «festas medievais» (Ponte da Barca, Arcos de Valdevez), envolvendo as populações locais, como figurantes, e concitando a presença de dezenas de milhares de pessoas, aquando da sua realização. O facto de a Comissão dispor de um riquíssimo guarda-roupa histórico (cerca de 600 fatos), continuamente enriquecido, permitiu dar um grande brilho a estas actividades. Só o custo e peso logístico obrigou a limitar este tipo de espectáculos.

## 2.2 1997

O ano de 1997 teve características diferentes. O principal da reorganização interna estava feito. As actividades puderam, então, ser relançadas. Em torno de três núcleos temáticos.

**O primeiro foi o da preparação das comemorações do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia.** Na realidade, estas comemorações iniciaram-se ainda nesse ano com uma sessão solene na Sociedade de Geografia, comemorativa da partida de Vasco da Gama, presidida pelo Presidente da Assembleia da República – na ausência do Presidente da República, ausente do país – e com a presença de altas individualidades civis, militares e académicas. As comemorações prosseguiriam no ano seguinte. Mas aquilo que veio a aparecer depois começou a ser preparado muito antes. A grande exposição *Culturas do Índico*, que viria a ter lugar no Museu Nacional de Arte Antiga, envolveu o trabalho de vários técnicos e consultores que, desenvolvendo um guião da responsabilidade da Comissária da Exposição, Prof.<sup>a</sup> Doutora Rosa Maria Perez, visitaram museus portugueses e estrangeiros em busca das peças mais significativas, reuniram com colegas estrangeiros para discutir a lógica global do evento e a sua concreti-

zação, organizaram *workshops* preparatórios (como o colóquio internacional *The Portuguese Expansion and the Cultures of the Indian Ocean*, realizado em Lisboa em Setembro de 1997), estudaram, com arquitectos e *designers*, o *layout* adequado, encomendaram peças para venda nas lojas da exposição, prepararam os textos do catálogo, organizaram diaporamas a exhibir. Como, para além disso, se tratava de um programa integrado, em que a exposição se devia cumprir com outros eventos, o Comissariado da exposição coordenou também a pré-produção de uma série de televisão (*Mar das Índias*), bem como a edição de discos (*A viagem dos sons*) e, até, a organização de manifestações musicais (*Sons e sabores*).

No plano das relações com as autoridades indianas, a Comissão dos Descobrimientos – sem perder de vista que o principal agente neste domínio tinha de ser o Ministério dos Negócios Estrangeiros – procurou explicar claramente os objectivos das comemorações da viagem de Vasco da Gama. O nosso ponto de vista foi sempre o seguinte: respeitando embora as diferentes avaliações que podem ser feitas das suas consequências, a viagem de Gama não apenas constitui um acontecimento marcante – em muitos planos e sentidos – da história do mundo como inaugurou um período de meio milénio de convívio de culturas que deixou um legado inocultável, tanto na cultura portuguesa e europeia como na cultura indiana. Esse legado deve ser conhecido, na sua riqueza e complexidade e como componente tanto das culturas portuguesa e indiana como da diversidade cultural do mundo, e deve ser preservado. Sublinhámos sempre o empenhamento da Comissão na divulgação recíproca das histórias e cultura indianas e portuguesas, bem como a disponibilidade da Comissão para colaborar em programas de recuperação patrimonial.

A recepção a estes propósitos foi geralmente positiva. Em Deli, obteve-se o acordo para a criação de uma cátedra de estudos indo-portugueses na Universidade Jawarahal Nehru, uma universidade de elite, de grande

prestígio interno e internacional. Os responsáveis da Comissão foram recebidos por altas individualidades da administração e do Governo da Índia, a quem comunicaram o seu programa comemorativo. O Embaixador da Índia em Lisboa esteve presente em várias cerimónias organizadas pela Comissão dos Descobrimientos, tendo colaborado com a Comissão na organização de vários eventos culturais. Teve grande repercussão nos meios culturais da Índia a exposição *A roda de fiar*, sobre Gandhi e a arte do *khadi*, organizada pela Comissão dos Descobrimientos e comissariada pela senhora Tara Bhattacharjee, neta do Mahatma. Uma colaboração formal da Índia nas comemorações da viagem de Vasco da Gama deixou de ser possível, a partir da declaração oficial e espontânea do Governo da Índia, na Primavera de 1997, de que não se associaria a essas comemorações. Tal associação formal nunca fora, aliás, solicitada pela Comissão nem, ao que se sabe, pelas autoridades portuguesas, dado o melindre que se sabia inerente ao tema. De facto, na Índia, significativas correntes de opinião reagiam negativamente à ideia de comemorar a viagem de Vasco da Gama, tomada como o ponto de partida da hegemonia europeia no subcontinente. Correntes mais localizadas e menos significativas eram especialmente reactivas ao colonialismo português, o último a desaparecer da Índia e, em certos aspectos (como a disciplina religiosa, no período da Inquisição), considerado como o mais agressivo. Mas, sobretudo, a chegada de Vasco da Gama não tem, na multissecular e variegada história da Índia, o impacto que tem na história de Portugal ou – para trazer um exemplo paralelo – o impacto que tem a viagem de Cabral na história do Brasil. O Governo indiano, por sua vez, fora, durante meses, seriamente pressionado pela então oposição nacionalista para se distanciar formalmente das comemorações portuguesas. A desdramatização desta declaração e a reafirmação das intenções não revivalistas, ecuménicas e respeitadoras que animavam o programa comemorativo português foi a tónica adoptada pela Comissão.

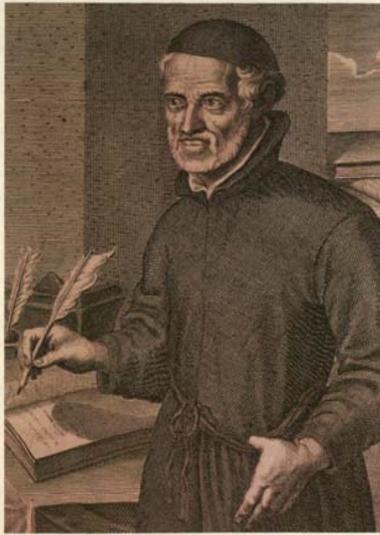


em cima  
Apresentação pública  
do programa «Índia»  
à direita  
Rosto da exposição de  
cartazes «Padre António  
Vieira» e catálogo da  
dramatização *A Voz Visível*  
baseada em textos do autor.

# 1 padre António Vieira

António Vieira, S.J. (1608-1697)

Moço, português, missionário, orador e diplomata, António Vieira foi um dos personagens mais fascinantes do século XVII português. Ao longo da sua vida procurou sempre protagonizar os principais acontecimentos políticos, militares, económicos e culturais do seu tempo. Vieira e alguns de si lugares tão diversos como a agitada Baía dos Tâncos, colónias, a católicada Lisboa da Guerra da Restauração, a cosmopolita e agitada Amsterdão, o Brasil mais do Maranhão e a magnífica fuma do papa Alexandre VIII de Cristina de Suécia. Envolvido e impulsionado com a mesma determinação com que defendeu os judeus, os índios e os negros escravizados no Brasil, foi para ele forte momento que foi a sua vida, desde uma única história realista, que o coloca ao nível dos mais importantes homens de letras daquele tempo.




**Vieira Avoz visível**  
Cristina Paiva João Ley  
Encenação de Carlos Pomato

Alguns artistas e comentadores seguiram exactamente a via contrária, glosando e exagerando o distanciamento indiano. A menos que se pretendesse lançar algum movimento retaliatório (?) ou fazer figura de «coitadinhos», não se vê bem qual a utilidade da postura. Salvo, claro está, o «dever de informar».

De algum modo relacionado com este núcleo temático estava a preparação da **participação da Comissão dos Descobrimentos na EXPO '98**, evento estreitamente (embora não formalmente)

relacionado com a viagem de Vasco da Gama. Logo em 1996, foi afastada a ideia de ter na expo '98 um pavilhão próprio. Pelos custos que isso envolveria, mas, sobretudo, pelo facto de os seus conteúdos úteis estarem já apropriados pelo Pavilhão de Portugal, cujo tema seria «A Viagem Oceânica». A solução natural foi a de uma parceria com o Comissariado deste Pavilhão, nos termos da qual a Comissão dos Descobrimentos prestaria consultoria científica e se encarregaria de produzir alguns sectores da programação

(algumas edições e objectos para venda e o programa de animação musical). Foi nisto que se trabalhou durante o ano de 1997. O sector de audiovisual preparou os mais de 50 espectáculos musicais dos fins-de-semana, bem como o espectáculo oferecido no dia de Portugal. Uma equipa constituída *ad hoc* preparou o guião do CD-ROM *Navegar. O tempo português*. Outro núcleo encarregou-se da produção dos dois livros lançados com a etiqueta comum (Rui Rocha, *A Viagem dos sabores*; Diogo Ramada Curto (dir.), *O tempo de Vasco da Gama*). Já quanto a outras duas formas de presença da Comissão na expo '98 (fragata *D. Fernando II e Glória*; ópera *O corvo branco*), a actividade limitou-se ao financiamento.

**As comemorações do III centenário da morte do P.º António Vieira** constituíram outro dos pólos temáticos do ano. Em torno da exposição de cartazes sobre Vieira surgiram, em Portugal e no Brasil, numerosas actividades de animação cultural. No nível académico, foram apoiados, de formas diversas, mais de uma dezena de colóquios e seminários. Lançou-se um número especial da revista *Oceanos*. Iniciou-se a preparação de um CD-ROM com as obras completas de Vieira, que virá a ser lançado em 1999. Lançaram-se quatro discos de sermões, ditos por grandes actores portugueses.

Este extenso programa de actividades fortemente relacionado com o Brasil integrou-se, de resto, no lançamento da preparação intensiva das actividades enquadradas na preparação das comemorações cabralinas. A Comissão Bilateral Executiva para as Comemorações do V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral foi reanimada, passando a reunir periodicamente e a trabalhar metodicamente no programa bilateral das comemorações. O Presidente da Comissão brasileira e Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel, visitou a Comissão dos Descobrimentos. No mesmo ano, a Comissão Bilateral reuniu pela primeira vez em Portugal. A espinha dorsal dos eventos comemorativos até ao ano 2000 ficou esboçada.

Para além destas áreas nucleares, a Comissão levou a cabo **centenas de acções**, no país e no estrangeiro, nos vários sectores de actividade.

Na **área académica e científica**, salientou-se a criação de uma cátedra perpétua em Brown, Providence (EUA), mediante a constituição de um fundo de 1,5 milhões de dólares, por um consórcio de fundações promovido pela Comissão dos Descobrimentos, que realizou a maior contribuição (600 000 contos). No âmbito do Centro Damião de Góis, dotado pela Comissão com um orçamento de c. de 80 000 contos anuais, desenvolveram-se 20 projectos visando a disponibilização de documentação para a história da expansão. O programa de 1997 das *Conferências da Arrábida* manteve a elevada exigência do ano anterior. Mas progrediu no sentido da internacionalização, tendo associado ao patrocínio dos cursos o Instituto Universitário Europeu, de Florença, e a École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris. Ao mesmo tempo, iniciou-se a publicação, em colaboração com as publicações Europa-América, de uma selecção dos seus seminários, tendo saído, neste ano, três volumes relativos aos seminários de 1995 e de 1996. Pela primeira vez, a Fundação Oriente colaborou no financiamento, preparando uma situação de completa co-produção do programa, a partir de 1998. Para além disto, a Comissão dos Descobrimentos organizou ou patrocinou mais de 30 congressos, colóquios ou seminários.

No domínio das **publicações**, concretizou-se a linha de orientação, que já vinha do ano anterior, de promover séries coerentes de publicações, evitando o atomismo de apoios pontuais a linhas editoriais alheias. Assim, surgem em 1997 as três grandes novas linhas de publicações da Comissão dos Descobrimentos: colecção *Outras Margens*, dedicada à edição de fontes e ensaios; colecção *Cadernos (da Ásia, da África, da América)*, dedicada à reedição de «novos clássicos» sobre o mundo ultramarino, literatura dos finais do século XIX e inícios do século XX que lançou, em termos modernos, a reflexão sobre o espaço

colonial; colecção *Cursos da Arrábida*, publicando actas dos seminários da Arrábida. A revista *Mare Liberum* foi completamente reformulada. Como complemento das exposições, manteve-se a publicação dos catálogos, nos quais a Comissão dos Descobrimentos criou uma tradição de qualidade científica e estética. Para além disso, publicaram-se alguns livros de aparato. Os programas de co-produção foram limitados a entidades que garantissem plenamente o prestígio das colecções. Isso aconteceu com o Centro Cultural Calouste Gulbenkian (Paris), com a Fundação Oriente, com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, com a qual se celebrou um protocolo dando continuidade à colecção «Mare Liberum», da sua responsabilidade, e com as Éditions Chandeigne. No âmbito destes programas foi publicada, em 1997, cerca de uma dezena de livros. Porém, continuaram a apoiar-se, pontualmente, edições alheias, sob a forma de compra de um certo número de exemplares, destinada a viabilizar a edição comercial e a constituir, juntamente com as edições da Comissão, bibliotecas oferecidas a diversas entidades portuguesas e estrangeiras.

Uma área totalmente nova e que, uma vez montada a máquina, começou este ano a produzir resultados, foi a das **edições em suporte digital**. Foi lançado o primeiro CD-ROM da colecção *Ophir. Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses*, ao qual se deverão seguir, nos anos seguintes até 2000, cerca de 15, num total de mais de 200 000 páginas de texto. Trata-se de edições em texto integral de obras muito volumosas, compactando num único CD-ROM dezenas de milhares de páginas de livro. A edição electrónica está dotada de poderosos instrumentos de busca, que permitem procurar palavras ou conjuntos de palavras, identificar e contar as suas ocorrências.

No programa de edições **audiovisuais**, programa em que se investiram, em 1997, mais de 100 000 contos, a Comissão dos Descobrimentos orientou o seu programa para o documentarismo, celebrando com a RTP um contrato de co-produção de séries docu-

mentais sobre a expansão portuguesa. Duas dessas séries (*Mar das Índias e Na rota do Oriente*) entraram em produção, tendo ficado prontas para exibição em 1998 e 1999. Paralelamente, foram apoiados nove outros projectos de produtores independentes, todos no domínio do documentarismo sobre as viagens portuguesas. Com este programa de apoio ao documentarismo, a Comissão dos Descobrimentos contribuiu ainda, juntamente com a RTP, para o fortalecimento de uma escola portuguesa de documentarismo. A recuperação de preciosos filmes do primeiro quartel deste século sobre o mundo ultramarino, pertencentes à Cinemateca Nacional, foi o objectivo do programa *Arquivos do Oriente*, integralmente financiado pela Comissão dos Descobrimentos, em execução em 1997 e 1998. No domínio da ficção, a Comissão apoiou o lançamento, nos anos de 1996 e 1997, do filme de João Mário Grilo, *Os Olhos da Ásia*, por si patrocinado.

Quanto ao domínio da **música**, ao vivo ou gravada, a Comissão dedicou-se, sobretudo, à preservação ou divulgação de documentos de música étnica. Promoveu a série *Sons e sabores*, de espectáculos musicais de zonas lusófonas, em colaboração com a ONG Oikos e o Departamento de Etno-Musicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, série que, dado o sucesso que teve, foi repetida e alargada a outros contextos no ano de 1998, tendo ainda inspirado o programa de animação musical que a Comissão desenhou e financiou para o Pavilhão de Portugal. No domínio da música gravada, começou a ser preparada uma colecção de CDs de música sobre os contextos de cruzamento entre música local e portuguesa, que viria a ser editada em 1998, e foi estimulada a recriação musical sobre os mesmos temas, tendo sido encomendado um álbum de música inspirada nos sons do Índico aos artistas Maria João e Mário Laginha.

A organização de exposições de arte e história continuou a ser um dos domínios consagrados de actividade na Comissão dos Descobrimentos. No ano de 1997, produziram-se tanto exposições de peças originais

como exposições de cartazes e de réplicas, de grande difusão e transportabilidade. No conjunto, realizaram-se cerca de vinte exposições, na produção e circulação das quais se investiram mais de 450 000 contos. Delas se destaca o conjunto de exposições sobre cartografia, integradas no XVII Congresso Internacional de História da Cartografia.

As exposições de réplicas e cartazes permitiram a circulação e difusão de um certo tema (pelas escolas, por espaços públicos, pelo estrangeiro) e constituíram o suporte para outras actividades. De entre as que se montaram, de novo, em 1997, salientamos a exposição *Padre António Vieira*, ilustrando em 25 cartazes o «tema do ano» da Comissão e constituindo o pólo agregador de múltiplas actividades em Portugal e no Brasil, para onde foram enviadas 600 unidades. Já a exposição *Memórias árabo-islâmicas em Portugal* – tecnicamente mais complexa – foi destinada a circular em Portugal e nos países árabes do Próximo e Médio Oriente.

**África** mereceu uma atenção particular, em várias frentes. Na da cooperação académica, realizaram-se grandes congressos de história em Moçambique (1996) e Angola (1997), enviaram-se conferencistas, ofereceram-se bibliotecas e começaram a ser preparadas edições de livros considerados importantes pelos intelectuais e académicos dos próprios países. No plano da divulgação, produziu-se a exposição *Espaços e Cidades em Moçambique*, sobre a diversidade de influências na formação dos espaços de vida neste país. A salvaguarda do património histórico monumental, nomeadamente do relacionado com a expansão portuguesa, constitui outro dos domínios de actividade da Comissão dos Descobrimentos. Em 1996, foi iniciado um programa de restauro de jóias arquitectónicas da Ilha de Moçambique, à qual tinha sido dedicado, nesse mesmo ano, um já clássico número da revista *Oceanos*. Em 1997, foi concluído o restauro da Capela de Nossa Senhora do Baluarte, a primeira igreja da Ilha, ainda de estrutura manuelina. Foi este o primeiro empreendimento de restauro dirigido e financiado por uma entidade portuguesa naquela Ilha, de-

pois que esta foi considerada património mundial da humanidade. Em Moçambique e Angola, a Comissão dos Descobrimentos participou no financiamento de outras acções de salvaguarda do património, como o envio de missões de peritos em restauro.

Muita continuou a ser a atenção dedicada à **juventude e escolas**. Orientado para o público escolar foi o vasto programa de actividades do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, dependente do Ministério da Educação mas parcialmente financiado pela Comissão. Directamente, a CNDP desenvolveu outras acções complementares: editou a revista *Na crista da onda*; produziu exposições de cartazes, já referidas, visando o público escolar; manteve em funcionamento o seu grupo de teatro que realizou nas escolas, em 1997, mais de duas centenas de representações da peça *A voz visível*, montagem de textos do P. António Vieira; promoveu, no âmbito do programa luso-brasileiro das comemorações, a avaliação dos manuais escolares de Portugal e do Brasil, no que respeita às imagens mútuas dos dois países; apoiou o programa da Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses de ligação, via *Internet*, de escolas portuguesas e maceenses.

O público juvenil foi ainda o destinatário das actividades de **promoção do desporto**, com destaque para o atletismo e a vela. Apoiámos a *Meia-maratona de Lisboa*. Dentro dela iniciámos, neste ano, a «Rota dos Descobrimentos», uma prova-convívio, não competitiva, a que se associa animação cultural (exposições, teatro, etc.). Na vela – um desporto estreitamente ligado ao tema das comemorações –, apoiámos as actividades da Associação Portuguesa de Vela (nomeadamente as visitas guiadas a uma caravela), co-patrocinámos a regata de veleiros *Cutty Sark* bem como a participação de velejadores portugueses em duas importantes regatas internacionais, em 1997.

O trabalho com as **autarquias** constituiu uma das formas de levar o tema dos descobrimentos a públicos muito diversificados.



Jovem hindu, Gujrate, Índia

Nesse sentido, continuaram em circulação por centros e espaços culturais municipais e escolares dezenas de módulos de exposições de cartazes. Em 1997, foram realizados, em colaboração com as autarquias de Aveiro, Santarém e Barreiro, espectáculos de reconstituição histórica de festas, valorizando o magnífico guarda-roupa histórico da Comissão. Em colaboração com o Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, patrocinámos dez audições públicas de sermões de Vieira. Produção da CNCDP, foi o trabalho de Luís Madureira com o Coro Gregoriano de Lisboa, que levaram a cabo dez espectáculos de missa gregoriana associada à pregação de um sermão do Padre António Vieira. Ainda no âmbito das comemorações de Vieira, e em colaboração com o Instituto Português do Livro e da Leitura, foram feitas animações das principais bibliotecas da Rede de Leitura Pública, através do espectáculo «Ler Vieira», encenado por Carlos Pimenta.

A necessidade de divulgar estas actividades, levou a iniciar a publicação do boletim *Descobrimentos* (inserido bimensalmente no *Jornal de Letras*), bem como a criar uma página na *Internet* (<http://www.cncdp.pt>).

## 2.3 1998

O programa de actividades da Comissão dos Descobrimentos para 1998, embora tenha incluído mais de três centenas de actividades diversas, privilegiou, naturalmente, as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. Mas incluiu o programa de participação na EXPO '98 bem como uma preparação já muito activa do programa das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

### 2.3.1 O «ciclo da Índia»

O programa global de comemorações foi apresentado publicamente no Mosteiro dos Jerónimos, a 11 de Maio de 1998, com a presença de ministros, corpo diplomático e individualidades académicas, civis e militares. Das actividades então anunciadas, salientavam-se as grandes exposições de Lisboa (*Culturas do Índico*, Museu Nacional de Arte Antiga, Junho-Setembro) e do Porto (ciclo de exposições *Memórias do Oriente*, Edifício da Alfândega, Junho 98-Julho 99, *Arte do Marfim*, Junho-Dezembro) e as actividades culturais envolventes. Qualquer das



Fragata D. Fernando II e Glória cujo restauro foi parcialmente financiado pela CNCDP.

exposições, inauguradas pelo Presidente da República, constituiu um facto cultural muito importante, a que a imprensa deu grande e elogioso destaque.

Mas os temas da Índia, do Oriente e de Vasco da Gama foram glosados em outros registos. Para ele já remetiam a exposição *A roda de fiar* bem como a bellissima mostra sobre cultura popular de Goa (*Histórias de Goa*), co-produzida com o Museu de Etnologia e aí exibida durante meses. Mas ainda duas outras exposições de originais foram exibidas, estas fora de Lisboa (Évora: *Do mundo antigo aos novos mundos*; Sines: *Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*), ao passo que, novamente em Lisboa, uma mostra na Sociedade de Geografia recordou as comemorações de há cem anos *O centenário da Índia (1898)*. Celebrou-se um congresso internacional, aberto pelo Presidente da República e participado pelos melhores especialistas do tema (*Vasco da Gama. Homens, viagens e culturas*, em Lisboa). Promoveram-se edições de livros (3) e CD-ROMS (1) sobre Vasco da Gama e a sua viagem.

Editaram-se números especiais das revistas *Oceanos*, *Mare Liberum* e *Na crista da onda*. Patrocinou-se a edição do catálogo da exposição, organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian, *Vasco da Gama e a Índia* (Paris, Chapelle de la Sorbonne, Maio-Junho). Produziu-se uma exposição de cartazes *Vasco da Gama e a descoberta do caminho marítimo para a Índia*, enviada para escolas, centros culturais, embaixadas portuguesas, etc.

Finalmente, financiaram-se duas séries documentais sobre Gama e o Índico, de vários episódios cada (*Into the rising sun / Na rota do Oriente*, de Luc Cuyvers; *Mar das Índias*, de Camilo de Azevedo) e alguns documentários sobre aspectos diversos da cultura indiana.

### 2.3.2 A participação na EXPO '98

A participação consistiu, antes de mais, na colaboração na produção do Pavilhão de Portugal. O que incluiu: aconselhamento científico, montagem do programa de animação cultural, organização e financiamento do espectáculo do *Dia de Portugal* (concerto de

Maria João e Mário Laginha), edição de dois livros, edição de uma série de 12 CDs de música étnica (*A viagem dos sons*), co-produção de um CD-ROM interativo, feitura de produtos para a loja.

Além disso, a Comissão organizou o programa de exposições *Portas da EXPO '98* para os turistas que viessem para a exposição, nomeadamente provenientes de Espanha, de que faziam parte as exposições *Portugal na abertura do mundo*, exibidas em Valença e Elvas, bem como as exposições *Os construtores do Oriente Português* e *Arte do marfim*, no Porto, *Do mundo antigo aos novos mundos*, em Évora, e *Da ocidental praia lusitana*, em Sines.

De trás vinham já: a encomenda da ópera *O corvo branco*, de Philip Glass – que teve a sua estreia na expo '98, nos finais de Setembro; o compromisso de participação (em 25% dos custos totais) no restauro da fragata *D. Fernando II e Glória*, fundada na doca da Exposição e albergando o Pavilhão das Comunidades; e o co-financiamento da regata de veleiros oceânicos *Cutty Sark Trophy*.

No domínio do documentarismo, a Comissão co-produziu com a expo '98 as séries *Uma saga europeia*, de Francisco Manso, e a já referida *Na rota do Oriente*, ambas com ampla difusão em canais televisivos internacionais.

### 2.3.3 A preparação das comemorações cabralinas

Um grande ciclo comemorativo – que vem sendo preparado pela Comissão no âmbito da Comissão Bilateral Executiva para as Comemorações do Descobrimento do Brasil – é o das comemorações da viagem de Pedro Álvares Cabral. Embora já com um conjunto importante de actividades a decorrer, o ano de 98 foi sobretudo um ano de preparação das actividades do próximo biénio.

O programa proposto pela Comissão dos Descobrimentos à Comissão Bilateral foi concebido de modo a obedecer aos seguintes objectivos estratégicos:

- estreitar as relações entre os dois povos e Estados;

- promover no Brasil a imagem de Portugal, como:

- a) um país que contribuiu de forma essencial para a formação do Brasil, tal como ele hoje existe, e
- b) um país culto, moderno e empreendedor;

- promover uma adequada cultura histórica dos portugueses;
- homenagear aqueles a quem se deve, desde o século XVI até ao século XX, a gesta brasileira dos portugueses.

Na selecção das actividades, propôs-se, como linha de orientação, dar prioridade a acções que:

- abordem temas de interesse comum a portugueses e brasileiros;
- destaquem os mais fortes contributos portugueses para a construção do Brasil;
- desmontem imagens negativas e injustas de Portugal, dos portugueses, da sua história e do seu contributo para a formação do Brasil;
- se desenolem nos dois países, simultânea ou sucessivamente;
- se distingam pela qualidade intelectual, artística ou técnica, documentando a capacidade dos produtores culturais portugueses;
- produzam resultados duradouros, nomeadamente no plano científico e educativo.

A Comissão dos Descobrimentos elegeu o Norte de Portugal como principal (embora não único) pólo destas comemorações, já que foi com o Norte que se realizaram as principais interações luso-brasileiras (demográficas, artísticas e culturais). A importância que o Norte terá como pólo das comemorações levou a Comissão dos Descobrimentos a procurar uma estreita cooperação com a Câmara Municipal do Porto, nomeadamente quanto à programação e financiamento das actividades que decorrem nessa cidade.

De acordo com as linhas anteriormente explicitadas, o programa comemorativo específico da Comissão dos Descobrimentos subordina-se ao tema «O contributo português na formação do Brasil», salientando o

papel dos portugueses – pelo descobrimento, reconhecimento, povoamento e desenvolvimento – na formação da unidade territorial do Brasil, factor fundamental da sua unidade, diferenciação e grandeza. Desdobra-se nos seguintes subtemas:

- A construção territorial do Brasil: espaços, cidades e homens «achamento» do espaço; representação do espaço brasileiro; construção do espaço político – as cidades.
- Portugueses na construção do Brasil período colonial; Brasil independente.
- O futuro de um legado (actualidade e prospectiva das relações luso-brasileiras).

### 2.3.4 Outras áreas de actividade

Para além destes programas prioritários, mantiveram-se actividades nas outras áreas de trabalho da Comissão.

No âmbito do programa *Africa*, a Comissão dos Descobrimentos desenvolveu actividades em vários dos países lusófonos, no-

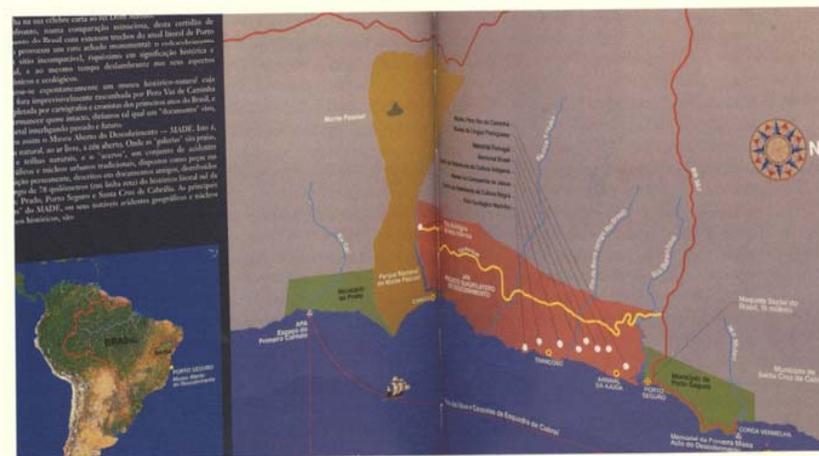
meadamente em duas áreas de actividade.

Na área da recuperação do património construído, a Comissão foi a única entidade com trabalho efectivo de recuperação de património na Ilha de Moçambique. Este ano, iniciou as intervenções no Palácio de S. Paulo e na Igreja da Misericórdia, tendo ainda criado um fundo de USD 400 000 (a mesma quantia disponibilizada pela UNESCO) para prosseguir trabalhos do género nos anos de 1999 e 2000.

Complementar destas acções foram as de divulgação do urbanismo colonial, por meio de exposições itinerantes de cartazes. À já existente sobre o urbanismo colonial moçambicano, foi produzida outra sobre o urbanismo e arquitectura coloniais cabo-verdianas (*Espaços urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*).

Na área da cooperação académica e cultural, foram enviados especialistas de vários sectores a Moçambique e a Cabo Verde; foram editadas obras de interesse para as comunidades académicas africanas lusófonas (AA.VV., *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Luanda, 3-6 de Abril 95; AA.VV., *Actas do Seminário Moçambique: Navega-*

Porto Seguro, Brasil. Museu Alberto do Descobrimento.





ções, comércio e técnicas, Maputo, Novembro 96; Orlando Ribeiro, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*; AA.VV., *Memórias de Sofala*); foram oferecidos dez computadores ao Arquivo Histórico de Moçambique; foram oferecidas bibliotecas e exposições de cartazes; foi editado um disco de música étnica.

De destacar, ainda, a criação, em 1998, de um novo programa de concessão de 35 bolsas bienais a intelectuais dos países lusófonos (incluindo Timor) que pretendam fazer em Portugal estudos de pós-graduação em qualquer área do saber.

No âmbito dos programas de **promoção da investigação científica**, a Comissão prosseguiu mais umas centenas de actividades:

- de apoio à investigação (bolsas, apoio a projectos); de investigação documental (Centro Damião de Góis); de apoio a instituições académicas e de investigação, nacionais e estrangeiras; de organização de ensino de especialização (Cursos da Arrábida);
- de atribuição de prémios científicos.

No domínio da produção **audiovisual**, a Comissão dos Descobrimentos prosseguiu o seu programa de apoio ao documentarismo. Os resultados cifraram-se, até agora, na produção de uma dúzia de documentários, quase todos eles premiados ou apurados para concursos. Foram ainda recuperados filmes de Ruy Cinatti, dos anos 60, sobre Timor, no âmbito de um programa de recuperação de património fílmico estabelecido com a Cinemateca Nacional. Produziram-se cerca de vinte discos áudio, entre os quais os da série *A Viagem dos sons*, considerada pela crítica como um marco na edição de música étnica.

No domínio da **escola e juventude**, prosseguiu o apoio financeiro ao Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, tendo a Comissão apoiado ainda o Concurso de Jornalismo Juvenil «Portugal Macau»; o programa de iniciação à marinharia histórica da **APORVELA**; as regatas e actividades de mar, das quais se destacou a regata *Cutty Sark – Vasco da Gama Memorial*; e programas de atletismo.

Praça do Palácio de S. Paulo na ilha de Moçambique.



### 3. Obra



Aspecto da exposição  
Os Construtores do Oriente  
Português



### 3.1 Programas académicos e de investigação

#### 3.1.1 Apoio a instituições académicas nacionais

##### 1996-1998

Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Mestrado em *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XIV-XVIII)*.

Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Mestrado em *História do Brasil e em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*.

Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Mestrado em *Relações Históricas Portugal, Brasil, África, Oriente*.

Universidade dos Açores. Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Mestrado em *História Insular e Atlântica (Séculos XVI-XX)*.

#### 3.1.2 Apoio a instituições académicas internacionais

##### 1996-1998

EUA:

Universidade de Brown (Providence, Rhode Island). *Vasco da Gama Chair on Early Modern Portuguese History*. Cátedra perpétua constituída na Universidade de Brown por um consórcio de instituições portuguesas: CNCDP, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Fundação Oriente, Instituto Português do Oriente (Macau). Fundo financeiro: USD 2 000 000, dos quais 1 500 000 doados pelas instituições portuguesas antes referidas.

Universidade de Yale (New Haven, Mass., EUA). Departamento de Estudos Hispânicos.

Programa de Ensino e Investigação em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Mundo.

Universidade Johns Hopkins (Baltimore, Maryland, EUA). Departamento de História. Programa de Ensino e Investigação em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Mundo.

Universidade de Columbia (Nova Iorque). *Camões Center*. Programa de Ensino em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Mundo.

Universidade de New Hampshire (Durham, Carolina do Norte, EUA). *International Conference Group on Portugal. Prince Henry, the Navigator Professorship of Portuguese History and the Discoveries*.

Universidade de Massachusetts (Darmouth, Mass., EUA). Programa de Ensino e Investigação em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Mundo.

Rutgers, The State University of New Jersey (Newark, New Jersey, EUA). Ofertas de publicações e conferências.

EUROPA:

Instituto Universitário Europeu (Florença, Itália). *Vasco da Gama Chair*.

Universidade de Oxford (Oxford, Reino Unido). Cátedra D. João II. Centro de Estudos dos Descobrimentos Portugueses.

École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França). Programa de apoio ao desenvolvimento de projectos de investigação em história da expansão portuguesa no mundo e intercâmbio de investigadores portugueses e franceses. Centros de investigação abrangidos no programa: Instituto de Investiga-

A esquerda  
Abertura do XVI Congresso  
Internacional da História da  
Cartografia, 1997.



जवाहरलाल नेहरू विश्वविद्यालय  
JAWAHARLAL NEHRU UNIVERSITY  
NEW DELHI-110067



The Department of Portuguese  
and Brazilian Studies

tigação Científica Tropical, Universidade dos Açores e Instituto Europeu de Florença.

Universidade Michel Montaigne (Bordéus, França). Conferências e Seminários sobre História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Mundo. Intercâmbio com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ÁSIA:

Universidade Jawaralal Nehru (Nova Deli, Índia). Cátedra Diogo do Couto em Estudos Indo-Portugueses.

Universidade de Goa (Pangim, Índia). Departamento de Estudos Portugueses.

BRASIL:

Universidade de São Paulo, Brasil. Cátedra Jaime Cortesão.

#### 3.1.3 Apoio a instituições culturais nacionais e internacionais

##### 1996-1998

Biblioteca Nacional de Lisboa. Programa conjunto de bolsas de investigação.

Comissão Cultural Luso-Americana. Programa conjunto de bolsas de investigação (*Fernão de Magalhães Fulbright Award*).

Comissão Municipal dos Descobrimentos de Lagos. Programa académico e cultural.

The John Carter Brown Library (Providence, Rhode Island, EUA). Inventariação dos fundos bibliográficos relativos à presença portuguesa na América.

#### 3.1.4 Cursos da Arrábida

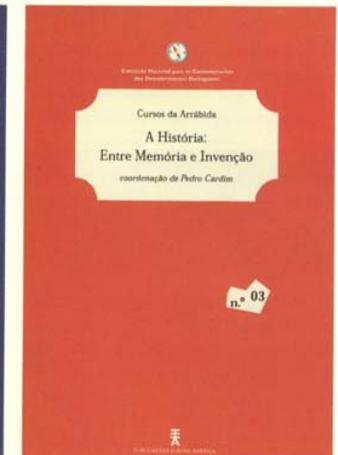
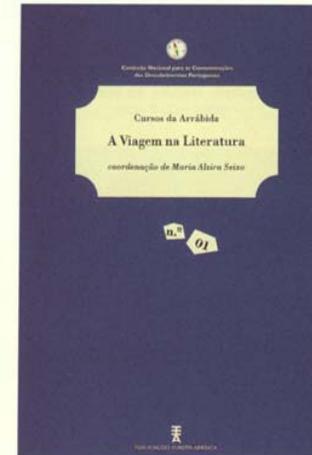
1996 (Director académico: Bernardino Gomes):

- Conferência inaugural: *Tradição e inovação* por Jacques Revel;
- *A História. Entre memória e invenção*. Coordenação: Pedro Cardim;
- *Cidades e escalas de intervenção*. Coordenação: João Ferrão;
- *O direito dos criadores intelectuais no novo mundo da informação*. Coordenação: Rosa Videira;
- *Terminologias científicas e técnicas*. Coordenação: Maria Helena Mateus e Maria Renée Gomes;
- *Os Media. Ética e responsabilidade*. Coordenação: Mário Mesquita;
- *Novos usos da floresta. Para uma economia da diversidade*. Coordenação: Maria João Botelho;
- *Master Class sobre o Método por Marcia Haufrecht*. Coordenação: António Caldeira Pires;
- *Academia de Verão para artistas plásticos*. Coordenação: Companhia do Triângulo;
- *Interculturalismo e cidadania nos espaços lusófonos*. Coordenação: Maria Beatriz Rocha-Trindade e Instituto Camões;
- *A descolonização portuguesa*. Coordenação: Manuel Lucena;
- *5.º encontro de prospectiva*. Coordenação: Mariano Gago;
- *Genoma humano*. Coordenação: Maria de Sousa;
- *O justo e a justiça. Incorporações transversais*. Coordenação: Rui Mota Cardoso;
- *A Europa e o nacionalismo*. Coordenação: João Marques de Almeida;
- *Liberdade, virtude e interesse próprio*. Coordenação: João Carlos Espada;
- *História da arte em Portugal segundo os novos programas do ensino secundário*. Coordenação: Raquel Henriques da Silva;
- *Património arquivístico e memória social*. Coordenação: Manuel Real;
- *Novas tecnologias no ensino da matemática e nas ciências. Explorando a Internet*. Coordenação: João Pedro da Ponte;

CURSOS DA  
**ARRÁBIDA**  
PORTUGAL



ao lado  
Vista geral do Convento  
da Arrábida.  
em cima  
Frei Martinho de Santa Maria,  
no convento.



Algumas publicações dos  
Cursos da Arrábida.

- *Multimédia e museus na sociedade de informação.*  
Coordenação: Isabel Cordeiro e Pedro Baptista;
- Conferência de Encerramento: *Os limites do pluralismo democrático* por Danilo Zolo.

1997

- Director académico: Bernardino Gomes
- Conferência de Abertura: *A Europa. Integração e diversidade* por Dusan Sidjanski;
- *Econometria de séries temporais. Novos temas de investigação.*  
Coordenação: Nuno Crato;
- *Micro-histoire. Expériences, expérimentation, enjeux.*  
Coordenador: Jacques Revel;
- *Literatura judaico-portuguesa.*  
Coordenação: Lucia Liba Mucznik;
- *Terminologias e dicionários técnicos.*  
Coordenação: Maria Helena Mateus e Maria Renée Gomes;
- *Observatório da descolonização.*  
Coordenação: Manuel de Lucena;
- *Engendering the European Academy.*

- Women's Studies, Gender Issues, Changes and Resistance.*  
Coordenação: Olwen Hufton;
- *A Cidade como civilização. Universo urbanístico.*  
Coordenação: Walter Rossa, Renata Malcher de Araujo, Helder Carita;
- *Master Class com Marcia Hausfrecht sobre o Método do Actor's Studio.*  
Coordenação: António Caldeira Pires;
- *Academia de Verão para artistas plásticos.*  
Coordenação: John Stathatos e Companhia do Triângulo;
- *Arte, cinema e mutação tecnológica.*  
Coordenação: João Mário Grilo;
- *Jornalismo. Transmissão de conhecimentos ou degradação do saber?*  
Coordenação: Mário Mesquita;
- *Encontro sobre prospectiva.*  
Coordenação: Mariano Gago;
- *Bibliotecas no terceiro milénio.*  
Coordenação: Fernanda Campos;
- *International Economic Relations. 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> Centuries.*  
Coordenação: Ana Bela Nunes e Nuno Valério;

- *Liberalism, Modernity and its Critics*.  
Coordenador: João Carlos Espada;
- *Multiculturalidade. Memória e educação*.  
Coordenação: Maria Augusta de Lima Cruz;
- *Sistemas de conhecimento baseados em agentes*.  
Coordenação: Helder Coelho;
- *Da fundação da clínica. A doença, o sofrimento e o doente*.  
Coordenação: Maria Filomena Molder e Jorge Melo;
- Conferência de Encerramento: *A ideia de Europa* por E. Todd.

## 1998

- Director académico: António Costa Pinto
- Conferência de Abertura: *Empires Revisited* por Michael W. Doyle;
- *Forecasting Methods. New Developments*.  
Coordenação: Nuno Crato;
- *O Direito do ambiente*.  
Coordenação: Rui Moura Guedes;
- *Uma política de língua para o português*.  
Coordenação: Maria Helena Mira Mateus;
- *Introdução ao Portugal contemporâneo*.  
Coordenação: António Costa Pinto;
- *Ciência e consciência*.  
Coordenação: Jean Pierre Changeaux;
- *Arquitectura. O efêmero e o permanente*.  
*A propósito da EXPO '98*.  
Coordenação: Manuel Graça Dias;
- *500 anos. A expansão e os caminhos da língua e das literaturas de língua portuguesa*.  
Coordenação: Maria Aparecida Santilli e Maria Helena Nery Garcez;
- *International Society and the Peace of Westphalia*.  
Coordenação: João Marques de Almeida;
- *Master Class com Marcia Haufrecht sobre o Método do Actor's Studio*.  
Coordenação: António Caldeira Pires;
- *A condicionalidade na política de cooperação*.  
Coordenação: João Gomes Cravinho;
- *La dimension biographique. L'individu, le sujet, l'acteur*.  
Coordenação: Jacques Revel;
- *Encontros de prospectiva*.  
Coordenação: Mariano Gago;

- *European Dictators. Charisma and Politics*.  
Coordenação: Stein Larsen;
- *Science, Politics and Development. The Case of the Foz Côa Rock Art Engravings*.  
Coordenação: Maria Eduarda Gonçalves;
- *Portugal e a integração europeia. Do Plano Marshall ao Tratado de Adesão*.  
Coordenação: Nuno Severiano Teixeira;
- *Liberalism. The Old and the New*.  
Coordenação: João Carlos Espada;
- *A emoção no discurso e na estratégia dos Media*.  
Coordenação: Mário Mesquita;
- *O dólar e o euro. O desafio do futuro*.  
Coordenação: João Almeida;
- *Portugal e o mar. Mitos e realidades*.  
Coordenação: Mário Ruivo;
- Conferência de Encerramento: *Orientalism. A Review* por Edward W. Said.

### 3.1.5 Centro de Estudos Damião de Góis (Lisboa – CNCDP-IANTT)

Director: Artur Teodoro de Matos

## 1996-1998

- Inventariação e publicação de fontes documentais para a História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa;
- *Guia das fontes portuguesas para a história de África, Ásia e América*;
- *Chancelaria de D. Afonso V*. Coordenação: Humberto Baquero Moreno. 32 livros sumariados;
- *Chancelaria de D. João II*. Coordenação: António Borges Nunes. 3 livros sumariados;
- *Chancelaria de D. Manuel I*. Coordenação: Joaquim Veríssimo Serrão. Revisão e preparação do CD-ROM;
- *Livros da Leitura Nova*. Coordenação: João José Alves Dias. 33 livros indexados;
- *Livros das Monções ou documentos remetidos da Índia*. Coordenação: Artur Teodoro de Matos. 13 livros sumariados;
- *Junta da Real Fazenda do Estado da Índia*. Coordenação: Artur Teodoro de Matos. 28 livros sumariados;
- *Transcrição dos códices 281-286 e 295 pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino*.

- *Inventariação dos manuscritos da Sociedade de Geografia de Lisboa*.  
Coordenação: Artur Teodoro de Matos;
- *Inventariação da documentação portuguesa da Biblioteca Nacional de Paris*.  
Coordenação: Luís Ramalhosa Guerreiro;
- *Inventariação da documentação relativa a Portugal do Arquivo da Companhia das Índias Orientais Neerlandesas (VOC) Leiden*.  
Coordenação: Leonard Blussé;
- *Inventário da documentação relativa a Portugal do Arquivo do Vaticano*.  
Coordenação: Artur Teodoro de Matos;
- *Microfilmagem de documentação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e outros arquivos*

brasileiros. Coordenação: Artur Teodoro de Matos.

## 3.1.6 Projectos de investigação

## 1996-1998

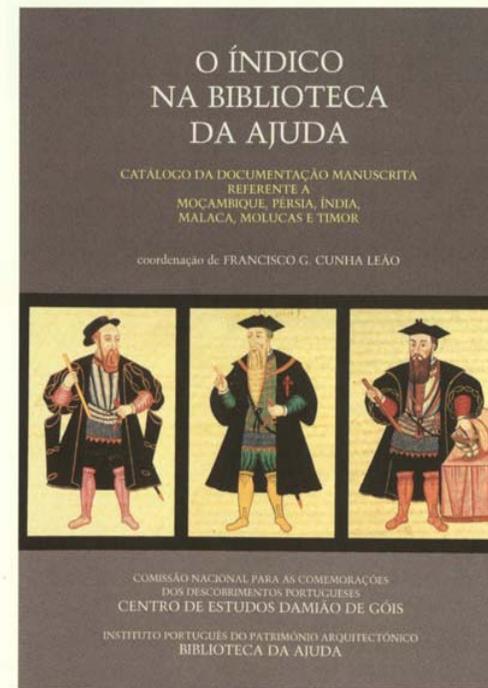
- *Portugaliae Monumenta Africana*.  
Coordenação: Maria Emília Madeira Santos;
- *A viagem na literatura*.  
Coordenação: Maria Alzira Seixo;
- *Relações de Portugal com o Índico Oriental (Séculos XVI-XVII)*.  
Coordenação: Jean Aubin e Dejanirah Couto;
- *Poesia do tempo dos descobrimentos*.  
Coordenação: Margarida Vieira Mendes;
- *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto.  
Coordenação: Maria Augusta de Lima Cruz;
- *Os descobrimentos no imaginário juvenil (1850-1950)*.  
Coordenação: Maria Cândida Proença;
- *Os descobrimentos portugueses e o Malabar medieval*.  
Responsável: F. Mathew;
- *Estudo morfológico da cidade de S. Tomé*.  
Responsável: Maria Teresa Madeira da Silva;
- *Vasco Quevedo de Castelo Branco*.  
Responsável: Luís Gomes;
- *Estudo e preservação do património histórico da Etiópia e Eritreia*.  
Responsável: Manuel João Ramos;
- *Documentos para a história das relações entre Portugal e Veneza (Séculos XVII-XVIII)*.  
Responsável: Julieta Oliveira Le Greco;
- *Arquivos de sobas angolanas*.  
Responsável: Eva Sebastyen;
- *A cartografia do Brasil nos fundos da Biblioteca Nacional de Lisboa*.  
Coordenação: João Carlos Garcia.

## 3.1.6.1 Subsídios de investigação e bolsas de curta e longa duração

## 1996-1998

Foram atribuídos cerca de uma centena de subsídios de investigação e de bolsas de curta duração destinados a cidadãos nacionais e estrangeiros que pretendessem partici-

Publicação do Centro de Estudos Damião de Góis e da Biblioteca da Ajuda.





pela obra *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond (1540-1750)*, Stanford, Stanford University Press, 1996.

### 3.2 Congressos e reuniões científicas

#### 3.2.1 Organizados pela Comissão

1996

- *Moçambique: Navegações, comércio e técnicas*, Maputo, Edifício das Telecomunicações de Moçambique (25 a 28 de Novembro).

1997

- *Cinco séculos de arabismo e orientalismo em Portugal (1497-1997)*, Lisboa, Auditório da Biblioteca Nacional (8 a 10 de Maio);
- *XVII Congresso Internacional de História da Cartografia*, Lisboa, Auditório da Torre do Tombo (6 a 10 de Julho);
- *II Seminário Internacional de História de Angola. Construindo a história de Angola. As fontes e a sua interpretação*, Luanda, Palácio dos Congressos (4 a 9 de Agosto);
- *As culturas do Índico e a expansão portuguesa*, Lisboa, Auditório da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (12 e 13 de Setembro).

#### 3.1.7 Prémios de investigação D. João de Castro

1996

O Prémio Nacional não foi atribuído.  
O Prémio Internacional foi atribuído ao historiador brasileiro Evaldo Cabral de Mello pela obra *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco (1666-1715)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

1997

O Prémio Nacional foi atribuído à historiadora portuguesa Maria de Jesus dos Mártires Lopes pela obra *Goa setecentista. Tradição e modernidade (1750-1800)*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Universidade Católica Portuguesa, 1996.

O Prémio Internacional foi atribuído ao historiador norte-americano Dauril Alden



em cima  
Exposição de publicações da CNCR;  
ao lado  
Abertura do Congresso Internacional Vasco da Gama. *Homens, viagens e culturas*, 1998.

# VASCO DA GAMA

HOMENS, VIAGENS E CULTURAS

—

MEN, VOYAGES AND CULTURES

**CONGRESSO INTERNACIONAL**

LISBOA, TORRE DO TOMBO e BIBLIOTECA NACIONAL  
4 A 7 DE NOVEMBRO DE 1998

**INTERNATIONAL CONFERENCE**

LISBON, TORRE DO TOMBO and BIBLIOTECA NACIONAL  
4 TO 7 NOVEMBER 1998

## 3.2.2 Apoiados pela Comissão

## 1996

- *Luz e sombras em D. João II*, Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, (Janeiro);
- *500 anos do Almanach Perpetuum de Abrão Zacuto*, Leiria (Fevereiro);
- *Jornadas científicas de estudos ibero-americanos*, Estoril (11 a 13 de Abril);
- *Jornadas culturais da Universidade de Lisboa*, Lisboa (2 de Maio a 24 de Julho);
- *Intercultural relations between Portugal and Goa*, Colónia (29 de Maio a 3 de Junho);
- *VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo (7 a 11 de Junho);
- *Escravos com e sem açúcar*, Funchal (17 a 21 de Junho);
- *61.º Curso de Verão da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa (8 de Julho a 2 de Agosto);
- *História e educação matemática*, Braga (24 a 30 de Julho);
- *5.º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Oxford (1 a 8 de Setembro);
- *Política de investigação e ensino da história da expansão portuguesa no estrangeiro*, Arrábida (14 a 17 de Outubro);
- *II Reunião Internacional de História de África. A dimensão atlântica de África*, Rio de Janeiro (30 de Outubro a 1 de Novembro);
- *Brasil. Colonização e escravidão*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (6 a 8 de Novembro);
- *Encontro sobre as transformações na sociedade portuguesa (1480-1570)*, Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna (18 a 21 de Novembro);
- *Les juifs portugais. Exil, héritage et perspective*, Montreal (22 a 25 de Novembro);
- *Literatura de viagens e encontro de culturas*, Lagos (29 a 30 de Novembro);
- *Primeiras Jornadas da História da Restauração. Portugal de 1580 a 1640*, Lisboa (1 de Dezembro).

## 1997

- *Montevideo. Capital ibero-americana*, Montevideo (Março);

- *João de Barros: Humanismo e erasmismo, pedagogia e descobrimentos*, Lisboa (12 e 13 de Março);
- *Portugal e a Ásia nas vésperas da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa (17 a 20 de Março);
- *III Jornadas de História Ibero-americana*, Portimão (2 a 4 de Maio);
- *Convénio internacional de estudos sobre o padre José de Anchieta*, Veneza (8 a 10 de Maio);
- *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*, Horta (12 a 15 de Maio);
- *Vasco da Gama Quincentenary Conference*, Melbourne (Junho);
- *Portugal e o sudeste asiático*, Covilhã (5 a 6 de Junho);
- *Encontro Científico de Viterbo*, Viterbo-Roma (9 a 11 de Junho);
- *Colóquio Internacional de Pondicherry*, Pondicherry (Setembro);
- *IV centenário da morte de Luís Fróis*, Tóquio (24 a 26 de Setembro);
- *Terceiro centenário do padre António Vieira*, Lisboa (20 a 23 de Novembro);
- *Padre António Vieira «Esse povo de palavras»*, Tomar (25 de Novembro).

## 1998

- *Les portes de l'Asie. Les héritages multiples de Vasco da Gama*, Paris, Centro Cultural Gulbenkian (7 a 9 de Janeiro);
- *Os descobrimentos portugueses. Semana cultural*, Toulouse (23 a 27 de Fevereiro);
- *Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura*, Lisboa (9 a 11 de Março);
- *Portugal and India. Past and present*, Goa (12 a 13 de Março);
- *As relações luso-suiças através dos séculos*, Genebra (25 de Abril a 30 de Setembro);
- *Seminário sobre a literatura dos descobrimentos e da expansão*, Lisboa (Maio);
- *IV Jornadas de História Ibero-americana*, Portimão (Maio);
- *The Evolution of the Portuguese Atlantic and the Sea Route to India. Quincentenary reflections (1498-1998)*, Charleston (Maio);
- *XXII Colóquio Internacional de Linguística Funcional*, Évora (5 a 10 de Maio);

à esquerda  
Capa do programa do congresso internacional Vasco da Gama. Homens, Viagens e Culturas. Lisboa, Nov. de 1998.

- *Encontro Internacional de Poetas*, Coimbra (7 a 10 de Junho);
- *1498-1998. Raízes, rotas e reflexões*, Braga (Setembro);
- *V Colóquio Tobias Barreto*, Lisboa (14 a 19 de Setembro);
- *2.º Encontro de História das Ciências Matemáticas: Portugal e o Oriente*, Macau (10 a 12 de Outubro);
- *5.º centenário da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia*, Londres (29 a 30 de Outubro);
- *Association of Hispanists. Braga Conference*, Braga (Novembro);
- *IX Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Nova Deli (7 a 11 de Dezembro);
- *Vasco da Gama. Mesa redonda*, Roma (28 de Novembro a 1 de Dezembro);
- *Palestras sobre Vasco da Gama*, Oliveira de Frades (Dezembro).

## 3.3 Livros

## 3.3.1 Edição directa

## 3.3.1.1 Coleção «Outras Margens»



Caixa contendo livro e colecção de reproduções de gravuras de *Itinerário, Viagens ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Publicado, em 1997, pela CMCOP.

## 1997

- *O Roteiro das Cousas do Achém de D. João Ribeiro Gaio. Um olhar português sobre o Norte de Samatra em finais do século XVI*, introdução e notas de Jorge Santos Alves e Pierre-Yves Manguin;
- *O Cuidar e Sospirar (1483)*, fixação do texto, introdução e notas de Margarida Vieira Mendes;
- *Diogo Brandão. Obras poéticas*, fixação do texto, introdução e notas de Valéria Tocco;
- Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre. Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*;
- Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro.

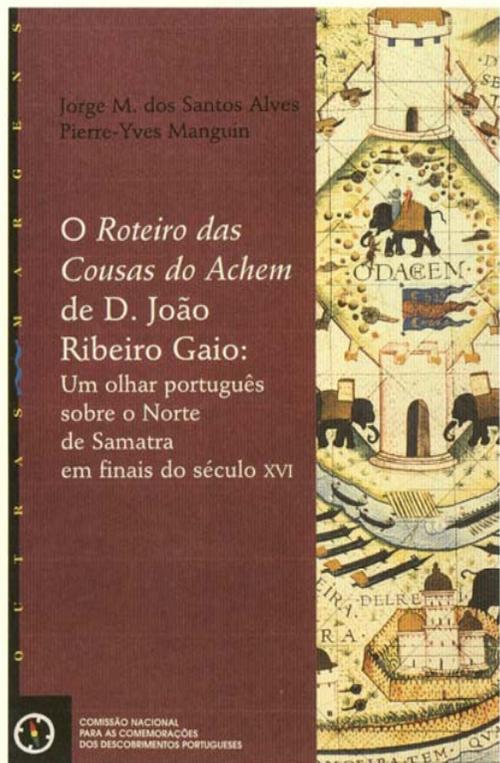
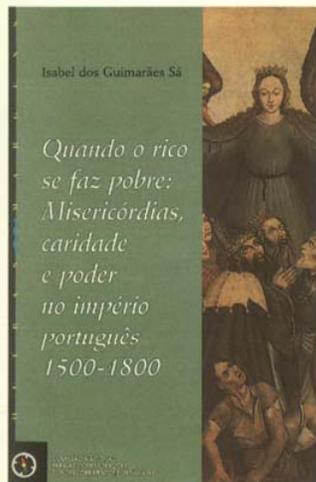
## 1998

- Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, transcrição do texto, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo;
- Orlando Ribeiro, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, apresentação de Suzanne Daveau;
- Álvaro de Brito, *Obras de Álvaro de Brito*, edição, introdução e notas de Isabel Almeida;
- *Relação verdadeira dos trabalhos que o governador D. Fernando de Souto e certos fidalgos portugueses passaram no descobrimento da província da Florida*, transcrição do texto, introdução, notas e índices de Maria da Graça Mateus Ventura;
- Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, prefácio de Luís Filipe Thomaz;
- Timothy Coates, *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português (1550-1755)*.

## 3.3.1.2 Coleção «Cadernos da Ásia, África e América»

## 1998

- Sebastião Rodolfo Dalgado, *Estudos sobre os crioulos indo-portugueses*, introdução de Maria Isabel Tomás, «Cadernos da Ásia»;



Três obras da coleção  
Outras margens.



nesta página  
Títulos da coleção Cadernos e catálogo da exposição Vasco da Gama e o seu tempo.  
à direita  
Catálogo da exposição A herança de Rauluchantim. Lisboa, Museu de S. Roque, Set.-Dez. de 1996.

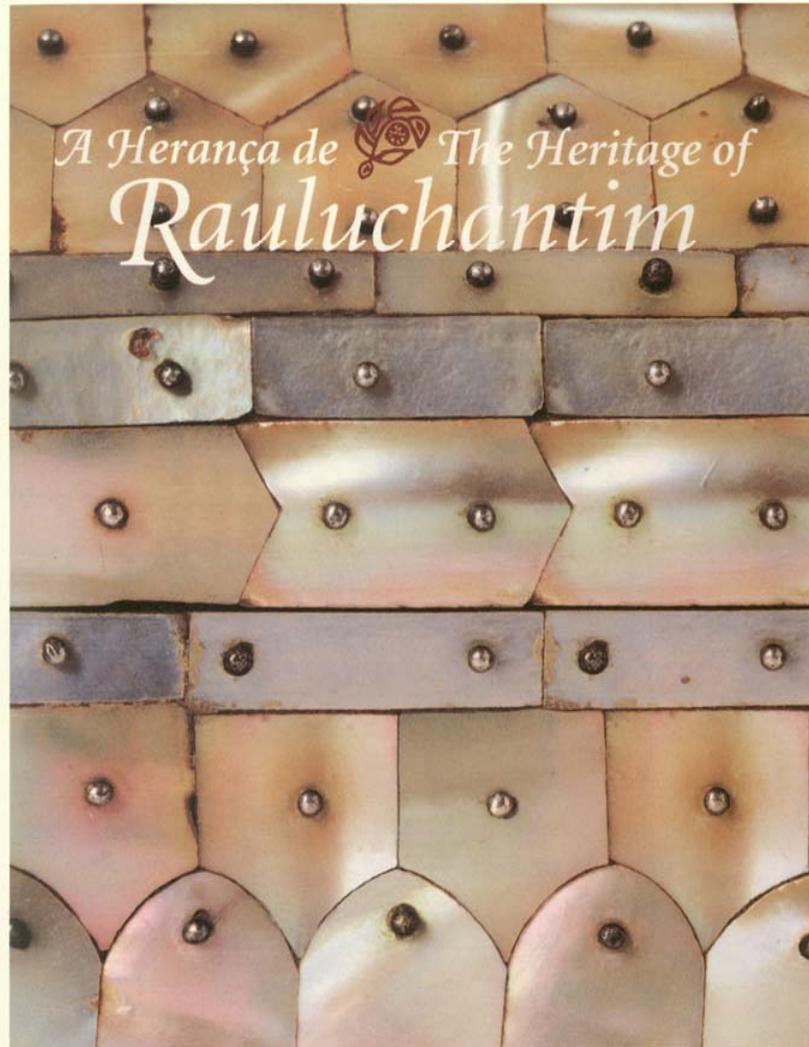
## Memórias de Sofala

João Julião da Silva, Zacarias Herculano da Silva e Guilherme Ezequiel da Silva

Edição e notas de José Fialho Feliciano e Victor Hugo Nicolau

CADERNOS ÁFRICA

- Sebastião Rodolfo Dalgado, *Dialecto indo-português de Ceilão*, introdução de Ian Smith, «Cadernos da Ásia»;
  - Tavares de Mello, *Folclore Ceilonenses. Colectânea de textos do crioulo português do Ceilão*, introdução de K. David Jackson, «Cadernos da Ásia»;
  - P.e António da Silva Rêgo, *Dialecto português de Malaca e outros escritos*, introdução de Alan Baxter, «Cadernos da Ásia»;
  - João Julião da Silva, Zacarias Herculano da Silva e Guilherme Ezequiel da Silva, *Memórias de Sofala. Etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique nos séculos XVIII e XIX*, edição e notas de José Fialho Feliciano e Victor Hugo Nicolau, «Cadernos de África».
- 3-3-1-3 **Catálogos de Exposições**
- 1996**
- AA.VV., *D. Manuel I, a Ordem de Cristo e a comenda de Soure*;
  - AA.VV., *A herança de Rauluchantim*.
- 1997**
- AA.VV., *Reflexos: Símbolos e imagens do cristianismo na porcelana chinesa*;
  - AA.VV., *Francisco Henriques – Um pintor em Évora no tempo de D. Manuel I*;
  - AA.VV., *Memórias árabo-islâmicas em Portugal*;
  - AA.VV., *Tesouros da cartografia portuguesa*;
  - AA.VV., *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*;
  - AA.VV., *As fronteiras de África*;
  - José Malhão Pereira, *Macau, a cidade e o porto*;
  - AA.VV., *Lugares e regiões em mapas antigos*;
  - AA.VV., *Cartografia de Lisboa. Séculos XVII a XX*;
  - AA.VV., *A roda de fiar*;
  - AA.VV., *O brilho do Norte. Escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal na época manuelina*.
- 1998**
- *A passagem de Vasco da Gama por Cabo Verde. Exposição de pintura naïf*;
  - AA.VV., *Culturas do Índico*;
  - Christine Buci-Glucksmann, *Isabel Pavão. Cartographies*;
  - AA.VV., *O «Centenário da Índia» (1898) e a memória da viagem de Vasco da Gama*;
  - AA.VV., *Arte do marfim*;
  - AA.VV., *Os construtores do Oriente Português*;
  - AA.VV., *Do mundo antigo aos novos mundos. Humanismo e classicismo e notícias dos descobrimtos em Évora (1515-1624)*;
  - AA.VV., *Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*;
  - AA.VV., *Estórias de dor, esperança e festa. O Brasil em ex-votos portugueses (Séculos XVII-XIX)*.



3.3.1-4 *Fora de coleção*

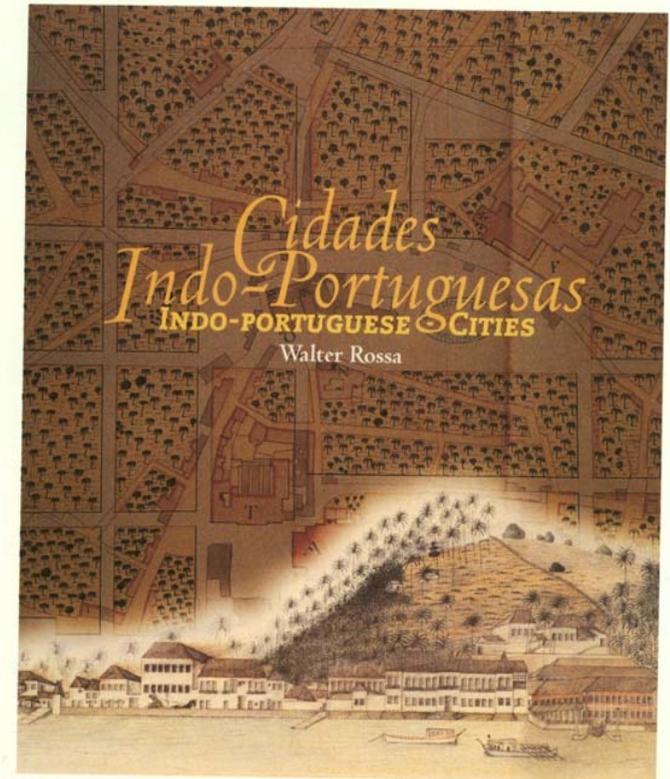
1997

- AA.VV., *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola* (Luanda, 3-6 de Abril de 95);
- Catarina Madeira Santos, *Portugal auf den Schiffsrouten der Welt / Portugal and World Shipping Routes* (produzido para a Feira de Frankfurt, Outubro de 97);
- Raquel Socero de Brito, *No trilho dos descobrimentos. Estudos geográficos*;
- Walter Rossa, *Cidades indo-portuguesas*.

*Contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental.*

1998

- AA.VV., *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, comércio e técnicas* (Maputo, 25-28 Novembro de 96);
- Francisco Cunha Leão (coord.), *O Índico na Biblioteca da Ajuda. Catálogo da documentação manuscrita referente a Moçambique, Pérsia, Índia, Malaca, Molucas e Timor*;





- Raquel Soeiro de Brito, *Goa e as Praças do Norte revisitadas*;
- AA.VV., *Universo urbanístico português 1415-1822. Colectânea de estudos*.

### 3.3.2 Co-edição

#### 3.3.2.1. EXPO '98. Pavilhão de Portugal

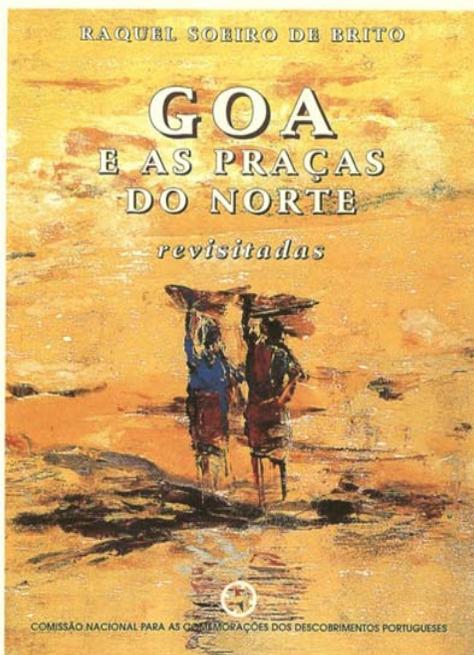
- Diogo Ramada Curto (dir.), *O tempo de Vasco da Gama*;
- Rui Rocha, *A viagem dos sabores*.

#### 3.3.2.2. Publicações Europa-América. Coleção «Cursos da Arrábida»

- 1997
- Maria Alzira Seixo (coord.), *A viagem na literatura*;
- João Carlos Espada (coord.), *Liberdade, virtude e interesse próprio*.

#### 1998

- Pedro Cardim (coord.), *A História: Entre memória e invenção*;
- Maria Helena Mateus e Margarita Correia (coord.), *Terminologia: Questões teóricas, métodos e projectos*;
- Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.), *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*.



#### 3.3.2.3. Centro Cultural Calouste Gulbenkian (Paris)

- 1996
- Jean Aubin, *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*.

#### 1997

- Jerónimo Calvo, *Viagem de Terra Santa (1624)*, introdução e notas de B. N. Teensma.

#### 1998

- AA.VV., *Vasco da Gama e a Índia*;
- *Au Japon avec João Rodrigues*, introdução e notas de Jacques Bésineau.

#### 3.3.2.4. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Coleção «Mare Liberum»

#### 1996

- Joaquim Candeias Silva, *O fundador do "Estado Português da Índia": D. Francisco de Almeida (1457?-1510)*.

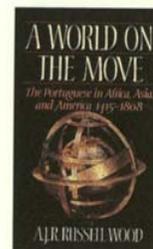
#### 1997

- José Manuel Correia, *Os portugueses no Malabar (1498-1580)*;
- *Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal*, edição de Julieta Teixeira Marques de Oliveira;
- *Guia de fontes para a história da América Latina*.

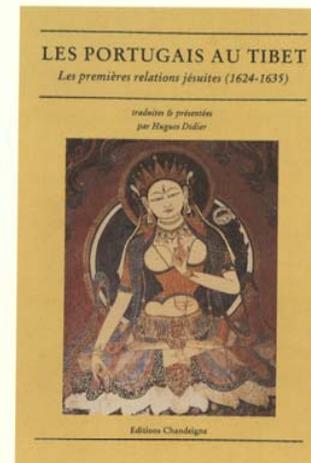
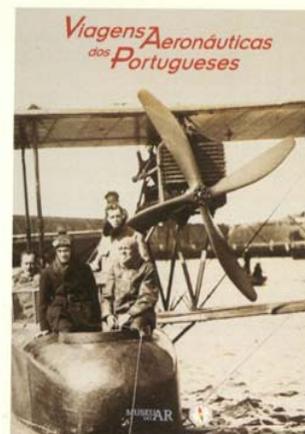
#### 3.3.2.5. Outras co-edições

#### 1997

- AA.VV., *Viagens aeronáuticas dos portugueses*, co-edição com o Museu do Ar;
- Duarte Sande, S.J., *Diálogo sobre a missão dos embaixadores japoneses à cúria romana*, prefácio, tradução do latim e comentário de Américo da Costa Ramalho, co-edição com a Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos e a Fundação Oriente.



Publicações apoiadas pela CNCDP.



### 3.3.3 Apoio à Edição

#### 3.3.3.1. Editions Chandeigne

#### 1996

- *Les portugais au Tibet. Les premières relations jésuites (1624-1635)*, edição de Hugues Didier;
- *Voyage à Mozambique et Goa. La relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, edição de Xavier de Castro.

#### 1997

- *Le Brésil d'André Thevet. Les singularités de la France Antarctique (1557)*, edição de Frank Lestringant;
- *L'inquisition de Goa. La relation de Charles Dellon*, edição de Charles Amiel e Anne Lima.

#### 1998

- *La mission d'Ibiapaba. Le père António Vieira et le droit des indiens*, edição de João Viegas;
- *La mission jésuite du Brésil. Lettres et autres documents (1549-1570)*, edição de Jean-Claude Laborie;

### 3. Obra

- *Voyage de Pyrrard de Laval aux Indes Orientales (1601-1611)*, 2 vols., edição de Xavier de Castro.

#### 3.3.3.2 Outros Apoios à Edição

1996

- AA.VV., *Goa (1510-1685). L'Inde portugaise, apostolique et commerciale*, Paris, Editions Autrement;
- Nuno da Silva Gonçalves, *Os jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria;
- João Baptista Lavanha, *Livro primeiro da arquitectura naval*, Lisboa, Academia de Marinha;
- *Povos e culturas*, n.º 5, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa;
- *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*, edição de Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado, Lisboa, edição dos autores;
- *Revista Portuguesa de História*, tomo XXI, 2 vols.;
- Maria da Graça Ventura (coord.), *Viagens*

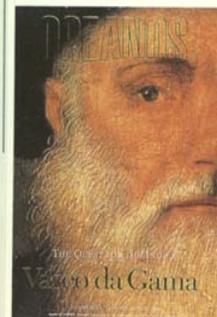
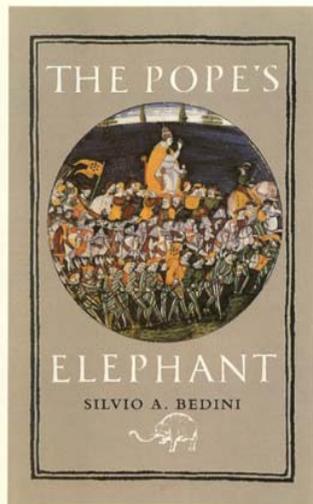
e viajantes no Atlântico quincentista, Lisboa, Edições Colibri.

1997

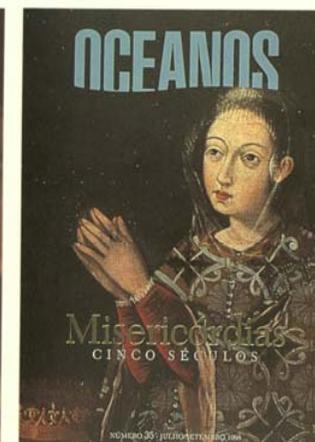
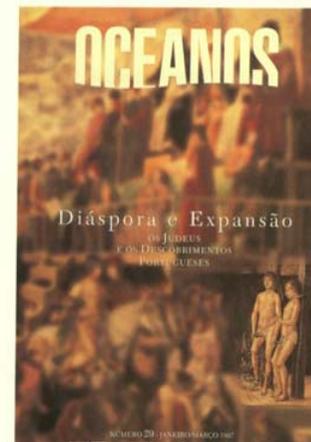
- Afzal Ahmad, *Os portugueses na Ásia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda;
- Silvio A. Bedini, *The Pope's Elephant*, Manchester, Carcanet Press;
- Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Paris, Fayard;
- *Cartas do Japão*, 2 vols., Maia, Castoliva Editora Lda;
- *Códice Valentim Fernandes*, edição de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História;
- Fr. Gaspar da Cruz, *Tratado das coisas da China*, edição de Rui Loureiro, Lisboa, Edições Cotovia;
- Saul António Gomes, *Vésperas batalhinhas. Estudos de história e arte*, Leiria, Edições Magno;
- *LER História*, n.º 31;
- K. S. Mathew, *Indo-portuguese Trade and the Fuggers of Germany*, Nova Deli, Manohar;
- K. S. Mathew (coord.), *Ship-building and Navigation in the Indian Ocean Region. AD 1400-1800*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal;
- Carlos Alexandre de Moraes, *Cronologia geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*, Lisboa, Editorial Estampa;
- Manuel João Ramos, *Ensaio de mitologia cristã. O Preste João e a reversibilidade simbólica*, Lisboa, Assírio e Alvim;
- S. Jeyaseela Stephen, *The Coromandel Coast and its Hinterland. Economy, Society and Political System (AD 1500-1600)*, Nova Deli, Manohar;
- Sanjay Subrahmanyam, *The Career and Legend of Vasco da Gama*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Maria da Graça Ventura, *A união ibérica e o mundo atlântico*, Lisboa, Edições Colibri.

1998

- *Actas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*;
- *A carreira da Índia e as rotas dos estreitos.*



Capas de alguns números da revista Oceanos.



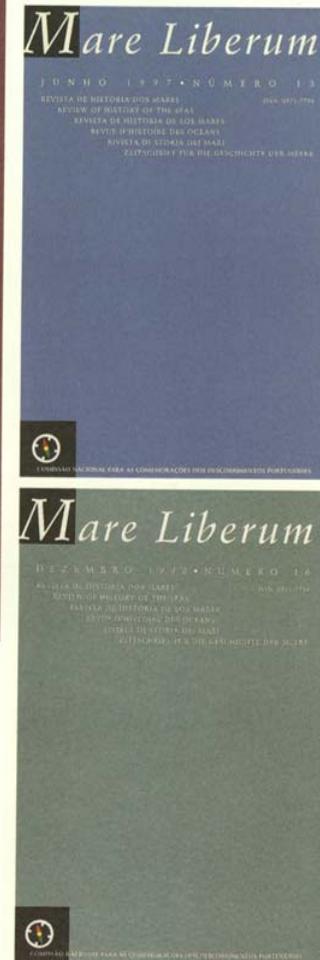
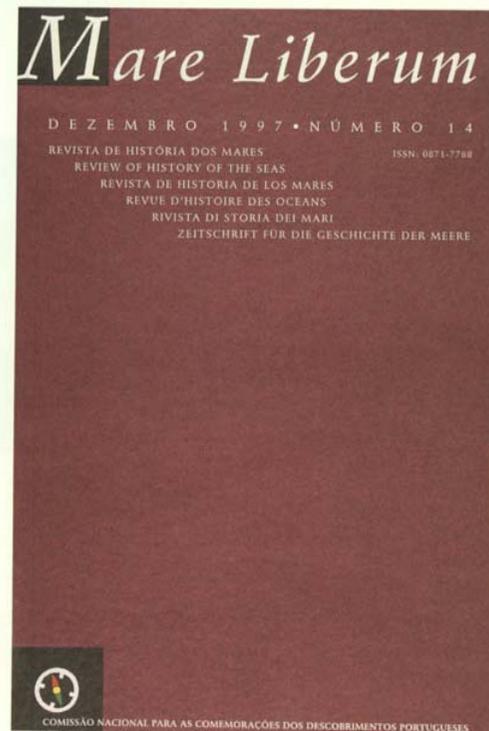
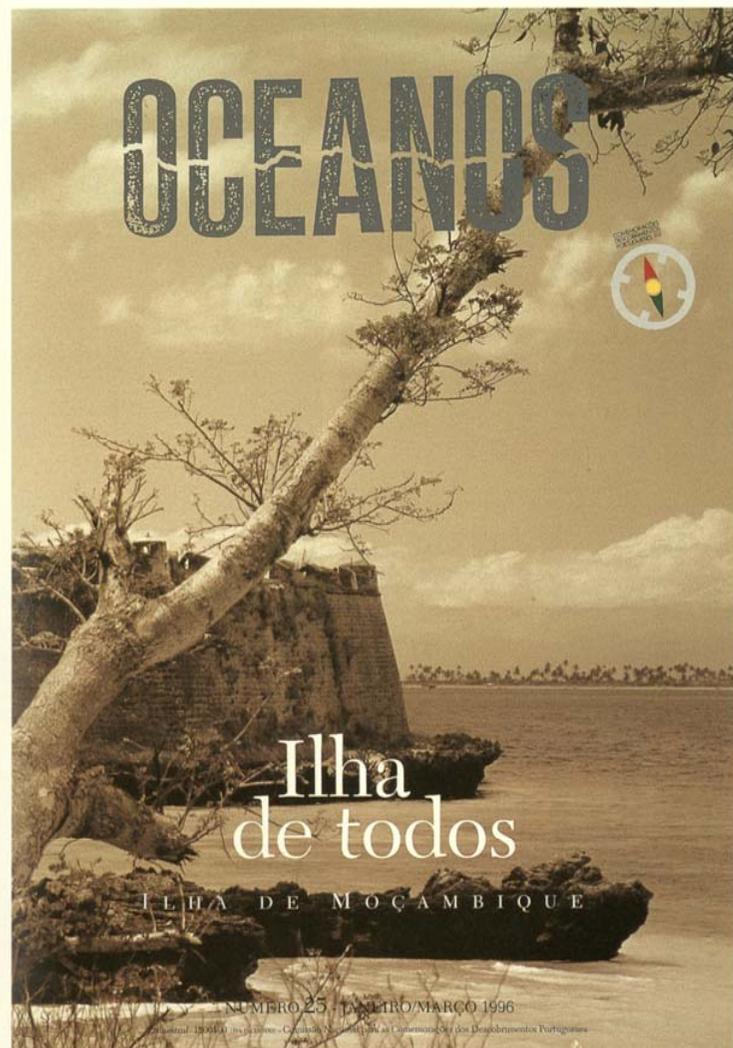
- *Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. dir. por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Angra do Heroísmo;
- Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar (publicado inicialmente em 4 fascículos, conjuntamente com o jornal *Público*);
- *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, edição de António Dias Farinha, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical;
- Fernando Gil e Helder de Macedo, *Viagens do albar. Retrospecção, visão e profecia no renascimento português*, Porto, Campo das Letras;
- A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Editorial Estampa;
- Valentim Alexandre e Jill Dias, *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. X, *O Império Africano (1825-1890)*, Lisboa, Editorial Estampa;
- A. J. R. Russel-Wood, *Um mundo em movimento. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, Difel;

- Marília dos Santos Lopes, *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas. Para uma iconografia dos descobrimentos*, Lisboa, Quetzal Editores.

### 3.4 Revistas

- *Oceanos*

- N.º 25 Janeiro-Março 96: *Ilha de todos – Ilha de Moçambique*;
- N.º 26 Abril-Junho 96: *A luz do mundo. Iluminação portuguesa quincentista*;
- N.º 27 Julho-Setembro 96: *João de Barros e o cosmopolitismo do renascimento*;
- N.º 28 Outubro-Dezembro 96: *Fortalezas da expansão portuguesa*;
- N.º 29 Janeiro-Março 97: *Díspora e expansão*;
- N.º 30-31 Abril-Setembro 97: *Vieira 1697-1997*;
- N.º 32 Outubro-Dezembro 97: *Olhares cruzados*;
- N.º 33 Janeiro-Março 98: *Vasco da Gama*, edições em português e inglês;
- N.º 34 Abril-Junho 98: *Culturas do Índico*;
- N.º 35 Julho-Setembro 98: *Misericórdias. Cinco séculos*;
- N.º 36-37 Outubro 98-Março 99: *Azulejos. Portugal e Brasil*.

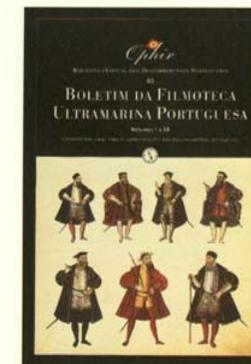
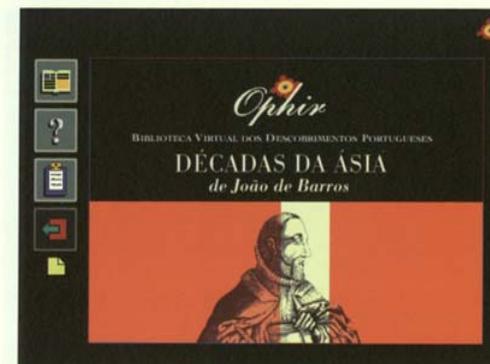


- *Mare Liberum*
- N.º 11-12 Janeiro-Dezembro 96;
- N.º 13 Junho 97
- N.º 14 Dezembro 97;
- N.º 15 Junho 97;
- N.º 16 Especial Vasco da Gama
- Dezembro 98.

- *Na Crista da Onda*
- N.º 7 Janeiro 96: *A rota do açúcar;*
- N.º 8 Março 96: *A Madeira;*
- N.º 9 Maio 96: *A caravela;*
- N.º 10 Julho 96: *Os Açores;*



- N.º 11 Setembro 96: *O Brasil*;  
 N.º 12 Novembro 96: *Macau*;  
 N.º 13 Janeiro 97: *O sabor das especiarias*;  
 N.º 14 Março 97: *Vasco da Gama*;  
 N.º 15 Maio 97: *Mulheres nos descobrimentos*;  
 N.º 16 Julho 97: *Timor*;  
 N.º 17 Setembro 97: *Viagens aeronáuticas dos portugueses. 1. Os pioneiros da aviação*;  
 N.º 18 Novembro 97: *Viagens aeronáuticas dos portugueses. 2. A travessia do Atlântico Sul*;  
 N.º 19 Janeiro 98: *Os oceanos. Sonhos, mitos e realidades. Guia para a visita ao pavilhão de Portugal na expo '98. 1.º vol.*;  
 N.º 20 Fevereiro-Março 98: *Os construtores dos oceanos. Portugal e o conhecimento dos mares. Guia para a visita ao Pavilhão de Portugal na expo '98. 2.º vol.*;  
 N.º 21 Abril-Maio 98: *Nau Nossa Senhora dos Mártires. Guia para a visita ao Pavilhão de Portugal na expo '98. 3.º vol.*;  
 N.º 22 Junho-Julho 98: *Os inventores do futuro. Guia para a visita ao Pavilhão de Portugal na expo '98. 4.º vol.*;  
 N.º 23 Setembro-Outubro 98: *Afonso de Albuquerque, o Terrível*;  
 N.º 24 Novembro-Dezembro 98: *A Rainha D. Leonor e as Misericórdias*.



Ophir

Capas, ecrã de rosto de CD-ROMs da colecção Ophir.



### 3.5 CD-ROMs

#### 3.5.1 De texto

*Ophir - Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses*

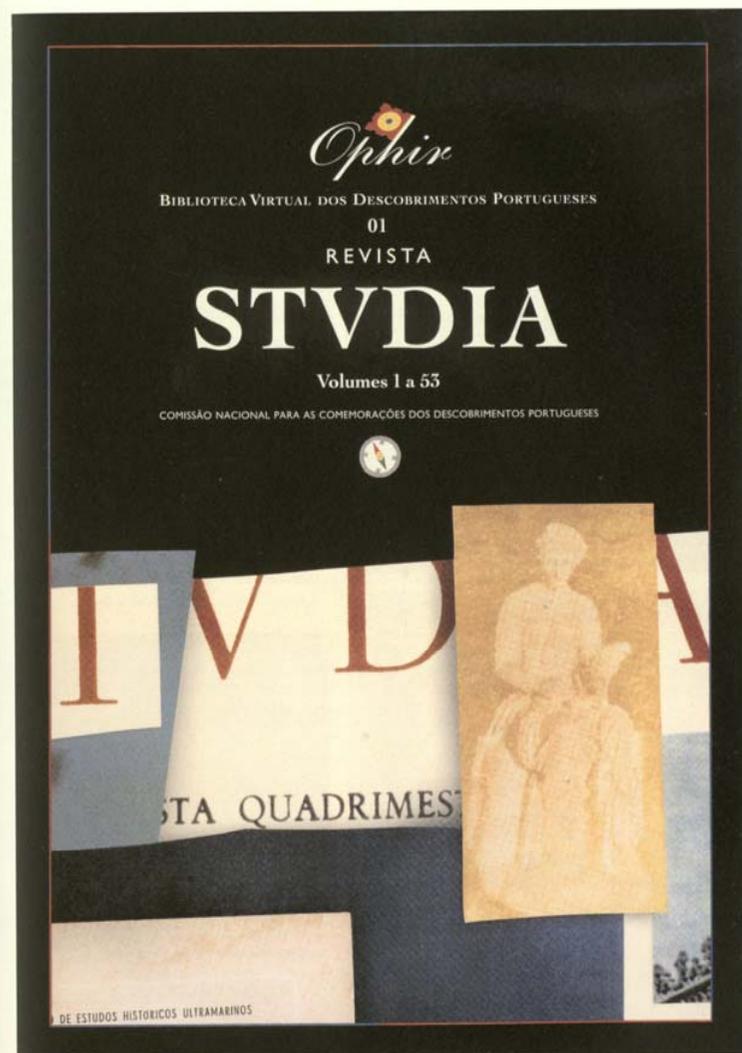
1996  
 - *Revista Srvdia. Volumes 1 a 53.*  
 Coordenação: Rute Martinho.

1997  
 - Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*. Coordenação: André Belo.

1998  
 - *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa. Volumes 1 a 50.* Coordenação: Maria Catarina Madeira Santos;  
 - *Oceanos. Volumes 1 a 6.* Coordenação: Rui Pereira;  
 - *Mare Liberum. Revista de História dos Mares. Volumes 1 a 13.* Coordenação: João Paulo Salvado;  
 - *Décadas da Ásia.* Coordenação: Thomas Earle e Stephen Parkinson.

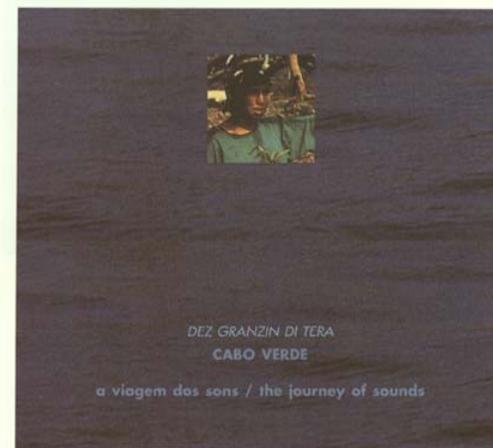
#### 3.5.2 Multimédia

- *Vasco da Gama (1497-1499).*



### 3.6 CDs áudio

Capa de um dos CDs de música étnica da antologia *A Viagem dos sons*.



1997

- *Ekvatt*. CD de música goesa. Grupo Ekvatt;
- *Padre António Vieira. Sermão da Primeira Domingo do Advento. Sermão de Santo António. Sermão do Espírito Santo*. 6 CDs. Ditos por Luís Miguel Cintra, José Manuel Mendes e Luís Lima Barreto. Co-produção CNCDP/Teatro da Cornucópia.

1998

- *A Viagem dos sons*. 12 CDs de música étnica (Goa, Sri Lanka, Damão, Diu, Cochim, Malaca, Samatra, Macau, Timor, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Brasil). Coordenação científica: Susana Sardo. Co-produção: CNCDP/Tradisom;
- *Cor*. Maria João e Mário Laginha. Co-produção com o Pavilhão de Portugal. Edição: Poligram/Verve;
- *Romances*. CD de música tradicional portuguesa. Coordenação científica: Susana Sardo. Co-produção: CNCDP/Tradisom.

maria joão mário laginha

featuring trilok gurtu wolfgang muthspiel



O CD *Cor* e recepção por ocasião do lançamento do disco de Maria João e Mário Laginha.



### 3.7 Filmes

1996

Apoio à longa metragem de João Mário Grilo, *Os olhos da Ásia*.

### 3.8 Séries e documentários televisivos

#### 3.8.1 Co-produções

1996-98

- *Na rota do Oriente*. Autoria e realização: Luc Cuyvers. Série documental de 4 episódios de 50 minutos cada. Co-produção: CNCDF/RTP/EXPO'98/Mare Nostrum Productions;
- *De Portugal à Índia*. Série documental de 3 episódios. Co-produção: CNCDF/RTP;

- *Mar das Índias*. Realização de Camilo de Azevedo. Série documental de 4 episódios de 50 minutos cada.

Co-produção: CNCDF/RTP;

- *Avenida Brasil*. Autoria de Rui Mateus Pereira e Francisco José Viegas.

Realização: Bento Pinto da França.

Série documental de 6 episódios de 50 minutos cada. Co-produção: CNCDF/RTP. Em produção;

- *Um lugar em comum. Três famílias em transição*. Autoria e realização: Luís de Matos. Documentário de 50 minutos. Produção Nova Eira;

- *Al-Mutamid*. Documentário de 50 minutos. A emitir, em Maio de 99, no programa *O lugar da História*, coordenado por Maria Júlia Fernandes. Co-produção: CNCDF/RTP.

Cartaz do filme *Os olhos da Ásia*, de João Mário Grilo, e cena das filmagens do documentário *Al-Mutamid*.



em cima  
A companhia de João da Murtosa. Documentário realizado por Helena Lopes e Paulo Nunes Lopes.



### 3.8.2 Produções externas

#### 1996-1998

- *Macau Farm*. Documentário de 50 minutos. Madragoa Filmes Miguel Gomes/António Júnior. Em produção;
- *Saga europeia*. Série documental de 3 episódios de 50 minutos cada. Co-produção: Francisco Manso, Lieurac Productions (Paris) e Centre Promotor de la Image S.A. (Barcelona);
- *A Dama de Chandor*. Autoria e realização: Catarina Mourão. Documentário de 90 minutos. SP Filmes. Projecto seleccionado no concurso IPACA (1997). Melhor documentário no Festival de Cinema Documental da Malaposta;
- *Swagatam*. Autoria e realização: Catarina Alves Costa. Documentário de 50 minutos. SP Filmes. Projecto seleccionado no concurso IPACA (1997); seleccionado, também, no Festival de Cinema Etnográfico «Bilan du Film Ethnographiques» que decorre em Março de 99 no Museu do Homem em Paris.
- *Mulheres do batuque*. Autoria e realização: Catarina Rodrigues. Documentário de 50 minutos. Cinequanon. Projecto seleccionado no concurso do IPACA em 1996. Prémio RTP para a melhor primeira obra documental no VIII Ciclo de Cinema Documental da Malaposta (1997). Prémio para melhor realizador português do New York Film Institute;
- *A companhia de João Murtosa*. Autoria e realização: Helena Lopes e Paulo Nunes Lopes. Documentário de 50 minutos.



À esquerda:  
Casa da família Menezes de Bragança em Chandor.  
em cima:  
Imagem do documentário  
*A Dama de Chandor* de  
Catarina Mourão.



Imagens de *Na Rota do Oriente* de Luc Cuyvers.



Luc Cuyvers/Mare Nostrum Productions

- *Trapézio* – Projectos Culturais Lda. Prémio RTP para a melhor primeira obra documental do IX Festival de Cinema Documental da Malaposta (1998);
- *Na Índia com António de Andrade*. Autoria: Diana Andringa e Alfredo Caldeira. Documentário de 50 minutos. Em pós-produção;
- *O Observatório de Jaipur*. Autoria: Diana Andringa e Alfredo Caldeira. Documentário de 25 minutos. Em pós-produção;
- *Encontros de África*. Autoria, produção e realização: Vasco Pinto Leite. Série documental de 5 episódios. Em produção;
- *O espelho de África*. Autoria e realização: Miguel Vale de Almeida.

- Documentário de 50 minutos. Produtora: Azul – Sociedade de Produção e Imagem Lda. Em pós-produção;
- *Além-Mar*. Realização: Belisário França. Documentário de 5 episódios de cerca de 60 minutos cada. Produtora: Múltipla Comunicação;
- *Dez grãos de terra*. Série documental de 4 episódios de 50 minutos cada. Co-produção: Francisco Manso, Lieurac Productions e Muzzik. Em produção.

### 3.8.3 Recuperação de materiais de arquivo

*Arquivo do Oriente*. Arquivo Nacional de Imagem e Movimento/Museu de Etnologia/CNCDP.

### 3.8.4 Programa televisivo

- *Atlântico*. Autoria: Eugénia Melo e Castro. Série de 14 programas televisivos. Produtora: Mandala. Emissão na RTP a partir de Março de 99.

### 3.8.5 Home vídeo

- *O Mundo de cá*. Autoria: Camilo de Azevedo e Paulo Varela Gomes. Realização: Camilo de Azevedo. Co-produção: CNCDP/RTP. Edição em vídeo: Costa do Castelo Filmes/CNCDP/RTC;
- *Na rota do Oriente*. Autoria e realização: Luc Cuyvers. 4 episódios de 50 minutos. Co-produção: CNCDP/EXPO '98/RTP/ Mare Nostrum Productions. Edição em vídeo: Lusomundo/RTC.

### 3.9 Espectáculos musicais, de dança e de teatro

1996-98

- *Tempo da mercadoria*. Intervenção teatral;
- *Vieira, a voz visível*. Intervenção teatral;
- *A grande viagem*. Intervenção teatral;
- *Sons e sabores*. Grupos: *Finka Pé* (Cabo Verde); *Tata Mai Lau* (Timor); *Jovens de Hungu* (Angola); *Netos de Ngumbé* (Guiné); *Xiluvu Xá Moçambique* (Moçambique); *Ekwat* (Goa); *Netas de Bibinba Cabral* (Cabo Verde); *Bambaram* (Guiné-Bissau); *Sbyam* (Gujarate); *Suryá* (Goa);
- Dança indiana (*Bharabata Natyam* e *Odissi*).



em baixo  
Espectáculo de música cabo-verdiana Sons e sabores. Grupo Finka Pé. Espaço Oikos.



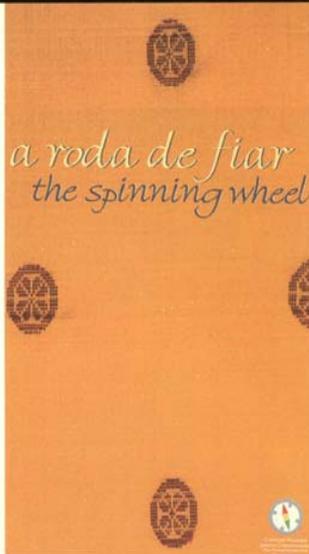
### 3.10 Exposições de originais

#### 1996

- *D. Manuel I, a Ordem de Cristo e a comenda de Soure*, Soure, Igreja da Misericórdia, Março - Julho, comissário científico: João Marujo;
- *A berança de Rauluchantim*, Lisboa, Museu de S. Roque, Setembro - Dezembro, comissário científico: Nuno Vassalo e Silva.

#### 1997

- *Reflexos. Símbolos e imagens do cristianismo na porcelana chinesa*, Lisboa, Museu de São Roque, Janeiro-Abril, comissário científico: Pedro Dias;
- *Francisco Henriques - Um pintor em Évora no tempo de D. Manuel I*, Évora, Museu do Artesanato, Julho-Dezembro, comissário científico: Fernando António Baptista Pereira;
- Ciclo de exposições realizado em torno do XVII Congresso Internacional de História da Cartografia:
- *Tesouros da cartografia portuguesa*, Lisboa, Torre do Tombo, Julho-Setembro, comissário científico: José Manuel Garcia;
- *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*, Lisboa, Cordoaria Nacional, Julho-Setembro, comissário científico: Inácio Guerreiro;
- *As fronteiras de África*, Lisboa, Cordoaria Nacional, Julho-Setembro, comissário científico: Maria Emília Madeira Santos;
- *Macau, a cidade e o porto*, Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos, Julho-Setembro, comissário científico: José Manuel Malhão Pereira;
- *Lugares e regiões em mapas antigos*, Évora, Biblioteca Pública, Julho-Setembro, comissários científicos: Isabel Cid e Suzanne Daveau;
- *A Cartografia da cidade de Lisboa (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, Museu da Cidade, Julho-Setembro, comissário científico: Ana Cristina Leite;
- *Histórias de Goa*, Lisboa, Museu Nacional



à esquerda  
Catálogo de exposição.  
nesta página  
Inauguração da exposição  
*A roda de fiar* pelo Embaixador da República da Índia e pela Sr. Tara Bhattacharjee, neta de Mahatma Gandhi. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 1997.

ao lado  
Inauguração da exposição  
*Culturas do Índico*, Junho  
de 1998.  
em baixo e à direita  
Peças apresentadas na  
exposição *Culturas do Índico*.  
Lisboa, Museu Nacional de  
Arte Antiga, Junho a Setembro  
de 1998.



- de Etnologia, Setembro, comissários científicos: Rosa Maria Perez, Joaquim Pais de Brito e Susana Sardo;
- *A roda de fiar*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, Outubro-Dezembro, Comissário: Tara Gandhi Bhattacharjee;
- *O brilho do Norte. Escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal na época manuelina*, Lisboa, Palácio Nacional de Arte Antiga, Galeria do Rei D. Luís, Outubro 97 - Fevereiro 98, comissário científico: Pedro Dias.

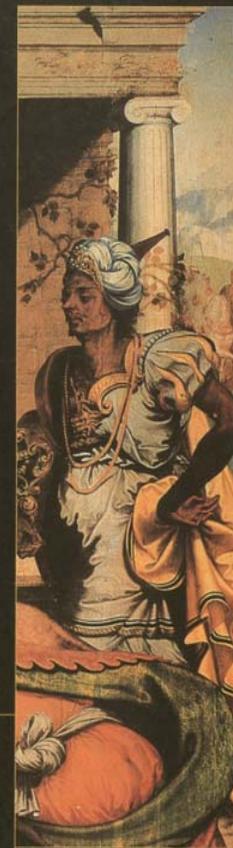
#### 1998

- *A passagem de Vasco da Gama por Cabo Verde. Exposição de pintura naïf*, Cabo Verde, Praia, Centro Cultural Português, Março;
- *Culturas do Índico*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, Junho-Setembro, comissário científico: Rosa Maria Perez;
- *Os construtores do Oriente Português*, Porto, Edifício da Alfândega, Junho-Novembro, comissário científico: Jorge Manuel Flores;
- *Arte do marfim*, Porto, Edifício da Alfândega, Junho-Novembro, comissário científico: Vera Tostes;
- *Do mundo antigo aos novos mundos. Humanismo e classicismo e notícias dos descobrimientos em Évora (1515-1624)*, Évora, Museu do Artesanato - Celeiro, Julho 98 - Janeiro 99, comissário científico: Fernando António Baptista Pereira;
- *Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, Sines, Castelo de Sines, Igreja de Nossa Senhora das Salas e Forte do Revelim, Julho 98 - Janeiro 99, comissário científico: José António Falcão;
- *O «Centenário da Índia» (1898)*, Lisboa, Sociedade de Geografia, Novembro-Dezembro, comissário científico: Sérgio Campos Matos;
- *Estórias de dor, esperança e festa. O Brasil em ex-votos portugueses (Séculos XVII-XIX)*, Rio de Janeiro, Espaço Cultural da Marinha, Dezembro 98 - Junho 99, comissário científico: Agostinho Araújo.



Do Mundo Antigo  
aos Novos Mundos

Humanismo, Classicismo  
e Notícias dos Descobrimentos  
em Évora  
(1516-1624)



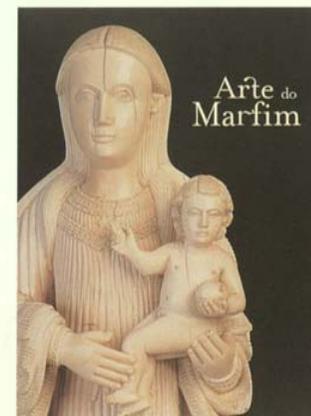


### 3.11 Exposições itinerantes

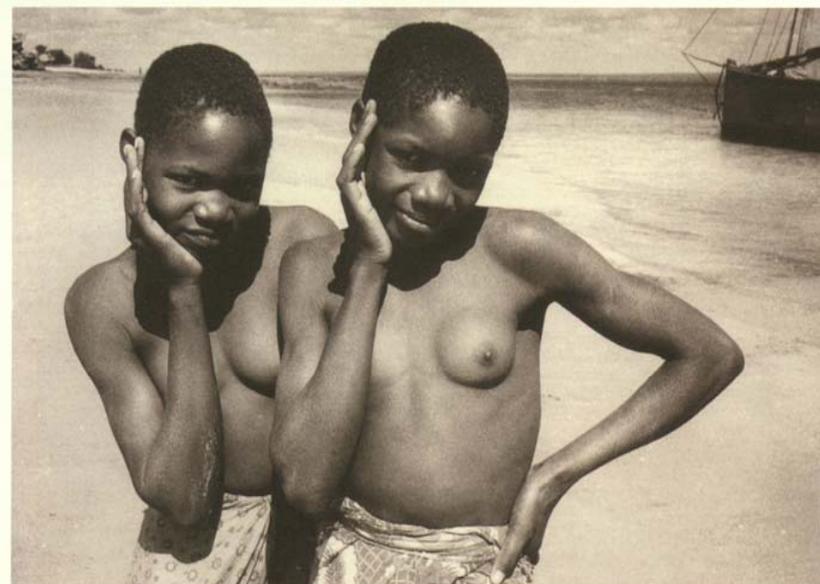
#### 1996-1998

- *Memórias árabo-islâmicas em Portugal*, Coimbra, Refeitório da Igreja de Santa Cruz, Julho 97;
- *Portugal na abertura do mundo*, Oslo, Novembro 98 - Fevereiro 99;
- *Pescadores macua. Baía de Nacala (1957-1973)*, fotografias de José Henriques e Silva, comissário científico: Joana Pereira Leite, Maputo, Outubro 98;
- *Cartografias*, de Isabel Pavão, Nova Deli, Abril 98;
- *O descobrimento do Brasil*, comissários científicos: Max Justo Guedes e Jorge Couto, Santarém, Abril - Agosto 98, Leiria, Agosto - Setembro 98, Porto, Outubro - Novembro 98.

página da esquerda  
Catálogo de exposição.  
à esquerda  
Exposição Centenário da Índia.  
Lisboa, Sociedade de Geografia.  
em cima e em baixo à direita  
Aspectos da exposição  
*Do Mundo Antigo aos Novos  
Mundos*. Évora, Museu  
do Artesanato-Celeiro.



em cima  
Catálogo de exposição.  
em baixo  
Negrinhas da exposição de  
fotografia *Pescadores macua*.  
*Baía de Nacala (1957-1973)*  
de José Henriques e Silva.  
Maputo, Out. de 1998.



### 3.12 Exposições de cartazes

1996

- *João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*. Autoria: Ana Isabel Buescu.

1997

- *Padre António Vieira*. Autoria: Pedro Cardim;  
- *Espaços e cidades em Moçambique*. Autoria: Isabel Castro Henriques.

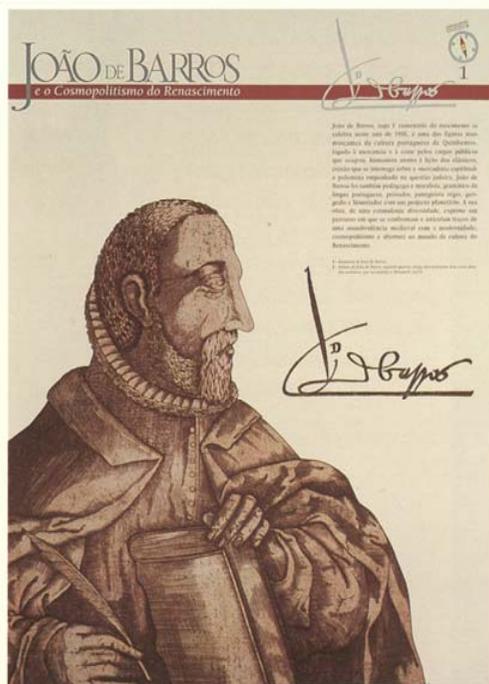
1998

- *Vasco da Gama e a descoberta do caminho marítimo para a Índia*. Autoria: Jorge dos Santos Alves;  
- *Espaços urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*. Autoria: António Correia e Silva.

#### 3.12.1 Itinerâncias nacional e internacional

1996

- *Biombos portugueses* (Luanda; Uruguai);
- *A Galáxia das línguas na época da expansão* (Castelo Branco e Arcos de Valdevez; Brasil);
- *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses* (Lagos);
- *D. João II. «Pola Lei e Pola Grei»*, (Angra do Heroísmo);
- *Portugal na abertura do mundo* (Arcos de Valdevez);
- *Álvaro Pires de Évora* (Montemor-o-Novo);
- *Arquitectura portuguesa na época dos descobrimentos portugueses* (Uruguai);
- *João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento português* (Brasil); (305 coleções de cartazes entregues a municípios portugueses);
- *Camões* (Montemor-o-Novo; Moçambique; S. Tomé e Príncipe);
- *As viagens portuguesas e o encontro de civilizações* (Oliveira de Frades);
- *O espelho da história de uma cidade* (Lisboa).



Cartaz de abertura da exposição João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento.



# Vasco da Gama



COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

## E A DESCOBERTA DO CAMINHO MARÍTIMO PARA A ÍNDIA

1

A viagem de Vasco da Gama, cujo quinto centenário se celebra entre 1998 e 1999, representou, no quadro da História de Portugal, o culminar de uma política régia coerente e multifacetada de descobrimento e expansão para sul. Significou também e principalmente, no plano mais vasto e mais decisivo da História Universal, a concretização da primeira circum-navegação de África e, por essa via, o primeiro encontro oceânico directo entre o Atlântico e o Índico.



Recepção de Vasco da Gama em Samorim, no Malabar, Índia Ocidental, 1498. Museu de Goa, Goa.

## 1997

- *A alimentação na viagem para a Índia. Roteiro de situações* (Seixal, Aveiro);
- *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses* (Évora, Braga, Bragança, Vila Real, Portalegre, Olhão, Rio Maior, Setúbal; Moçambique; Angola);
- *A descoberta dos bichos* (Lisboa, Leiria, Sesimbra, Seixal);
- *A galáxia das línguas na época da expansão* (Alijó, Vila Flor, Proença-a-Nova, Coimbra, Arganil, Góis);
- *A Sagres no Japão (1983)* (Tomar, Alijó);
- *A tapeçaria do século XVI* (Proença-a-Nova, Entroncamento, Soure);
- *Álvaro Pires de Évora* (Tomar);
- *As tapeçarias de D. João de Castro* (Alijó, Coimbra);
- *As viagens portuguesas e o encontro de civilizações* (Lisboa, Proença-a-Nova, Coimbra, Paredes de Coura, Mora, Alemanha – Estugarda, Dresden);
- *Camões* (Cacém, Lisboa, Coimbra);
- *D. João II. «Pola Lei e Pola Grei»* (Valongo, Aveiro, Alijó, Tomar; Bulgária – Sófia);
- *Embaixada de D. Manuel I ao Papa Leão X* (Alijó, Vila Flor, Arcos de Valdevez);
- *João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento* (S. Tomé e Príncipe; Guiné-Bissau - Bissau; Angola - Luanda);
- *A arquitectura portuguesa da época dos descobrimentos* (Marrocos – Rabat);
- *Memórias árabo-islâmicas* (Mértola, Lisboa, Santarém);
- *Espaços e cidades em Moçambique* (Lisboa; Moçambique - Maputo, Beira, Nampula e Ilha de Moçambique);
- *Fontes para a História de Portugal* (Tomar, Proença-a-Nova, Arcos de Valdevez);
- *Imagens do Oriente* (Valongo, Lagos);
- *Navio-Escola Sagres* (Tomar, Alijó, Proença-a-Nova);
- *Portugal e os descobrimentos no Livro de Horas de D. Manuel* (Valongo, Santarém, Proença-a-Nova, Soure);
- *Relicário arquitectural religioso do Brasil. Período colonial imperial* (Lisboa, Soure);
- *Vasco da Gama e a descoberta do caminho*

- marítimo para a Índia* (Cabo Verde – Praia e Mindelo; Quênia – Melinde e Nairobi; Guiné-Bissau – Bissau; S. Tomé e Príncipe - S. Tomé);
- *A cartografia portuguesa e a construção da imagem do mundo* (Tomar, Coimbra; Cabo Verde – Praia; Angola – Luanda);
- *Neomanuelino* (Brasil – Rio de Janeiro, Salvador-Baía, São Paulo);
- *Padre António Vieira* (Brasil – Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, S. Luís do Maranhão, Vitória, Salvador, São Paulo).

## 1998

- *As viagens portuguesas e o encontro de civilizações* (Lisboa, Barquinha, Nisa, Tomar);
- *Vasco da Gama e a descoberta do caminho marítimo para a Índia* (Lisboa, Nisa, Lagos, Valença, Barquinha);
- *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses* (Lisboa, Barquinha; Moçambique – Maputo; Angola – Luanda);
- *A descoberta dos bichos* (Lisboa, Tomar);
- *Camões* (Lisboa);
- *Navio-Escola Sagres* (Lagos);
- *Portugal na abertura do mundo* (Valença, Elvas; Noruega – Oslo);
- *Espaços e cidades em Moçambique* (Tomar, Barquinha, Lagos);
- *A alimentação na viagem para a Índia. Roteiro de situações* (Sines, Valença);
- *A cartografia portuguesa e a construção da imagem do mundo* (Valença, Tomar, Lagos; Bélgica – Bruxelas);
- *Biombos portugueses* (Marrocos - Casablanca);
- *A galáxia das línguas na época da expansão* (Tomar, Valença, Lagos);
- *A tapeçaria do século XVI* (Soure, Valença);
- *Imagens do Oriente* (Valença, Tomar);
- *A Sagres no Japão (1993)* (Aveiro);
- *Relicário arquitectural religioso do Brasil. Período colonial imperial* (Soure);
- *D. João II. «Pola Lei e Pola Grei»* (Tomar).

a esquerda  
Cartaz de abertura da  
exposição Vasco da Gama  
e a descoberta do caminho  
marítimo para a Índia.



Imagens das Entradas régias  
e festas reais, 1997.



### 3.13 Actividades de difusão cultural

1996

- *Entradas régias de D. João II* (Arcos de Valdevez e Ponte da Barca);
- 5.º Concurso de Jornalismo Juvenil;
- Participação na Feira do Livro de Lisboa.

1997

- *Festas reais de D. João II* (Santarém, Barreiro, Seixal);
- *Mercado dos descobrimentos* (Lisboa);
- *Entradas régias de D. João II* (Aveiro);
- 6.º Concurso de Jornalismo Juvenil;
- Visitas à caravela *Boa Esperança* (Lisboa, Lagos, Ílhavo, Gafanha da Nazaré, Nazaré, Peniche e Barreiro: c. 30 000 alunos, c. 3000 professores e c. 600 escolas do ensino secundário);
- Participação nas Feiras do Livro de Lisboa, Frankfurt e S. Paulo.

1998

- 7.º Concurso de Jornalismo Juvenil;
- Participação nas Feiras do Livro de Lisboa, Paris e S. Paulo.



em cima  
Caravela *Boa Esperança*.  
em baixo  
Lançamento do livro  
*Os sabores da terra*, co-edição  
Círculo de Leitores/Pavilhão  
de Portugal-CNCOR, Feira do  
Livro de Frankfurt, 1997.

### 3.14 Programa «África»

1996-1998

#### 3.14.1 Recuperação de património

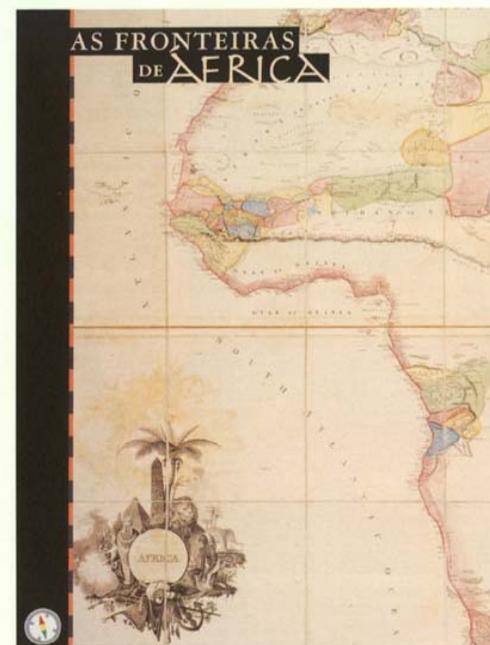
- Ilha de Moçambique (Capela de Nossa Senhora do Baluarte, Palácio de S. Paulo e Igreja da Misericórdia);
- Missão de levantamento do património edificado de Angola e seu estado de conservação;
- Restauro da coleção de pintura portuguesa do Museu Nacional de Arte de Maputo.

#### 3.14.2 Conferências e congressos

- Conferências sobre Camões (Moçambique 96: Maputo, Beira, Nampula e Ilha de Moçambique; S. Tomé e Príncipe 96). Conferencista: Carlos André;
- *Moçambique. Navegações, comércio e técnicas*. Seminário co-organizado com a Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Novembro 96);
- Conferências sobre João de Barros (S. Tomé e Príncipe, Junho 97). Conferencista: Ana Isabel Buescu e Pires Laranjeira;
- *II Seminário Internacional de História de Angola. Construindo a história de Angola. As fontes e a sua interpretação*. Seminário co-organizado com o Arquivo Histórico de Angola (Luanda, Agosto 97).

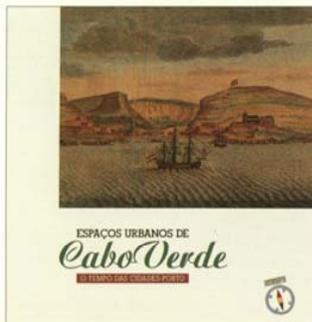
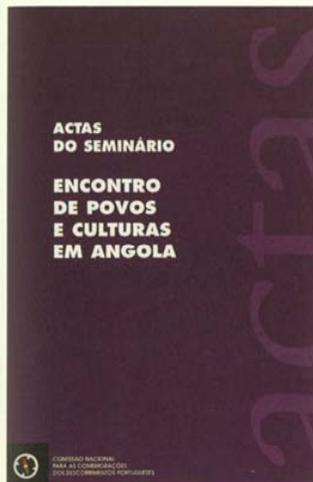
#### 3.14.3 Exposições

- *João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*, exposição de cartazes (S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Luanda 97);
- *Espaços e cidades em Moçambique*, exposição de cartazes (Moçambique - Maputo, Beira, Nampula, Ilha de Moçambique 97);
- *As fronteiras de África*, exposição, Lisboa, Cordoaria Nacional;
- *Espaços urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto* (Lisboa, Janeiro 99);
- *Pescadores macua. Baía de Nacala (1957-1973)*, fotografias de José Henriques e Silva, (Moçambique - Maputo, Outubro 98).



em cima  
Catálogo de exposição.  
ao lado  
Capa do livro *Maputo. Desenrascar a vida* de Nelson Saúte.  
Co-edição CNCOR/Ndjira.





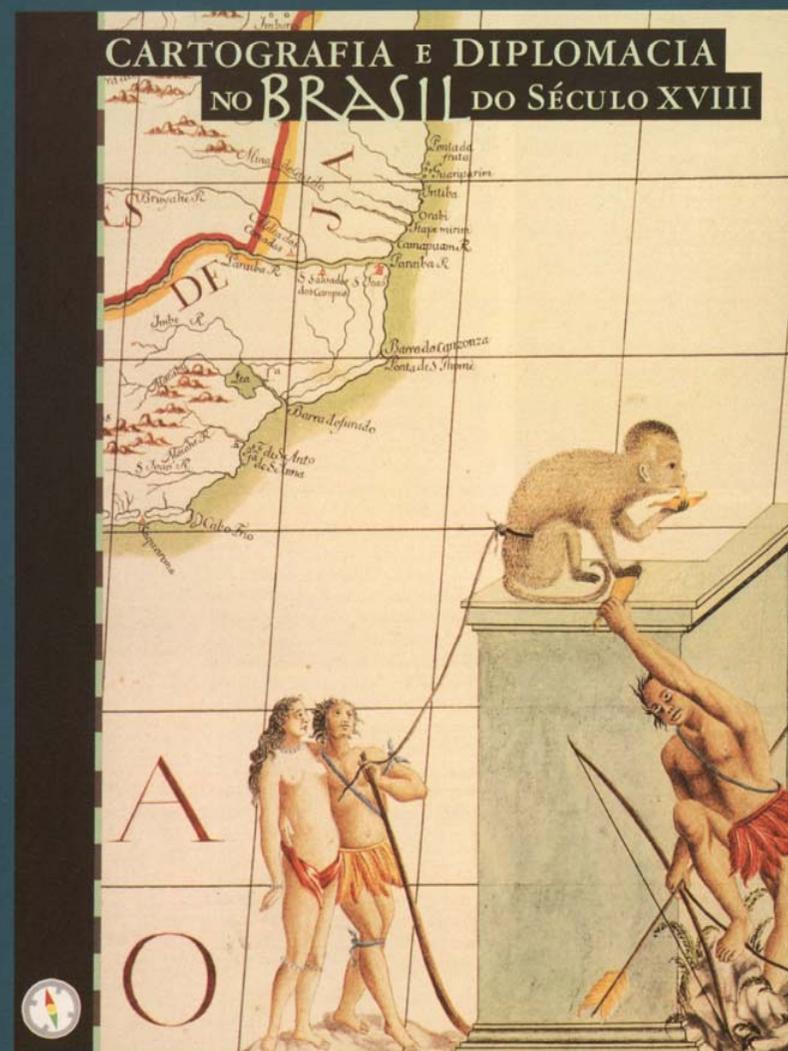
à esquerda  
Actas de seminários realizados  
em Angola e Moçambique.  
à direita  
Capa do livro Espaços urbanos  
de Cabo Verde - O tempo  
das cidades-porto de António  
Correia e Silva.

3.144 **Edições**

- AA.VV., *Actas do Seminário Encontro de povos e culturas em Angola*, Lisboa, CNCDP, 1997;
- AA.VV., *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, comércio e técnicas*, Lisboa, CNCDP, 1998;
- Orlando Ribeiro, *A Ilha do Fogo e as suas erupções*, Lisboa, CNCDP, 1998;
- João Julião da Silva, Zacarias Herculano da Silva e Guilherme Ezequiel da Silva, *Memórias de Sofala. Etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique nos séculos XVIII e XIX*, edição e notas de José Fialho Feliciano e Victor Hugo Nicolau, Lisboa, CNCDP, «Cadernos de África», 1998;
- *Pescadores macua*, fotografias de José Henriques e Silva, Lisboa, CNCDP-CML, 1998.

3.145 **Bolsas «Bartolomeu Dias»**

- 35 bolsas de longa duração destinadas a cidadãos estudantes de pós-graduação naturais dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa e ainda a naturais de Timor-Leste.



### 3.15 Programa «Brasil»

#### 3.15.1 Conferências e congressos

1996-1998

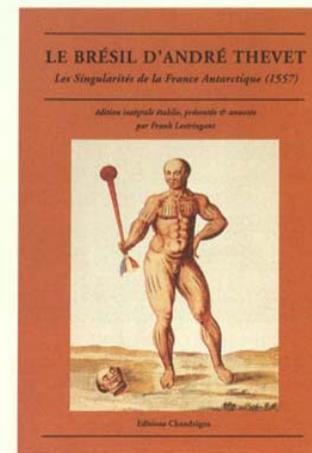
- «Campanha de Setembro» (1996): ciclo de conferências, por académicos portugueses, sobre João de Barros e a cultura do Renascimento em Portugal, em cinco Estados brasileiros;
- «Campanha de Setembro» (1997): ciclo de conferências sobre o P.º António Vieira (Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Belo Horizonte, Minas Gerais; Belém, Pará; S. Luís do Maranhão, Vitória, Espírito Santo; Salvador, Bahia; São Paulo). Conferencistas: Pedro Cardim e António Camões Gouveia;
- Colóquio luso-brasileiro de história de arte (Salvador, 1997);
- Apoio a 12 congressos sobre o Pe. António Vieira, em Portugal e no Brasil (1997);
- Encontro de professores de história brasileiros e portugueses (Lisboa, 18 a 20 de Maio 98);
- «Campanha de Setembro» (1998): ciclo de conferências sobre Vasco da Gama no Brasil (Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Católica de S. Paulo, Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Real Gabinete de Leitura, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Católica de Porto Alegre e de Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais). Conferencistas: Joaquim Romero Magalhães, Luís Adão da Fonseca, João Marinho dos Santos e Jorge dos Santos Alves;
- Apoio a congressos de história e cultura: Congresso D. Pedro I/IV (Rio de Janeiro e Porto); Colóquio Internacional



*Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil* (Lisboa, Nov. 98); Congresso Internacional *Anchieta em Coimbra – 450 anos* (Coimbra, Out. 98); Colóquio *Fontes Documentais para a História do Brasil colonial*, (Rio de Janeiro, Out. 98); Seminário Internacional *Tempo dos Flamengos e outros tempos – Brasil, séc. XVII* (Recife, Out. 98); Semana das Monções (Porto Feliz); Fórum Luso-Afro-Brasileiro de História (Ilhéus);

- Apoio a projectos de natureza cultural: «Planeta Golfinhos da Guanabara - Projecto de Educação Social para Jovens» (1998); Prémio Vasco da Gama (Sociedade Portuguesa Beneficente Vasco da Gama de S. Paulo) (1998); Exposição de tapeçarias «Brasil» de Inês Carrelhas (1998); «O Livro Didáctico de História no Brasil e em Portugal: uma visão crítica» (1998);
- Apoio à edição das actas do Congresso Internacional «Estudos Camonianos» (1998); Série de TV «Além Mar» (1998);
- Apoio à cátedra Jaime Cortesão (Universidade de S. Paulo);
- Apoio à operação «Resgate» (micro-filmagem de documentação brasileira em arquivos portugueses);
- Microfilmagem de documentação portuguesa em arquivos brasileiros (no âmbito do Centro Damião de Góis);

à esquerda  
Catálogo de exposição,  
em cima  
imagem do catálogo da  
exposição *Estórias de dor,  
esperança e festa. O Brasil  
em ex-votos portugueses*,  
inaugurada no Rio de Janeiro  
em Dez. de 1998.



Capas de publicações.



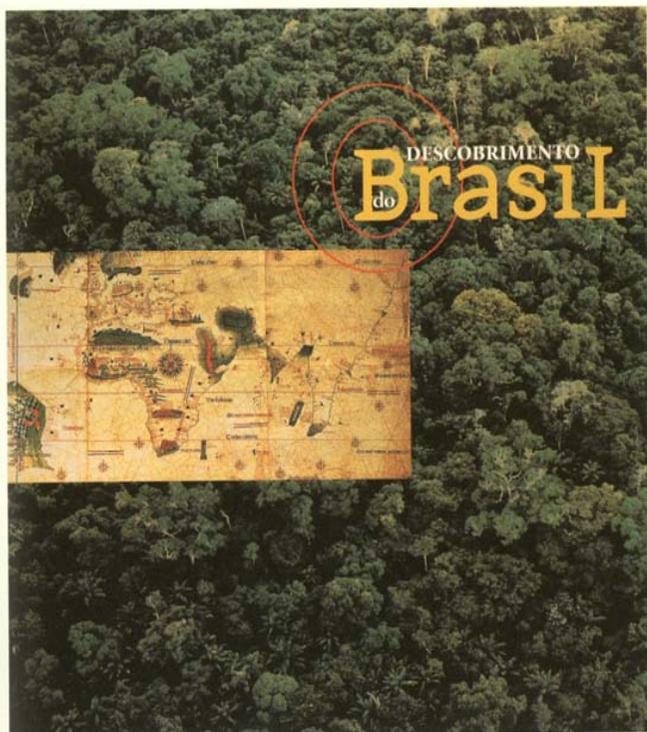
- Apoio à reunião da comissão bilateral luso-brasileira para microfilmagem de documentação (Lisboa, Outubro de 1998).

#### 3.15.2 Exposições

- *João de Barros*. Exposição de cartazes, 1996;
- *Nemanuelino* (em Portugal e no Brasil). Exibição da exposição no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, 1996; depois da itinerância, a exposição foi oferecida à Embaixada de Portugal em Brasília;
- Exposição *Oretetama. O índio brasileiro*. Lisboa, Museu da Electricidade, 1997;
- *Padre António Vieira*. Exposição de cartazes. Itinerância brasileira, 1997;
- *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*, Lisboa, Cordoaria Nacional (Julho-Agosto 97). Comissário Científico: Inácio Guerreiro;
- *O Descobrimento do Brasil*. Comissários Científicos: Max Justo Guedes e Jorge Couto (Santarém, Abril 98). Catálogo e caderno didáctico;
- *Estórias de dor, esperança e festa. O Brasil em ex-votos portugueses (Séculos XVII-XIX)*, Rio de Janeiro, Espaço Cultural da Marinha (Dezembro 98 – Março 99). Comissário Científico: Agostinho Araújo.

#### 3.15.3 Edições

- AA.VV., *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*, Lisboa, CNDP, 1997;
- Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Transcrição do texto, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo, Lisboa, CNDP, 1998;
- AA.VV., *Estórias de dor, esperança e festa. O Brasil em ex-votos portugueses (Séculos XVII-XIX)*, Lisboa, CNDP, 1998;
- Apoio à edição de *Le Brésil d'André Thevet. Les singularités de la France Antarctique (1557)*, edição de Frank Lestringant, Paris, Editions Chandeigne, 1997; *La Mission d'Ibiapaba. Le père António Vieira et le droit des indiens*, edição de João Viegas, Paris, Editions Chandeigne, 1998; *La mission jésuite du Brésil. Lettres et autres documents*



(1549-1570), edição de Jean-Claude Laborie, Paris, Editions Chandeigne, 1998.

3.15.4 **Teatro, música e animação cultural**

- Participação na 15.ª Bienal Internacional do Livro (São Paulo, Abril de 1997);
- *Vieira, a voz visível*. Intervenção teatral. Itinerância brasileira, 1997;
- Programa *Lusitania 75*. Comemoração do 75.º Aniversário da Travessia Aérea do Atlântico Sul, 1998;
- Colaboração nos festivais culturais «Portugal pequeno» (Niterói) e «Navegar é preciso» (S. Paulo);

- Apoio à deslocação do Ballet Gulbenkian a S. Paulo (Setembro 98);
- Apoio à Escola de Samba «Unidos da Tijuca» (samba-tema «Vasco da Gama», Carnaval do Rio de Janeiro, 1998).



## 4. Ecos e reacções

Cartoon de António, publicado  
no jornal *Expresso*, 16-08-97,  
gentilmente cedido pelo autor.

Há 500 Anos. Três anos de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses



*Publicam-se, nesta secção, alguns textos que definiram as linhas de orientação da Comissão dos Descobrimentos, bem como algumas das reacções que estas suscitaram.*

#### 4.1 Programa estratégico da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

Dezembro, 1996

##### 1. Objectivos genéricos das comemorações dos descobrimentos.

###### Valores implícitos

Os objectivos da CNCDF são a comemoração das navegações portuguesas dos finais do séc. xv, quer como facto histórico de significado universal quer como empreendimento português com significado nacional.

No primeiro plano, as navegações portuguesas representam um avanço científico e tecnológico decisivo que deu ao mundo os seus actuais contornos geográficos e que, pondo em contacto povos e culturas, contribuiu para que a Humanidade se passasse a compreender, pela primeira vez, na sua dimensão universal.

No segundo plano, os «descobrimentos» constituem um momento de afirmação política, económica, tecnológica e cultural de Portugal que, estimulado por elementos culturais da época que favoreciam a curiosidade, o experimentalismo, a ousadia e o universalismo, ganha uma projecção europeia e mundial que antes não tinha.

Avanço científico e tecnológico, imaginação e ousadia, curiosidade e abertura em relação ao outro, universalismo e humanismo, eis alguns dos tópicos a partir dos quais as comemorações dos descobrimentos podem mobilizar a consciência pública.

##### 2. Comemoração, fidelidade histórica e espírito crítico

A dimensão comemorativa não deve, no entanto, esconder que o processo da expansão portuguesa foi imaginado e vivido por

homens portadores de uma cultura diferente da de hoje, tendo obedecido, para além disso, a lógicas e impulsos contraditórios. Não admira, por isso, que, do ponto de vista da cultura e da sensibilidade contemporâneas, nem todos os seus aspectos sejam exemplares. Ou que, na perspectiva do que veio a acontecer depois, todos eles tenham constituído elementos positivos, quer para Portugal quer para os povos com que os portugueses contactaram. Comemorar constitui um exercício de recordação colectiva cujas virtudes pedagógicas residem justamente no facto de nada, do bom e do mau, se dever esquecer.

Esta integralidade da memória, que distingue a comemoração da propaganda, é garantida pelo rigor da investigação científica que deve suportar as actividades da Comissão.

Por outro lado, a própria expressão «descobrimentos» comporta um evidente enviesamento eurocêntrico. Porque, sendo *descobridores*, os portugueses (os europeus) foram também *descobertos*. O seu olhar sobre os outros não deve obliterar a forma como os outros nos olharam ou como eles se olhavam a si mesmos. A compreensão histórica do momento que comemoramos não deve ser amputada de qualquer das perspectivas deste confronto intercultural, até porque a acção dos portugueses – os seus projectos, as suas estratégias, as suas avaliações, os seus resultados – teve também em conta tanto as imagens por eles suscitadas nos outros como as imagens que os outros tinham de si mesmos. As comemorações devem ser, portanto, a ocasião de restaurar esse complexo jogo de

à esquerda  
Representação do sultão Mahmud do Guzerate, no Códice 1889, século xv.  
Roma, Biblioteca Casanatense.

imagens e de reverberações provocado pela interação de várias culturas, por vezes radicalmente diferentes.

##### 3. Dimensão prospectiva das comemorações

As comemorações dos descobrimentos portugueses não devem constituir um empreendimento meramente passadista, uma «coisa de historiadores». A sua incontornável dimensão comunitária e cívica – que explica a sua assunção pelas instâncias mais elevadas do poder político – não pode ser ignorada.

Embora as comemorações dos descobrimentos devam servir para aprofundar e difundir o conhecimento do passado português, nomeadamente no período da expansão, com elas quer-se também que as imagens deste passado estimulem atitudes da comunidade face ao futuro e promovam objectivos da diplomacia portuguesa no mundo, nomeadamente no plano cultural.

O casamento entre os objectivos de conhecimento e de mobilização apresenta as dificuldades sabidas e já referidas de que nem tudo o que a história nos revela constitui um estímulo válido para o futuro, assim como

nem todos os projectos podem encontrar um bom apoio na história.

O problema existe e só a consciência dele pode precaver contra ingenuidades e manipulações.

Também aqui a tendência incontornável de privilegiar a comemoração dos aspectos «mais comemoráveis» tem que ser compensada por um esforço sistemático de, num plano próprio (nomeadamente, no plano da divulgação de fontes e da investigação científica), disponibilizar as versões completas e complexas da realidade histórica que a actividade comemorativa tende a simplificar ou mesmo a cancelar.

##### 4. Enunciação de objectivos estratégicos

Em função do que ficou dito, podem ser enunciados os seguintes objectivos estratégicos das comemorações dos descobrimentos portugueses:

###### No plano interno:

- aprofundar e difundir o conhecimento do passado português bem como dos povos e culturas com que os portugueses contactaram na época da expansão;

Mostra de publicações da CNCDF em Oslo.



#### 4. Ecos e reacções

· estimular uma auto-identificação da comunidade orientada pelos valores da curiosidade e abertura em relação ao novo e ao outro, do universalismo e do humanismo.

##### No plano externo:

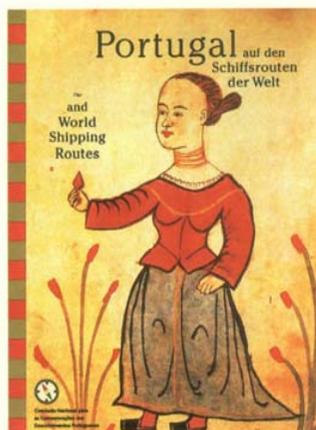
- contribuir, dentro do seu específico campo de acção, para promover a língua e cultura portuguesas no mundo;
- contribuir, no mesmo âmbito, para promover a imagem de Portugal.

##### 5. Normas estratégicas de acção

A CNCDP tem um horizonte limitado de actividade. Os seus meios de acção são também limitados. Estas duas circunstâncias impõem certos constrangimentos e recomendam certas linhas estratégicas quanto à sua acção.

Assim,

- não se devem assumir tarefas ou encargos de natureza continuada e permanente, que ultrapassem, nomeadamente, o horizonte temporal de 2001, pelo menos sem o acordo das entidades que têm a seu cargo a gestão «de continuidade» (Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Instituto Camões, etc.);
- pelo contrário, devem ser privilegiadas acções que se possam auto-sustentar e reproduzir no futuro ou que criem efeitos duradouros, mesmo para além do horizonte da Comissão; entre as acções deste tipo contam-se:
  - o apoio, no seu campo específico de acção, à criação de redes culturais e científicas (mediante concessão de bolsas, fomento de contactos permanentes inter-universitários, estabelecimento de redes de telecomunicação de dados);
  - o apoio, no mesmo âmbito, à criação de infra-estruturas de investigação e ensino (centros de investigação e ensino, bibliotecas, edições);
  - investimentos em capital humano (nomeadamente na juventude, em formadores e em agentes culturais);
  - acções de inventário e conservação do património;



Livro bilingue (inglês/alemão) publicado por ocasião da Feira do Livro de Frankfurt, 1997.

- não se deve, em todo o caso, esquecer:
  - que a função da Comissão é, também, a de exercer um impacto forte sobre o grande público e não apenas sobre as elites culturais e académicas;
  - que é também por este impacto que se avalia, politicamente, o seu trabalho;
- deve ser observada uma política de sistemática avaliação de custos-benefícios das acções projectadas, compreendendo uma orçamentação prévia rigorosa e uma avaliação sucessiva dos seus resultados;
- deve ser observada uma política de economia, evitando gastos supérfluos ou sumptuários, injustificáveis do ponto de vista dos resultados a obter.

##### 6. Áreas prioritárias de acção.

###### Cenário interno

As actividades da Comissão desdobram-se, basicamente, em dois cenários – o interno e o internacional –, devendo-se aplicar a qualquer deles as normas orientadoras anteriores.

No cenário interno, estas normas permitem identificar como áreas mais reprodutivas, e logo prioritárias de acção, a juventude (através da escola) e as infra-estruturas



Página da CNCDP na Internet iniciado em 1997. (www.cncdp.pt).

da investigação que devem suportar e acompanhar as actividades de comemoração.

###### 6.1 Acções dirigidas à escola

A primeira é atingida, nomeadamente, pelas actividades do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Mas a ela se dirigem ainda outras actividades da Comissão (actividades «de rua», actividades «de mar», concursos de jornalismo, programas de intercâmbio de jovens).

O Grupo de Trabalho do Ministério da Educação constitui um instrumento especializado e autónomo de actuação nas escolas, cujo apoio será aumentado. Respeitando embora a sua autonomia, a Comissão procurará melhorar a coordenação entre as actividades deste grupo e as suas próprias:

- solicitando ao GT o apoio pedagógico de que carecer para as acções próprias;
- integrando as acções gerais com as «acções escola»;
- coordenando as actividades editoriais respectivas.

###### 6.2 Acções de apoio à investigação

A segunda área prioritária de actividades é coberta por acções que visem:

- o fomento da disponibilização de fontes e bibliografia secundária sobre a expansão, designadamente por meio da:
  - realização de cadastros ou inventários de património linguístico, artístico (incluindo a arquitectura, as artes decorativas, a música, etc.) ou documental;
  - apoio à publicação de fontes, inéditas ou esgotadas, para o estudo dos descobrimientos e expansão portugueses;
  - publicação em Portugal de obras «locais»;
  - apoio à publicação de monografias de alto mérito científico no mesmo domínio, sob a forma de livro ou de artigos;
  - publicação de obras de divulgação de alto nível, nomeadamente tendo em vista o ensino;
  - edição discográfica e videográfica e criação de discotecas e videotecas;
  - criação de bancos de dados (de textos

#### 4. Ecos e reacções

- ou de imagens) relativos à expansão;
- difusão por redes de telecomunicação (v.g., *Internet*) dos dados anteriormente referidos, paralelamente ou alternativamente à sua difusão em suporte tradicional;
- apoio à investigação científica neste domínio, por meio de bolsas individuais ou de apoio a projectos de investigação;
- apoio à formação de alto nível (pós-graduação e doutoramento), por meio de apoio a mestrados.

A concentração dos esforços nestas áreas «de investimento» não exclui que a Comissão siga realizando acções de resultados mais efémeros, dirigidas para um consumo cultural imediato (tais como acções «de rua», exposições, espectáculos, etc.), desde que o seu peso logístico e financeiro não inverta as prioridades referidas. Deve, entretanto, notar-se que as «grandes exposições» constituem actividades que participam das duas naturezas, pois envolvem uma importante componente de preparação científica com uma expressão duradoura nos catálogos.

#### 7. Áreas prioritárias de acção. Cenário internacional

No cenário internacional, o objectivo de contribuir para divulgação, no seu âmbito específico de actuação, da língua e cultura portuguesa combina-se com a regra da preferência pelas acções mais reprodutivas e duradouras. Como resultado, decorre o princípio de que os esforços da Comissão se hão-de orientar para fomentar estruturas duradouras e auto-sustentadas de divulgação da cultura e língua portuguesas num número reduzido de pólos culturais dos mais reprodutivos de cada área geográfica.

Esta linha estratégica é complementada por uma particular atenção às áreas mundiais em que Portugal tem especiais responsabilidades culturais (como o Brasil, a África e a Índia), e, muito especialmente, àqueles em que a cultura de raiz portuguesa enfrenta desafios (como, de um modo geral, os países africanos de língua oficial portuguesa).

Dado o carácter temporalmente limitado

da acção da Comissão, bem como as limitações dos recursos, a regra será a de apoiar significativamente (nomeadamente, mediante o apoio à criação de cátedras ou centros de estudos na área da cultura portuguesa) um número reduzido de pólos criteriosamente escolhidos em função da sua capacidade de irradiação cultural e científica: três a quatro centros de excelência na Europa (IUE, Oxford, EHESS, Madrid), três a quatro nos EUA (Brown, Columbia, Yale, Johns Hopkins), um na África Austral (África do Sul), um na Índia (Univ. J. Nehru, Deli), um no Extremo Oriente (Univ. Macau) e um no Brasil (USP, S. Paulo). Em todos estes casos, é indispensável obter o acordo e possível comparticipação do Instituto Camões; em alguns deles (EUA, África do Sul, Brasil) pode esperar-se algum apoio da comunidade portuguesa local, que deve ser especialmente visada por algumas das actividades da Comissão (exposições, espectáculos).

Paralelamente, há que apoiar, da forma adequada, centros de investigação e ensino em Angola, Moçambique e Goa. Nestes casos, o apoio às universidades locais, na específica área de actuação da Comissão, pode revestir formas diversificadas (apoio documental, programas de bolsas, intercâmbio de professores visitantes), estabelecidas em protocolos a celebrar.

Nestes casos, tem que ser prestada uma atenção especial à criação de mecanismos através dos quais se possa interagir com as elites culturais locais, sensibilizando-as, sem exclusivismos nem paternalismos, para as componentes portuguesas nas culturas locais. Particularmente interessante para a criação de comunidades académicas ou culturais atentas aos pontos de vista culturais de raiz portuguesa é a concessão de bolsas de estudo dirigidas a intelectuais ou estudantes locais, que lhes possibilitem estadias longas em Portugal, criando aqui os correspondentes meios de apoio logístico e científico-cultural.



#### 8. O período 1996-2000

O período de actividades que se avizinha é marcado por duas datas polarizadoras, 1998 e 2000, que são, afinal, as duas grandes datas da expansão portuguesa.

##### 8.1 O Índico

A primeira aponta para o cenário do Índico e, por extensão, para o Sudeste Asiático e Extremo Oriente.

Trata-se de uma zona em que os interesses culturais portugueses – radicados na história e emblematicamente presentes em Goa, Macau e Timor – se combinam com interesses actuais de outra ordem, ligados à emergência político-económica da zona e a alguns pontos quentes da diplomacia portuguesa.

À zona do Índico pertence ainda Moçambique, zona de crise da cultura e língua portuguesa e que, portanto, deve constituir um dos pontos-chave da nossa diplomacia cultural.

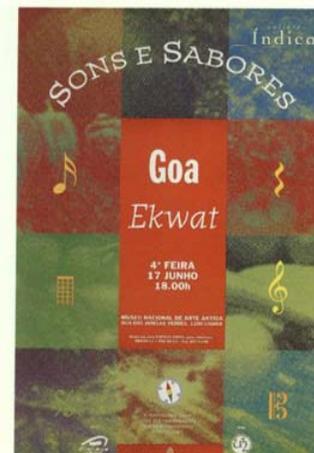
à direita  
Cartaz da exposição *Culturas do Índico*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1998.

exposição

culturas  
do  
Índico

Museu Nacional  
de Arte Antiga  
Lisboa  
5 Junho - 5 Setembro  
1998

Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses



Cartaz do espectáculo Sons e Sabores realizado no âmbito da exposição Culturas do Índico, Lisboa, 1998.

e coordenação de actividades comemorativas nesta área.

Por outro lado, vão ser indicados imediatamente os nomes propostos pela Comissão para a Comissão Mista Luso-Indiana para as comemorações.

### 8.2 Sueste Asiático

Eventualmente agregadas às iniciativas a desenvolver no Extremo Oriente, em conjugação de esforços com a Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e com outras instituições culturais do Território, a CNCDP procurará desenvolver algumas acções na Ásia do Sueste por forma a incentivar uma real aproximação entre a produção científica portuguesa relativa a esta área geográfica e as universidades, os centros de investigação e os historiadores desses países.

Lembra sublinhar a Tailândia, a Malásia e Singapura como casos de particular relevância no que concerne ao Sueste Asiático peninsular. No que respeita ao mundo insular, é de incentivar um maior diálogo científico entre os especialistas das Filipinas enquanto área de «cruzamento» da expansão ibérica.

Neste sentido, a colaboração com instituições europeias que actuam no «terreno» há várias décadas e com resultados visíveis – é o caso da École Française de l'Extrême-Orient (Paris) – seria de grande utilidade.

### 8.3 Extremo Oriente

O Extremo Oriente poderá beneficiar de algumas das iniciativas pensadas para o mundo Índico, mas não constituirá uma área central de acção da Comissão Nacional. Em todo o caso, esta deve apoiar as iniciativas da Comissão Territorial de Macau, fornecendo-lhe assessoria técnica e científica, materiais, publicações, bem como cooperando com ela em actividades pontuais. Em contrapartida, delegará, em princípio, na CTM a gestão das iniciativas que tiverem que ter lugar no Extremo Oriente.

Apesar de dispor de uma Comissão Territorial, Macau deve merecer atenção da Comissão Nacional. De facto, o Território deixará de estar, em 1999, sob a responsabilidade política portuguesa. Nestes termos, interessa, por um lado, que essa data seja tratada pela Comissão, não como um momento de «fim de Império» mas como uma etapa de evolução de uma comunidade que Portugal ajudou a criar e a evoluir. Por outro lado, interessaria assegurar, com a colaboração da Comissão Territorial, que permanecesse em Portugal uma memória duradoura de Macau (v.g., centro de exposições ou de actividades culturais, centro de estudos).

### 8.4 Brasil

A outra data polarizadora – o ano 2000 – evoca um outro cenário, o do Brasil, e, por extensão, o do Atlântico Sul. Trata-se de um cenário dominado pela presença do Brasil, a maior comunidade de língua portuguesa, em processo de clara emergência na cena mundial.

No Brasil, os problemas de diplomacia cultural suscitados pelas comemorações dos descobrimientos não são eventualmente tão delicados como no cenário anterior, mas existe uma sensibilidade local – que valoriza outros contributos históricos que não o português e que, de qualquer modo, é muito ciosa

da especificidade e originalidade culturais do Brasil.

De acordo com as linhas anteriormente expostas, a estratégia de actuação no Brasil tem de se concentrar num reduzido número de actividades altamente reprodutivas. Dada a dimensão do Brasil, a dispersão pode revelar-se muito dispendiosa e de pequeno impacto global. Em contrapartida, a presença forte em centros de excelência académica e cultural, bem como a participação em programas prestigiados de estudos ou de investigação, podem ter efeitos muito estruturantes e permanentes sobre as elites académicas e culturais brasileiras.

Deverá ser constituído brevemente um grupo interno que leve a cabo a programação de actividades, em ligação com a Comissão Bilateral Luso-Brasileira para as comemorações.

Do mundo atlântico fazem ainda parte países (Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola) que também se revestem de grande relevo para a política cultural portuguesa, tanto mais que, em alguns casos, a língua portuguesa, como língua veicular, ainda não se afirmou plenamente ou mesmo parece estar em risco. Nestes casos, a estratégia de actuação terá de ser semelhante à proposta para Moçambique, na respectiva secção.

#### 8.5 África

Mas, para além desta desejável participação dos países africanos de língua portuguesa nas acções comemorativas no âmbito do Índico e do Brasil e da assinalada importância tanto da criação e dinamização de centros de investigação e de ensino nesses países como da contribuição para a divulgação da língua e cultura portuguesas, a acção da Comissão junto deles deve sobretudo dirigir-se para a criação de laços perduráveis, fomentando a materialização de formas permanentes de cooperação entre instituições e organizações dos vários países. Deste modo, o programa de acção neste domínio tentará ir ao encontro das formas de cooperação que as várias partes considerarem que mais frutos prometem em termos de cristalização de fortes laços futuros.

#### 9. Programas especiais

##### 9.1 EXPO '98

O DL 251/94 comete à CNCDP a concepção, realização e gestão de um Pavilhão dos Descobrimentos na EXPO '98.

A opção da construção de um pavilhão definitivo foi afastada, por não se adequar ao carácter temporalmente limitado da CNCDP e por envolver compromissos financeiros exagerados.

Em pavilhão(ões) temporário(s), a participação organizar-se-á em torno de duas grandes exposições.

A primeira (*Culturas do Índico*) seria dedicada às culturas do Índico e à sua inter-relação nesse espaço, aquando da chegada dos portugueses.

A ideia central da exposição seria a de apresentar esse «oceano da chegada» como um espaço geográfico, sociopolítico, económico e cultural que constituiu o cenário – em si mesmo, auto-subsistente e autoconsciente – da viagem de Vasco da Gama. A evocação do Índico – e não da Índia – visa reconstituir um quadro de acção humana então fortemente integrado, mas que o actual retalhamento político torna hoje difícil de apreender na sua original identidade. Essa identidade era constituída por interesses económicos complementares, que animavam o comércio; por contiguidades culturais, religiosas e linguísticas que geravam sentimentos de proximidade e, ao mesmo tempo, de distinção em relação aos estranhos; por uma sedimentação de hábitos de encarar a própria diversidade interna, que facilitava os diálogos interculturais no seu espaço. É neste mundo, de uma articulação sedimentada por séculos de inter-relação, que os portugueses irrompem como um factor estranho e dificilmente classificável no imaginário local. A exposição procurará – com forte apoio em elementos sensoriais (cores, formas, cheiros, sons), naturais ou simulados através de meios audiovisuais – integrar o visitante neste mundo natural e humano, na arquitectura complexa dos seus olhares sobre si mesmo, sobre os seus variados elementos (a África Oriental, a costa Índica da Arábia, o bordo perso-afegão, o Gujarte, o Malabar,

o Sri Lanka) e, finalmente, sobre esses estranhos que lhe chegavam de um outro oceano, desta vez «de partida» – o Atlântico. Geografia, flora e fauna, gentes e culturas, rotas e trocas, potentados e metrópoles, aí estarão presentes, através de peças museológicas, produtos e artefactos, fotografias e vídeos, sons e sabores, espectáculos musicais, animações e objectos interactivos. No Tejo, uma exposição de barcos tradicionais da zona complementará a exposição.

A outra grande exposição, realizada no âmbito do Pavilhão de Portugal, em colaboração com o respectivo Comissariado, será dedicada à sociedade portuguesa que constituiu o ambiente desta fase da expansão. Nos seus múltiplos aspectos (estruturas sociais e económicas, imaginários, técnicas e saberes, equilíbrios e conflitos políticos). Todos estes registos – evocados de forma dinâmica e empática para o grande público – serão utilizados para contextualizar a viagem de Vasco da Gama e torná-la compreensível.

Finalmente, correspondendo a um objectivo de descentralização das comemorações, a CNCDP organizará no Porto uma grande exposição sobre o cruzamento de influências artísticas entre Portugal e as culturas do espaço do Índico. Pela primeira vez, estará disponível uma arte integrada – desde a arquitectura às artes decorativas – daquilo a que se convencionou chamar a arte «indo-portuguesa».

##### 9.2 Estudos Gerais da Arrábida

Os EGA constituem já uma das mais prestigiadas iniciativas culturais e científicas «de Verão» em Portugal. Deverão evoluir no sentido de uma universidade de Verão que, no termo da actividade da Comissão, se possa gerir e sobreviver, como instituição privada ou como entidade integrada no sistema universitário público.

Isto implica:

- dotá-los, progressivamente, de órgãos e serviços próprios, conservando, no entanto, agilidade e leveza;
- confiar totalmente ao seu Conselho Científico, eventualmente reforçado, a programação e controlo científico das suas actividades.

#### 10. Conclusão

No desenvolvimento deste programa de acção, a CNCDP procurará, sem quaisquer exclusivismos, congregar todos os apoios, tanto de instituições públicas como de particulares, fazendo das comemorações um empreendimento do conjunto da sociedade portuguesa, quer no plano das iniciativas quer no plano da fruição.

O Programa que ficou exposto – e que será especificado em programas de detalhe – ajudar-nos-á a enunciar prioridades e a explicar opções. No entanto, a CNCDP ficará atenta a todas as outras iniciativas, procurando corresponder a elas. Como procurará suscitar apoios, tanto para as realizações próprias como para as alheias que parecerem meritorias.

Espera-se que a esta disponibilidade pela nossa parte corresponda, por parte da sociedade e dos poderes, uma idêntica solicitude, ainda que esta se traduza apenas na sempre indispensável vigilância crítica.

#### 4.2 Discurso do Comissário-Geral na sessão solene comemorativa da partida de Vasco da Gama 08/07/97

Reunimo-nos aqui para comemorar a partida de Vasco da Gama para a viagem que, meses depois, o levaria a aportar à costa do Hindustão.

Esta cerimónia foi concebida como um momento solene em que cinco instituições académicas sublinhassem o significado que a viagem de Vasco da Gama continua a ter para o mundo de hoje e, nomeadamente, para os portugueses.

No plano da história do mundo, a viagem de Gama constitui um desses eventos seminais, que inauguraram ciclos de civilização insuspeitados para os próprios actores históricos.

No contexto desse formidável ciclo aberto há quinhentos anos e no ocase do qual portventura vivemos, a viagem de Vasco da Gama,



Vasco da Gama ante o samorim de Calecute, 1898. Pintura de Veloso Salgado. Lisboa, Sociedade de Geografia.

que hoje aqui comemoramos, acaba por ser pouco mais que um detalhe, embora fundador. Nem se lhe podem imputar todos os méritos do que veio depois, nem tão-pouco pôr a seu cargo todas as tragédias e injustiças do relacionamento futuro entre a Europa e o Oriente. Ela não foi senão um gesto fundador, um desses gestos criadores com que alguns homens, pelo engenho, pela audácia ou pela determinação, alteraram e continuarão a alterar a história do mundo.

Como portugueses, orgulhamo-nos de que tenha sido um antepassado nosso a cumprir esse gesto. E, com toda a naturalidade e abertura de espírito, estamos a afirmar isso nestas comemorações.

O facto de ter sido um dos nossos, e não outro, a abrir este novo caminho para a Índia não marcou apenas a história do mundo. Marcou também a história de Portugal e incorporou-se no nosso presente.

Passado que foi o período «imperial» – sobre o qual, mesmo em Portugal, a polémica

se instalou logo desde o início e se manteve até aos seus últimos dias, já neste século –, o que temos hoje desta viagem, a mais de memórias, tanto míticas quanto reais – talvez mais das primeiras do que das segundas –, é esse legado magnífico de uma comunidade lusófona, estendida por cinco continentes.

Se não me engano, é esse hoje o grande desafio e a grande responsabilidade dos portugueses. A mais de cuidar de nós mesmos, temos que nos pensar como parte dessa comunidade de povos que falam o português e que estão apostados em criar dinâmicas comuns e partilhadas de desenvolvimento social e cultural.

Este contexto político de uma comunidade solidária, mas naturalmente diversa – nomeadamente nas suas diferentes sensibilidades perante a história comum –, tem que estar permanentemente desperto no traçado dos programas de comemoração das viagens e da expansão dos portugueses. Seria, de facto, paradoxal que, ao comemorar aconteci-



mentos que estão na origem de um presente comum, o fizéssimos de modo a prejudicar esses sentimentos de comunidade.

A história é, por natureza, de interpretação conflitual, porque a acção humana, nas suas motivações e nas avaliações de que pode ser objecto, é inevitavelmente complexa. Os bons historiadores sabem disso. Multiplicam a auscultação das fontes, estão atentos aos valores próprios do passado, desconfiam da linearidade das explicações, atenuam o dogmatismo dos juízos de valor.

No caso destas histórias em que culturas diversíssimas são postas em contacto, em que o diálogo é tecido de mal-entendidos e de desencontros, essa cautela de reunir e confrontar pontos de vista é ainda mais necessária.

O que resulta deste programa pluralista de rememoração do passado não é apenas, como muitos podem julgar, uma história mais verdadeira. Não. É também uma formação cívica mais sólida e mais moderna. De facto, a auto-estima e o orgulho de um povo só são fortes e duradouros quando são capazes de confrontar a crítica e o espectáculo, muitas vezes duro, das próprias falhas. Um patriotismo inteligente e estimulador não se pode construir sobre um conhecimento amputado, unilateral ou narcisista de si mesmo e do seu passado.

Não creio que os portugueses se defrontem hoje, mais do que outros povos, com uma crise significativa de estima de valores nacionais. Nem tão pouco que precisem de fazer da história cavalo de batalha para vencer qualquer desafio do presente, interno ou externo. Nesse sentido, constituímos felizmente um país adulto, capaz de se avaliar sem preconceitos e de assumir o bom e o mau da sua história. Por isso é que, se há algo a corrigir na nossa política de educação relativa à história, do que se trata não é de a mitificar ou de a contar à nossa maneira. É antes, muito simplesmente, de a ensinar mais e com mais rigor.

Na arquitectura desta mesma sessão, quisemos dar uma ilustração de como esse rigor que provém do cruzar de perspectivas é desejável e é possível, mesmo no âmbito de um

programa de solenidade cívica. Por isso, a um especialista português de formação científica cosmopolita juntámos um especialista indiano cuja obra é também marcada pela perspectiva de uma história à escala do mundo.

O Prof. Joaquim Romero Magalhães, que aqui usa da palavra na qualidade de Presidente do Conselho Científico da Comissão dos Descobrimentos, é um dos mais notáveis representantes de uma nova historiografia portuguesa aberta às perspectivas comparatistas, que integram a história de Portugal na história de complexos sociais e civilizacionais muito mais vastos, tornando-a mais inteligível e mais universal.

Por sua vez, o Prof. Sanjay Subrahmanyam, *Directeur d'Études da École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris, e Prémio D. João de Castro da *CNCP*, de 1995, para a melhor obra estrangeira sobre a expansão portuguesa, publicou, recentemente, uma biografia de Vasco da Gama, a meu ver modelar de vários pontos de vista. Nela, a reunião de perspectivas diversas sobre o grande capitão permite surpreendê-lo, oscilando entre a determinação e a perplexidade, num mundo cultural e diplomático cujas chaves de interpretação lhe escapavam. Mas foi, então e depois, nesses primeiros ensaios, por vezes desajeitados e equívocos, por vezes pueris ou cruéis, que se foram tecendo as técnicas de diálogo.

Enfim, dois grandes especialistas a quem a história portuguesa muito deve, que nos reconstituirão os contextos de um homem, de uma viagem e de um encontro que vieram a marcar a história do mundo.

As comemorações deste V Centenário esgotar-se-ão no dia de hoje se, hoje mesmo, não se preparar, para o futuro, a permanência destas memórias. Estamos conscientes de que a Sociedade de Geografia alberga um tesouro de memórias, abnegadamente reunidas durante mais de um século, das gestas portuguesas de descobrimento e de avanços no conhecimento do Mundo. É um dever de todos nós ajudar a Sociedade de Geografia a valorizar este espólio.

É-me, por isso, muito grato poder anunciar, na data em que se comemora o V Cente-

à esquerda  
Catálogo de exposição.

nário da partida de Vasco da Gama na sua histórica viagem, que a Comissão dos Descobrimentos porá à disposição o montante de 10000 contos, para um programa de valorização das suas colecções e das suas instalações.

Uma outra instituição que vem preparando o futuro, pondo anualmente milhares de jovens em contacto com as actividades no mar e com a história das navegações portuguesas de há quinhentos anos é a *APORVELA*.

Nestes termos, e como contributo para a prossecução desta tarefa, é-me grato anunciar aqui que a Comissão a que presido vai patrocinar a construção, pela *APORVELA*, de uma segunda caravela que, para além de permitir que novas dezenas de milhares de jovens contactem directamente com o ambiente das navegações históricas, se possa incorporar numa regata de veleiros oceânicos ao Brasil, no V Centenário da viagem de Pedro Álvares Cabral.

Finalmente, queria anunciar que a Comissão dos Descobrimentos decidiu, na sua última reunião, patrocinar e propor às entidades públicas, autárquicas, académicas, bem como às empresas privadas e à sociedade civil, a constituição de um fundo vultuoso, destinado a sustentar um programa permanente de concessão de bolsas a cientistas, homens de letras e artistas dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Na nossa opinião, é com investimentos destes que se ultrapassa o efémero das comemorações e se promove o nome de Portugal e um espaço lusófono solidário e progressivo.

### 4.3 António Manuel Hespanha «Índia: um mar de equívocos»

*Expresso*, 19/07/97

A comemoração dos 500 anos da viagem de Vasco da Gama está a suscitar uma acesa polémica nos jornais de Goa, com alguns reflexos menores nos jornais nacionais.

Basicamente, a discussão tem-se centrado sobre duas questões, uma delas marginal, a

outra delas – aquela que verdadeiramente sustenta o debate – de maior substância.

Primeiro, tem-se discutido o mérito puramente histórico do feito de Vasco da Gama. Ou seja, se, verdadeiramente, foi um «descobridor», como Bartolomeu Dias, Colombo, Cabral ou Magalhães. A propósito, têm-se alinhado alguns argumentos sobre a novidade da parte «nova» da sua viagem, a navegação nos mares do Índico, bem como sobre a importância do contributo dos pilotos árabes a que recorreu.

Depois, e substancialmente, a polémica tem-se centrado sobre a avaliação do período histórico que a viagem de Gama abriu para a Índia – e, nomeadamente, para Goa – e sobre o significado para a dignidade dos indianos da adesão a comemorações deste tipo.

Qualquer dos planos de discussão faz sentido. Nomeadamente, a avaliação do colonialismo europeu, para a Europa e para os povos colonizados, suscita hoje um enorme interesse na comunidade dos historiadores e não é de modo nenhum inútil para a avaliação das situações pós-coloniais, mesmo em termos de prospectiva política. E é inequivocamente certo que a viagem de Vasco da Gama abriu simbolicamente uma era de colonização estrangeira do Hindustão que, não sendo a primeira, se prolongou até há menos de 50 anos e deixou marcas evidentes na Índia de hoje. Como é inequívoco e indiscutível que – sendo embora o balanço dessa colonização mais complexo do que algumas opiniões simplistas e maniqueístas deixam supor – ele apresenta muitos pontos negativos para quem o encare de uma perspectiva indiana. Nesse sentido, parece compreensível que haja quem considere que a associação de indianos a celebrações da viagem de Gama viola profundos sentimentos de auto-estima e fere a própria dignidade nacional e cultural dos indianos.

Em contrapartida, ninguém tem negado aos portugueses a legitimidade de, por si e em Portugal, lembrarem ou festejarem o feito de um herói da sua história.

Por se estar consciente de tudo isto é que o programa oficial português das comemora-

ções foi elaborado com todo o cuidado e rigor.

Em primeiro lugar, está completamente fora do espírito da Comissão dos Descobrimentos organizar, na Índia, no Brasil ou em África, fórmulas comemorativas que ofendam sentimentos alheios. O primeiro objectivo das comemorações é aproximar-nos de povos e culturas com os quais temos memórias e legados históricos comuns e nunca, a propósito de glorificações egoístas e unilaterais, criarmos ou recriarmos conflitos.

No caso da Índia, isto quer dizer que compreendemos que haja avaliações diferentes dos resultados da viagem de Gama, nomeadamente do período colonial no antigo Estado da Índia, e que respeitamos igualmente todos os pontos de vista. Tanto mais que nós

inevitavelmente, proporciona, fazer o balanço do passado comum, procurando valorizá-lo no sentido da preservação do seu legado positivo, ou seja, daquele legado que promove um melhor conhecimento, um melhor entendimento e a preservação de traços culturais comuns ou criados a partir da mútua influência.

Isto não significa ignorar a história, em todas as suas variáveis cambiantes, muito menos rescrevê-la unilateralmente. Pelo contrário, significa investigá-la melhor, destruindo mitos e lendas, negras ou douradas. É, no caso da Índia, o que estamos a fazer, ao financiar a investigação académica, ao apoiar congressos e colóquios em Portugal ou na Índia, ao empreender a publicação de fontes



mesmos, em Portugal, avaliamos hoje de forma distanciada e crítica esse passado, contra o qual uma parte muito importante da actual elite política e cultural portuguesa lutou com tanta determinação como os combatentes indianos da liberdade. É por isso que, quando os críticos das comemorações de Gama se referem a intuítos revivalistas e de recuperação dos valores coloniais, não podem estar a referir-se às comemorações oficiais portuguesas, completamente isentas desse espírito, tanto na Índia como, por exemplo, em África, onde as actividades da Comissão dos Descobrimentos se têm desenrolado num ambiente de perfeita consensualidade.

O que se pretende com as comemorações é, a propósito de uma efeméride histórica notável e com os meios materiais que isso,

históricas, ao empreender a publicação de estudos científicos sérios, de portugueses ou de indianos. Ou, em contrapartida, ao recusar o apoio a obras que a opinião académica internacional considere cientificamente inconsistentes, como aconteceu com o projecto de uma «História dos portugueses na Índia», a que a Comissão dos Descobrimentos retirou recentemente o patrocínio e que aqui se refere apenas porque um dos seus coordenadores se tem multiplicado em intervenções jornalísticas mistificadoras, quer em Portugal quer em Goa.

Em segundo lugar, o programa oficial português de comemorações procura valorizar o património comum, evitando que este se perca, chamando a atenção para ele e tornando-o vivo. Em Portugal ou na Índia, já que

Roda de fiar construída por Gandhi e usada por ele na prisão. Exibida na exposição A roda de fiar.

o legado da cultura indo-portuguesa se pode encontrar tanto num país como no outro. Tanto no mobiliário, estatuária, tecidos, ourivesaria, de cunho indiano existente nos museus e colecções privadas portuguesas, como nas casas e igrejas de Cochim, Goa ou Diu, ou nos dialectos indo-portugueses de Korlai, Bataloa ou Damão. É essa valorização que a Comissão dos Descobrimentos tenta fazer, por exemplo, ao organizar, no Porto, em 1998, a até hoje maior exposição de arte indo-portuguesa, ou ao oferecer a sua colaboração às autoridades académicas, arquivísticas ou histórico-culturais indianas para apoiar a conservação ou recuperação de património histórico. Não, basicamente, por ser património português ou de raiz portuguesa, mas por ser património raro e frágil, perdido o qual a diversidade cultural da Índia e do mundo se empobrece.

Importa salientar este último ponto, sobre o qual pode haver alguns equívocos. É claro que, para um português, é muito emocionante deparar, em Margão, com uma fachada de casa que podia ser da sua terra. E que isso nos faz desejar que esses elementos da diáspora portuguesa sejam conservados e valorizados. Mas é pura e simplesmente ridículo relacionar isto com qualquer sentimento revivalista de regresso colonialista, completamente fora de tempo e de possibilidade. O que nós sentimos é este sentimento tão universal e tão humano de que, para o bem e para o mal, estivemos ali, fecundámos e fomos fecundados, enriquecemos, com os indianos, o património cultural da humanidade, ao criar formas novas de expressão. E que cremos que isso deve ser preservado, não como uma memória de nós, mas como uma singularidade da cultura que a história comum nos legou e que enriquece a diversidade do mundo de hoje.

Em terceiro lugar, o nosso programa visa tornar os dois povos mutuamente mais familiares. Promovendo o conhecimento e a solidariedade mútuos e activos. E, isto, fazemo-lo nos dois sentidos. Na Índia, apoiamos diversamente estudos portugueses na Universidade de Goa e apresentámos um

programa, já aceite, de criação de uma cátedra de estudos luso-indianos na prestigiada Universidade J. Nehru, em Deli. Como temos em realização um programa complexo de deslocação de artistas e intelectuais portugueses a centros culturais indianos. Mas, em Portugal, observamos uma perfeita reciprocidade em relação à cultura indiana. Assim, em 1997, a Comissão dos Descobrimentos concebeu e co-produziu um dos únicos programas culturais europeus de celebração do 50.º aniversário da independência da Índia, com espectáculos de música e dança indiana, que estão a decorrer em Lisboa e na província, e com uma grande exposição de *khadi* (fição e tecelagem de algodão), a inaugurar no próximo mês de Setembro. E, para 1998, elegeu as «Culturas do Índico» como o tema da sua principal exposição no mais nobre espaço museológico de Lisboa, com a qual comemorará o V centenário da viagem de Vasco da Gama.

O conceito desta exposição é emblemático de tudo quanto se disse anteriormente. Para celebrar Vasco da Gama, mostraremos, com toda a riqueza e dignidade, não a cultura que ele *levou* mas as culturas que ele *encontrou*. Assim, homenageamos e divulgamos a autonomia e espessura cultural de um mundo fora da Europa, nos seus valores próprios, expressos na linguagem que é a dele, mostrando perante a Europa o erro de ler e avaliar a história de uma perspectiva eurocêntrica e imperialista. Mas, ao fazer isto, estamos também a realçar o gesto de um navegador e de uma pátria que, num certo momento da história, tiveram a ousadia de – por muitas e complexas razões que os historiadores competentes e honestos saberão explicar – ousar vencer o desconhecido e procurar ir mais além no conhecimento da Humanidade.

Ao ler a imprensa goesa, nesta polémica sobre a viagem de Gama, tem-se muitas vezes a sensação de que, mais do que a discutir realidades, se estão a discutir «pré-conceitos», alguns fantasmas e questões da política interna indiana de hoje. Isso é natural e também acontece, frequentemente, em Portugal. O fundamental é que, por causa disso, não se

envenene um ambiente que pode ser pacífico e de entendimento, nem se perca uma oportunidade, talvez única e última, de fazer coisas úteis pela cultura dos dois povos.

#### 4.4 Fernando Dacosta «Vasco da Gama, o herói-vilão dos descobrimentos»

Vião, 24/07/97

A figura de Vasco da Gama, o mítico descobridor do caminho marítimo para a Índia, está a conhecer, agora que se cumprem cinco séculos sobre o início da sua viagem, contestações, polémicas surpreendentes. Grandes especialistas da época mostram-se indignados com a «leviandade», o «oportunismo» de alguns intelectuais, e com a «subserviência», a «passividade» de alguns políticos.

O caso avolumou-se a partir da publicação do livro *A vida e lenda de Vasco da Gama*, de Sanjay Subrahmanyam (prof. da Escola de Altos Estudos para as Ciências Sociais de Paris e da Escola de Economia de Nova Deli), no qual o herói d'*Os Lusíadas* é reduzido à condição de capataz «ganancioso», «cruel», «paranóico» e «feio».

Curiosamente, foi este professor que os responsáveis portugueses pela efeméride convidaram para ser o orador principal da cerimónia realizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, a 7 de Julho, com a presença (Jorge Sampaio, de visita a Itália, mandou uma mensagem) de altas individualidades do Estado.

Na sua intervenção, o palestrante repetiu o retrato que publicara sobre Vasco da Gama, sem que nenhum dos presentes tivesse pestanejado. «Os portugueses são tão imbecis que até subsidiavam estrangeiros para virem cá insultar-nos, dizer todo o tipo de patacoadas», comenta-nos o historiador Vitorino Magalhães Godinho, 79 anos. «Este Sanjay Subrahmanyam quis concorrer ao Instituto Universitário Europeu de Florença mas eu pu-lo de parte, era a mim que competia a

escolha, porque não tinha craveira. É um idiota chapado. Se eu tivesse ido à sessão onde ele perorou, tinha-me ido embora. Mas ninguém saiu. Uma vergonha! E estava lá o presidente da Assembleia da República. Há muita parvoíce e ignorância nisto tudo.»

##### *Deixem-me a glória*

O problema não está na inverdade dos factos, mas no desenquadramento deles. «É uma atitude anticultural desvalorizar este património», frisa Veríssimo Serrão, 72 anos, presidente da Academia de História. «Da parte da Índia é uma grosseria, da parte de Portugal uma covardia. Portugal não sabe sequer tirar proveito de um acontecimento que é charneira da história universal: o encontro de três continentes, o europeu, o africano, o asiático. Não posso compreender que argumentos de ordem diplomática, ou outra, impeçam o nosso país de valorizar um feito tão glorioso, tão colossal como o de Vasco da Gama. Com ele passou a haver duas épocas na História mundial: antes de Gama e depois de Gama.»

José Manuel Garcia vai mais longe: «Estas são atitudes de exibicionismo negativista e de oportunismo político, que nada têm a ver com a compreensão e valorização de uma História despida de preconceitos. Uma atitude pedagógica, tanto na Índia como em outras partes do mundo, poderia fazer passar uma mensagem histórica muito mais correcta do que aquela que nos parece estar com tendência para contaminar as consciências.»

Com uma desculpa fútil, a necessidade da revisão constitucional, o Parlamento português escusou-se à última da hora a realizar a evocação da partida, como havia sido previsto. Vasco da Gama transformou-se numa espécie de fantasma errante de quem todos têm incómodo, quando deviam ter júbilo.

No século passado (o século das grandes homenagens: 1880 a de Camões, 1882 a do Marquês de Pombal, 1894 a do Infante D. Henrique, 1895 a de Santo António, 1897 a de Padre António Vieira, 1898 a de Vasco da Gama, quase todas na Sociedade de Geografia de Lisboa), os compositores Giacomo

Meyerbeer e Eugène Scribe fizeram do navegador o protagonista da ópera *L'Africaine*. Nela, e como que antecipando o que iria passar-se cem anos depois, ele surge no palco a cantar: «Ah, tende piedade da minha memória/Levem apenas os meus dias/ Deixem-me com a minha glória.»

##### *Reacções absurdas*

Os Descobrimentos «são uma coisa importante», anotava Luís de Albuquerque, «mas não no sentido de tirarmos deles todas as justificações para as tolices que fazemos hoje. Nós somos responsáveis pelo nosso presente, e não podemos radicar as nossas responsabilidades, ou desculpar os nossos erros, no passado. Que os Descobrimentos se tornem no alibi para aquilo que fazemos hoje, não! Eu não embarco nisso!»

O comportamento dos portugueses no mundo que iam contactando era o vigente na época. Vasco da Gama foi, sobretudo, um executante dos interesses de D. Manuel (do lobby a que pertencia o monarca, a Igreja, a nobreza, ele próprio) cuja defesa implicava o ataque do imperialismo árabe na zona, e dos que o apoiavam. Descontentes com essa hegemonia, vários dirigentes indianos puseram-se, aliás, imediatamente ao lado dos portugueses. Dois tipos de colonialismo passaram, assim, a digladiar-se nas costas do Índico.

Os chamados Descobrimentos são um acto de cultura universal. Em menos de um século, os portugueses fizeram, com eles, mais pelo conhecimento do mundo que todos os outros povos em milhões de anos. «Só não quer ver tal realidade quem tem os olhos tapados por facciosismos negativistas, que nada têm de patriótico para quem quer que seja», sublinha José Manuel Garcia. «A ideia de que os portugueses foram para a Índia para nela roubar e matarem os indianos, que algumas pessoas parecem querer divulgar, é de um absurdo inqualificável. Não está registada em lado nenhum a informação de que Vasco da Gama teria roubado bens na Índia como solução para poder fazer negócios. A maior parte das questões envolviam pura e simplesmente compras e ven-

das regulares de mercadorias, mediante acordos estabelecidos de forma pacífica, onde funcionava a lei do mercado do capitalismo comercial, que os portugueses iniciaram à escala mundial.»

A convicção de que os navegadores iriam encontrar no Extremo Oriente um reino de cristãos convictos e de especiarias fáceis (Vasco da Gama não se apercebeu, na sua viagem inaugural, de que isso era uma fantasia), só sucumbiria com a chegada a Calecute de Pedro Álvares Cabral.

##### *Envolto em carne*

Depois do livro do professor Sanjay Subrahmanyam, foi lançado no mercado português *Vasco da Gama – o Homem, a Viagem, a Época*, biografia escrita por Luís Adão da Fonseca. É uma obra que dá ao almirante uma espessura de um tríptico irrecusável: como navegador, como governante, como homem.

Os que quiserem ver nele o herói, encontram razões para isso; os que quiserem ver nele o vilão, também. Na linha dos grandes cronistas. «Era um homem de meia estatura, um pouco envolto em carne, cavaleiro da sua pessoa, ousado em cometer qualquer feito, no mandar áspero e muito para temer em sua paixão, sofredor de trabalhos e grande executor no castigo de qualquer culpa por bem da justiça», escrevia João de Barros.

O problema que agora surge entre a Índia e Portugal não é novo. Ele pôs-se igualmente entre sul-americanos e castelhanos por ocasião de cerimónias idênticas. «Estas datas não devem ser motivo de celebrações, nem de exaltação do projecto europeu. A maior parte dos problemas da América resultou da colonização europeia», anotavam as actas do Congresso Indigenista Latino-Americano realizado em 1992, em Sevilha. «Não houve encontro de dois mundos na América: o que houve foi uma catástrofe para as culturas ameríndias», precisou, então, o historiador Manuel Ballesteros.

Não se pretende fazer hoje, obviamente, a mitificação dos Descobrimentos, mas também não se pretende a sua desvalorização. Não faz sentido insistirmos, a propósito do



Claustro da Igreja de Santa Mónica, Velha Goa.

seu aniversário, em carregar por via deles, complexos, más consciências, inibições, ma-soquismos; nem em ceder a chantagens de ex-colonizados por comportamentos dos que nos antepassaram.

A partida do Tejo que agora se celebra, não é a partida para o domínio dos outros (isso já passou), é a partida para o conhecimento dos outros – para a universalidade deles e nossa. Vasco da Gama, mais do que ser herói ou vilão, é um símbolo disso. Daí que Camões, o primeiro a percebê-lo, lhe tenha dado n' *Os Lusíadas* a dimensão de utopia, do irreal. Certos vindouros não conseguiram, apesar de toda a sua informação e tecnologia, percebê-lo ainda.

#### 4.5 António Manuel Hespanha Resposta *Vitalão*, 14/08/97

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Director

Embora sem grandes esperanças de poder inverter os ventos da «estória», venho reagir a opiniões expressas no artigo «Vasco da Gama, o herói-vilão dos descobrimentos», publicado na vossa edição de 24 de Julho.

Os oradores convidados para a sessão solene de comemoração da partida de Vasco da Gama foram dois (e não apenas um): o Prof. Sanjay Subrahmanyam e o Prof. Joaquim Romero Magalhães. Este último, sobre cuja intervenção se tem feito um injusto silêncio, proferiu uma conferência notável, que a Comissão dos Descobrimtos a seu tempo publicará.

Não vou discutir aqui o conteúdo do livro de Sanjay Subrahmanyam, nomeadamente com quem não o leu. Mas, invocando o testemunho das dezenas de pessoas presentes, esclareço que o referido professor «não repetiu o retrato que [alegadamente] publicara sobre Vasco da Gama», nem traçou dele qualquer outro retrato, positivo ou negativo, já que se limitou a abordar o enquadramento e as consequências gerais da viagem que se celebrava. Por isso mesmo é que nenhum dos presentes teve que pestanejar. E alguns terão mesmo ficado agradecidos a um especialista estrangeiro, que, aprendendo a nossa língua e conhecendo as nossas fontes, estuda a história luso-indiana e se associa a uma sessão solene de homenagem ao Capitão. Nem todos os historiadores portugueses, mesmo os mais afoitos na crítica, procedem com



Gravura de Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Indias Orientais ou Portuguesas.

o mesmo rigor ou com a mesma cortesia.

Na opinião do Prof. Magalhães Godinho, S. Subrahmanyam «é um idiota chapado». Não discuto as questões postas nestes sentidos e ponderados termos. Apenas refiro que o historiador indiano foi Prémio Internacional D. João de Castro, atribuído pela Comissão dos Descobrimtos (no período Vasco Graça Moura). Que é *Directeur d'Études* da *École des Hautes Études de Paris*, instituição em que Magalhães Godinho também trabalhou – mas nos tempos em que aí se não recrutavam idiotas... – e que a sua biografia de Vasco da Gama foi publicada pela *Cambridge University Press*, uma notória editorial de bairro (onde, por acaso, Godinho também publicou, mas também noutros tempos).

Sobre as declarações de Magalhães Godinho, ainda anoto que, com apurado sentido crítico das fontes de informação (que já notara noutras intervenções suas), também Godinho avalia do que se passou na sessão por ouvir dizer e, a partir daí, decide do seu virtual comportamento e julga o comportamento dos outros. Influências, seguramente, da «história oral»...

Como não conheço o teor da pergunta, não consigo entender totalmente o alcance do comentário do Prof. Veríssimo Serrão, onde se fala de «covardia» (portuguesa) e de «grosseria» (indiana). Se ele se refere à sessão solene de 7 de Julho ou ao convite dirigido a S. Subrahmanyam, apenas lembro que a Academia Portuguesa de História, de que é

Presidente, foi uma das instituições patrocinadoras, não tendo emitido qualquer dúvida ou discordância sobre o modelo encontrado. Agradeço, Senhor Director, a publicação deste texto, para que os leitores possam dispor de uma informação mais polifacetada.

#### 4.6 Frederick Noronha “Remembering to forget. Vasco da Gama’s 500<sup>th</sup> anniversary touches a raw nerve in Goa.”

*Himal. The South Asian Magazine,  
Kathmandu, Jan. 1998*

Suddenly, the Portuguese are big news in their former colony of Goa, now better known as a tourist destination and a one-time hippy hangout. But Lisbon is unlikely to be flattered. The very thought of commemorating the fifth centenary of Vasco da Gama’s arrival on India’s west coast has had people agitated. Swaths of newsprint have been consumed by the subject.

India’s youngest ex-colony is looking over its shoulder at its long, and often uneasy, Portuguese past. In the process, Vasco da Gama’s 1998 quinquennial is taking on shades of the Columbus controversy which engulfed North and South America in 1992.

Like any historical figure, Vasco da Gama is understood (and misunderstood) in diverse ways. Lionised by his countrymen, he has his sceptics elsewhere. Did he undertake pioneering “discoveries”, as Portugal would have it even today, or was Vasco da Gama merely the “first European to travel by sea to India”, which is how he is described in the US-published *Concise Columbia Encyclopedia*, which goes on: “He established Portuguese power in India and Africa. His methods were harsh, and he was not a good administrator. He was sent back to India as a viceroy in 1524, but soon died”.

Historian Sanjay Subrahmanyam is rather

severe in his evaluation of the Portuguese explorer in a timely book that is just out (*see following review*). This obscure nobleman from the Alentejo was transformed into the Great Argonaut mainly through the creation of legend, writes Subrahmanyam. Vasco da Gama, who today is known as part of the generation of great discoverers along with Magellan, Cabral and Columbus, was one thing in real life and quite another in the myth that survives.

Not that there are no mixed feelings in Goa. While some insist on his greatness, others point out that the sea trade in the Indian Ocean was there centuries before the arrival of the Portuguese navigator. While some Goans say Vasco da Gama is a “historical personage” who cannot be washed away, there are others who deride him as someone sent East to loot and extend the empire. Most displeased are the freedom-fighters who helped free Goa from the Portuguese (the territory joined India in 1962); the planned quinquennial celebration, they maintain, questions the very bona fide of their activism against colonialism.

While it is not hard to understand why the memory of Vasco da Gama evokes strong emotions in Goa (as in pockets of Portuguese-influenced Asia, including Kerala and Sri Lanka), the debate has got bogged down in clichés, sloganeering and polarisation. This has left little ground for a sober re-evaluation of the impact of the first European colony in Asia.

##### *Past to present*

Goa’s leading English-language daily, *The Navhind Times* kicked off the controversy a few months ago by offering its columns to those on both sides of the debate. It soon became clear that the two sides had simply studied different history texts. The Deshpremi Nagrik Samiti (Patriotic Citizens’ Committee), with stalwarts of the anti-colonial struggle in it, bring up one phalanx. Others, like the former MP Erasmo Sequeira, maintain that the celebration should be accepted “in the right perspective”. The good that came from this meeting – some might call it clash – of cul-

tures must be noted, is Sequeira’s view. Says he, “The Taj Mahal was built by the Moguls and today we take pride in it as a great Indian monument, instead of thinking of destroying it as a vestige of colonialism.”

There were those who began to pronounce anything Portuguese as suspect, and even a seminar on Portuguese laws became the target for protest. It was seen as an insidious attempt to glorify “anything and everything Portuguese”.

The Fundação Oriente, a private cultural foundation which has been running its Indian delegation from Panjim for the past couple of years, faced more questions than it cared to answer.

The you-versus-me tone of the controversy reflected the polarisation that has afflicted many aspects of Goan society in recent years. Those with sympathies for the Bharatiya Janata Party and the Rashtriya Swayamsevak Sangh see Portugal-bashing as a Catholic versus Hindu thing. The subtle insinuation is made that those who follow an imported religion are anti-national. The result of this has been that the minority Catholic community of Goa has had to go on the defensive.

##### *“da Gama epoch”*

There is no denying that Vasco da Gama’s legacy touches all of Asia, including the Subcontinent. Statesman scholar K. M. Pannikar argues that a clear epoch of Indian history began with the arrival of Vasco da Gama in Calicut in 1498 and lasted till the British pullout in 1947. This “da Gama epoch”, in his view, brought far-reaching changes which were overwhelmingly negative.

Among those who see a more benign, if not positive, legacy is microbiologist Nandkumar Kamat, who points out that the explorer “was an instrument of history” who catalysed “cataclysmic changes in India’s agrarian economy”. Without Vasco da Gama, there would have been no Portuguese trade pockets, no maritime trade, no import of foreign plants and hence no diverse resource base which presently is the mainstay of the Indian village economy.

American and African plants spread in India via Portuguese sea routes. Grafting techniques came to Goa first in the 16<sup>th</sup> century, and so did what are today among India’s most useful plants. “The Portuguese imported about 300 species of useful plants to India, and Goa was their chief emporium”, says Kamat. “Before Vasco da Gama, India did not cultivate sweet potatoes, tapioca, tomatoes or pumpkins. Think of it, the potato comes from the Andes mountains of South America. But India produces the largest potato crop in the world today, surpassing Europe.” Cashew, chickoo, papaya, tobacco, guavas and pineapples entered India through Goa. Chillies – hard to think of Indian food without them – arrived on Portuguese galleons.

All this notwithstanding, the Portuguese legacy is probably even more crucial for a little outpost like Goa, which has had a unique experience even by the global standards of colonialism. It is often forgotten that Goa’s colonial rulers were the first to come and virtually the last to leave. The toe-hold achieved in India in 1510 remained a toe-hold, but the Portuguese remained till 1961.

The impact of this long spell of alien rule left its mark in this state of a mere 3702 sq. km area, and current population of 1.3 million. If Goa is considered ‘different’ today – and attracts so many tourists as a result – it is clearly due to its unusual past. The Portuguese touch is evident in the cuisine (including *feni*, the distinctive liquor), in the architecture, and the Goan identity itself.

Lisbon’s rule opened the local population to international forces, which explains the adaptability of Goans worldwide, says noted Indo-Portuguese historian Teotonio R. de Souza, a Jesuit priest till recently. “They do not feel estranged anywhere.” Adds de Souza, “Goa was the hub of Portugal’s entire Estado da Índia. All their military, trade and missionary activities were routed via Goa, and this could not but leave a deep impress upon the local populations.”

Peter Nazareth, a noted Goan writer based at Iowa University, also underlines this aspect. “Goans are cultural brokers, mediating

between cultures. From the dawn of Portuguese colonialism, West met East in Goans; and after that, others could also meet this mix in Goans," he writes. At the same time, Nazareth believes that Goans have lost some of their creative energy due to the long stint with colonialism. As for the self perception of Goans, he believes that it is a weakness "when we don't know who we are and don't try to find out".

**Colonial collaborators**

Historians critical of Lisbon point out that anything the Portuguese want to disown is today ascribed to various "aberrations" in the country's past.

The scholar de Souza also decries what he sees as the tendency to perpetuate the myth about the Portuguese being "good colonialists".

In a study comparing British and Portuguese colonialism, anthropologist Paul Axelrod writes that Britain made a conscious effort to transform the village economy for colonial ends – with canals and plantations – and also believed in indirect rule. On the other hand, Portuguese colonialism was oriented towards mercantilism. This consisted of owning small chunks of land from Mozambique to Timor, controlling trade, and extracting resources from the interiors. Goa happened to be the hub of Portugal's colonial network, and was one of its largest landholdings east of Africa.

For his part, de Souza says that unlike the British the Portuguese placed excessive emphasis on missionary activity. Lisbon's failure to keep pace with the industrial revolution meant that they had to follow a different tack than the British in the colonies. Says de Souza "This was why Portuguese colonialism was more 'homely' and church- and kitchen-based, less machine-dominated".

Some hard facts have had to be faced, too. Delhi-based Jesuit priest Walter Fernandes points out that, in most cases, foreign domination was made possible by collaboration between local elites and the invaders. "Colonialism may be a thing of the past, but the collaboration continues; globalisation is

an offshoot of the colonial age," he says.

"Some Goans, particularly from the upper strata, internalised (and accepted) colonial values. This has become so natural for them, that they don't even question it as something alien or out of place. It has become almost like a part of our own body," says Charles Camara, a Goan scholar doing research at Stockholm University

But can the colonial ruler be blamed for everything going wrong today? One local paper suggested that instead of wasting their energy decrying the planned quinquennial celebrations, freedom fighters should bring "to the gallows" Indian politicians "whose corrupt practices are destroying India and Indians more than all the atrocities committed by the colonisers."

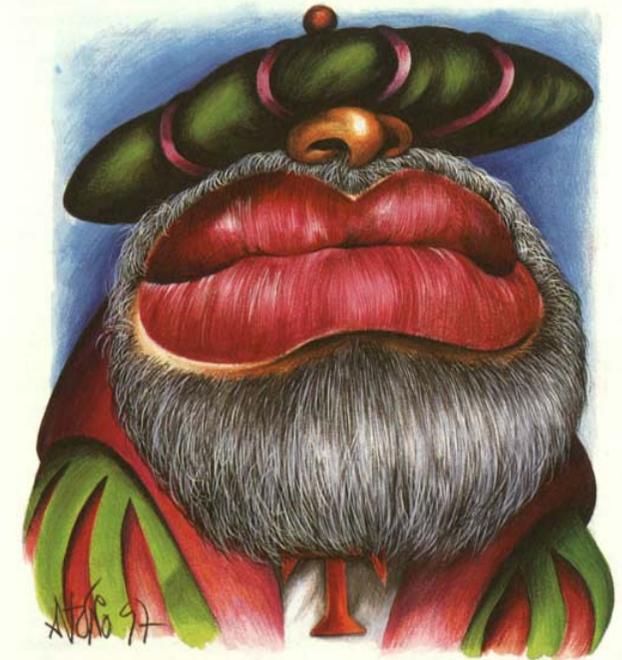
Clearly, blaming only the 'outsider' is not very helpful, and there is still scope for a critical re-evaluation of the region's past. "I doubt Goans would have been better off under some local (rulers like) sultans or *nayaks*, if the Portuguese had not taken over the place in the 16<sup>th</sup> century," says de Souza.

That is a point of view, but one that would be vociferously denied by all those keen on burying the Portuguese legacy. The debate is leading nowhere. East is east and west is west, said Kipling, and on taking stock of the legacy of a long-dead mariner, the twain do not seem about to meet.

**Tango or Mango?**

Although Lisbon and New Delhi set up a committee to decide on the quinquennial commemorations, the Indian government's response has been ambivalent. The question is how exactly to celebrate a Portuguese arrival even as India celebrates the fiftieth anniversary of the Britishers' departure. In Goa, India's Home Minister and communist leader Indrajit Gupta made it clear that he frowned on such celebrations.

A joint Indo-Portuguese meet meant to commemorate Vasco da Gama's landings, scheduled for early 1997, was postponed and has not yet happened. The Marxist-led Left Democratic Front in Kerala (where lies Cali-



Cartoon de António ilustrando a crónica «Os assassinos» de João Carreira Bom, Expresso, 26-07-97. Gentilmente cedido pelo autor.

cut, da Gama's landing site in 1498) said it was resolutely against any celebration of an event which heralded the "advent of colonialism".

Lately, however, the Trivandrum government seems to have had a change of heart as economics crowded out ideology. Kerala is now planning a tourism-linked fete to cash in on the event. But plans are uncertain at present and protestors have decided to go by the hundreds to the site where Vasco da Gama landed to prevent any possible commemoration.

Some varsities and not-for-profit institutions – including, interestingly, the Jesuit-run Indian Social Institute – are jointly sponsoring a global workshop in Delhi in February 1998.

It will look at "Five Centuries after Vasco da Gama: From Colonialism to Globalisation", connecting the past with our present. Some big names, South Asian and international, are to be invited, including Julius Nyerere, Ivan Illich, Gabriel Garcia Marquez, Gami Corree, Mahasweta Devi, Wole Soyenka, Hanan Ashrawi and Tissa Balasuriya.

In Goa itself, obviously, many other functions are planned, including a seminar on the impact of the 'discovery' of the sea route to India. Meanwhile, Portugal has undertaken a public-relations exercise by sending a lot of cultural groups to put up performances in Goa, and earn badly-needed goodwill in its former colony.

### 4.7 João Carreira Bom «Os assassinos»

*Expresso, Revista, 26/07/97*

O Eng. Guterres, «hablando» castelhano na América do Sul, confirmou haver muitas razões para Portugal ser único. Uma delas, contudo, ainda mais nos distingue: nenhum outro país consegue celebrar o melhor da própria História com exercícios de autoflageação. Nenhum! Somos a admiração do mundo – diziam os nossos antepassados fascistas. Mas somos mesmo! Vejam a correspondência do Dr. J. Rattner, ilustre representante da Imprensa brasileira na capital portuguesa: em vez de Vasco da Gama «ter sido homenageado como um dos grandes heróis do país, a personagem central de *Os Lusíadas*, de Camões, foi apresentada como um assassino frio e cruel, que agia por motivos políticos». O Dr. Rattner pode ser tudo, menos mal lido.

Na primorosa cabeça de notícia que publicou no «Tempo», de Belo Horizonte, ele não se surpreende com as afirmações de Sanjay Subrahmanyam. Admira-se, sim, é com a candura dos portugueses, Presidente da República incluído, que vestiu o fato das cerimónias para ouvir em Lisboa o previsível, vindo do representante de um país que não pedira para ser «acedido». O oprimido a falar do opressor! «Ignorámos», até agora, o «outro lado» da história dos Descobrimentos. E, quando queremos marcar uma posição «internacional» sobre o assunto – o mal, se calhar, é esse –, pedimos que nos desculpem um dos raros motivos de orgulho da nossa História. Na hora de comemorar os 500 anos da partida para a Índia, assim «aviámos» Vasco da Gama. Pedro Álvares Cabral, dentro de três anos, no Brasil, terá sorte idêntica.

Não celebramos heróis, julgamos criminosos de guerra. Os «direitos humanos» inventaram-se há pouco tempo. E, mesmo hoje, conhecidos que são à escala mundial, vemos quem os respeita. Continuamo-nos a matar em guerras, brincamos com a vida nossa e dos outros na estrada, despachamos sem sangue o nosso vizinho de trabalho, estamos dis-

postos a empalar mãe, pai, gato e cão para mantermos um estilo de vida. Poderiam ter sido melhores os nossos antepassados? Poderiam tê-lo sido também os índios, cheios de apetite, que deglutiram o nosso bispo Sardinha? A questão nem será essa. O que faz rir, na imprensa do Brasil, é a nossa falta de jeito. Não somos apenas «esquerdistas», somos, acima de tudo, desastrados.

«Gauches»! Os de São Paulo, aqui há meses, montaram púlpito e tudo para a carta de Pêro Vaz de Caminha? Fiados em velha promessa do Dr. Soares, queriam inaugurar o «arquivo vivo» com a certidão de nascimento do Brasil? O Governo Português respondeu que só para o ano. Até lá – segundo a versão oficial – não faz sentido: as nossas comemorações começam em 1998, não em 1997!

Por algum motivo somos uma ex-potência colonizadora. Em falta de jeito, todavia, continuamos um potentado.

### 4.8 António Manuel Hespanha Resposta

*Expresso, Revista, 09/08/97*

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Director,

Há uns dias, o jornalista Fernando Madrinha indignava-se perante o facto de a Comissão dos Descobrimentos ter convidado para a sessão solene comemorativa do quinto centenário da partida de Vasco da Gama para a Índia um professor indiano que teria dito de Vasco da Gama «coisas pouco abonatórias». Na última edição do *Expresso* é a vez de João Carreira Bom voltar ao tema nos mesmos termos.

Há duas coisas que me chocam nestas intervenções, as quais aqui me interessam principalmente como bons exemplos de um estilo jornalístico infelizmente reinante.

Em primeiro lugar, a ligeireza. Nenhum dos jornalistas assistiu à sessão da Sociedade de Geografia e, conseqüentemente, não ouviu o Prof. Sanjay Subrahmanyam. Se tivesse ouvido, teria constatado que ele nem sequer se dedicou à pessoa de Vasco da Gama,

mas antes ao significado geral da presença dos portugueses no cenário do Índico. Cenário que, aliás, valorizou de forma justa e muito diplomática. De passagem, João Carreira Bom ter-se-ia dado conta de que não esteve lá o Presidente da República; embora, se fosse um bocadinho mais atento, devesse ter reflectido que, estando na altura Sampaio em Itália, era pouco provável que pudesse estar, ao mesmo tempo, na Rua das Portas de Santo Antão. Portanto, ambos falaram de ouvir dizer, a quem, possivelmente, também só de ouvir dizer falara. Em suma, uma questão de leviandade.

Em segundo lugar, a ignorância. Sanjay Subrahmanyam não devia ser um desconhecido entre nós. Ganhou, ainda antes da minha entrada para a Comissão dos Descobrimentos, o prémio internacional D. João de Castro, para a melhor obra histórica do ano de 1995 sobre os descobrimentos portugueses. Já este ano, escreveu uma biografia de Vasco da Gama. Claro que nenhum destes jornalistas leu qualquer dos livros dele, nomeadamente o último. Porque, se o tivesse feito, veria que o autor fundamenta criteriosamente nas fontes da época o retrato que traça do Almirante. E, nomeadamente, que explica muito bem por que é que, no contexto da época, os actos de Vasco da Gama foram o que foram, produto, não tanto do seu carácter, quanto de circunstâncias objectivas que se prendiam com os imaginários da época, os equívocos das linguagens e etiquetas políticas ocidental e orientais, o equilíbrio de forças em presença. Como estes jornalistas não são adequadamente cultos nestas coisas de que ousam falar enfaticamente, têm que se valer das apreciações como essas de um jornalista brasileiro, que Carreira Bom considera «tudo menos mal lido», mas que acha muito chocante que Vasco da Gama seja apresentado como alguém que agiu fria e cruelmente, «por motivos políticos». É que, como bem se sabe, naquela época e para aquelas missões, costumavam mandar-se meninos de coro ou poetas líricos.

O que considero mais grave, porém, é o conceito que estes dois compatriotas têm da

história e das comemorações que delas se deve fazer.

Tudo o que, de «pouco abonatório», Subrahmanyam diz do Almirante, leu-o ele em todas as fontes da época, desde o roteiro chamado de Álvaro Velho até a crónicas como João de Barros e Gaspar Correia. Se isso não faz parte da memória comum é porque, durante décadas, isso foi pudicamente escondido e escamoteado nos programas comemorativos e, o que é pior, nos programas de ensino. Neste como noutros eventos históricos, criou-se, silenciando e falsificando as fontes, um lenda dourada que, frequentemente, nada tem a ver com o que dizem os próprios ou os seus contemporâneos.

Ora, é a cuidadosa preservação desta lenda que os dois jornalistas finalmente exigem.

Do ponto de vista da história, isto é, evidentemente, uma monstruosidade, semelhante à instrumentalização da história levada a cabo pelos totalitarismos deste século. Entre fazer desaparecer Trotski de uma fotografia ou passar por alto umas incómodas páginas de Gaspar Correia não há, do ponto de vista metodológico ou moral, nenhuma diferença.

Do ponto de vista cívico, uma tragédia. Porque o pseudo-patriotismo que desta forma se cria é uma flor de estufa que se revolta e vacila perante a primeira história bem contada, como agora abundantemente se viu. Ora, o nosso povo é adulto e seguro de si. Nem a miséria dos *bidonville* nem a «piada de portugueses» lhe abatem o ânimo. Não vale a pena memorizá-lo com versões cor-de-rosa do seu passado. Sobretudo porque, no conjunto do papel de Portugal na «abertura do Mundo», o retrato psicológico ou moral de Vasco da Gama nunca passaria de um detalhe.

Do ponto de vista da convivência internacional, neste mundo que, inevitavelmente, se globaliza e que nos obriga ao confronto de opiniões, esta castiça incapacidade de admitir, não apenas os pontos de vista dos outros, mas mesmo todos os nossos pontos de vista, cobre-nos de ridículo. O Cavaleiro de Oliveira, que viveu no séc. xviii, já con-



siderava este nacionalismo bacoco – que fazia com que um fidalgo beirão se julgasse superior em prosápia a qualquer par de França –, como típico do «reino da estupidez» em que Portugal, a seu ver, se tornara.

Naturalmente que esta procura do rigor e do universalismo não tem nada a ver com julgamentos de criminosos de guerra, nem necessariamente com pedidos de desculpa seja a quem for, como supõe João Carreira Bom. Tem que reflectir nisso, mais e melhor. Já agora, se me permite um segundo conselho, seja nacionalista de outra maneira. Por exemplo, pense duas vezes sobre a questão da entrega da carta de Pêro Vaz de Caminha. Ou mantenha-se mais calmo perante os «risos da imprensa do Brasil» onde, como se sabe, rir dos portugueses é um hábito bem arreigado.

Com os melhores cumprimentos e pedido de publicação, nos termos do exercício do direito de resposta, A. M. Hespanha.

N.R. – Quem vem protestar e fazer doutrina contra a «ligeireza» devia ter sido menos ligeiro na leitura do texto que pretende criticar. Ao contrário do que o prof. António Hespanha (AH) pretende fazer crer – e por

mais jeito que isso lhe dê para esta carta – não me indignei com o facto de a Comissão «ter convidado um professor indiano» para uma sessão na Sociedade de Geografia e de ele ter dito sobre Vasco da Gama «umas coisas pouco abonatórias». Indignei-me, isso sim, por não ter havido outras iniciativas – de preferência menos clandestinas e iniciáticas. E indignei-me ainda mais com o facto de a AR e a Comissão dos Descobrimentos se terem envolvido numa disputa ridícula sobre quem devia pagar uma sessão no Parlamento, disputa de que resultou não se ter realizado qualquer sessão. Percebe-se agora, por esta carta, que não foram só esses quiproquós a impedir comemorações condignas do V Centenário da partida para a Índia. Pelos vistos, AH tem, tal como o seu colega indiano que cita, uma opinião pessoal e científica pouco abonatória de Vasco da Gama. Por isso achou bem que as comemorações fossem discretas e envergonhadas. Independentemente dos seus méritos como historiador, cada um fará agora o seu juízo acerca do modo como AH desempenha o cargo de presidente da Comissão dos Descobrimentos.

F. M.



Iconografia publicitária produzida por ocasião das comemorações do centenário da Índia em 1898. Livraria Brito Aranha, Lisboa, Biblioteca Nacional.

#### 4.9 João Carreira Bom «A comemoração»

Expresso, 15/08/97

O Eng. António Guterres, ao nomear o Prof. António Manuel Hespanha comissário-geral para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, criou um grave problema às comemorações e ao nomeado. As comemorações têm-se limitado a um âmbito muito restrito, mas, mesmo assim, o Prof. Hespanha, infelicíssimo, esgota-se a desmentir os jornais e a insultar os comentadores. Um contra-senso. Se o comissário-geral quer restringir o âmbito das comemorações, deve evitar os repórteres ou, então, enviar os convites só a jornalistas licenciados em História. De preferência, inossos mas informados redactores de actas, imunes ao sal de qualquer sensacionalismo.

Abrir a repórteres «incultos», ávidos de notícia, uma sessão íntima, como a que celebrou na Sociedade de Geografia a partida de Vasco da Gama para a Índia, é quase um sacrilégio. É contribuir para a distorção da verdade profunda, definitiva e científica que se incensou naquele altar de rigor. É comportamento leviano. Não recomenda o Prof. Hespanha aos pares internacionais com quem ele, legitimamente, gosta de alinhar na relativização do achamento do caminho marítimo para a Índia e a quem, não menos legitimamente, parece dedicar as comemorações.

O comissário tem de se decidir quanto ao público-alvo da actividade que coordena. Toda a gente? Ou apenas alguma gente, que com ele se identifica? No primeiro caso, precisa dos *mass media* e de uma política de comunicação. No segundo, é mais simples: pode dispensar o olhar profano dos repórteres generalistas.

O evento da Sociedade de Geografia, deste ponto de vista, foi algo confuso. Os jornais agendaram a sessão, e só a agendariam depois de alguém a ter anunciado, mas os repórteres com quem falei não conseguiram entrar. Ouviram, por uma porta entreaberta, a célebre palestra em que o investigador indiano

Sanjay Subrahmanyam teria classificado Vasco da Gama de «assassino». O Prof. Hespanha desmente a afirmação atribuída ao historiador por jornais portugueses e estrangeiros, assim como a alegada presença do Presidente da República no evento a que dera «alto patrocínio». Humildemente me penitencio. Se estivesse atento à Imprensa «cor-de-rosa», teria sabido que o Dr. Jorge Sampaio, quando da comemoração solene da partida de Vasco da Gama para a Índia, «homenageava» navegadores, sim, mas os de Veneza, cidade onde se deixou fotografar com o filho numa gôndola. Eu, para aqui, a «defender a pátria», e S. Ex.ª a cantarolar «barcarolas»! O Sr. Presidente lá sabe por que escapou da Sociedade de Geografia.

O apoio à Imprensa foi de tal ordem, que um repórter retardatário, perguntando se o Dr. Sampaio lá estivera, obteve uma resposta afirmativa! Ou o representante oficial era ruço, ou algum ruço foi tomado pelo inquilino de Belém. Eis como se estão a comemorar os Descobrimientos.

O Prof. Hespanha acumula a douda especialização em História com a maior incompetência na comunicação e na organização. Sabe o que quer, mas não para onde vai. Será tudo, menos político. Poderia servir para consultor de história do comissário-geral, nunca para comissário-geral seja do que for. O Eng. Guterres, que errou ao nomeá-lo, acertaria em o convidar a demitir-se. Substituindo-o por um censor que queira perpetuar «lendas nacionalistas»? Não. Substituindo-o por alguém capaz de entender uma ironia, mesmo quando ela é tão evidente quanto o *curriculum* do Prof. Hespanha.

#### 4.10 António Manuel Hespanha «Um jornalista pergunta...»

Editorial do boletim *Comemorações* distribuído com o jornal *Público* 28/09/97

No rescaldo das cerimónias comemorativas da partida de Vasco da Gama para a Índia,



um jornalista indignou-se. Na sua opinião – que não me custa a aceitar – quem mais brilhar nos noticiários e marcar a cerimónia solene realizada na Sociedade de Geografia fora um professor indiano que, ainda segundo o mesmo, apresentara de Vasco da Gama uma visão «obviamente respeitável mas pouco abonatória». E, rematando uma série de considerações fantasiosas, pergunta: «Para que serve uma Comissão dos Descobrimientos que não é capaz de cumprir devidamente a única tarefa para que foi nomeada? Só para empregar uns “boys”. Ora do PSD, ora do PS?»

Salto sobre a segunda pergunta, obviamente insultuosa, em qualquer circunstância. Mas, no caso concreto, ainda por cima leviana, pois, tanto quanto eu sei, nenhum dos membros da Comissão Executiva da Comissão dos Descobrimientos, a começar por mim mesmo, pertence ao partido do Governo.

Já a primeira pergunta, bem como o contexto em que surge, fornece um bom ponto de partida para discutir um pouco duas questões muito importantes, a saber:

Qual é a missão da Comissão dos Descobrimientos?

Tem ela cumprido satisfatoriamente essa missão?

Para que se nomeou uma Comissão dos Descobrimientos?

A missão óbvia da Comissão dos Descobrimientos é comemorar os «descobrimientos portugueses». Para que nada fique de fora do nosso papel na construção da história do mundo, eu costumo acrescentar a «descobrimientos» duas outras palavras: «navegações» e «expansão». Realmente, há viagens que, apesar de não serem de descobrimento, são importantíssimas na história do mundo. É o caso, até certo ponto, da viagem de Gama, em que, no sentido mais forte da palavra, não se descobriu muito mais do que os portugueses ou os navegadores nativos do Índico já não soubessem. Ou as posteriores viagens anuais da carreira da Índia, as viagens de Malaca, da China e do Japão, ou as deambulações portuguesas pela Insulíndia. Foram navegações ou vectores de expansão importantes, que deixaram traços permanentes na história do mundo.

Também se podia falar de «colonização», o que seria útil para descrever os últimos 150 anos da relação de Portugal com o mundo não europeu. Mas a palavra produz críspação em mais do que um sector. No mundo dos ex-colonizados, não seria facilmente aceitável



que a situação colonial fosse «comemorada». Mas, mesmo entre portugueses, a evocação do passado «colonial» ainda fere sensibilidades, e não sempre as mesmas. Como creio que as comemorações nacionais devem ser tão consensuais quanto possível, temos evitado o termo.

#### O que sabemos e devemos saber sobre a nossa história

Outra questão – de resto ligada com a anterior – é a do sentido da «comemoração» e da relação que ela deve estabelecer entre a realidade histórica e o imaginário do português comum.

O português comum sabe pouco e mal sobre a expansão portuguesa. Pouco, porque os programas de história se centram em três ou quatro figuras e as correspondentes três ou quatro viagens ou conquistas. Mal, porque nesses mesmos programas, o enquadramento histórico é pobre e o distanciamento crítico é mínimo. O comentário do jornalista que aqui me serve de exemplo é significativo. Embora ele não saiba o que o Prof. Sanjay Subrahmanyam disse na Sociedade de Geografia – porque não estava lá –, nem muito provavelmente tenha lido a sua recente biografia sobre Vasco da Gama, tem ideia de que é inapropriado que, numa ocasião comemorativa, se digam do Gama coisas «pouco abonatórias». Como essas coisas que Subrahmanyam diz – tal como, recentemente, as disseram Joaquim Romero Magalhães ou Luís Adão da Fonseca – são as mesmíssimas coisas ditas por todas as fontes da época (a começar pelo próprio «Roteiro», dito de Álvaro Velho, texto precioso escrito por um participante na própria viagem), o que o jornalista pretende é que se censurem as fontes e se conte apenas uma parte da verdade. O que, como a verdade é indivisível em partes, equivale a defender que se contem mentiras. Ou seja, não apenas se confunde comemoração com propaganda. Propõe-se que a propaganda seja mistificadora.

O exemplo de Gama é generalizável a quase todos os passos da nossa expansão. Em todos eles encontramos aspectos exal-

tantes e aspectos humilhantes. Actos que poderiam ainda hoje ser exemplares; outros que nem na época o foram.

#### Comemorar, mas com um espírito universalista

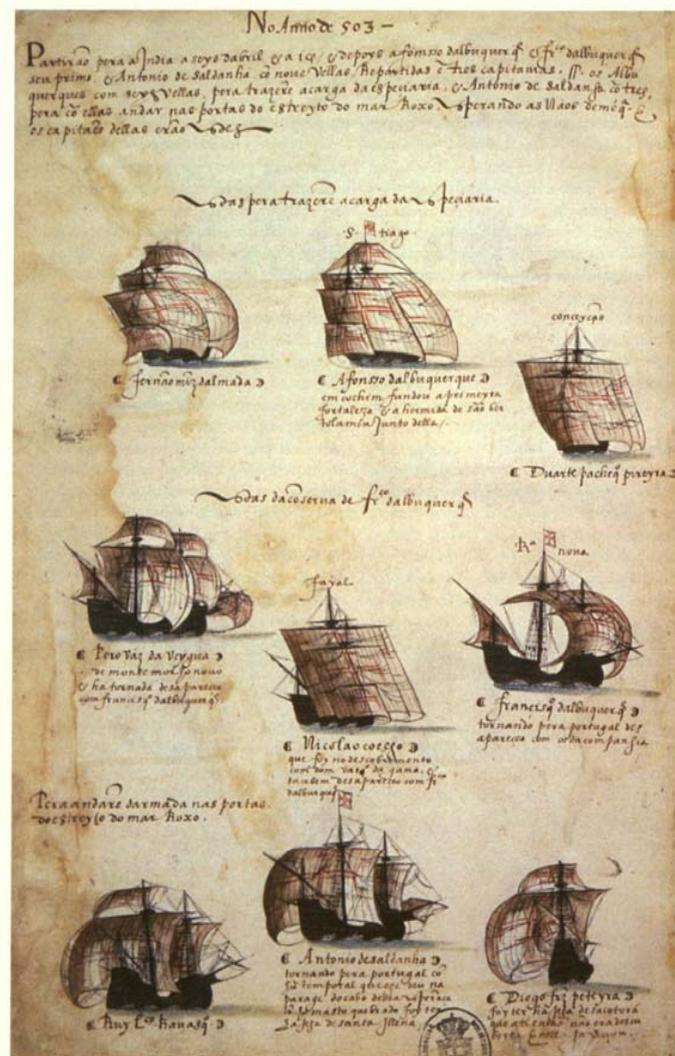
A história é, por natureza, de interpretação conflitual, porque a acção humana, nas suas motivações e nas avaliações de que pode ser objecto, é inevitavelmente complexa. Os bons historiadores sabem disso. Multiplicam a auscultação das fontes, estão atentos aos valores próprios do passado, desconfiam da linearidade das explicações, atenuam o dogmatismo dos juízos de valor.

No caso destas histórias em que culturas diversíssimas são postas em contacto, em que o diálogo é tecido de mal-entendidos e de desencontros, essa cautela de reunir e confrontar pontos de vista é ainda mais necessária.

O que resulta deste programa pluralista de rememoração do passado não é apenas, como muitos podem julgar, uma história mais verdadeira. Não. É também uma formação cívica mais sólida e mais moderna. De facto, a auto-estima e o orgulho de um povo só são fortes e duradouros quando são capazes de confrontar a crítica e o espectáculo, muitas vezes duro, das próprias falhas. Um patriotismo inteligente e estimulador não se pode construir sobre um conhecimento amputado, unilateral ou narcisista de si mesmo e do seu passado.

Não creio que os portugueses se defrontem hoje, mais do que outros povos, com uma crise significativa de estima de valores nacionais. Nem tão pouco que precisem fazer da história cavaleiro de batalha para vencer qualquer desafio do presente, interno ou externo. Nesse sentido, constituímos felizmente um país adulto, capaz de se avaliar sem preconceitos e de assumir o bom e o mau da sua história. Por isso é que, se há algo a corrigir na nossa política de educação relativa à história, do que se trata não é de a mitificar ou de a contar à nossa maneira. É antes, muito simplesmente, de a ensinar mais e com mais rigor.

É isso, precisamente, o que a Comissão dos Descobrimentos tem estado a fazer, ao ritmo



A armada de Vasco da Gama, in Memórias das Armadas, c.1568. Lisboa, Academia das Ciências.

de algumas centenas de actividades por ano.

Com umas, estimulamos a criação de mais saber sobre os descobrimentos; com outras, divulgamos esse saber tanto nos meios mais cultos como nos menos informados, tanto em Portugal como no estrangeiro; com outras, finalmente, mostramos, por todo o país e fora dele, o património histórico e artístico relacionado com a expansão portuguesa.

#### *As nossas memórias e a construção da lusofonia*

Saliente, em todo o caso, um aspecto que, do ponto de vista do papel de Portugal no mundo, me parece central.

Passado que foi o período «imperial», o que temos hoje destas viagens, a mais de memórias, tanto míticas quanto reais – talvez mais das primeiras do que das segundas –, é esse legado magnífico de uma comunidade lusófona, estendida por cinco continentes.

Se não me engano, é esse hoje o grande desafio e a grande responsabilidade dos portugueses. A mais de cuidar de nós mesmos, temos que nos pensar como parte dessa comunidade de povos que falam o português e que estão apostados em criar dinâmicas comuns e partilhadas de desenvolvimento social e cultural.

Este contexto político de uma comunidade solidária, mas naturalmente diversa – nomeadamente nas suas diferentes sensibilidades perante a história comum – tem que estar permanentemente desperto no traçado dos programas de comemoração das viagens e da expansão dos portugueses. Seria, de facto, paradoxal que, ao comemorar acontecimentos que estão na origem de um presente comum, o fizéssemos de modo a prejudicar esses sentimentos de comunidade.

#### *A Comissão dos Descobrimientos está a cumprir a sua missão?*

Esboçada a resposta à primeira questão («Qual é a missão da Comissão dos Descobrimientos?»), ponhamos a segunda: estaremos a cumpri-la devidamente?

Como estamos a meio do ano, é possível fazer um balanço das actividades programadas

para 97 e garantir que, tal como no ano passado, o programa será cumprido a mais de 90%.

Recorrendo a uma estatística rudimentar, procuro sumariar no quadro seguinte essas actividades (cerca de 300), deixando, naturalmente, de fora aquilo que não é tão facilmente contável.

Projectos de investigação	cerca de 10
Projectos de investigação em arquivos	20
Bolsas de média e curta duração	15
Cátedras e centros de estudos estrangeiros	10
Cursos de especialização (Conferências da Arrábida)	cerca de 25
Protocolos com instituições estrangeiras	15
Protocolos com instituições portuguesas	15
Congressos apoiados	mais de 30
Prémios de história, arte e jornalismo	4
Revistas e boletins editados	5
Livros e catálogos editados directamente	cerca de 20
Livros apoiados	mais de 15
CD-ROMs de texto	4 ou 5
CD-ROMs multimédia co-produzidos	3
CDs áudio produzidos e apoiados	6
Séries televisivas em produção	2
Documentários apoiados	13
Videos institucionais	1
Exposições de originais	12
Exposições de réplicas e cartazes	5
Grandes exposições em preparação 98/99	5
Ações de recuperação do património no estrangeiro	3
<i>Idem</i> em Portugal	1
Espectáculos de teatro e música	70
Grandes espectáculos de «rua»	3
Apoio a acções na Escola ou dirigidas à juventude	Muitas
Apoios a actividades desportivas	8

Apesar disto que se faz – com uma equipa relativamente reduzida, com a qual apenas gastamos c. de 20% do orçamento – o facto de um jornalista credenciado afirmar, definitivamente e de boa consciência, que a Comissão dos Descobrimientos «não é capaz de cumprir devidamente a única tarefa para que foi nomeada» mostra que existe um problema de impacto público das nossas actividades.

#### *«Fazer» e «mostrar que se faz»*

Por uma questão de princípio, recorremos moderadamente à publicidade. Nela não gastamos, por ano, mais de 20000 contos (ou seja, 1% das nossas despesas). Considerando que, com esta soma, se editavam 6 livros, ou se organizava uma boa exposição de cartazes, ou se produziam 3 CD-ROMS, ou se pagavam dez bolsas anuais, ela parece-me enorme. Mas haverá quem pense que isto, de facto, não é nada comparado com uma campanha publicitária a sério, envolvendo, por exemplo, afixação de cartazes e spots nos três canais de televisão, durante 15 dias, em horário nobre (uma coisa, digamos, para c. de 200 000 contos). Por razões de ética, recuso terminantemente esta opção, porque recuso uma política de espectáculo efémero que, passado o frenesim do dia, nada deixe de permanente.

Ficamos, assim, quase totalmente dependentes da disponibilidade dos média para darmos atenção ao que fazemos.

#### *E a comunicação social, está a cumprir a sua missão?*

É aqui que se enxerta uma pergunta que, a mim, me parece pertinente e que espelha a pergunta do jornalista: estará a comunicação social portuguesa a cumprir devidamente a missão que lhe compete?

Por razões óbvias, limito as considerações seguintes ao campo da comemoração dos descobrimentos. Ou mesmo ao centenário da partida de Vasco da Gama.

Salvo no caso da RDP, que dedicou um dia inteiro de emissão a esse tema, e do *Público*, que lhe dedicou duas páginas cuidadas, que resultados dá a leitura dos jornais ou o visionamento das emissões televisivas desse dia? De substancial, muito pouco. Algumas referências, de rigor muito variável, a Sanjay Subrahmanyam – de cuja recente biografia de Gama só li um comentário bem feito (ou seja, por um jornalista que cedeu ao «ouvir dizer» e parece ter lido o livro) –, umas especulações sobre a mudança da sessão de S. Bento para a Sociedade de Geografia, uma notícia sensacionalista – e que, depois, se ve-

rificou ser falsa – sobre alegadas tomadas de posição do governo da Índia quanto às comemorações. Fez-se, por exemplo, um completo silêncio sobre a magnífica conferência do Prof. Joaquim Romero Magalhães na Sociedade de Geografia, pouco se falou do livro de Adão da Fonseca sobre Vasco da Gama, ninguém pegou no extenso programa de comemorações da Comissão dos Descobrimientos para 1998 (mesmo que fosse para o criticar), ninguém escreveu uma análise informada sobre as polémicas indianas sobre as comemorações de Vasco da Gama. Nem um suplemento, nem um destacável, nem um programa televisivo comemorativo, nem um debate público sobre as comemorações, nem a oferta de um livro ou de um disco junto com a compra do jornal.

Parece-me evidente que, neste caso concreto, a comunicação social falhou e receio bem que, a não se invertemerem preocupantes tendências oportunistas, sensacionalistas e seguidistas do pior que a opinião pública alberga, continue a falhar no próximo ano e nos que se vão seguir.

Se bem entendo as coisas, as comemorações dos descobrimentos portugueses cabem-nos a todos. Limito-me a aplicar aqui aquilo que hoje se diz acerca de tudo, ou seja, o tópico do papel supletivo do Estado e do respeito e estímulo das dinâmicas da sociedade civil. Mas condição para isto é que a sociedade civil procure informar-se, distinga o essencial do accidental, se concentre no necessário e fuja do supérfluo, preveja e programe com tempo; e, sobretudo, compreenda que esse Estado, a quem hoje não se está disposto a conceder grandes créditos, não pode ser chamado por sistema a assumir responsabilidades de programar, de executar ou de pagar ideias que a sociedade civil pouco mais faz do que esboçar.

### 4.11 António Manuel Hespanha «Que fazer com a história incómoda?»

Editorial da *Ocamos*, n.º 29 Janeiro-Março 97

A história dos judeus em Portugal é uma história incómoda. Apesar de tudo quanto se possa encontrar – e algo há-de haver – de harmónico e de fecundo nos contactos da comunidade judaica com o ambiente humano neste canto da Europa, o certo é que, durante quase cinco séculos, os judeus não tiveram em Portugal a sua Terra Prometida.

Esta não é, evidentemente, a única história incómoda da história de Portugal. Tal como a história de Portugal não é, nos dias de hoje, a única história incómoda, a este e outros propósitos.

Em muitos sentidos e em graus variados, a história é, de resto, sempre uma história incómoda, pois o certo é que nós não nos podemos nunca rever nos enredos do passado.

Que fazer, então, com as histórias incómodas que a história conta?

Desde há umas décadas que os historiadores aprenderam o suficiente acerca da ruptura histórica para não dramatizarem estes desencontros entre a sensibilidade do presente e as sensibilidades que modelaram as acções humanas no passado. Os historiadores sabem que, no passado, os quadros de valores eram outros, como outras eram as leituras do mundo e a panóplia dos sentimentos. A ideia de ruptura trouxe consigo a consciência da multi-dimensionalidade do homem, do carácter «local» das suas culturas e, consequentemente, da descontinuidade radical entre o passado e o presente. E esta descontinuidade tanto liberta o passado das categorias de avaliação do presente, como liberta o presente das responsabilidades do passado.

Para os historiadores, umas das condições para fazer «boa história» é justamente esta des-responsabilização emocional e ética perante os objectos estudados. O passado foi o que foi e não pode ser reformatado. E a sua escrita – sob forma de história – visa hoje, justamente, conhecê-lo integralmente, na sua



Prato. Falanga. Segundo quartel do Séc. xvii. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.

lógica e axiologia locais, encerrando-o nesse estatuto de coisa definitivamente feita, que apenas nos interessa para nos chocar com a sua alteridade e contribuir para nos dar tanto a irredutível diversidade do humano como a precariedade das nossas actuais certezas.

No entanto, e para a cultura do senso comum, a história é sobretudo continuidade. Aqui, pelo contrário, a história é a narrativa da familiaridade, na qual se constroem e se avaliam os legados do passado para a nossa identidade, se tecem diálogos através dos tempos entre nós e os que se diz serem os nossos maiores. Da história supomos receber um legado quase biológico, um património material e um ambiente cultural. Tendemos a supor que essa herança constitui o casco da nossa identidade. E, como acontece sempre que irrompe a metáfora da herança, consideramo-nos tanto proprietários do seu activo como responsáveis pelo seu passivo.

Do ponto de vista moral, a responsabilidade histórica não é, no entanto, fácil de justificar. Basicamente, apenas somos responsáveis pelo que fazemos nós próprios, na sociedade nacional ou internacional dos dias

de hoje. Aqui é que temos que provar, segundo os padrões de avaliação dos nossos dias, os méritos das nossas condutas. Como também é hoje, e perante os homens de hoje, que temos que arcar com as responsabilidades – que nenhuma história nem nenhum futuro remirá – pelos nossos erros e pelos nossos crimes.

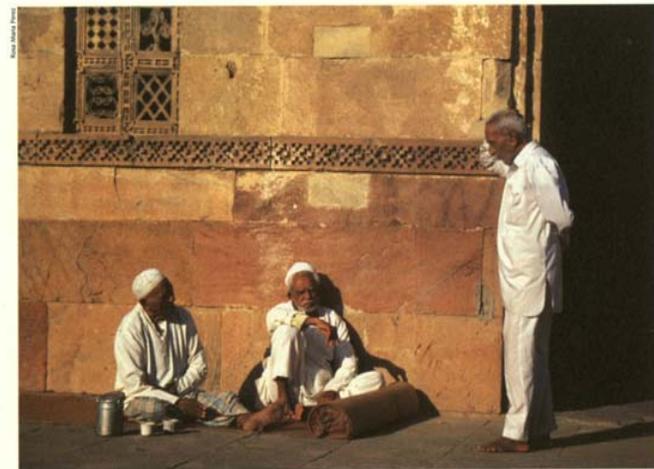
Mas a ideia de responsabilização histórica nem sequer é moralmente muito saudável. Em nome da responsabilização histórica, muitos crimes se cometeram já. Para não ir mais longe, lembremo-nos do peso que teve, no anti-semitismo europeu, uma alegada responsabilização histórica do povo judaico pela morte de Cristo. Além de que as «reparações históricas» frequentemente nos distraem de iniquidades que, ao mesmo tempo e de consciência aliviada, continuamos a cometer, não sobre comunidades históricas – de que, frequentemente, nem descendentes deixámos que ficassem –, mas sobre comunidades concretas hoje realmente existentes, cujo destino poderá, no entanto, vir a ser o mesmo.

Todos estes problemas se põem em relação, por exemplo, à história da expansão portuguesa.

Ela é, por um lado, uma empresa intelectual, a conduzir com o distanciamento e estranheza antes referidos.

Mas é também uma componente da cultura actual e, por isso, do senso comum, quer de portugueses quer de estrangeiros com quem os portugueses contactaram. Com a história – normalmente nas suas versões mais simplificadas e mais propagáveis –, portugueses e estrangeiros justificam as imagens que têm das suas identidades e legitimam as estratégias de relações mútuas insinuadas pelos respectivos imaginários. História e imaginação política colectiva (uma espécie de diplomacia do senso comum) potenciam-se uma à outra, dando-se mutuamente justificações e construindo um mundo cada vez mais sólido de certezas acerca de si mesmos e acerca dos outros. Os frutos deste enlace entre o documento e o sentimento não podem ser senão o impressionismo, o preconceito e a arrogância.

Qualquer instância que pretenda introduzir alguma racionalidade neste processo de formação dos imaginários políticos – seja a comunidade dos historiadores, seja uma entidade



dade a quem compita uma intervenção cultural neste domínio – não pode ter senão uma política – a de problematizar a visão adquirida das coisas, dificultando que esta seja dada como assente e, com isto, introduzindo disfunções nos mecanismos de produção de imaginários colectivos simplistas.

Isto implica, desde logo, não acrescentar senso comum ao senso comum, cultivando uma história convencional, antecipável, domesticada, amável, a-problemática. Porque isto não é apenas redundante. É também legitimador, contribuindo para que a inércia das ideias assentes se prolongue e, prolongando-se, se consolide e ossifique.

Implica, como segunda obrigação, acrescentar complexidade (novos factos, novas perspectivas, novas avaliações) às visões correntes. Desconfiar da evidência, surpreender novos enfoques, surpreender pelo testemunho inesperado, avançar pela contramão. Porque isso dá conta da primeira característica das coisas, que é a sua inabarcável complexidade. E porque, ainda que as coisas não fossem assim, dá conta da incapacidade de um olhar para dominar todos os ângulos de visão.

Implica, finalmente, apresentar as novas visões como se elas fossem tão precárias e preconceituosas como as anteriores. Porque nem a reflexão – sobre a história ou sobre o presente – se fecha alguma vez em aquisições definitivas, nem os actuais analistas beberam, mais do que os anteriores, da fonte da eterna sabedoria.

Na base de um programa deste tipo, creio que é fácil encontrar consensos, mesmo acerca das histórias incómodas da história. Consensos não, porventura, quanto aos resultados, às leituras, às avaliações. Mas, pelo menos (que já é de mais), quanto às metodologias intelectuais e às atitudes morais.

Qualquer que seja o brilho da sua apresentação, este número de *Oceano* não faz mais do que isto: carrear materiais provisórios e de duvidosa coerência para uma jamais conclusiva história das relações luso-judaicas.

#### 4.12 António Manuel Hespanha «O que Vasco da Gama tem feito por nós. O que temos nós feito com ele.»

*Atlantir*, Maio-Junho 98

##### *A imagem histórica de Gama*

A viagem de Vasco da Gama foi, sem dúvida, um dos momentos que marcaram a história do mundo, com a configuração humana, política e económica que nós hoje conhecemos. Inaugurou uma rota que se manteve activa durante cerca de quatrocentos anos, como via de contacto entre a Europa Ocidental e as bacias do Índico e dos mares da China. Por aí se efectuaram trocas económicas e culturais e se desenhou uma geografia política do mundo que ainda reconhecemos nos equilíbrios mundiais dos nossos dias. Pode dizer-se que Vasco da Gama desenhou a rua principal da «aldeia global». Mas também se deve dizer que esta aldeia global, com as suas actuais grandezas e misérias, se deve a que esta viagem se tenha feito naquela época e naquele sentido. Daí a complexidade dos sentimentos que se pressente nas comemorações do seu V Centenário, como já aconteceu, há uns poucos anos, com as comemorações da viagem de Colombo.

##### *Gama antes das comemorações*

A primeira fonte de perplexidades é a própria figura de Vasco da Gama. De alguma forma, Vasco da Gama – tal como Colombo – estão nesta história um pouco como Pilatos no Credo.

De facto, nada o apontava inequivocamente para a missão que lhe foi confiada. Ainda hoje os historiadores – nomeadamente os seus biógrafos mais recentes – Sanjay Subrahmanyam, Luís Adão da Fonseca e Geneviève Bouchon – se colocam a questão. Não se pode dizer que fosse um conhecido cabo de guerra, que aliás não se adequaria ao perfil da missão. Mas não era, seguramente, um homem de grandes façanhas náuticas an-

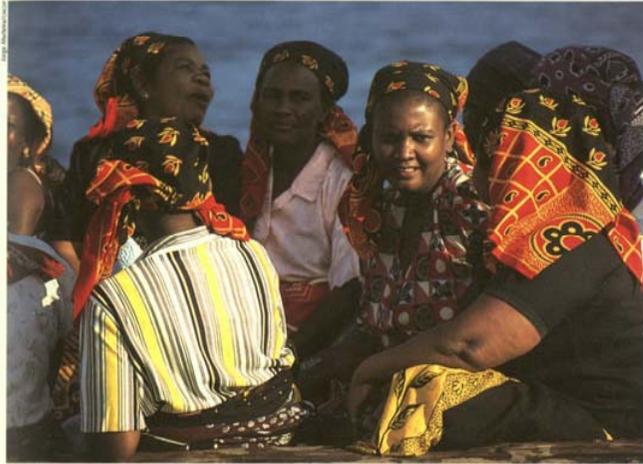
teriores. Nem era, pela sua hierarquia no seio da nobreza da época, o protótipo do grande embaixador que iria inaugurar um novo cenário das relações externas de Portugal e da Europa. Tinha, seguramente, a firmeza e o voluntarismo exigidos por uma viagem que já se adivinhava longa e arriscada. Mas, em contrapartida, era «homem assomadiço» – tal como o definem os seus contemporâneos –, o que o levou a cometer erros que logo os seus seguidores – Cabral e Albuquerque – tiveram que pagar caro e que, ainda hoje, são pretexto de juízos negativos (por vezes, demasiado simplistas e abusivos) sobre a colonização portuguesa na Índia. Seja como for, Gama não tinha seguramente a grandeza de um estratega como Afonso de Albuquerque, de um guerreiro-intelectual como Duarte Pacheco Pereira ou de um capitão como D. João de Castro.

A construção da imagem épica de Vasco da Gama está, seguramente, relacionada com o protagonismo que adquire do enredo d' *Os Lusíadas*, que desde cedo foi tido, em Portugal e no estrangeiro, como o poema lusitano por excelência. Mas, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, Vasco da Gama teve concorrentes muito sérios na galeria dos «heróis do Oriente». Nessa época em que as várias casas aristocráticas se disputavam em torno dos seus heróis, raramente a pena dos cronistas ou dos autores de panegíricos deixava de ser influenciada por estratégias políticas das grandes famílias para valorizar os seus antepassados. E pela Índia passaram representantes de todas as grandes e médias linhagens – Albuquerque, Castros, Saldanhas, Noronhas, Menezes, Albergarias, Almeidas. Se passarmos em revista os grandes relatos históricos desta época, Gama não ocupa aí, seguramente, um lugar central, nem sequer semelhante aos de Afonso de Albuquerque ou de D. João de Castro, que tinham deixado um rosário de ditos, de façanhas e de gestos exemplares. Para além de escritos informados e inteligentes.

##### *Gama e a redenção da Pátria*

É no século passado que a figura de Vasco da Gama ganha a importância que hoje tem no imaginário da história de Portugal. Calhou que o centenário da viagem de Vasco da Gama coincidissem, há cem anos, com um período de crise da consciência nacional. A partir dos anos 70, tinha-se instalado, nos círculos intelectuais, a ideia de «decadência». A Pátria estaria doente, de uma doença causada pelo fanatismo religioso, pelo centralismo régio e, paradoxalmente, pela sangria demográfica e corrupção moral trazidas pelos descobrimentos. Esta doença corroera as virtudes cívicas, o altruísmo patriótico, o sentido de grandeza. Fizera de Portugal um país mesquinho, e não em dimensão territorial, e tornara-o na vítima de eleição dos imperialismos rompantes, entre eles, o inglês. O remédio para estes males seria a restauração do sentido patriótico por meio da recordação – promovida por grandes cerimónias cívicas e populares – dos grandes heróis do passado. Tudo isto servido num quadro de uma ideologia revolucionária e anti-monárquica, nacionalista e anti-britânica. Os centenários foram aproveitados para isso. Camões, que «morrera com a Pátria» e cantara – em tom já melancólico – as suas glórias, foi celebrado em 1880, ainda no rescaldo da primeira grande vitória eleitoral dos republicanos. Pombal, transformado num herói do laicismo, é glorificado em 1882. Em 1890, os círculos católicos respondem com o centenário de Santo António. Nesta época em que o iberismo é popular nos meios intelectuais de vanguarda, ninguém se lembrou do centenário de Aljubarrota, pelo que Nuno Álvares Pereira e D. João I foram deixados para os fastos nacionalistas do Estado Novo (1931). Em 1894, é a vez de D. Henrique, cuja imagem de asceta, cientista e propagador da Fé, era mais consensual. E, em 1898, as comemorações de Vasco da Gama, promovidas, sobretudo, pela Sociedade de Geografia.

Quem leia as dezenas de discursos e memórias então publicados facilmente se dá conta da mensagem cívica que está por detrás das comemorações. A viagem de Gama é um



sinal da ousadia e da capacidade empreendedora da Raça. Gama, ele mesmo, é o embaixador do poder português que se afirma nas paisagens exóticas do outro lado do mundo. Não por acaso, era esse mesmo esforço de afirmar o seu poder noutras terras exóticas – agora as de África – o grande desafio que se punha a Portugal, depois da Conferência de Berlim e do *ultimatum* inglês. No álbum comemorativo então publicado pela Sociedade de Geografia, as evocações do Oriente resumem-se aos acenos orientalizantes do neo-manuelino, o estilo decorativo então na moda. Mas a África está bem presente, com grupos de nativos a desfilar e a bailar.

Vasco da Gama ainda é, de novo, lembrado em 1924, a propósito do IV centenário da sua morte. Para reaparecer, em força, neste final do século, em que, em Portugal, inspira uma exposição mundial e apadrinha uma ponte e é o objecto de múltiplas iniciativas directa ou indirectamente evocativas, nomeadamente as organizadas pela Comissão dos Descobrimentos. Embora, na Índia (Deli), sirva de pretexto para a celebração do congresso «Do colonialismo à globalização:

cinco séculos depois de Vasco da Gama», em que a sua viagem é tomada como o ponto de partida de uma história de relações desiguais e injustas entre a Europa e a Ásia.

Que sentido poderão então ter, hoje, estas comemorações, nomeadamente para os portugueses?

#### *Gama e o espírito pós-imperial*

O português comum sabe pouco e mal sobre a expansão portuguesa. Pouco, porque os programas de história se centram em três ou quatro figuras e as correspondentes três ou quatro viagens ou conquistas. Mal, porque, nesses mesmos programas o enquadramento histórico é pobre e o distanciamento crítico é mínimo. Frequentemente, apesar de as fontes históricas serem bem explícitas sobre os acontecimentos, nos manuais aparece apenas o seu lado amável.

Por sua vez, a história é, por natureza, de interpretação conflitual, porque a acção humana, nas suas motivações e nas avaliações de que pode ser objecto, é inevitavelmente complexa. Os bons historiadores sabem disso. Multiplicam a auscultação das fontes, estão

atentos aos valores próprios do passado, desconfiam da linearidade das explicações, atenuam o dogmatismo dos juízos de valor. No caso destas histórias em que culturas diversíssimas são postas em contacto, em que o diálogo é tecido de mal-entendidos e de desencontros, essa cautela de reunir e confrontar pontos de vista é ainda mais necessária. Aqui, a história deve ser escrita de uma forma ainda mais pluralista.

O que resulta deste programa pluralista de rememoração do passado não é apenas, como muitos podem julgar, uma história mais verdadeira. Não. É também uma formação cívica mais sólida e mais moderna. De facto, a auto-estima e o orgulho de um povo só são fortes e duradouros quando são capazes de confrontar a crítica e o espectáculo, muitas vezes duro, das próprias falhas. Um patriotismo inteligente e estimulador não se pode construir sobre um conhecimento amputado, unilateral ou narcisista de si mesmo e do seu passado.

Não creio que os portugueses se defrontem hoje, mais do que outros povos, com uma crise significativa de estima de valores nacionais. Nem tão pouco que precisem fazer da história cavalo de batalha para vencer qualquer desafio do presente, interno ou externo. Nesse sentido, constituímos felizmente um país adulto, capaz de se avaliar sem preconceitos e de assumir o bom e o mau da sua história. Por isso é que, se há algo a corrigir na nossa política de educação relativa à história, do que se trata não é de a mitificar ou de a contar à nossa maneira. É antes, muito simplesmente, de a ensinar mais e com mais rigor.

#### *Comemorações solidárias*

Saliento, em todo o caso, um aspecto que, do ponto de vista do papel de Portugal no mundo, me parece central.

Passado que foi o período «imperial», o que temos hoje destas viagens, a mais de memórias, tanto míticas quanto reais – talvez mais das primeiras do que das segundas –, é esse legado magnífico de uma comunidade lusófona, estendida por cinco continentes.

Se não me engano, é esse hoje o grande desafio e a grande responsabilidade dos portugueses. A mais de cuidar de nós mesmos, temos que nos pensar como parte dessa comunidade de povos que falam o português e que estão apostados em criar dinâmicas comuns e partilhadas de desenvolvimento social e cultural.

Este contexto político de uma comunidade solidária, mas naturalmente diversa – nomeadamente nas suas diferentes sensibilidades perante a história comum – tem de estar permanentemente desperto no traçado dos programas de comemoração das viagens e da expansão dos portugueses.

Seria, de facto, paradoxal que, ao comemorar acontecimentos que estão na origem de um presente comum, o fizéssemos de modo a prejudicar esses sentimentos de comunidade.

#### **4.13** António Manuel Hespanha “Vasco da Gama through Portuguese eyes”

*Herald, Goa 20/09/97; Himal. The South Asian Magazine, Kathmandu, Jan. 1998*  
(versão inglesa da responsabilidade do jornal)

Five centuries ago, at this time of the year, Vasco da Gama was somewhere between Portugal and the Kerala coast, en route on his voyages which had historic – if controversial – fallouts. Exactly 500 years later, we are still caught up with examining the impact of this voyage on our lives. Both in India and in Europe. Da Gama's expeditions have consequences for all of us. But evaluations about their impact widely differ. After a controversy raged on in cyberspace (and the Internet) and in tiny Goa too, Frederik Noronha interviewed A. M. Hespanha, the Lisbon-based head of the National Commission for the Commemoration of Portuguese Discoveries. Mr. Hespanha, who agreed to an interview over the Internet, was forthright and open in his answers to a wide range of issues. He

puts across the Portuguese side of the story, even as the controversy over Vasco da Gama continues to churn up stormy waters in Goa and elsewhere. Extracts of the interview:

**"We opened up the world..."**

*Five centuries ago this month, Vasco da Gama was somewhere between Portugal and the coast of what is today Kerala. As a controversy raged on in the Internet, Frederick Noronha interviewed A.M. Hespanha, the Lisbon-based head of the National Commission for the Commemoration of Portuguese Discoveries.*

**Q: Why, do you feel, the Portuguese still evoke strong suspicions and mistrust in places like Goa?**

Surely there are opposing recollections about the colonial era. But, in current times, suspicions or mistrust about the Portuguese in Goa can only arise from a lack of information. Portugal became a peaceful, modern and forward-looking country. Even the former Portuguese colonies in Africa – where colonial wars have raged for more than 20 years – have, without exception, very good relations with their ex-colonial power.

**Q: Would you agree that the Portuguese are defensive about their past, unlike say the British who are far more critical of the impacts of their forms of colonialism?**

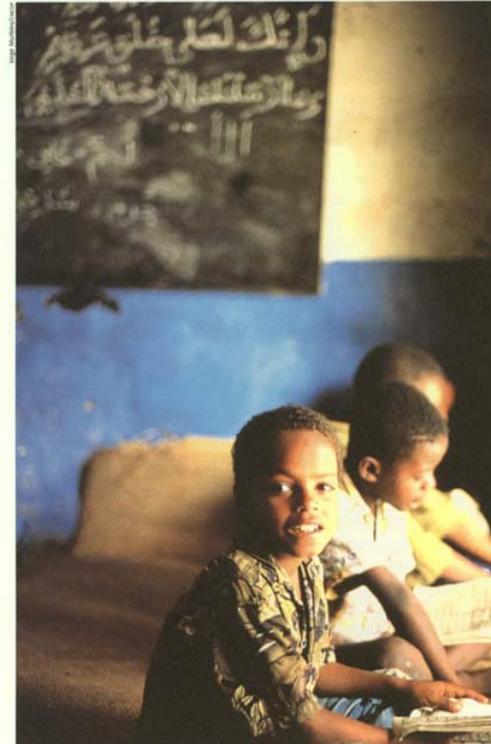
The Portuguese are not free from nationalistic biases. But the new generation of Portuguese historians and scholars have basically the same intellectual attitude of their colleagues all over Europe. In universities and high schools, students use balanced texts, where the darker sides of Portuguese expansion are openly analysed. Old, apologetic historiography – that also ran its course in the U.K., France or Germany – is not any more in fashion. Possibly, though, by a lack of contact with the newest Portuguese academic work, Goan intellectuals have what I would call an "old-fashioned view" of our attitude about the past. Our Commission is ready to support the organisation of exchanges with academic institutions in Goa in order to build awareness about this new wave of Portuguese scholarship.

**Q: Your Commission itself contains the word "discovery" in its name. "Its aim is to commemorate the Portuguese Discoveries," as you have said elsewhere. What discoveries does this refer to?**

The Portuguese discovered – in the most precise sense of the word – very important sea routes. For the first time, they sailed from Europe to Madeira and Azores, in the early 15<sup>th</sup> century. These proved to be key points to the exploration of central and northern Atlantic. Dias crossed for the first time the Cape of Good Hope (1486), opening a sea-way that lasted for years in world communication history. Magalhaes realised the first circum-navigation of the world. From European point of view, Gama opened the way to India (1498), Cabral to Brazil (1500) and less known Portuguese were the first Europeans to arrive in China and Japan by sea (i.e., by what became the more efficient link between west and east). All this effort meant systematic nautical drill, scientific and technical innovations, cartographical skills and also spirit of adventure and endurance. We feel that whatever was the final results of the enterprise, these achievements must be remembered as a Portuguese contribution to world history.

**Q: You say the "Portuguese discovered – in the most precise sense of the word – very important sea routes." Were these routes not navigated upon by other people prior to the Portuguese, even if this fact was not known in Europe? Is this not a "discovery" merely as far as Europe is concerned? In what way is this claim of "discovery" different from, say, the Eurocentric claim that Christopher Columbus "discovered" America?**

When I spoke of discovery I'm referring to sea routes that were never used before (as far as we know) neither by Europeans nor others. This is surely the case of da Gama's route. But it's also the case of most of the Portuguese navigations in the southern Atlantic. In contrast, the Northern Atlantic had been crossed by the Vikings along the 7<sup>th</sup> to 10<sup>th</sup> centuries. Sea links to China and Japan were already known by Asians. But the sea link



quite common in European historiography. We try to avoid it. However, the expression "discovery of Brazil" is the official Brazilian designation for Cabral's voyage.

**Q: What are the plans for the Commission till its term expires at the turn of this century, particularly in the coming year?**

Like 1986 or 2000, 1998 is a core date for Portuguese navigations. Because of Gama's voyage, considered by Arnold Toynbee or Ferdinand Braudel as a turning event in world history. 1998 is also the year of the mega-exhibition expo'98 in Lisbon, which will be participated by around 150 countries and whose theme is "The Ocean and oceanic voyages". So, along with our other permanent activities – like publications, academic reviews and study programs, research grants, art or history exhibitions, cultural events, support to youth or sport activities – we are organising large thematic programs. These will concern the historical links between Portugal and the East, and will include a large exhibition in the most famous Museum of Lisbon on "The Cultures of the Indian Ocean", evoking the cultural world where Gama arrived in 1498. There will also be a (10,000 sq. m.) exhibition in Oporto on Indo-Portuguese Art, centered on the cultural splendours that made the 16<sup>th</sup> century Goa, the "Golden Goa" or the "Rome of the East" and introduced an "oriental mood" that lasted in European culture and taste for centuries.

**Q: Have you approached the Goa government, at any stage, to celebrate or commemorate the event in this former colony? What has been the government's response?**

No. As we have no intention of any formal commemoration in Goa or in India, we didn't follow this official approach, which, in any case, would have been beyond our brief, as the formal foreign policy is carried exclusively by our Foreign Affairs Ministry. On the contrary, we have proposed support to academic research and cultural activities – actually not linked with the specific topic of Gama's voyage – to Goan institutions, name-

between Europe and Southern China and Japan was inaugurated, as a standard path, by the Portuguese. Goa was then a core-zone in world history, where products and cultural messages of the whole world converged. In this sense, we use to say that Portuguese "opened the world", putting peoples and cultures in contact, preparing the global village where we live today, for the good and also for the bad. On the other hand, to speak of a "discovery" concerning peoples or lands – except for desert islands like the Azores or Cabo Verde – is an ethnocentric bias, although

ly Goa University. Some of them have been accepted and we are waiting for further proposals. Our Commission has answered positively to a proposal of the Department of History of the University of Goa of organising an international seminar on Gama's era.

*Q: Your argument is that since 1974, Portugal has been a democratic country. But as far as a healthy critical evaluation of the past is concerned, it seems to us that all Portuguese are still nostalgic about the past. Your comment please.*

Basically, I've already given an answer on the topic. But, I'd like to stress a distinction between a nostalgic attitude about the past and a natural emotion about the historical vision of a tiny people and a tiny country spread all over the world. From Macau to California, from Newfoundland to Mozambique. Sometimes as rulers, sometimes as adventurers or poor emigrants. Personally, I grew up in liberal political environments, I opposed Salazar's regime and colonial policy, but I feel a deep emotion contemplating the transcontinental diffusion of my language or the richness of Portuguese rooted cultures.

*Q: But still, won't colonialism leave its scars?*

We have daily contacts – academic, political and cultural – with Africans who spent twenty years up in arms against Portugal. Before this, for centuries they were far more oppressed and exploited than Indians. Many Indians were a part – even if modest – of the Portuguese “intelligentsia” as lawyers, priests, doctors, writers, poets, but they (the Africans) were slaves. If there are hard things to listen, it is surely from them. Nevertheless, we work closely with them without problems or taboos. May I ask: has the dialogue been between our generations or those of our children, or to recall incessantly the old and sterile theme of old grievances? Can't we speak about the present and the future? Believe me, the Portuguese are not obsessed by the past. I firmly believe that our children – those of Portugal and those of India – shall not be able to understand why, due to this kind of obsession,

ruins could not be recovered, seminars could not be held, cultural events could not be exchanged, common history could not be studied and better known, values could not be shared.

*Q: You recently said that the “Portuguese people are adult enough to accept that our ancestors were limited people – not angels – that they made mistakes...” What would you list as their mistakes as far as say Goa is concerned?*

Mostly, religious intolerance, namely after the mid-16<sup>th</sup> century. In a way, “Indian” Muslims and Hindus were the victims of historical events verified in Europe, sometimes centuries ago. For the Portuguese, Indian Muslims were (seen as) the heirs of Muslim Arabian invaders arrived in Iberia in the 8<sup>th</sup> to 12<sup>th</sup> centuries. In fighting them, the Crusade, the Holy War, was always fair. And – after some time – Hindus became the victims of (Portuguese) religious zeal, developed in Southern Europe as a reaction against the Reformation. As a historian, I believe that only this kind of large contextualisation can give a rich, unbiased and, finally, fair judgement of historical events.

*Q: To lessen the possibility of misunderstanding, what sort of initiatives in dialogue do you plan?*

First of all, academic dialogue. It is, perhaps, the most simple, because scholars are acquainted to it and trained on the methods and criteria of a fair discussion. Secondly, we intend to invite a couple of journalists to come to Portugal, speak with ordinary people, with intellectuals, with politicians, with their colleagues. Furthermore, we would like to encourage links via Internet between Goan and Portuguese schools, as we have done with China and Brazil. So that young people can get in touch and realise how they share concerns, ideals, emotions or frustrations.

*Q: What went wrong with the proposed joint Indo-Portuguese commission? Are you satisfied with its functioning? Why, in your view, did the Government of India change its mind or decide to go slow? Was it because of*

*local sentiment within the country, particular Goa and Kerala?*

Basically, the fact that it never met... If we have ever had the opportunity of discussing with our Indian counterparts our intentions and processes, I'm sure that lot's of speculation could have been avoided. But I am not an expert on India's internal politics to evaluate the reasons why this has never happened. Personally, I regret it. Not so much because of its practical consequences – as I suppose that positive activities can go on – but because I believe deeply in dialogue and I feel very uncomfortable when dialogue has to be sacrificed to obstinacy.

*Q: We got the impression here that the July 8 launch of the solemn session was itself underplayed even in Lisbon, and not held in the Parliament. Do you see as a setback the fact that neither did some top Portuguese leaders (like the President) nor did the Indian envoy himself participate?*

The July 8 session was not held in the Parliament because of the tight agenda of the Constitutional Revision that is being taken up. The President was in Italy and the Indian ambassador was in Azores, on an invite from our Foreign Affairs Minister. Anyway, I must remember that the most crucial date is May 22, 1498 – the date of Gama's arrival (in India on the Kerala coast).

#### 4.14 António Manuel Hespanha «Grandezas e misérias do orientalismo português»

Editorial de *Oceano*, n.º 32  
Outubro-Dezembro 97

Sem querer abusar da presunção, creio que a temática e o conteúdo deste número de *Oceano* indicia uma viragem na forma de abordar a história e os resultados da expansão portuguesa, pelo menos fora do restrito público dos debates académicos.

Não se pode, realmente, dizer que os es-

tudos – nomeadamente os estudos históricos – sobre a expansão abundem nesta perspectiva de considerar, de forma equilibrada, os dois olhares que resultam do encontro de povos. Por razões diversas, o saber português sobre o mundo exótico – e, paradoxalmente, sobretudo o mais recente – colocou-se quase sempre do ponto de vista do olhar europeu, ignorando as imagens locais sobre os europeus e as próprias imagens locais sobre o mundo local.

O curioso é que as coisas não começaram bem assim.

Alguns da primeira literatura portuguesa sobre o mundo exótico ensaiou uma compreensão profunda das comunidades nativas. Refiro-me, fundamentalmente, à literatura missionária e, dentro desta, à literatura jesuítica. Os próprios objectivos desses textos – com os quais se pretendiam obter resultados práticos que dependiam de um diálogo efectivo com os locais – tornavam obrigatória uma observação profunda da cultura local, a começar pela aprendizagem da língua e a terminar na compreensão da estrutura social e dos modelos culturais e das crenças religiosas. Sabemos que esses textos eram dominados por uma intenção apologética que enviava – sobretudo a sua adjectivação das instituições locais – a descrição. E sabemos também que, frequentemente, os missionários se enganavam na análise, muitas vezes porque os próprios informantes já lhes apresentavam uma perspectiva modelada por visões particulares. É hoje, por exemplo, sabido que a análise que os jesuítas fizeram da influência político-cultural dos letrados chineses estava deformada pelas representações que os próprios letrados tinham do seu poder.

Já a literatura civil não penetra tão fundo na realidade local. Embora o tema esteja a ser objecto de uma interessante discussão, parece pelo menos poder dizer-se que a colonização portuguesa não produziu – pelo menos antes do período «africano» da segunda metade do século passado – um «saber imperial» comparável ao que a administração britânica produziu para o seu império, nomeadamente indiano (cf. R. Inden, *Imagining*

Índia, 1990), saber exigido pelos objectivos político-administrativos da máquina imperial, mas no qual se enraizou, depois, o saber europeu sobre o ultramar. Aparentemente (cf., dubitativo, S. Subrahmanyam, «O romantismo, o oriental e o exótico: notas sobre os portugueses em Goa», em J. P. Brito, R. M. Perez e S. Sardo [coords.], *História de Goa*, 1997), os objectivos da administração colonial portuguesa exigiam menos, já que ela raramente visou a ocupação efectiva e extensiva e que se enxertou sobretudo como aparelho parasitário de estruturas político-administrativas já instaladas. O que a dispensava de um saber profundo e alargado sobre as populações a administrar. Falta, por isso, uma corografia que vá muito além da descrição pitoresca e «exótica». Mais detalhadas eram as informações de interesse militar ou diplomático, para não falar dos saberes técnicos ligados à navegação ou ao comércio. Porque, esses sim, estavam relacionados com os dispositivos postos em prática pela nossa primeira colonização. No resto, a literatura da expansão adopta pontos de vista exclusivamente portugueses, sendo mais do que superficial na descrição dos mundos locais. Nomes, instituições, usos, formas, funções, são decididamente – por vezes grosseiramente – aporuguesados e reduzidos à medida do olhar europeu.

O resto é história mais recente. Até quase aos seus finais, o séc. XIX é profundamente etnocêntrico, sob a capa do universalismo iluminista e liberal. O discurso sobre os não europeus é assimilado ao discurso sobre os europeus, na base de uma identidade universal do género humano. Só nos finais do século passado, sob o impacto do positivismo, combinado com novas intenções da política colonial – agora basicamente africana, visando a ocupação efectiva e a administração activa – se começa a desenvolver um novo saber, contido quer em obras académicas ligadas à novel ciência da administração colonial, de inspiração francesa e italiana, quer em obras de intenção prática, produzidas pelos próprios agentes da administração colonial. Algumas elites coloniais – sobretudo em Goa –

começam também a reflectir sobre si mesmas, produzindo uma literatura marcada pela evocação das disciplinas nascentes no panorama intelectual europeu – a etnografia, a linguística, a história positivista.

Este aparecimento de novos olhares no cenário do saber colonial português é travado, a partir dos anos 30, pelo impacto da ideologia imperial do Estado Novo. Retomando o tom épico e maniqueísta de alguma da cronística de quinhentos, a historiografia da expansão quase se reduz a uma hagiografia da gesta portuguesa, de que os pontos de vista dominados ou subalternizados estão ausentes. Como o estão mesmo os outros pontos de vista europeus, concorrenciais dos portugueses. A mais da ideologia – mas também isto, sem dúvida, em virtude da ideologia –, os défices puramente gnoseológicos pesam muito sobre os resultados. Como as línguas orientais ou africanas não são cultivadas, as fontes locais, escritas ou sobrevivências orais, não são tidas em conta. Problemas políticos prejudicam ainda, a partir dos anos 60, os contactos dos académicos portugueses, nomeadamente com o mundo afro-asiático. O ar unilateral, linear e paroquial dos saberes sobre o mundo não europeu acentua-se, apesar de algumas notáveis excepções de intelectuais cosmopolitas e cultores da complexidade.

Esta hipoteca lusocêntrica está ainda longe de ser levantada. Faltam, de forma escandalosa, os investimentos no ensino das línguas orientais e africanas, faltam colecções de fontes locais, faltam séries clássicas de revistas sobre estudos não europeus, falta a institucionalização de sistemas estáveis e eficazes de relacionamento entre centros portugueses de investigação e instituições congêneres em África e na Ásia. E falta, finalmente, valorizar o enorme património de conhecimentos e dados existentes em instituições portuguesas depositárias da tradição do saber colonial, como o Arquivo Histórico Ultramarino, o Instituto de Investigação Científica Tropical, a Sociedade de Geografia, bem como alguns institutos e museus universitários.

A teoria dos saberes antropológicos pós-coloniais tem alertado para a forma como,

sobre estes saberes, pesam as categorias (*predicaments*) herdadas do corpo de conhecimentos formado à sombra e à medida da administração colonial (Carol A. Breckenridge & Peter Van der Veer [dir.], *Orientalism and the colonial predicament*, Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press, 1993). É com pequenos esforços como o de este número de *Oceanos* que se pode contribuir para modificar, num sentido mais equilibrado, o senso comum construído sobre tais bases e tornar as perspectivas portuguesas sobre a nossa expansão no mundo menos míticas, mais rigorosas e complexas e, com isso, mais ecuménicas e aceitáveis.

#### 4.15 Miguel Sousa Tavares «O duplo crime de Vasco da Gama»

*Grande Reportagem*, Junho de 1998

A história destas celebrações (?) dos quinhentos anos da viagem de Vasco da Gama à Índia está a tornar-se um lastimável rosário de equívocos, de miserabilismos e de complexos nacionalistas de vária ordem – uns de superioridade, outros de inferioridade.

Temos, primeiro que tudo, o nacionalismo aberrante e saloio da Índia – o contraponto exacto do nacionalismo saloio com que o Estado Novo evocava as Descobertas para justificar o colonialismo. A Índia rejeita a importância histórica da viagem de Gama e a herança cultural do encontro entre dois mundos em nome do anticolonialismo.

Há seis meses que os historiadores indianos e os políticos de Goa e de Deli se comparam no repúdio de parte do seu passado e da sua História – aquele que tem a ver com a chegada dos Portugueses à Índia em 1498 e a sua presença, em parte ínfima do território indiano, até 1961. Mas que celebram eles, afinal, e com que vantagens? Que sentido faria se nos desse a nós agora para repudiarmos a herança cultural resultante da presença dos Romanos ou dos Árabes na que é hoje a fronteira política de Portugal?

Todas as manifestações de nacionalismo obscurantista escondem sempre um complexo de inferioridade e um incontestado sentimento de falhanço como Estado independente. Não foi, certamente, pelo facto de Gama ter chegado à Índia, há quinhentos anos atrás, que a Índia de hoje, sob a aparência de um país fascinante, é também uma visão do Inferno na Terra. Há coisas que são

*Sabonete do Centenário Indiano, 1898.*  
Livraria Brito Aranha, Lisboa,  
Biblioteca Nacional.



politicamente incorrectas, mas que vai sendo tempo de serem ditas. E uma delas tem a ver com a lenda dos pobres países do Terceiro Mundo, explorados pelos ricos, que lhes roubam tudo até o direito à sua própria História. Que os ricos explorem os pobres, essa é uma verdade universal e de todos os tempos e que talvez em nenhum país seja tão evidente como na Índia – onde é chocante o contraste entre as «ilhas de luxo» das mil-e-uma-noites e a miséria mais rasteira que imaginar se possa. Mas as desigualdades do comércio internacional não chegam para justificar tudo: em lugar de repudiar os factos do passado, como a viagem de Vasco da Gama, a Índia faria melhor em repudiar o ódio e o fanatismo religioso da sua população, o exército de crianças famintas e moribundas que se arrastam pelas ruas, a corrupção da sua classe política, a violência da sua sociedade, o desastre ecológico do seu modelo de desenvolvimento, o contínuo estado de guerra que alimenta com os vizinhos ou a *panache* nacionalista de fazer exposições nucleares, como se fosse motivo de orgulho nacional possuir a bomba atómica ao mesmo tempo que milhões de cidadãos morrem de fome e de falta de cuidados de saúde primários todos os anos. Essa é que é a vergonha da Índia – não o Vasco da Gama. Não é o passado que compromete esse imenso país – é sim o presente.

E, para quem conhece a Índia e Goa ou Damão, há uma evidência que a retórica nacionalista dos historiadores e políticos indianos não consegue, por mais que tente, explicar: é que entre a imensa Índia dos indianos e a minúscula Índia dos territórios que foram portugueses existe um abissal contraste entre o caos e a harmonia, a violência e a doçura de viver.

Decerto que Gama não parece ter sido um descobridor particularmente aberto à civilização que tinha acabado de descobrir; que Albuquerque foi um bárbaro entre bárbaros; que o séquito dos vice-reis da Índia era tudo menos imune à corrupção e em prejuízo da Coroa; e que até São Francisco Xavier, no seu afã missionário, se recusava todavia a baptizar os homens de pele mais escura porque

talvez não os considerasse filhos de Deus. Mas a história da ocupação portuguesa de Goa, apesar de tudo, é a história de uma longa e próspera excepção dentro de um continente marcado pela violência racial, pelo fanatismo religioso, pela organização social de castas, pela escravatura, pelas guerras tribais e pelo despotismo de senhores feudais – dos samorins aos marajás.

Mas, como aqui escrevemos há tempos, se aos indianos repudiava associarem-se, fosse de que maneira fosse, à celebração de uma data e de um acontecimento que pertence à História universal – e não só à História de Portugal ou da Índia – paciência. Fazia-se sem eles. Agora o que nenhum português, o que nenhum conhecedor da História, seja de que país for, pode compreender é que o país de Vasco da Gama reduza as comemorações desta data ao repositório pífio e miserabilista que se anuncia para a segunda metade de 98 – e mesmo assim, arrancado a ferros, sob pressão pública.

Pessoalmente, devo dizer que fui esperando pacientemente, embora com crescente desconfiança, à medida que se aproximava a data de 98 e que nada parecia ir acontecer. Mas nunca, nem nas piores cogitações, imaginei que, depois de tantos anos de funcionamento de uma comissão constituída exclusivamente para comemorar as Descobertas, se pudesse chegar a meio do ano de 98 para apresentar um programa comemorativo da viagem à Índia que se resume a meia dúzia de eventos tacanhos e marginais. E nunca imaginei que, neste mesmo ano de 98, tendo o país gasto milhões incontáveis na Expo '98, Vasco da Gama e a viagem à Índia não ocupem, em toda a Expo, mais do que um CD-ROM a exhibir no Pavilhão de Portugal.

Mais valia não fazerem rigorosamente nada. Porque isto não é uma comemoração, é uma farsa. Ao olharmos para a atitude com que, tanto a Índia como Portugal, assinalam esta data, é-se forçado a concluir que Vasco da Gama cometeu dois crimes imperdoáveis: um, foi ter descoberto o caminho marítimo para a Índia; o outro, foi tê-lo feito ao serviço de Portugal.

#### 4.16 António Manuel Hespanha Discurso de apresentação pública do programa da Índia

Jerónimos, 11 de Maio de 1998

«Há cerca de quinhentos anos, Vasco da Gama e os seus companheiros, exaustos e aspirando pelo fim dos seus trabalhos, curiosos e esperançados da recepção que teriam, sentiam que a sua missão se aproximava do fim e que cedo poderiam, dadas as contas ao rei, entregar o barco a novas tripulações.»

Realmente, não sei se isto se passou assim e, de qualquer modo, não está na moda esta história romântica, com pretensões hermeneúticas. Seja como for, nós – a quem foi confiada a tarefa de comemorar a viagem de Vasco da Gama – perceberíamos bem o seu estado de alma.

Estamos também a dias de mostrar o fruto do nosso trabalho – trabalho de mais meses do que os da outra viagem – e de o submeter ao juízo do público. É isso que começamos desde já, reunindo aqui um conjunto de pessoas que cremos particularmente interessadas, para uma pré-apresentação do programa de eventos comemorativos.

Antes de tudo, duas breves palavras sobre o espírito que orientou o nosso trabalho.

A viagem de Vasco da Gama faz parte de muitas histórias, não só da de Portugal. Na nossa, figura, pelos menos desde o século passado, como um momento de ouro. Noutras histórias, aparece com ênfases e tons diversos, um pouco como todos os feitos dos homens.

Foi para nós claro, desde o primeiro momento, que o primeiro objectivo destas comemorações havia de ser o de realçar a contribuição portuguesa para a história do mundo. Uma contribuição marcada pela capacidade de inovação dos saberes e das técnicas, pela determinação e pela audácia. Uma contribuição que começa a abrir o mundo, num longo trilha de globalização sob a égide da cultura europeia.

Que devia comemorar isto tudo com a inteligência da complexidade da história e

dos sentimentos desencontrados que ela hoje suscita. Ou seja, que deveria ser uma comemoração honesta e ecuménica que, suscitando embora especiais acordes nos portugueses, pudesse ser entendida universalmente. Tudo isto sem nos resumirmos às banalidades cor-de-rosa do politicamente correcto.

Depois, há questões de *marketing* comemorativo que tivemos que decidir.

Há muitas estratégias de comemorar. Nós preferimos uma, por nos parecer a melhor. E esta foi a de evitar o espalhafato fácil, vulgar e efêmero, e de dar às comemorações rigor, bom gosto e eficácia duradoura.

Para além disto, procurámos atingir vários públicos, diferentes na cultura, na idade, no local de residência.

Como verão, muitas das nossas realizações não acontecerem em Lisboa.

As exposições dirigem-se ao grande público, de diversos níveis de informação e de cultura histórica.

Os congressos e os livros dirigem-se, em princípio, aos especialistas.

O teatro e as publicações juvenis visam as meninas e os meninos em idade escolar.

Onde não chega uma acção presencial, chegam os vídeos e os discos.

Procurámos, enfim, que tudo se combinasse e que umas coisas atraíssem a atenção para as outras.

Um olhar sereno e despreconceituoso, uma disponibilidade para integrar pontos de vista menos convencionais, um discurso rigoroso mas despojado, uma linha gráfica moderna e sóbria, um certo distanciamento do modismo e da mundaneidade, uma estratégia de investimentos em efeitos permanentes, uma atenção aos vários públicos, com uma especial atenção ao país fora da capital, tais foram, portanto, os traços do estilo adoptado.

É esse leque variado de realizações que passaremos a apresentar.

Em Lisboa, uma grande exposição oferecida, cuidadosamente preparada desde há três anos, terá por tema *Culturas do Índico*, abrindo, em 5 de Junho, no Museu Nacional de Arte Antiga. Nela se pretende documentar o mosaico de culturas com que os portugueses



Mário Laginha no concerto de apresentação pública do programa «Índia» no Mosteiro dos Jerónimos, 11 de Maio de 1998.

se encontraram no cenário humano do Índico, com recurso a magníficas peças vindas das melhores colecções europeias, enquadradas por um olhar de antropologia histórica bastante inédito entre nós.

No âmbito da EXPO '98, colaboraremos na programação cultural do Pavilhão de Portugal, organizando, nomeadamente, cerca de 60 espectáculos de música – entre os quais o espectáculo integrado no Dia de Portugal – lançando 12 cds de música étnica, co-realizando um CD-ROM sobre as viagens marítimas portuguesas, editando livros e revistas pensados especialmente neste Pavilhão.

Fora do Pavilhão, mas ainda no âmbito da expo, a Comissão dos Descobrimentos financiou ainda a produção da ópera *O corvo branco*, de Philip Glass, bem como o restauro da fragata *D. Fernando II e Glória*, que servirá como Pavilhão das Comunidades Portuguesas.

No Porto, abriremos, no próximo dia 12 de Junho, a primeira de uma série de três exposições sobre o Oriente na história de Portugal. A que abre agora terá por tema *Os construtores do Oriente Português*, sendo dedicada à fase de implantação do domínio português na Ásia. Paralelamente, abriremos no

mesmo espaço uma exposição de marfins indo-portugueses do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, com a qual o Brasil – no acto representado pelo seu Vice-Presidente e três Ministros de Estado – se quis associar à comemoração da viagem de Vasco da Gama.

O programa de exposições prossegue.

Em Paris, colaboramos com a Fundação Calouste Gulbenkian na exposição *La découverte des Indes*, hoje inaugurada, para a qual editámos o catálogo.

Em Lisboa, no último trimestre do ano, abriremos uma exposição sobre o centenário de Vasco da Gama de há cem anos, comissariada por Sérgio Campos de Matos.

Entretanto, e como Portugal não é só Lisboa ou Porto, abriremos em Junho em Évora a exposição *Do mundo antigo aos novos mundos. Humanismo e classicismo e notícias dos descobrimentos em Évora*. E em Sines, terra de Vasco da Gama, abriremos em Agosto uma exposição sobre a sua figura e a sua terra, com a colaboração da autarquia local.

Mas há mais.

Para quem, neste Verão, visite Portugal, vindo de Espanha, teremos exposições nas duas principais portas de entrada – Valença e Elvas – sobre os descobrimentos portu-



gueses. E, por todo o país e pelo estrangeiro, poderá ser vista a exposição de cartazes *Vasco da Gama e a descoberta do caminho marítimo para a Índia*, enviada para mais de 3000 instituições. Como complemento para as escolas, produzimos o espectáculo de teatro «A grande viagem», que vem sendo exibido nas escolas de todo o País, desde Setembro passado.

Na área científica, para além de apoiarmos mais de uma dezena de congressos sobre os portugueses no Oriente, estamos a organizar dois grandes congressos internacionais sobre Vasco da Gama e a sua época, que reunirão em Lisboa e nos Açores, em Novembro e Abril próximos, os mais reputados especialistas sobre o tema. No domínio das edições, não deixo de referir que, para públicos diferentes – desde as crianças aos investigadores científicos –, temos em curso a edição de cerca de três dezenas de livros, revistas e CD-ROMS. Destaco, entre todos, um CD-ROM contendo documentos e imagens sobre a viagem de Vasco da Gama, que terá o seu lançamento internacional nos primeiros dias da EXPO '98.

Também no domínio da música, o Oriente está muito presente nas actividades da Co-

missão dos Descobrimentos, neste ano de 1998. Maria João e Mário Laginha, que terão a seu cargo o espectáculo musical do Dia de Portugal na EXPO '98, criaram para nós um disco inspirado na música do Índico. Lindo como todas as coisas que têm feito. É nesse disco que poderão encontrar os três temas que hoje nos vão apresentar em ante-estreia.

Maria João e Mário Laginha foram também os artistas convidados pela Comissão dos Descobrimentos para darem um recital de música portuguesa em Deli, em Abril passado, durante a semana de Portugal, na qual a Comissão teve participação importante. Este é um exemplo do trabalho cultural que vimos desenvolvendo na Índia, por vezes fora das luzes da ribalta e sempre com uma serena atenção à complexidade das sensibilidades em torno destes temas comemorativos. O acolhimento que temos tido por parte de centros culturais e académicos indianos, bem como da Embaixada da Índia em Lisboa, garante que os frutos não deixarão de aparecer.

Finalmente, na área do audiovisual, a Comissão dos Descobrimentos co-produziu, com a colaboração da RTP e outras entidades, duas séries de documentários históricos sobre o descobrimento do caminho marítimo para

a Índia e sobre o ambiente cultural do Índico à altura da chegada dos portugueses. A mais disso, produziu cinco documentários, quase todos eles premiados pelo IPACA sobre diferentes temas relacionados com a expansão portuguesa ou as suas consequências.

Tenho pessoalmente a consciência de que acaba por ser mais fácil fazer história, mesmo bem feita, do que torná-la presente na cultura pública. Até porque o espalhamento e uma política de reputação, se garantem a visibilidade, são inimigos naturais da reflexão e da inteligência profunda das coisas.

Não queremos transformar Portugal numa academia. Gostaríamos, porém, de contribuir para que Portugal seja mais culto, mais inteligente e mais rigoroso no conhecimento da sua história. E para que os portugueses, que naturalmente amam o que é seu, saibam dar as devidas razões ao coração.

#### 4.17 António Manuel Hespanha «Os paradoxos do orientalismo português»

*Público*, 03/02/1998

##### *O senso comum e o orientalismo português*

A ideia de que a cultura portuguesa está impregnada de evocações do Oriente é um tópico corrente. Tal como o é o de que o Oriente está cheio de evocações de Portugal. E, de facto, esta ideia tem aspectos plausíveis. A Índia ou a China parecem ser, para um português médio, horizontes muito mais familiares do que, digamos, para um espanhol ou para um alemão. Ainda hoje, a paisagem humana de Lisboa traduz, no quotidiano – decerto mais hoje do que há décadas ou há séculos – essas ligações ao Oriente. A história portuguesa – e, mais ainda, a sua vulgata escolar – está cheia de gestas orientais ligadas às épocas de esplendor de Portugal, como se Portugal, quando não esteve no Oriente, tivesse estado na miséria e na mesquinhez. O poema nacional português é

uma reconstrução épica da «descoberta da Índia». Foi no Oriente que se fizeram os nossos santos e heróis. As *pièces de résistance* dos colecionadores portugueses de antiguidades são, quase inevitavelmente, peças «indo-portuguesas» ou louça «da Companhia das Índias». Foi no Oriente que o nosso Império começou e é nele que, em 1999, ele irá acabar.

##### *Um saber imperial para um império evanescente*

Os historiadores e antropólogos – nomeadamente, Edward Said (*Orientalism. Western conceptions of the Orient*, 1978) – que têm ultimamente destacado a importância do enviesamento colonial nos estudos sobre o mundo não-europeu, têm-se aplicado àquilo a que podemos chamar o colonialismo clássico, inspirado no modelo colonial britânico na Índia dos finais do séc. XVIII. Ou seja, num modelo baseado na ocupação territorial efectiva, no enquadramento político-administrativo das populações nativas, no estabelecimento de uma administração de tipo metropolitano, embora integrada por elementos de auto-governo, na aplicação de técnicas científicas de administração, inspiradas no cientismo oitocentista. Tudo sob o pano de fundo da ideologia racista e imperialista do séc. XIX europeu. Um modelo colonial com estas características teria gerado um sistema de produção de saberes coloniais bastante específico: campos organizados de observação (administração financeira, sistema escolar, sistema judicial), processos de recolha de dados (cadastros, censos, recolhas de «costumes»), sistemas de comunicação dos resultados (escolas coloniais, revistas coloniais, sociedades de geografia, museus etnográficos).

O modelo português que aqui designamos por «clássico» – e que compreende os sécs. XVI e XVII, bem como os primeiros três quartéis do séc. XVIII, nomeadamente no Oriente – apresenta características totalmente diferentes.

Como tem sido realçado, o Império Português do Oriente não constituía, desde logo, um espaço político contínuo. Era antes uma rede não monótona de relações políticas, à qual não estava inerente nenhum projecto de

enquadramento administrativo geral e sistémico. Por isso, ele praticamente não requeria nem produzia qualquer tipo de conhecimento detalhado do território e das populações. Embora não dispensasse um outro tipo de saber, esse ligado à descrição das rotas e portos, das produções e da mercancia, do potencial bélico dos potentados locais e alguns rudimentos – em geral deformados por uma pré-compreensão europeia articulada sobre o arquétipo da ideia de cruzada – de história e de política para uso da política e da diplomacia colonial.

No entanto, o império português estava umbilicalmente ligado a um projecto missionário. Este, sim, tinha múltiplas exigências no plano do conhecimento. Necessitava de conhecer as religiões orientais, de dominar as línguas, de conhecer costumes e mentalidades, de apreender as particularidades finas da política local, de conhecer suficientemente o espaço para nele implantar a fina quadrícula da administração eclesiástica. Aqui, sim, produziu-se um saber detalhado, que será utilizado durante séculos.

##### *Os paradoxos do orientalismo português na era do imperialismo*

Do ponto de vista do imaginário português sobre o Oriente, a primeira metade do séc. XIX apresenta uma pobreza tão espantosa como a que já se verificara no séc. XVIII, quando *philosophes, savants* e artistas manifestavam um profundo interesse pelo Oriente, desde o Levante à China. Em Portugal, pelo contrário, o panorama cultural, tanto nas artes como nas letras, é totalmente dominado pela Europa.

Na arquitectura, o grande projecto da viragem do século – o palácio da Ajuda – não continha, nem no plano arquitectónico nem no plano decorativo, qualquer alusão orientalista. Na literatura, o contágio do romantismo europeu podia fazer esperar alguma nota de exotismo oriental. Mas os românticos portugueses procuraram o pitoresco, não no exotismo, mas nos tipos medievais ou populares. Até a literatura de viagem se consome em percursos da Europa Ocidental. É

preciso esperar por Eça de Queiroz para encontrarmos referências ao Oriente (nomeadamente, em *A Relíquia*, 1884), mas mesmo essas claramente importadas do modismo levantino francês. E pela geração simbolista, para obter uma expressão orientalista forte (mas isolada, Camilo Pessanha, Augusto Osório de Castro, Venceslau de Moraes e, mais tarde, Ruy Cinatti).

A segunda metade do séc. XIX poderia ganhar uma coloração diferente.

No plano interno, a influência positivista, com a sua insistência no carácter orgânico e não universal das culturas provoca uma nova consciência da especificidade das culturas não europeias.

Mas os finais do séc. XIX são ainda o período em que Portugal é empurrado para uma política de ocupação efectiva pelos resultados da Conferência de Berlim (1885-1886).

Esta ocupação efectiva tem um duplo impacto na relação da cultura portuguesa com o ultramar. A necessidade de novos saberes coloniais, para já no domínio jurídico-administrativo, torna-se patente. Saberes, do mesmo género daqueles que os ingleses vinham desenvolvendo, há quase um século, para o seu império colonial, nomeadamente na Índia, o que leva à constituição de instituições privadas (*v.g.*, Sociedade de Geografia) ou públicas (Escola Colonial) que patrocinam o cultivo desses saberes. Mas este império, agora – com o advento da colonização africana – é já muito mais do que o Oriente, ou mesmo, é cada vez menos o Oriente. Já o interesse que a Índia, como berço do arianismo, suscita na geração positivista pouco tem a ver com este impulso prático, estando antes inserido numa certa teorização da história universal (Oliveira Martins, Guilherme de Vasconcelos Abreu).

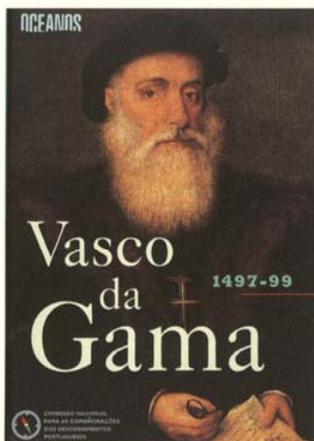
Por outro lado, as campanhas militares que possibilitam a ocupação suscitam a ideia de que o Ultramar é, de novo, o lugar de reencontro das virtudes da raça e de redenção da Pátria da decadência em que estava caída. O Oriente surge, assim, como um novo horizonte de grandeza e de alvorecer de heróis, dessa grandeza e desses heróis que seriam ne-

cessários (segundo as teorias do «decadentismo») para ultrapassar a mesquinhez e os egoísmos particulares e para recriar um espírito nacional galvanizador. Embora a África – como cenário efectivo das acções militares – tendesse agora a desviar as atenções para este novo mundo de exotismo. Afinal, tanto o suicídio grandiloquente de Silva Porto como as façanhas de Mouzinho tiveram a África como cenário. Na Ásia, e já nos distantes anos 40, só houvera, no género, Ferreira do Amaral.

Seja como for, é neste contexto que se inserem as grandes comemorações histórico-patrióticas dos finais do séc. XIX (Centenário de Camões, 1880; Centenário da Índia, 1898), em que as temáticas «orientais» são, como é natural, nucleares, embora a mensagem que se pretendia fazer passar fosse mais geral, dizendo respeito à indispensabilidade do domínio colonial (que agora era essencialmente africano). Neste programa de redenção da Pátria, o Oriente nem é sujeito nem destino. Aparece como um objecto histórico de exercício de virtudes que, a serem recuperadas, já não se irão renovar aí, mas na África. Assim, a sua evocação não exige nem fidelidade histórica nem operacionalidade prática.

De que modo se reflectiu tudo isto no imaginário?

Desde os anos 60 que se encontravam motivos orientais na arquitectura. O gosto mudejar – que nada tinha a ver com o Oriente português, mas com o mourisco andaluz – estava na moda. A porta do Tritão, no Palácio da Pena, imita a Porta da Justiça, da Alhambra. Os estuques interiores do mesmo palácio foram decalcados de modelos granadinos. Ainda em Sintra, Monserrate (projecto do inglês James Knowles Jr.) inspira-se na arquitectura mogol (título de Asoph). No Porto, construiu-se o Salão Árabe da Bolsa (1862-1880), também ele *pastiche* da Alhambra. Já o neomanuelino, de sucesso tão permanente neste fim de século, tanto na arquitectura como nas artes decorativas e nas artes gráficas, figurava como uma dupla referência. Por um lado, tinha um certo ar oriental, na sua gramática de rendilhados platerescos e mouriscos, mas, por outro lado, evocava eficaz-

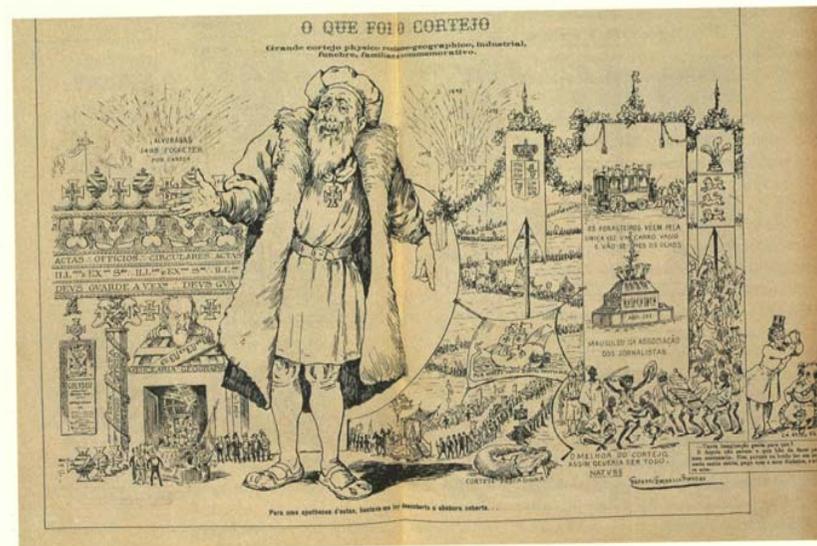


CD-ROM Vasco da Gama 1497-99, publicado por ocasião da comemoração da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

mente essa época gloriosa dos descobrimentos e das conquistas ultramarinas que urgia replicar.

Mas o orientalismo na arte – e, também, na história de arte, onde continuam a faltar definições consistentes do decantado «indo-português» – é, sobretudo, de importação. A sua indelével superficialidade está ligada à falta de uma vivência social profunda do Oriente e à inexistência de um contexto político ou imperial de que orientalismo fosse a agenda.

Deixando de lado o séc. XX – que apenas promoverá um orientalismo mítico e epidérmico, sobretudo ligado às teses tropicalistas de Gilberto Freire e de Almerindo Lessa – pode dizer-se que, quanto aos saberes orientais, os intelectuais portugueses o que têm mais feito é mostrar-se muito pouco dignos dos seus antepassados de Quinhentos.



#### 4.18 António Manuel Hespanha «Uma questão moral nas comemorações»

Editorial de *Oceanos*, nº 34 (Abril-Junho 98)

O temário das comemorações de Vasco da Gama, tal como tem sido por nós proposto, tem gerado alguma (pelo menos) perplexidade. A insistência no «olhar dos outros», a recusa do etno-centrismo, o descentramento da gesta portuguesa não tem caído bem a todos. A propósito deste número de *Oceanos*, bem como a propósito da exposição *Culturas do Índico*, não faltará quem ponha a questão: por que é que nos havemos de ocupar da Índia e das suas culturas quando o que se comemora em Portugal este ano é a chegada dos portugueses à Índia?

Já tenho vestido o meu guarda-pó de historiador e explicado que este olhar contextual é a condição para fazer boa história.

E que, por sua vez, as comemorações só serão boas se se apoiarem nessa tal boa história. Embora eu ache que este argumento é bastante bom, creio, no entanto, que há quem pense que pode haver boas comemorações apenas baseadas numa história assim-assim ou mesmo sem qualquer base histórica. Como admito até que alguns pensem que a história boa é a história à portuguesa.

Uns e outros, achando fraca a desculpa tenderão a pensar que se trata de uma atitude táctica, filiada na actual preocupação pela correcção política e reforçada por más consciências ideológicas de cepa internacionalista e terceiro-mundista.

Vou tentar por hoje a questão na sua incómoda, presunçosa, mas verdadeira sede que é, afinal, a sede da moral da relação entre os povos e as culturas.

Colocar a questão neste nível implica, desdólo, excluir o calculismo político que consistiria em alinhar a estratégia das comemora-

rações por objectivos meramente táticos, como «não incomodar os indianos», «pisar o olho aos africanos», «ser simpático para com os ameríndios». Se, com princípios correctos, se conseguir isto, tanto melhor. Mas, a comandar a tática, tem que estar algum princípio moral relativo ao relacionamento entre nós e os outros. Que, se for justo, contribuirá mais para o bom entendimento do que mil boquinhas e chilreios bem intencionados.

Não gosto nada de falar de moral, até porque raramente sei explicar bem a que melhor sinto. Mas procurarei, em dois ou três parágrafos, explicar por que é que, do ponto de vista moral, temos, nós os portugueses, que nos esforçar muito em reconstruir uma imagem, na Europa, uma imagem não deformada do Outro.

Fomos nós, há cerca de 500 anos, que mais contribuímos para modelar aqui a imagem do Oriente. Comerciantes, missionários, viajantes, capitães, homens de letras e homens de ciência, oriundos de Portugal ou levados pelos portugueses, descreveram o Oriente. Como sempre acontece, essa descrição foi unilateral. Foi-o pelo enviesamento próprio de quem vem e vê de fora. Mas foi-o também pelo carácter auto-apologético, «imperial» e «de cruzada» que caracterizou, fundamentalmente, a expansão portuguesa. Não falamos muitas vezes disso. Ou falamos menos disso do que de um alegado natural ecumenismo lusitano. O silêncio até se compreende, em termos dos chamados «respeitos humanos». Também não temos, nós os portugueses de hoje, que pedir desculpas a ninguém pelo que se foi passando, desde há quinhentos anos, nas relações entre nós e os outros.

Mas temos hoje o dever – que se cumpre com actos e não com piedosas, anacrónicas e inúteis desculpas – de tentar revelar o Oriente inabsoverível, incompreensível, indomável, radical e escandalosamente outro que os nossos cronistas não descreveram, que os nossos santos não catequizaram, que os nossos heróis não conquistaram, que os nossos reis não governaram, que os nossos mercadores nunca compraram, que os nossos

sábios não entenderam, que os nossos salões não albergaram e que, finalmente, os nossos antropólogos exotizaram. Mas no qual alguns portugueses por amores vários se perderam, pelo qual alguns outros traíram ou apostasiaram e que talvez apenas alguns poucos dos nossos poetas tenham cantado ou, indizíveis as palavras, tenham calado.

Afastada a festa, deixada a história em paz, este é o grande desafio moral que se nos coloca. Saber se temos hoje a vontade e a força para corrigir aquilo que os nossos antepassados, com vontade e força, foram enviesando durante quinhentos anos.

A relação com o outro – no plano individual ou colectivo – é uma interminável dívida de abertura e de compreensão. Se não a pagarmos até ao fim, não seremos os únicos devedores insolventes. Mas devemos, pelo menos, estar dispostos a fazer, neste momento simbólico, uma primeira entrada.

#### 4.19 António Manuel Hespanha «Que futuro para a Comissão dos Descobrimentos?»

Editorial de *Descobrimentos*,  
*Jornal de Letras* 09/09/98

A Comissão dos Descobrimentos existe há quase dez anos. Independentemente de tudo quanto tenha realizado – e foi muito, como se pode facilmente comprovar –, a Comissão tem sido um factor de enriquecimento da capacidade do país, na área da produção cultural.

Crítérios como o número de actividades realizadas, a sua diversidade, ou o volume dos montantes financeiros envolvidos creditam a Comissão como um dos principais produtores culturais portugueses. Aqui se organizam grandes exposições de história e de arte (este ano, cinco), aqui se produzem livros de luxo ou de texto corrido (este ano, cerca de quinze), se publicam revistas (uma delas, a emblemática *Oceanos*), se montam espectáculos de teatro escolar (este ano, cerca de cem sessões, nas escolas de todo o país), se pro-

À esquerda:  
Rafael Bordalo Pinheiro,  
«O que foi o Cortejo», in  
*António Maria*, vol. 13,  
n.º 470, 27 de Maio de 1898.  
Lisboa, Biblioteca Nacional.

duzem CD-ROMS (este ano, seis). Para além disto e de muitas coisas menos visíveis, apoiam-se programas académicos (entre os quais, a cátedra Vasco da Gama, no Instituto Universitário de Florença, ou a cátedra Diogo do Couto, na Universidade Nehru, Deli, a partir deste ano), organizam-se ou subsidiaram-se congressos, atribuem-se bolsas.

Para além de produtor cultural de primeira grandeza, a Comissão dos Descobrimentos tem sido uma escola de produtores culturais. Com um corpo de funcionários muito jovens, a Comissão formou competências em diversos domínios da produção cultural e dispõe hoje de um notável núcleo de técnicos de diversos níveis e valências. Capazes de levar a cabo a complexa montagem de uma exposição de originais, de realizar um CD-ROM até à fase da estampagem, de fazer um livro até à entrega na gráfica, de montar um congresso, de avaliar um programa académico, de conceber e gerir uma Universidade de Verão, como as *Conferências da Arrábida*.

Tudo isto, que justifica o orgulho de quem aqui trabalha, cria também preocupações quanto ao seu destino, uma vez encerrado, daqui a dois anos, o ciclo comemorativo. Deverá todo este património de actividades, de experiência e de competências ser desmantelado, pura e simplesmente suspenso ou distribuído por outros serviços?

Uma análise puramente formal da questão apontaria neste sentido. A Comissão dos Descobrimentos foi pensada como um organismo temporário, para comemorações que são também temporárias. Para mais, a sua extinção teria a vantagem de aliviar a estrutura burocrática do Estado, que uma imagem falsa mas sempre repetida afirma ser mais pesada aqui do que noutros países congéneres. Para além de que o património financeiro, humano, logístico e até simbólico da Comissão dos Descobrimentos não deixará de ser apetreçado por outros serviços do Estado.

Uma resposta inteligente tem, no entanto, que ver um pouco mais fundo.

Tem que ver, para começar, que as actividades da Comissão, porque não estão uni-

vocamente ligadas com as comemorações dos descobrimentos, se justificam passada que for a vaga comemorativa. Na verdade, quase todas elas respondem a necessidades permanentes da política cultural e científica portuguesa, nomeadamente daquela que se dirige a um público internacional e, ainda mais precisamente, a um público lusófono. Os centros culturais portugueses, os leitorados, os centros de estudos portugueses, as embaixadas de Portugal, os especialistas em temas portugueses sabem o lugar que a Comissão ocupa – apesar de dificuldades e deficiências – no apoio às suas actividades. Uns quantos exemplos são elucidativos. Apesar de não falar quem fale da necessidade de recuperar o património histórico da Ilha de Moçambique, a única entidade que aí reconstruiu algo, e continua com programas concretos para estes dois anos, foi a Comissão dos Descobrimentos. O maior programa de bolsas de pós-graduação para cidadãos dos países da CPLP é financiado e gerido pela Comissão. O maior investidor nas relações culturais luso-brasileiras tem sido, nos últimos dois anos, e será-lo-á ainda mais nitidamente nos próximos, esta mesma Comissão. A série mais continuada de documentarismo histórico-cultural em Portugal tem sido patrocinada pela Comissão. A quota portuguesa de financiamento do Instituto Universitário Europeu é quase totalmente preenchida com a prestação financeira da Comissão. Tal como foi a Comissão a quase exclusiva financiadora pública da única cátedra perpétua de estudos portugueses nos Estados Unidos (Universidade de Brown). Escolhi propositadamente exemplos de actividades de natureza permanente, quase desligadas da temática de comemoração dos descobrimentos. Ou seja, como produtor cultural na área da lusofonia, nomeadamente das suas raízes e da sua história, a Comissão dos Descobrimentos, com este ou outro nome, poderia continuar utilmente a funcionar.

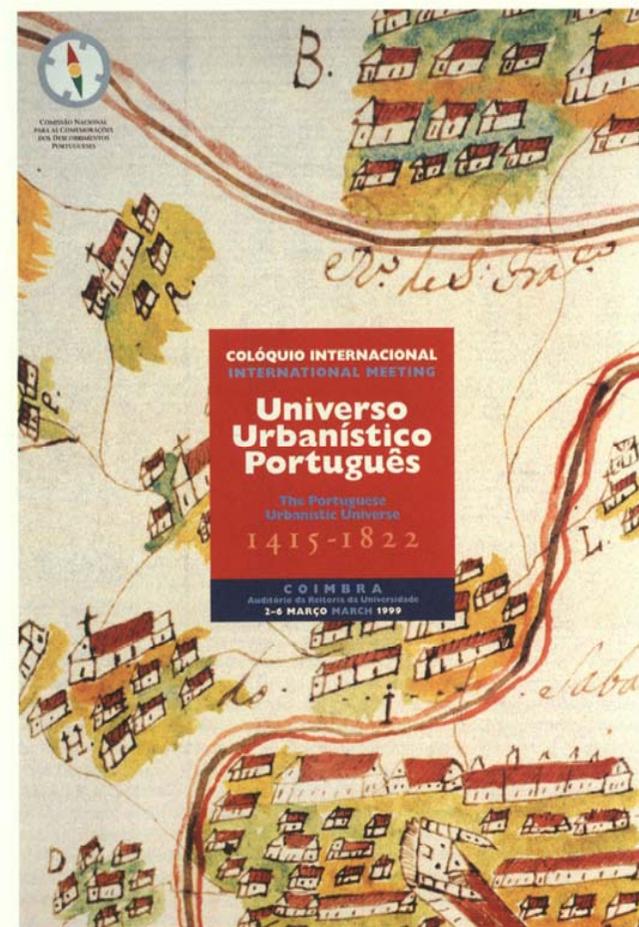
Mas há outras coisas que uma análise não impressionista tem que levar em conta. Nomeadamente, o saber se a Comissão dos Descobrimentos realiza estas funções com eficácia. Permito-me achar que sim, por duas razões.



Casa dos Bicos, sede da CNCCP.

A primeira delas é meramente doutrinária. E tem que ver com os ganhos que se obtêm de uma gestão integrada de projectos de várias naturezas, mas complementares. Como está vocacionada para um objectivo temático, a Comissão pode articular programas, fazendo com que uns beneficiem do impacto dos outros. Uma exposição tem como produto lateral um livro ou um CD-ROM; um colóquio produz um livro e, eventualmente, cria uma rede científica; uma revista propaga e divulga o efeito de actividades localizadas; uma exposição de cartazes propicia e prepara uma campanha de teatro escolar. A desarticulação desta constelação de serviços – que, funcionando juntos, se potenciam e apoiam mutuamente – impedirá as economias e complementaridades de que agora tiramos partido. Mas, para além desta consideração – que,

embora teoricamente fundada, poderia não se comprovar na prática –, temos a linguagem dos números. Com base no plano de actividades dos dois últimos anos, concluímos que cerca de 70% das despesas da Comissão correspondem a actividades efectivas, consumindo-se nas despesas de funcionamento apenas cerca de 30% do orçamento. Quem conheça o panorama geral, neste plano, da estrutura das despesas dos organismos do Estado, não poderá negar que se trata de um caso raro de produtividade. Produtividade que vem, de resto, a crescer a uma taxa de 18% ao ano, já que, entre 1995 e 1998, a um crescimento orçamental de 130% correspondeu um crescimento de efectivos em pessoal de, apenas, 34%. Isto não constituiria grande façanha se a Comissão fosse apenas um «fundo» que subsidiasse actividades realizadas por



Cartaz do colóquio internacional realizado em Coimbra em Março de 1999.

#### 4. Ecos e reacções

outrem. Mas não o é. Pois a generalidade das suas actividades é produzida directamente pelos seus funcionários.

Ou seja, desempenhando funções que respondem a necessidades permanentes da política cultural do Estado, a Comissão dos Descobrimentos fá-lo de forma económica e eficaz.

O que se ganhará com a sua extinção não será, então, nada. Arriscar-me-ia mesmo a dizer que o resultado da desactivação deste serviço serão perdas, a menos que – hipótese peregrina – se decida desactivar também as respectivas actividades.

Como no futebol, não se deve mexer numa equipa que está a jogar bem. A experiência de trabalho em comum, a existência de rotinas técnicas e administrativas comprovadas, a rede de laços institucionais estabelecida, o saber institucional acumulado, tudo isto são factores inestimáveis de produtividade que seria mal avisado desbaratar.

Claro que a manutenção da Comissão dos Descobrimentos como organismo permanente colocaria questões que têm de ser equacionadas.

Em primeiro lugar, o dos seus objectivos, que teriam de ser ligeiramente redesenhados. Na verdade, tratar-se-ia apenas de adequar a teoria à prática. Mais do que de um organismo votado à comemoração dos descobrimentos teria que se tratar de um serviço de cooperação cultural, fundamentalmente dirigido para a divulgação da história portuguesa e da lusofonia, definida de forma ampla e generosa, tanto em termos cronológicos como temáticos. Onde se pudesse tratar do desco-

brimento, das viagens, da expansão, da emigração, da colonização e da descolonização, das trocas culturais – desde a língua e literatura até à farmácia, às ciências e ao direito, no arco destes últimos 500 anos. Realmente, é o que já se vai fazendo, com esta visão particular que vimos tendo de que as comemorações se devem, sobretudo, projectar no futuro, preparando um clima de entendimento sobretudo no espaço da lusofonia.

Em segundo lugar, teria que se estudar a sua articulação com outros organismos públicos de âmbito próximo, alguns dos quais já hoje são, sem choques nem competição má-sã, nossos parceiros em muitas iniciativas. Essa articulação poderia assumir várias formas. Desde a inclusão da Comissão como departamento relativamente autónomo de um deles até à formação de uma *bolding* de que todos ou alguns fizessem parte, passando pela colocação sob uma mesma tutela ministerial.

Pode parecer extemporâneo levantar estas questões quando ainda faltam dois anos para a data geralmente tomada como termo das actividades da Comissão. Mas o amadurecimento destes processos de transição costuma demorar tempo. E não é inconveniente que as entidades envolvidas e a própria opinião pública comecem a laborar sobre eles. Por outro lado, ninguém tem mais legitimidade e à-vontade para levantar as questões de permanência institucional do que aqueles que, estando à frente das instituições, concebem os seus cargos, esses sim, como rigorosamente temporários.



## *5. Meios*

---

Detalhe da capa do livro  
*Viagens Aeronáuticas dos  
Portugueses.*

**Durante o triénio 1996-1998, o orçamento global da Comissão mais do que duplicou.** Esse aumento não se deveu tanto a um crescimento das dotações ordinárias (que aumentaram apenas em 5%), quanto aos sucessivos aumentos do orçamento de investimentos (PIDDAC) – em média, 250% por ano – e ao aumento notório da capacidade de gerar receitas próprias – em média, 200% por ano. Daí que as fontes tradicionais de financiamento da Comissão – orçamento ordinário e lucros da amoeção – tenham representado uma quota sempre decrescente do financiamento global.

Estes factos merecem duas observações. A primeira refere-se ao entendimento aberto e moderno que a administração financeira vem tendo do conceito de investimento, aceitando que este possa englobar a constituição de capital cultural, científico, educacional. A segunda refere-se ao carácter reprodutivo – mesmo em termos meramente financeiros – dos investimentos culturais. A Comissão dos Descobrimientos não tem praticado uma política economicista em relação aos seus produtos. Muitos são oferecidos gratuitamente; outros são disponibilizados a preços muito inferiores ao seu custo; alguns dão um pequeno lucro. Apesar disso, uma vez montada uma (ainda assim débil) máquina de comercialização, foi possível repor cerca de 15% do orçamento global. Um apuramento da gestão dos produtos pode talvez duplicar este retorno. Note-se que este esforço de comercialização dos produtos se justifica ainda em termos de uma simples disseminação da informação cultural produzida junto de um

público realmente interessado. É por isso que neste final do mandato se traçou um plano, já parcialmente concretizado, de abertura de «lojas» (Lisboa, Porto, Cascais, Évora, Faro, Coimbra, Braga).

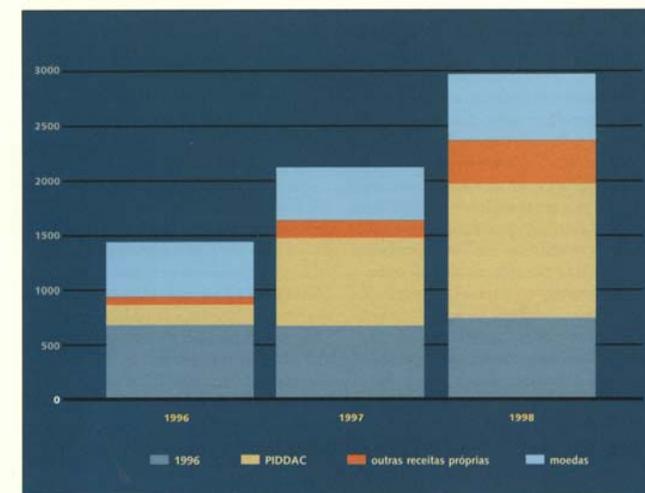
A estas dotações orçamentais corresponderam despesas.

Sobre o orçamento das despesas, a primeira observação a fazer é que, descontadas as retenções determinadas pela lei orçamental, a taxa de execução orçamental foi sempre superior aos 95%. Uma vez que a Comissão realiza a maior parte das suas actividades por administração directa, isto representou uma notável capacidade de rigor na previsão das despesas e uma assinalável capacidade de realização.

Deve, no entanto, notar-se que, neste sector de actividade, tanto a procura de actividades culturais como a oportunidade de as levar a cabo são pouco estruturadas e razoavelmente aleatórias, se se quiser ter uma programação viva e atenta ao momento; pelo que as previsões falhadas e as realizações imprevistas são frequentes. Por outro lado, também a oferta dos produtores de serviços a que se recorre é frequentemente oligopolística, já que a qualidade é determinante, não sendo fungíveis os serviços prestados. Neste contexto, o jogo da concorrência funciona imperfeitamente, ainda que os prazos muito curtos de produção permitissem accionar sempre o sistema de concurso (de que a Comissão está em geral isenta por lei, mas a que recorre sempre que possível). Tudo isto faz com que seja muito difícil manter uma programação rigorosa e uma previsão rígida

*Evolução do orçamento global da Comissão dos Descobrimientos, por fonte de financiamento*

Actividades	1996		1997		1998	
	Milhares de contos	%	Milhares de contos	%	Milhares de contos	%
OE	740	51%	720,6	34%	778,6	27%
PIDDAC	212	15%	779,5	36%	1201	41%
Lucros da amoeção	450	31%	481	23%	540	18%
Outras receitas próprias	50	3%	150	7%	400	14%
<b>Total</b>	<b>1452</b>		<b>2131,1</b>		<b>2919,6</b>	



*Evolução do orçamento da Comissão dos Descobrimentos, por sectores de actividade*

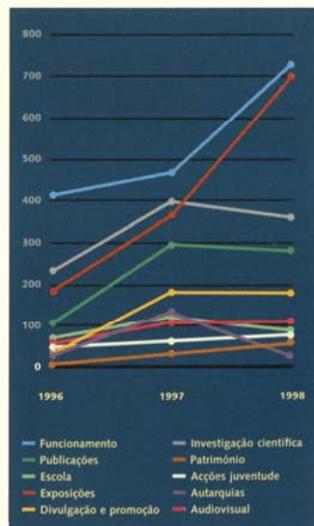
Sectores de actividade	1996	1997	1998
Funcionamento	35%	21%	26%
Investigação científica	19%	18%	17%
Publicações	9%	14%	11%
Património	1%	8%	8%
Escola	5%	3%	5%
Acções juventude	6%	6%	4%
Exposições	16%	18%	17%
Autarquias	2%	6%	3%
Divulgação e promoção	1%	1%	2%
Audiovisual	6%	5%	7%

de custos. A correspondência entre o orçamento e a conta é, assim, sempre tendencial e bastante limitada aos valores globais.

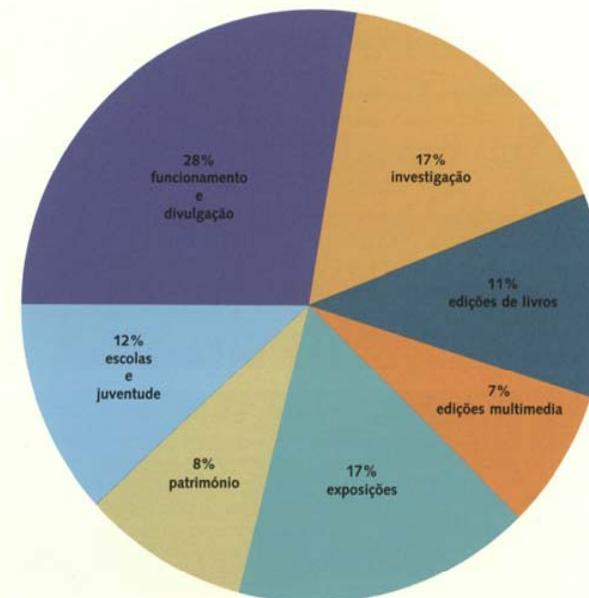
Considerados os vários sectores de actividade, foi a seguinte a evolução das despesas da Comissão.

A primeira nota a realçar é a limitada fatia que, no conjunto das despesas, é ocupada pelas despesas de funcionamento. Embora subindo no último ano – pela subida dramática das actividades mais pesadas do ponto logístico (as exposições) –, tais gastos nunca excedem os 30%. O que, no contexto dos serviços – públicos ou privados – que não são meros «fundos» mas realizam actividades directas, demonstra uma produtividade absolutamente fora do normal. Esta produtividade, que foi aumentando ao longo dos três anos, deve-se à excepcional qualidade, entusiasmo e dedicação dos funcionários da Comissão. Recrutados entre gente jovem (a média etária situa-se na casa dos trinta anos), dotados de formação académica elevada, treinados na prática e orientados para a execução, formados num espírito de equipa, de polivalência e de «missão», constituem um conjunto ímpar, pela sua qualificação profissional e pelo seu

*Evolução das percentagens de despesas em cada área (1996-1998)*



*Distribuição por áreas das despesas de 1998*

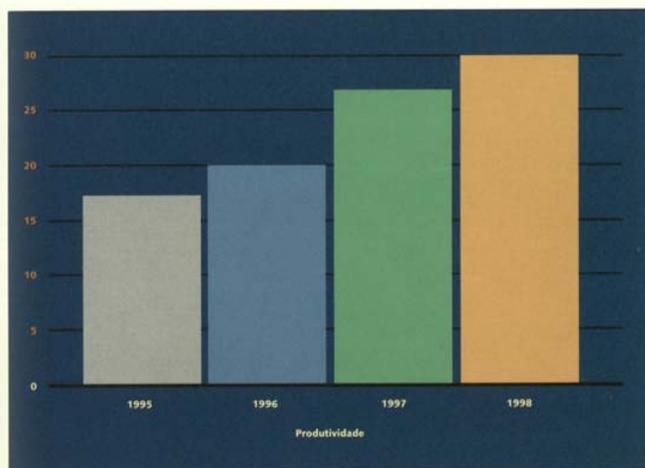


empenhamento na realização. De entre os sucessos da Comissão dos Descobrimentos, um dos principais é o de estar a ser uma excelente escola no domínio da produção cultural. O pior que pode acontecer é que os responsáveis oficiais pela acção cultural não se dêem conta disto e a deixem morrer.

Destaque-se, em seguida, o carácter equilibrado das despesas com actividades dirigidas a um público erudito ou à constituição de infra-estruturas culturais e científicas (investigação científica, publicações, audiovisual, património) e as destinadas ao público menos informado ou ao consumo cultural directo (escola, acções de juventude, exposi-

ções, autarquias). Às primeiras corresponderam, nos três anos, cerca de 35% das despesas. Às segundas, entre 28% e 35%. No último ano, a ocorrência das grandes exposições comemorativas do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, bem como a participação no Pavilhão de Portugal da expo'98, fizeram crescer sensivelmente este segundo grupo de despesas. Embora isso tenha correspondido a uma especial exigência do público (ou dos fazedores de opinião), não deixa de se notar que o esforço financeiro necessário para corresponder a isto foi feito à custa da diminuição, em termos absolutos, das verbas destinadas a investimentos culturais e cientí-

*Evolução da produtividade da Comissão dos Descobrimentos (1996-1998)*



ficos (que passaram de c. de 990 000 contos em 1997 para c. de 910 000 contos em 1998). O que cremos constituir uma cedência a uma lógica perversa de hierarquização das prioridades. Perversa mais ainda num país culturalmente pobre, carente de investimentos culturais e científicos, em que a «alta cultura» difundida pelas grandes exposições de arte e história é fruída por uma estreitíssima elite, como o demonstram os números de visitantes, mesmo das exposições de maior êxito.



## 6. *Pessoas*

Formen de gravura do *Itinerário...*  
de Jan Huygen van Linschoten.  
Biblioteca Real de Haia.



**As actividades referidas ao longo deste livro só foram possíveis pelo empenhamento de uma vasta equipa de colaboradores, permanentes ou eventuais, da casa ou externos. A todos envolvemos no mesmo agradecimento. Porém, registamos seguidamente os nomes daqueles que, ao longo destes três anos, tiveram - por algum período ou continuamente - vínculo formal à Comissão.**

#### Dirigentes

##### Comissão Executiva

António Manuel Hespanha  
COMISSÁRIO-GERAL  
Joaquim Soeiro de Brito  
COMISSÁRIO-ADJUNTO  
Rosa Maria Perez  
COMISSÁRIA-ADJUNTA  
Manuel Marques de Almeida  
VOGAL, REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO  
DAS FINANÇAS, 1986 - SET. 97  
António Camões Gouveia  
VOGAL, DEZ. 95 - JAN. 98  
Fernando Dores Costa  
VOGAL  
Jorge Manuel Flores  
VOGAL  
Fernando de Jesus Fernandes  
VOGAL, REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO  
DAS FINANÇAS, A PARTIR DE OUT. 97  
Mafalda Soares da Cunha  
VOGAL, A PARTIR DE JANEIRO DE 98

##### Outros

Joaquim Romero de Magalhães  
PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO,  
A PARTIR DE JAN. 96  
Rui Mateus Pereira  
DIRECTOR EXECUTIVO DA REVISTA *OCEANOS*  
Luís Adão da Fonseca  
PRESIDENTE DO CONSELHO CIENTÍFICO, DIRECTOR  
ACADÉMICO DOS CURSOS DA ARRÁBIDA, ATÉ DEZ. 95  
Bernardino Gomes  
DIRECTOR ACADÉMICO DOS CURSOS DA ARRÁBIDA,  
DEZ. 95 - OUT. 97  
Artur Teodoro de Matos  
DIRECTOR DO CENTRO DE ESTUDOS DAMIÃO  
DE GÓIS  
Maria Alexandre Lousada  
COMISSÁRIA DELEGADA DA CNCDP NA  
SOCIEDADE LISBOA-FRANKFURT  
António Costa Pinto  
DIRECTOR ACADÉMICO DOS CURSOS DA ARRÁBIDA,  
A PARTIR DE OUT. 97

#### Membros da Comissão Nacional

PRESIDENTE: Senhor Primeiro-Ministro.  
VICE-PRESIDENTE: António Manuel Hespanha.  
MEMBROS: Joaquim Soeiro de Brito (CNCDP),  
Rosa Maria Perez (CNCDP), Fernando  
Jesus Fernandes (CNCDP), Fernando Dores  
Costa (CNCDP), Jorge Manuel Flores  
(CNCDP), Mafalda Soares da Cunha (CNCDP);  
António Luciano Estácio dos Reis (MARINHA),  
António Maria Ornelas O. Mendes  
(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES), António  
Mega Ferreira, António Miguel  
Trigueiros, António Norton de Matos  
(EXPO '98), António de Oliveira Pinto da  
França (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS),  
António Pedro Vicente (MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO), Augusto Pereira Brandão  
(ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES),  
Bernardino Faria Rodrigues Cadete  
(ACADEMIA DE MARINHA), Carlos Monjardino  
(FUNDAÇÃO ORIENTE), Carlos Pinto Coelho  
(ITP), Fernando Castelo Branco Chaves  
(SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA),  
Fernando Guilherme de Aguiar Branco,  
Francisco Fortunato Queiroz (CONSELHO  
COORDENADOR DOS INSTITUTOS SUPERIORES  
POLITÉCNICOS), Helena Vaz da Silva,  
João Aurélio David Nunes, João  
de Deus Ramos (ACADEMIA PORTUGUESA  
DE HISTÓRIA), Joaquim Alberto Cruz  
e Silva (MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO  
E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO),  
Joaquim Romero Magalhães, José Vieira  
de Carvalho (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE  
MUNICÍPIOS PORTUGUESES), Luís Guimarães  
Lobato, Luís Oliveira Ramos,  
Manuel Jacinto Nunes (ACADEMIA DAS  
CIÊNCIAS DE LISBOA), Manuel Themudo  
Barata (COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA  
MILITAR), Maria José Ferro Tavares  
(CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES  
PORTUGUESES), Maria de Lourdes Calvário  
(INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE),  
Mário Gabriel Bonito (MINISTÉRIO DA  
CULTURA), Mário Júlio de Almeida Costa  
(CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA), Paulo  
Valada, Ricardo Abrantes Velosa (REGIÃO  
AUTÓNOMA DA MADEIRA), Rui Vasco

Vasconcelos e Sá Vaz (COMISSÃO TERRITORIAL  
DE MACAU PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRI-  
MENTOS PORTUGUESES), Victor Manuel  
Trigueiros Crespo (MINISTÉRIO DA DEFESA).

#### Membros do Conselho Científico

António Ferronha, António Oliveira,  
Artur Teodoro de Matos, Augusto  
Santos Silva, Diogo Ramada Curto,  
Joaquim Pais de Brito, Joaquim Romero  
Magalhães, Jorge Couto, Luís Oliveira  
Ramos, Margarida Vieira Mendes  
(falecida em 1997), Maria Augusta  
de Lima Cruz, Pedro Dias, Valentim  
Alexandre.

#### Membros do Conselho Científico dos Cursos da Arrábida

António Alçada Baptista, António Costa  
Pinto, Eduardo Arantes e Oliveira,  
Fernando Gil, Helder Macedo,  
João Caração, José Adriano de Carvalho,  
Margarida Vieira Mendes, Maria do  
Rosário Themudo Barata, Miguel Beleza,  
Teresa Beleza.

#### Pessoal técnico superior

Ana Cristina Nogueira da Silva  
Ana Maria Arriaga de Jesus  
Estela Alexandra Canaveira  
Filomena Maria Gaudêncio  
Gonçalo Miranda  
Henrique Viana Silva Sousa  
Jessica Rachel Hallett  
Joana Monteiro  
João Paulo Salvado  
Jorge Murteira  
José Flávio Teixeira  
José Manuel Garcia  
Luís da Cunha Pinheiro  
Maria Adelaide Noronha  
Maria Armada Teixeira Simões  
Maria Cecília Cameira  
Maria Clara de Paiva Boléo  
Maria da Conceição Amaral  
Maria do Carmo Telles Freitas  
Maria Elvira Marques

Maria Isabel Gentil Vieira  
 Maria João Camacho  
 Maria João Quintans  
 Maria Manuel Mendonça  
 Maria Margarida Moreira  
 Maria Teresa Cota Dias  
 Miguel Colaço d'Aguiar  
 Miguel Cristo  
 Miguel Loureiro  
 Nuno Camarinhas  
 Paula Manso  
 Paulo Antunes Ferreira  
 Paulo Carretas  
 Pedro Moreira  
 Rita Garnel  
 Rui Manuel Penedo  
 Rute Martinho  
 Sandra Nuria Perez  
 Suzana Oliveira

*Pessoal técnico*

António Jardim Ferreira  
 Arménio Antunes de Sousa  
 Artur Patrício  
 Fernando Branco  
 Henrique Jardim Ferreira  
 Inácio Fernandes Videira  
 Joana Amaral  
 João Gabriel Isidoro  
 João Rafael Reys Santos  
 José Carlos Alves  
 Luís Campos  
 Manuel Albergaria  
 Maria João Pereira Rivotti  
 Maria Luísa Vaz  
 Paulo Jorge Moreira  
 Ricardo Castanheira  
 Vitor Fernandes

*Pessoal administrativo*

Alexandra Maria Alves  
 Alzira Camarão  
 Ana Cristina Lopes  
 Ana Paula Lourenço  
 Ângela Adrêgo  
 Carla Ascensão  
 Célia Horta

Dora Maria Gomes  
 Edma Caeiro Pinto  
 Elisa Camarão  
 Elisabete Refacho  
 Elsa Maria Brioso de Castro  
 Fátima Maria Adrêgo  
 Januário Espada  
 Joana Martins  
 Juan Miguel Yanez Gouveia  
 Lisette Oliveira  
 Maria de Fátima Lagarto da Silva  
 Maria de Fátima Samuel  
 Maria Helena de Jesus  
 Maria João Rivotti  
 Maria João Rocha  
 Maria Lucinda Rufino  
 Maria Luísa Gingado  
 Maria Manuela Serra  
 Maria Mercedes Colaço  
 Maria Taborda Andrade  
 Maria Teresa Roura  
 Marina Isabel Marques  
 Mário João Fernandes  
 Miguel de Castro  
 Nélia Moreno  
 Paulo Guerra Correia  
 Pedro Tiago Leal  
 Sandra Cruz  
 Sandra Ema Mota  
 Teresa Neves Chipenda  
 Teresa Santos

*Motoristas*

Carlos Oliveira  
 João Paulo Rosado Nunes  
 José Carlos Florindo  
 José Tomás Rocha  
 Nuno Lemos  
 Pedro Cipriano  
 Rui Patarrana

*Colaboradores permanentes*

*Imprensa*  
 Ana Soromenho  
 Cristina Ferreira de Almeida

*Patrocínios e mecenato*

Paula Catita

*Colaboradores regulares**Artes gráficas e concepção de exposições*

António Viana  
 Emílio Vilar  
 Filomena Soares  
 Joaquim de Brito  
 José Brandão  
 Luís Moreira  
 Nuno Valle Cardoso  
 Patrícia Proença

*História de arte*

Pedro Dias (até Out. 97)

*Teatro*

Ana Saragoça  
 António Filipe  
 Bruno Simões  
 Cristina Abegão Paiva  
 Durval Lucena  
 Filipe Costa  
 Henrique Macedo  
 João Lói  
 João Pedreiro  
 José F. Martins  
 Maria Bastos Simões  
 Maria de Lurdes Matos  
 Paula Fonseca

*Climatização das obras de arte (exposições)*

Luís Elías Casanovas

*Informática*

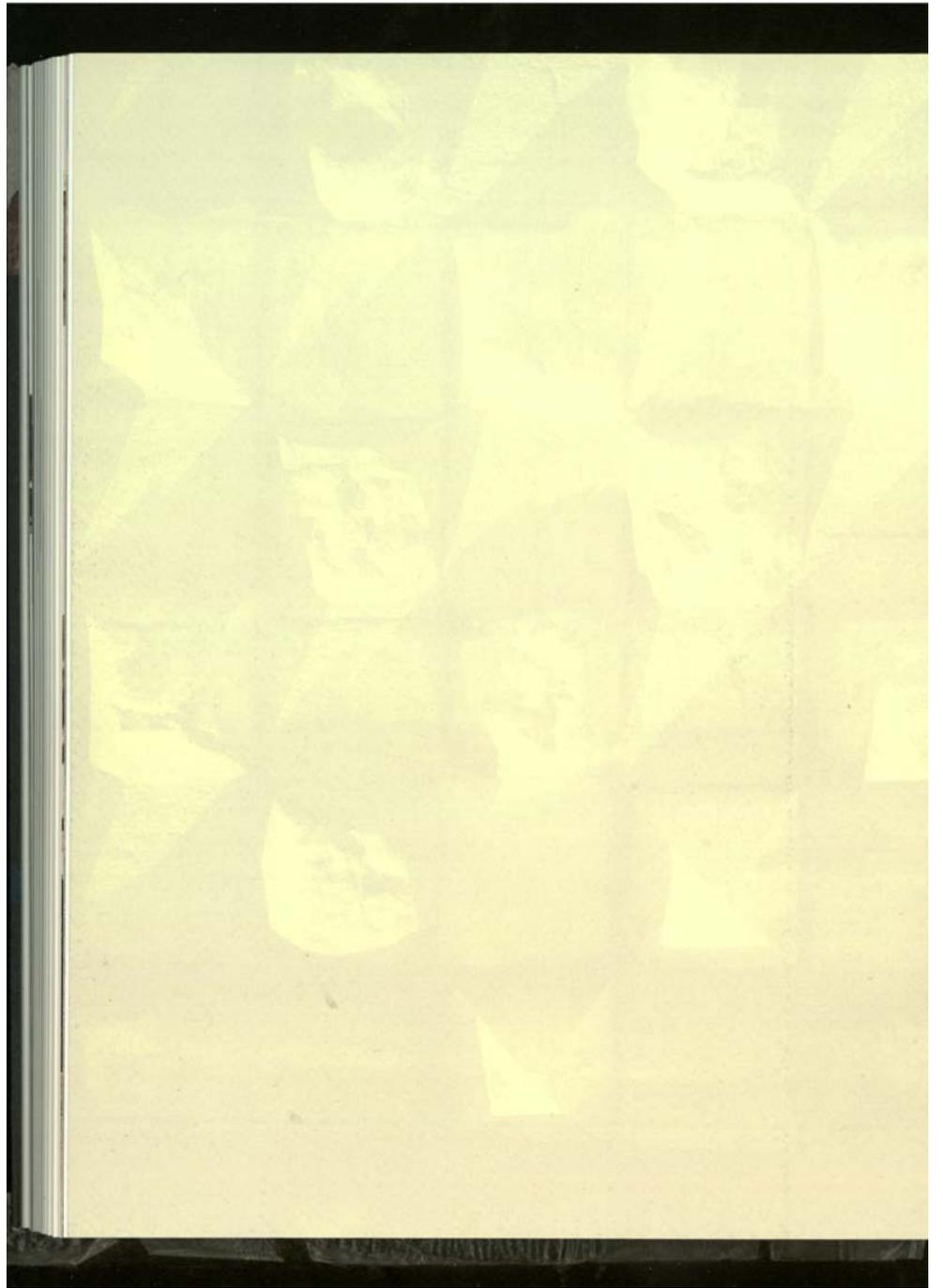
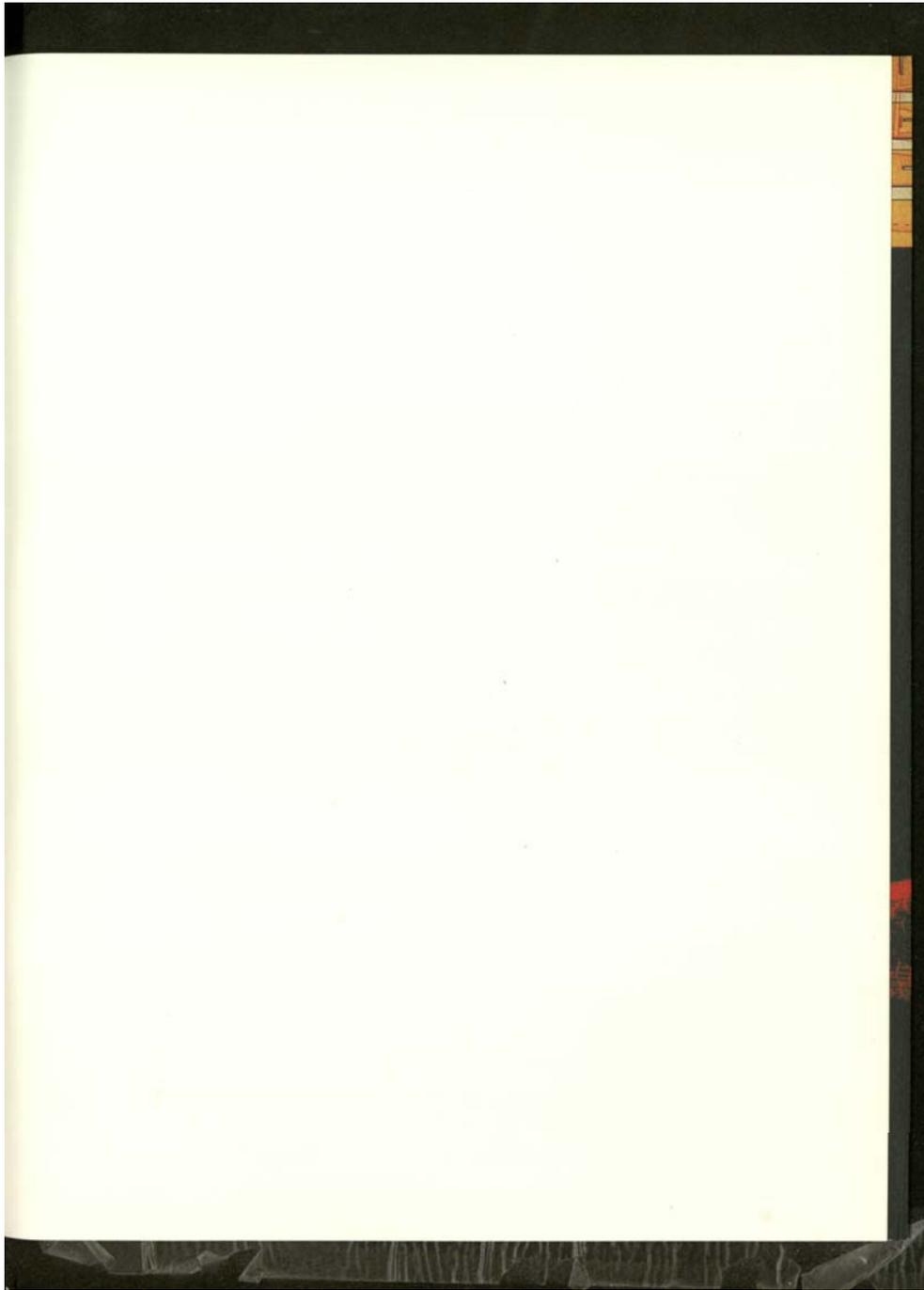
Pedro Roquette

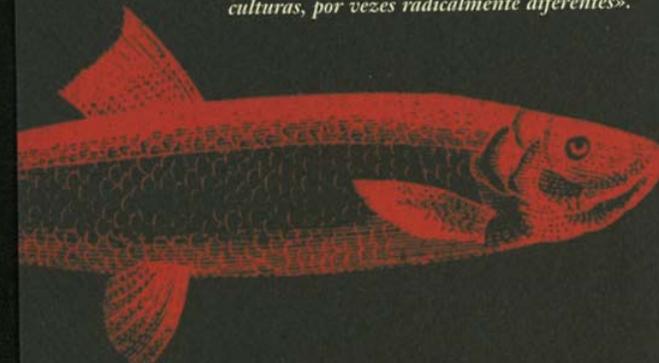
*Edições*

Fernanda Abreu

*Bolseiros em projectos internos*

Alcino Abrantes Raposo  
 Alice Samara  
 Ana Barros Ruivo  
 Ana Paula Fernandes  
 Anabela Duarte Mourato  
 António Alberto Coelho  
 Bárbara Lopes Bulhosa  
 Carlos Silva Pereira  
 Catarina Silva Santos  
 Cláudia Santos de Figueiredo  
 Fátima Lopes  
 Filipa Gonçalves  
 Graça Martins Mouzinho  
 Inês Hugon  
 Joana Estorninho  
 Joana Sousa Subtil  
 Lúcia Soares Marques  
 Margarida Monteiro Melo  
 Maria de Fátima Lopes  
 Maria de Fátima Mourão  
 Maria Leonor Araújo  
 Mário Calheiros de Sá  
 Miguel Rodrigues Salvado  
 Nuno de Carvalho Senos  
 Rosa Santos Pomar  
 Sandra Santos  
 Sandra Vieira  
 Sara Mourato Ferro  
 Sílvia Fernandes  
 Susana Geraldo Durão  
 Vânia Almeida Calinas  
 Vera Tavares





*«A compreensão histórica do momento que comemoramos não deve ser amputada de qualquer das perspectivas deste confronto intercultural, até porque a acção dos portugueses – os seus projectos, as suas estratégias, as suas avaliações, os seus resultados – teve também em conta tanto as imagens por eles suscitadas nos outros como as imagens que os outros tinham de si mesmos. As comemorações devem ser, portanto, a ocasião de restaurar esse complexo jogo de imagens e de reverberações provocado pela interacção de várias culturas, por vezes radicalmente diferentes».*

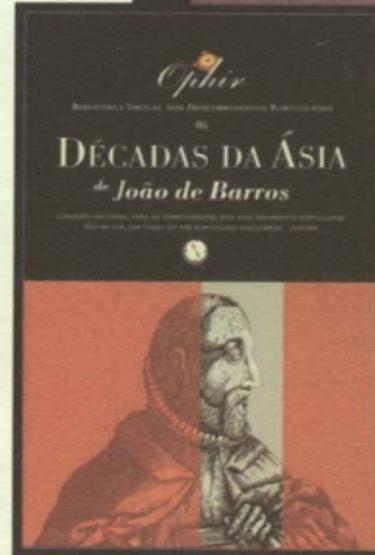
Livros

CD-Roms

Revistas

Logo de Edições  Feira do Livro 1999

Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses



- AA. VV., *Guia de fontes portuguesas para a história da América Latina*, vol. I, Lisboa, CNCDP/FO/IN-CM, 1997, 140 p. 3.200\$
- AA. VV., *Guia de fontes portuguesas para a história da Ásia*, vol. I, Lisboa, CNCDP/FO/IN-CM, 1998, 144 p. 3.238\$
- Actas do Seminário «Encontro de povos e culturas em Angola»*, Lisboa, CNCDP, 1997, 510 p. 3.150\$
- Actas do Seminário «Moçambique: Navegação, comércio e técnicas»*, Lisboa, CNCDP, 1998, 388 p. 3.150\$
- ALBUQUERQUE, Luís de, *Instrumentos de navegação*, Lisboa, CNCDP, 1988, 93 p. 1.000\$
- ALBUQUERQUE, Luís de, *Navegação astronómica*, Lisboa, CNCDP, 1988, 151 p. 1.000\$
- Arquitectura militar na expansão portuguesa*, catálogo de exposição, comissário científico Rafael Moreira, Lisboa, CNCDP, 1994, 160 p., il. 5.000\$
- Arquitectura portuguesa da época dos descobrimentos*, catálogo de exposição, texto de Paulo Pereira, «O estilo manuelino», Lisboa, CNCDP, 1995, 35 p., il. 750\$
- Arte do marfim*, catálogo de exposição, coordenação técnica de Heleny Pires de Castro, Lisboa, CNCDP, 1998, 88 p., il. 4.500\$
- AUGUSTO, José Manuel Lopes, *Casa dos Bicos. O espelho da história de uma cidade*, Lisboa, CNCDP, 1996, 31 p. 500\$

*Bartolomeu Dias: corpo documental - bibliografia*,  
coordenação de Luís de Albuquerque, transcrição  
de Vítor Luís Gaspar Rodrigues, bibliografia  
de José Barbosa, V centenário da passagem  
do cabo da Boa Esperança, 1488-1988, Lisboa,  
CNCDP, 1988, 129 p. 2.000\$

BRANDÃO, Diogo, *Diogo Brandão: obras poéticas*,  
introdução e notas de Valeria Tocco, Lisboa,  
CNCDP, 1997, 169 p. (coleção Outras Margens). 2.100\$

*Brilho (O) do Norte. Escultura e escultores do  
norte da Europa em Portugal: época manuelina*,  
catálogo de exposição, coordenação científica  
de Pedro Dias, Lisboa, CNCDP/IPPAR, 1997,  
277 p., il. 8.500\$

BRITO, Álvaro de, *Obras de Álvaro de Brito*, edição,  
introdução e notas de Isabel Almeida, Lisboa,  
CNCDP, 1998, 156 p. (coleção Outras Margens). 2.100\$

BRITO, Raquel Soeiro de, *Goa e as Praças do  
Norte revisitadas*, Lisboa, CNCDP, 1998, 248 p., il. 7.000\$

BRITO, Raquel Soeiro de, *No trilho dos  
descobrimientos. Estudos geográficos*, Lisboa,  
CNCDP, 1997, 359 p., il. 7.350\$

## C

CARDIM, Fernão, *Tratados da terra e gente  
do Brasil*, introdução e notas de Ana Maria  
Azevedo, Lisboa, CNCDP, 1997, 337 p.  
(coleção Outras Margens). 3.150\$

*Cartas para duas infantas meninas. Portugal*

de História da Cartografia, Lisboa, CNCDP, 1997. 5.000\$

*Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*,  
no âmbito do XVII Congresso Internacional de  
História da Cartografia, Lisboa, CNCDP, 1997. 6.000\$

*Catálogo da edição disponível sobre os  
descobrimientos portugueses (subsídios)*,  
coordenação de Manuel Cadafaz de Matos,  
Lisboa, IBNL/CNCDP, 1994, 129 p. 2.100\$

*«Centenário da Índia» [1898] e a memória  
da viagem de Vasco da Gama*, catálogo  
de exposição, comissário científico Sérgio  
Campos Matos, Lisboa, CNCDP, 1998, 264 p. 7.500\$

COATES, Timothy, *Degredados e órfãs:  
colonização dirigida pela coroa no império  
português. 1550-1755*, Lisboa, CNCDP, 1998,  
345 p. (coleção Outras Margens). 3.700\$

*Colectânea de estudos. Universo urbanístico  
português 1415-1822*, Helder Carita e Renata  
Araujo (coord.), Lisboa, CNCDP, 1998, 572 p. 4.700\$

*Construtores (Os) do Oriente Português*, catálogo  
de exposição, comissário científico Jorge Manuel  
Flores, Lisboa, CNCDP, 1998, 460 p., il. 15.000\$

CORREIA, José Manuel, *Portugueses no Malabar  
(1498-1580)*, Lisboa, CNCDP/IN-CM, 1997, 450 p. 3.800\$

COUTO, Jorge e GUEDES, Max Justo, *Descobrimiento  
do Brasil*, Lisboa, CNCDP, 1998, 56 p., il. 1.800\$

CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto  
e a década 8ª da Ásia*, Vol. I, edição crítica

*Culturas do Índico*, catálogo de exposição,  
Lisboa, CNCDP, 1998, 450 p., il. 8.500\$

## D

*Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, catálogo de exposição, comissário científico José António Falcão, Lisboa, CNCDP, 1998, 256 p. 5.500\$

DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Dialecto indo-português de Ceilão*, introdução de Ian Smith, Lisboa, CNCDP, 1998, 304p. (coleção Cadernos da Ásia). 2.500\$

DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Estudos sobre os crioulos indo-portugueses*, introdução de Maria Isabel Tomás, Lisboa, CNCDP, 1998, 187 p. (coleção Cadernos da Ásia). 2.500\$

DIAS, Jorge, *Os Macondes de Moçambique. Vol. I - Aspectos históricos e económicos*, Rui M. Pereira (introd.), reedição, Lisboa, CNCDP/ICT, 1998, 232 p., il. 6.000\$

*Do mundo antigo aos novos mundos - Humanismo, classicismo e notícias dos descobrimentos em Évora (1516-1624)*, catálogo de exposição, coordenação científica de Fernando António Baptista Pereira, Lisboa, CNCDP, 1998, 518 p., il. 15.000\$

*Documentação para a história das missões do padroado português no Oriente: Índia*, coligida e anotada por António da Silva Rêgo, edição facsimilada, 12 volumes, Lisboa, FO/CNCDP, 1991-1996:

vol. VIII (1560-1561), 1994, 564 p.;  
vol. IX (1562-1565), 1995, 684 p.;  
vol. X (1566-1568), 1995, 881 p.;  
vol. XI (1569-1572), 1996, 1051 p.;  
vol. XII (1572-1582), 1996, 977 p. cada volume 3.500\$

## E

*Espaços (Os) de um Império. Estudos*, catálogo de exposição, comissário científico Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CNCDP, 1999, 236 p., il. 6.000\$

*Estórias de dor, esperança e festa: o Brasil em ex-votos portugueses (séculos XVII-XIX)*, catálogo de exposição, coordenação científica de Agostinho Araújo, Lisboa, CNCDP, 1998, 111 p., il. 6.000\$

*Estudos sobre escultura e escultores do Norte da Europa em Portugal. Época manuelina*, Pedro Dias (coord.), Lisboa, CNCDP, 1997, 310 p. 1.500\$

## F

FLORES, Maria da Conceição, *Os portugueses e o Sião no século XVI*, Lisboa, CNCDP/IN-CM, 1995, 184 p. (coleção *Mare Liberum*). 2.500\$

FRANÇA, José Augusto, *Museu Militar. Pintura e escultura*, Lisboa, CNCDP, 1996, 152 p. 4.500\$

*Francisco Henriques - um pintor em Évora no tempo de D. Manuel I*, catálogo de exposição, coordenação científica de Fernando Baptista Pereira, Lisboa, CNCDP, 1997, 220 p., il. 7.000\$

FRÓIS, Luís, *Tratado em que se contém muito*

*fronteiras de Africa*, no âmbito do XVII Congresso Internacional de História da Cartografia, Lisboa, CNCDP, 1997, 100 p., il. 6.000\$

## G

*Galáxia das línguas na época da expansão*, comissária-geral Maria Leonor Carvalho Buesco, Lisboa, CNCDP, 1992, 175 p. (esgotado)

GARCIA, José Manuel, *Breve panorama bio-bibliográfico sobre D. João II*, Lisboa, CNCDP, 1995, 55 p. 2.000\$

GARCIA, José Manuel, *Portugal e os descobrimentos: o encontro de civilizações*, Lisboa, CPEUS, 1992, 260 p. 3.100\$

*Grão Vasco e a pintura europeia do Renascimento*, catálogo de exposição, coordenação científica de Dalila Rodrigues, Lisboa, CNCDP, 1992, 422 p., il. (esgotado)

*Guia náutico de Munique e Guia náutico de Évora*, edição facsimilada com introdução de Luís de Albuquerque, Lisboa, CNCDP, 1991, 159 + fac-símile 2.150\$

## H

HENRIQUES, Isabel Castro, *Espaços e cidades em Moçambique*, Lisboa, CNCDP, 1998, 48 p., il. 1.500\$

*Herança de Rauluchantim*, coordenação científica de Nuno Vassallo e Silva, Lisboa, CNCDP/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1996, 236 p., il. 7.000\$

*História: entre memória e invenção*, coordenação

*Moçambique, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980 e Timor*, Francisco G. Cunha Leão (coord.), Lisboa, CNCDP-Centro de Estudos Damião de Góis/IPPAR-Biblioteca da Ajuda, 1998, 488 p. 4.000\$

*Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*, coordenação de Maria Beatriz Rocha-Trindade, Lisboa, CNCDP/Publicações Europa-América, 1998, 183 p. (Cursos da Arrábida n.º 5). 2.590\$

## J

*Japão (O) visto pelos portugueses*, catálogo de exposição, comissário científico José Manuel Garcia, Lisboa, CNCDP, 1993, 190 p., il. (esgotado)

JÚDICE, Nuno, *Portugal: língua e cultura*, Lisboa, CPEUS, 1992, 118 p. 3.100\$

## L

*Liberdade, virtude e interesse próprio*, coordenação de João Carlos Espada, Lisboa, CNCDP/Publicações Europa-América, 1997, 133 p. (Cursos da Arrábida n.º 2). 2.490\$

LINSCHOTEN, Jan Huygen van, *Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias orientais ou portuguesas*, edição de Arie Pos e Rui Loureiro, Lisboa, CNCDP, 1997, 416 p., 39 gravuras a cores (coleção Outras Margens). 11.000\$

*Livro (O) e a viagem sem limites, as letras portuguesas e o mundo*, Lisboa CNCDP/Portugal-Frankfurt 97, SA, 1997, 232 p. 5.000\$

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Portugueses no mundo do século XVI - espaços e produtos*, Lisboa, CNCDP, 1998, 104 p., il. (edições em português e inglês) 3.150\$

*Manuel I (D.), a Ordem de Cristo e a comenda de Soure. Centenário da subida ao trono de D. Manuel*, catálogo de exposição, coordenação de António Camões Gouveia, Lisboa, CNCDP/Câmara Municipal de Soure, 1996, 111 p., il. 2.000\$

MELLO, Tavares de, *Folclores Ceilonenses. Colectânea de textos do crioulo português do Ceilão*, introdução de K. David Jackson, Lisboa, CNCDP, 1998, 228 p. (coleção Cadernos da Ásia). 2.500\$

*Memórias árabo-islâmicas em Portugal*, catálogo de exposição, coordenação de Rosa Maria Perez, Lisboa, CNCDP, 1997, 174 p., il. 5.000\$

*Missionação portuguesa e encontro de culturas. Congresso internacional de História. Actas*, 4 volumes, Braga, Universidade Católica Portuguesa/CNCDP/Fundação Evangelização e Culturas, 1993, Vol. I *Cristandade portuguesa até ao século XV; evangelização interna, ilhas atlânticas e África Ocidental*, 717 p.; Vol. II *África Oriental, Oriente e Brasil*, 731 p.; Vol. III *Igreja, sociedade e missionação*, 713 p.; Vol. IV *Missionação: problemática geral e sociedade contemporânea*, 500 p. cada 2.550\$

MORGADO, Isabel, *Soure, uma mui antiga terra da Estremadura*, Lisboa, CNCDP/Câmara

CNCDP, 1994, 278 p., il.

brochura 750\$  
não cartonado 6.500\$

## O

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal*, Lisboa, CNCDP/IN-CM, 1997, 811 p. (coleção *Mare Liberum*). 5.619\$

## P

*Pescadores Macua. Baía de Nacala (1957-1973)*, fotografias de José Henriques e Silva, coordenação de Joana Pereira Leite, Lisboa, CML/CNCDP, 1998. 3.500\$

*Pintura maneirista em Portugal: arte no tempo de Camões*, catálogo de exposição, comissário científico Vítor Serrão, Lisboa, CNCDP/Centro Cultural de Belém, 1995, 511 p. (esgotado)

*Portugal. A formação de um país*, José Mattoso, Arlindo Manuel Caldeira, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Luís Krus, Lisboa, CPEUS, 1992, 199 p., il. 3.100\$

*Portugal contemporâneo*, coordenação de Francisco Faria Paulino, Lisboa, CPEUS, 1992, 321 p., il. 3.100\$

*Portugaliae Monumenta Africana*, vol. II, Maria Luísa Oliveira Esteves (coord.), Lisboa, ICT/ /CNCDP/IN-CM, 1995, 606 p. (coleção *Mare Liberum*). 3.750\$

PRADO, André do, *Horologium fidei: diálogo com o infante D. Henrique*, edição do ms. Vat.

Coordenação científica de Paulo Dias, Lisboa, CNCDP/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1997, 139 p., il. 4.500\$

RÊGO, Padre António da Silva, *Dialecto português de Malaca e outros escritos*, introdução de Alan Baxter, Lisboa, CNCDP, 1998, 304 p. (coleção Cadernos da Ásia). 2.500\$

*Relação verdadeira dos trabalhos que o governador D. Fernando de Souto e certos fidalgos portugueses passaram no descobrimento da província da Florida*, transcrição do texto, introdução, notas e índices de Maria da Graça Mateus Ventura, Lisboa, CNCDP, 1998, 237 p. (coleção Outras Margens). 3.150\$

RESENDE, Maria Teresa, *Cartografia impressa dos séculos XVI e XVII: imagens de Portugal e ilhas atlânticas. Exposição*, introdução de Fernanda Alegria e João Carlos Garcia, Porto, Comissão Municipal Infante 94/CNCDP, 1994, 94 p. 5.000\$

*Reunião (VI) internacional de história náutica e hidrografia*, Lisboa, CNCDP, 1989, 590 p. 3.500\$

RIBEIRO, Orlando, *A Ilha do Fogo e as suas erupções* (reedição), apresentação de Suzanne Daveau, Lisboa, CNCDP, 1998, 296 p., fotos (coleção Outras Margens). 5.000\$

ROCHA, Rui, *A viagem dos sabores*, Lisboa, CNCDP/EXPO '98/Edições INAPA, 1998, 208 p., il. 8.400\$

*Roda (A) de fiar*, catálogo de exposição, coordenação de Rosa Maria Perez, Lisboa, CNCDP, 1997, 87 p., il. 2.500\$

*Roteiro das cousas do Achem de D. João Ribeiro Gaio: um olhar português sobre o norte de Samatra em finais do século XVI*, introdução e notas de Jorge M. dos Santos Alves e Pierre-Yves Manguin, Lisboa, CNCDP, 1997, 141 p. (coleção Outras Margens). (esgotado)

## S

SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, CNCDP, 1997, 320 p. (coleção Outras Margens). 2.940\$

SANTOS, Fr. João dos, *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*, introdução de Manuel Lobato, coordenação da fixação do texto por Maria da Graça Guerreiro Vieira, Lisboa, CNCDP, 1999, 760 p. (coleção Outras Margens). 5.250\$

SAÚTE, Nelson, *Maputo. Desenrascar a vida*, Maputo, CNCDP/Ndjira, 1997, 159 p., fotos 6.000\$

SERRÃO, Vítor e MOURA, Vasco Graça, *Fernão Gomes e o retrato de Camões*, Lisboa, CNCDP/IN-CM/FO, 1989, 53 p. + fac-símile. 4.200\$

SILVA, António Correia e, *Espaços urbanos de Cabo Verde: o tempo das cidades-porto*, Lisboa, CNCDP, 1998, 64 p., il. 1.500\$

SILVA, João Julião da et. al., *Memórias de Sofala. Etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique nos sécs. XVIII e XIX*, edição e notas de José Fialho Feliciano e Victor Hugo

(coleção *Mare Liberum*). 4.000\$

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Carreira e a lenda de Vasco da Gama*; prefácio à edição portuguesa de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CNCDP, 1998, 505 p. (coleção *Outras Margens*). 4.200\$

*Sumário das coisas sucedidas a Dom João de Castro, governador do Estado da Índia (...)*, apresentação e revisão de José Manuel Garcia, tradução de Raffaella D'Intino, Lisboa, CNCDP/Cotovia, 1995, 52 p.+ fac-símile. 1.575\$

## T

*Tapeçarias de D. João de Castro*, catálogo de exposição, coordenação de Francisco Faria Paulino, Lisboa, CNCDP/Instituto Português de Museus, 1995, 279 p., il. 7.000\$

TEIVE, Diogo de, *Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, tradução do latim e introdução por Carlos Ascenso André, notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, CNCDP/Cotovia, 1995, 143 p + fac-símile. 2.885\$

*Tempo (O) de Vasco da Gama*, Diogo Ramada Curto (direcção), Lisboa, CNCDP/Difel, 1998, 399 p., il. 9.800\$

*Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*, coordenação de M. Helena Mateus e Margarita Correia, Lisboa CNCDP/Publicações Europa-América, 1998, 256 p. (Cursos da Arrábida n.º 4). 2.990\$

*Tesouros artísticos da Misericórdia do Porto*.

*Testamento de Adão*, comissário científico (Portugal) José Manuel Garcia, coordenação editorial (Espanha) Julio Valdeón Baruque, Lisboa, CNCDP/Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1994, 279 p., il. 6.500\$

## V

*Viagem (A) na Literatura*, coordenação de Maria Alzira Seixo, Lisboa, CNCDP/Publicações Europa-América, 1997, 263 p. (Cursos da Arrábida n.º 1). 2.750\$

*Viagens aeronáuticas dos portugueses*, coordenação executiva António Camões Gouveia, Lisboa, CNCDP/Museu do Ar, 1997, 220 p., il. 6.500\$

*Vinte anos de historiografia ultramarina portuguesa 1972-1992*, direcção de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, Lisboa, CNCDP, 1993, 166 p. 1.500\$

## PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

*Mare Liberum: revista de história dos mares*, Lisboa, CNCDP.

Director dos n.º 1 a 3, Luís de Albuquerque;  
n.º 4 a 10, Luís Adão da Fonseca;  
n.º 11 a 14, Joaquim Romero Magalhães.

N.º 1 - Dezembro, 1990	3.500\$
N.º 2 - Junho, 1991	3.500\$
N.º 3 - Dezembro, 1991	3.500\$
N.º 4 - Dezembro, 1992	3.500\$
N.º 5 - Julho, 1993	3.500\$

N.º 14 - Dezembro, 1997	2.500\$
N.º 15 - Junho, 1998	2.500\$
N.º 16 - Dezembro, 1998	2.500\$

*Na Crista da Onda*, Lisboa, CNCDP/GTMECDP.

Coordenação editorial: Rui Mateus Pereira;

autoria: Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

N.º 1 - Janeiro, 1995, «O Japão»	(esgotado)
N.º 2 - Março, 1995, «O Infante D. Henrique»	300\$
N.º 3 - Maio, 1995, «D. João II»	300\$
N.º 4 - Julho, 1995, «Portugueses na Europa»	300\$
N.º 5 - Setembro, 1995, «Negócios da China»	300\$
N.º 6 - Novembro, 1995, «D. Manuel I»	300\$
N.º 7 - Janeiro, 1996, «As Viagens do açúcar»	(esgotado)
N.º 8 - Março, 1996, «A Madeira»	300\$
N.º 9 - Maio, 1996, «A Caravela»	300\$
N.º 10 - Julho, 1996, «Os Açores»	300\$
N.º 11 - Setembro, 1996, «O Brasil»	300\$
N.º 12 - Novembro, 1996, «Macau»	300\$
N.º 13 - Janeiro, 1997, «O sabor das especiarias»	300\$
N.º 14 - Março, 1997, «Vasco da Gama»	300\$
N.º 15 - Maio, 1997, «Mulheres nos descobrimentos»	300\$
N.º 16 - Julho, 1997, «Timor»	300\$
N.º 17 - Setembro, 1997, «Viagens aeronáuticas dos portugueses: 1. Os pioneiros da aviação»	300\$
N.º 18 - Novembro, 1997, «Viagens aeronáuticas dos portugueses: 2. A travessia do Atlântico Sul»	300\$
N.º 19 - Janeiro, 1998, «Os Oceanos - sonhos, mitos e realidades»	300\$
N.º 20 - Fevereiro/Março, 1998, «Os construtores dos oceanos - Portugal e o conhecimento dos mares»	300\$
N.º 21 - Abril/Maio, 1998, «Nau Nossa Senhora	

N.º 25 - Janeiro/Fevereiro, 1999, «S. Francisco Xavier e as Missões»	300\$
N.º 26 - Março/Abril, 1999, «Os Navegadores terrestres»	300\$

*Oceanos*, Lisboa, CNCDP. Direcção:

N.º 1 a 13, director: António Mega Ferreira,  
coordenador: José Sarmento de Matos;

N.º 14 a 23, director: Vasco Graça Moura,  
director-adjunto: Rui Mateus Pereira;

N.º 24 a 37, director: António Manuel Hespanha,  
director-adjunto: Rui Mateus Pereira.

N.º 1 - Junho, 1989, «Açores: o fascínio do Atlântico»	(esgotado)
N.º 2 - Outubro, 1989, «Viver a bordo»	(esgotado)
N.º 3 - Março, 1990, «Bartolomeu Dias, o capitão do fim»	(esgotado)
N.º 4 - Julho, 1990, «A Ordem de Santiago»	(esgotado)
N.º 5 - Novembro, 1990, «Sagres; Cabo Verde»	(esgotado)
N.º 6 - Abril, 1991, «A descoberta da natureza; os portugueses no Golfo»	(esgotado)
N.º 7 - Julho, 1991, «Fernão Mendes Pinto. Lisboa: o Oriente a descobrir»	650\$
N.º 8 - Outubro, 1991, «A rainha D. Leonor»	(esgotado)
N.º 9 - Janeiro, 1992, «O ano de 92»	650\$
N.º 10 - Abril, 1992, «Portugal e o mar»	(esgotado)
N.º 11 - Julho, 1992, «Sevilha, Lisboa»	750\$
N.º 12 - Novembro, 1992, «Os jesuítas e a ideia de Portugal»	750\$
N.º 13 - Março, 1993, «Medos, fantasias e visões»	750\$
N.º 14 - Junho, 1993, «Porcelanas e mares da China»	(esgotado)
N.º 15 - Setembro, 1993, «O regresso ao Japão»	(esgotado)
N.º 16 - Dezembro, 1993, «O repto da Europa»	1.500\$

N.º 22 - Abril/Junho, 1995, «Heranças de Neptuno»	1.500\$
N.º 23 - Julho/Agosto, 1995, «Agora, peregrino vago e errante»	1.500\$
N.º 24 - Setembro/Dezembro, 1995, «O teatro da natureza. Maximiliano no Brasil»	1.500\$
N.º 25 - Janeiro/Março, 1996, «Ilha de todos. Ilha de Moçambique»	1.500\$
N.º 26 - Abril/Junho, 1996, «A luz do mundo. Iluminura portuguesa quinhentista»	1.500\$
N.º 27 - Julho/Setembro, 1996, «João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento»	1.500\$
N.º 28 - Outubro/Dezembro, 1996, «Fortalezas da expansão portuguesa»	1.500\$
N.º 29 - Janeiro/Março, 1997, «Diáspora e expansão. Os judeus e os descobrimentos portugueses»	2.000\$
N.º 30/31 - Abril/Setembro, 1997, «Vieira, 1697-1997»	4.000\$
N.º 32 - Outubro/Dezembro, 1997, «Olhares cruzados»	3.000\$
N.º 33 - Janeiro/Março, 1998, «Vasco da Gama»	3.000\$
N.º 34 - Abril/Junho, 1998, «Culturas do Índico»	3.000\$
N.º 35 - Julho/Setembro, 1998, «Misericórdias. Cinco séculos»	3.000\$
N.º 36/37 - Outubro 98/Março 99, «Azulejos. Portugal e Brasil»	4.500\$

**Ophir** - Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses

<i>Studia</i> (n.º 1 a 53 da Revista <i>Studia</i> )	8.000\$
<i>Biblioteca Lusitana</i> de Diogo Barbosa Machado (4 vols.)	8.000\$
<i>Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa</i> (vols. 1 a 50)	8.000\$
<i>Vasco da Gama 1497-1499</i>	8.000\$
<i>As Décadas da Ásia de João de Barros</i>	8.000\$
<i>Diário de Maximiliano (1505-1506)</i>	8.000\$

**Siglas utilizadas**

CCB	Centro Cultural de Belém
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CNCDP	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
CPEUS	Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FO	Fundação Oriente
GTMECDP	Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
IBNL	Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical
IN-CM	Imprensa Nacional-Casa da Moeda
IPM	Instituto Português de Museus